



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA -
PROFHISTÓRIA

MALCON GUSTAVO TONINI

MEMÓRIAS DA COLÔNIA NOVA ITÁLIA/SC: DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA
ORAL, MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA

FLORIANÓPOLIS

2021

MALCON GUSTAVO TONINI

**MEMÓRIAS DA COLÔNIA NOVA ITÁLIA/SC: DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA
ORAL, MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiani Bereta da Silva.

FLORIANÓPOLIS

2021

Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Tonini, Malcon Gustavo
MEMÓRIAS DA COLÔNIA NOVA ITÁLIA/SC : DIÁLOGOS
ENTRE HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA E ENSINO DE
HISTÓRIA / Malcon Gustavo Tonini. -- 2021.
224 p.

Orientadora: Cristiani Bereta da Silva
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de
Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de
História, Florianópolis, 2021.

1. Ensino de História. 2. História oral. 3. História local. 4.
Memória. 5. Colônia Nova Itália. I. Silva, Cristiani Bereta da.
II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de
Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação Profissional em Ensino de História. III. Título.

MALCON GUSTAVO TONINI

**MEMÓRIAS DA COLÔNIA NOVA ITÁLIA/SC: DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA
ORAL, MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Banca julgadora:



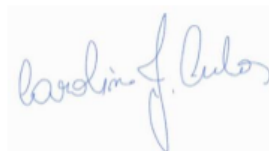
Orientadora:

Doutora Cristiani Bereta da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina



Membro:

Doutor Luis Reznik
Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Membro:

Doutora Caroline Jaques Cubas
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 11 de junho de 2021.

Aos estudantes da Escola de Educação
Básica Profa. Lúdia Leal Gomes pelas
contribuições em minha formação
humana e docente.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão a Deus e a todos e todas que estiveram comigo nessa caminhada.

Agradeço aos meus pais, Salvio e Miria, por oportunizarem condições emocionais, econômicas e sociais durante a minha trajetória escolar. Por muitas vezes terem me apoiado incondicionalmente em minhas escolhas e pela educação que me deram ao longo de todo meu percurso formativo. Por serem maravilhosos avós e por muitas vezes estarem disponíveis para que pudesse trabalhar, estudar e me debruçar várias vezes em meio as leituras e escritas durante a minha participação nesse Mestrado.

À minha esposa Leidiani e aos meus filhos Pedro e Valentina por suportarem as minhas ausências ao longo de minha carreira profissional e principalmente durante os estudos e na construção desse trabalho. Por resistirem a minha reclusão em muitos momentos nesses últimos dois anos. Como pai e esposo sei que se não fossem às várias renúncias que fizeram por mim, esse desfecho não seria feliz. Amo muito vocês!

Agradeço aos meus alunos e alunas, estudantes da Escola de Educação Básica Profa. Lúcia Leal Gomes por abraçarem e mobilizarem esta pesquisa. Em cada passo dado, juntos, construíram com seu professor de História algo muito particular, o que envolveu confiança, respeito, carinho e admiração mútua. Sou um professor muito melhor depois do cumprimento desse desafio e com muito mais conhecimentos para atuar. Que reconhece a pluralidade nas diversas identidades e que conhece muito mais as localidades e as tradições que fazem parte da nossa comunidade escolar.

Ao então corpo administrativo da escola, Jania, Darlene e Jaison, pelo apoio e oportunidades alavancadas, por abraçarem meu projeto de mestrado como se fosse da própria escola. Aos colegas professores Denise e Oseas por participarem e colaborarem de etapas muito importantes para o sucesso desse empreendimento.

A todos os colaboradores, entrevistados, ao longo da pesquisa. Em especial pela participação de José Sardo e Marcia Peixe. Ao jornalista Juliano César, que oportunizou a publicização das narrativas construídas por meus alunos e alunas, das tradições orais do distrito de Tigipió, em seu periódico regional.

Agradeço a Universidade do Estado de Santa Catarina pela acolhida, pelas oportunidades acadêmicas, pelas maravilhosas pessoas com quem convivi nessa instituição. Sou muito grato pela oportunidade de trocar conhecimentos e aprender com professores extremamente qualificados, Dra. Caroline Jaques Cubas, Dr. Rogério Rosa, Dr. Reinaldo Lindolfo Löhn, Dra. Luisa Tombini Wittmann e Dra. Marcia Ramos de Oliveira.

Em especial, a minha orientadora, Dra. Cristiani Bereta da Silva, que além do enorme conhecimento que me passou, também é exemplo quando se trata de carreira acadêmica e profissionalismo. A reconheço muito, pelas leituras e acompanhamentos sistemáticos durante a minha pesquisa e na escrita desta dissertação. Trabalhou muito comigo nesse percurso e sempre valorizou as minhas qualidades, me apresentou para um mundo que até poucos anos estava muito distante da minha realidade profissional.

À Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, agradeço pela concessão de bolsa de pós-graduação, por meio do programa UNIEDU, disponibilizada em parte do curso de mestrado.

Por último, meus agradecimentos a tantos anônimos que de alguma maneira contribuíram com a manutenção de tantas tradições orais ao longo dos anos passados e que graças a eles podemos com esse trabalho, contar uma nova versão histórica, mais plural, sobre as terras que um dia fizeram parte do Núcleo Colonial Nova Itália.

A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas.

Edward Said (1995, p.34)

RESUMO

TONINI, Malcon Gustavo. **Memórias da Colônia Nova Itália/SC**: Diálogos entre história oral, memória e ensino de História. 2021. 224 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2021.

Esse trabalho tem por objetivo identificar, problematizar e organizar a presença de um passado colonial nas memórias de estudantes e moradores de Tigipió, distrito da cidade catarinense de São João Batista. Parte significativa desse território, localizado no entorno da Escola de Educação Básica Profa. Lúcia Leal Gomes, no passado, foi um núcleo colonial do Império brasileiro, a Colônia Nova Itália. O distrito de Tigipió possui uma construção histórica com raízes ligadas a esse empreendimento, mas que precisava ser estudado, devido ao seu isolamento com relação a outros povoados catarinenses durante quase um século, fato esse desconsiderado pela historiografia. Nesse contexto, desenvolvi em meio à comunidade, o projeto escolar *Memórias da Colônia*. A pesquisa foi desenvolvida entre 2019 e 2020 com a participação dos estudantes do Ensino Médio. A partir de interpretações, ficamos diante de perspectivas históricas com origens diversas. Consideradas, nos oportunizaram análises por meio de operações historiográficas. Documentos textuais sobre esse passado já existiam, mas outras fontes foram constituídas ao longo do processo. Pelo intermédio da fala e da escuta, o registro de histórias narradas e abarcadas pelo engajamento de estudantes promoveu a produção de novos documentos. O conjunto desses, sob análise, criaram a possibilidade de uma releitura de registros e do tratamento de fenômenos maiores a partir do local. Tradições passaram a ter papel de importância em contexto educacional. Ao longo de dois anos, estratégias para o desenvolvimento dessa apuração foram adotadas, sequências didáticas construídas e sujeitos que foram atores ou testemunhas de acontecimentos ou conjunturas foram entrevistados. A metodologia baseada na história oral proporcionou recursos para o processo de construção de conhecimento, que ao ser transportado para o ambiente educacional oportunizou o questionamento de eventuais referências culturais em memórias, pertencentes ao lugar que é orientação para os estudantes. Além disso, propiciou uma nova maneira de ensinar e significar a História. Foi ofertada a importância da

diversidade cultural ao longo do tempo histórico e a relação do que se produziu em ambiente escolar com a historiografia sobre a região. Estudantes aprenderam com as tradições oferecidas por diálogos e monólogos que reforçaram sentimentos de pertencimento, integração e responsabilidade histórica. Por meio da interação com seu professor compreenderam as disputas de memória, trajetórias, experiências e a diversidade de uma localidade que se desenvolveu com certas peculiaridades e com relativa independência, adquirindo características próprias e singularidades diante do hoje município de São João Batista. O produto desse trabalho é um inventário de tradições orais para Tigipió. Ele tomou forma principalmente por meio de narrativas de estudantes que participaram da execução de rotinas escolares e por isso contribuíram para uma nova construção histórica sobre o lugar em que vivem e pertencem.

Palavras-chave: Ensino de História. História oral. História local. Memória. Colônia Nova Itália.

ABSTRACT

TONINI, Malcon Gustavo. **Memórias da Colônia Nova Itália/SC**: Diálogos entre história oral, memória e ensino de História. 2021. 224 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

This work aims to identify, problematize and organize the presence of a colonial past in the memories of students and residents of Tigipió, district of the city of São João Batista in Santa Catarina. A significant part of this territory, located around the Basic Education School Teacher Lídia Leal Gomes, in the past, was a colonial nucleus of the Brazilian Empire, the Colony New Italy. The Tigipió district has a historical construction with roots linked to this enterprise, but which needed to be studied, due to its isolation from other settlements in Santa Catarina for almost a century, a fact that is not considered by historiography. In this context, I developed the school project *Memórias da Colônia* in the midst of the community. The research was carried out between 2019 and 2020 with the participation of high school students. From interpretations, we are faced with historical perspectives with different origins. Considered, they provided us with analyzes through historiographic operations. Textual documents about this past already existed, but other sources were created throughout the process. Through speech and listening, the recording of stories narrated and encompassed by the engagement of students promoted the production of new documents. The set of these, under analysis, created the possibility of a re-reading of records and the treatment of major phenomena from the place. Traditions have come to play an important role in the educational context. Over the course of two years, strategies for the development of this investigation were adopted, didactic sequences constructed and subjects who were actors or witnesses of events or circumstances were interviewed. The methodology based on oral history provided resources for the knowledge construction process, which, when transported to the educational environment, made it possible to question possible cultural references in memories, belonging to the place that is orientation for students. In addition, it provided a new way of teaching and signifying history. The importance of cultural diversity throughout historical time and the relationship of what was produced in a school environment with the historiography about the region was offered. Students

learned from the traditions offered by dialogues and monologues that reinforced feelings of belonging, integration and historical responsibility. Through interaction with your teacher they understood the disputes of memory, trajectories, experiences and the diversity of a locality that developed with certain peculiarities and with relative independence, acquiring its own characteristics and singularities in the present municipality of São João Batista. The product of this work is an inventory of oral traditions for Tigipió. It took shape mainly through the narratives of students who participated in the execution of school routines and therefore contributed to a new historical construction on the place where they live and belong.

Keywords: History teaching. Oral history. Local history. Memory. Colony New Italy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Localização geográfica do distrito de Tigipió com relação à região central do município de São João Batista.....	44
Figura 2 -	Localização geográfica da EEB Profa. Lídia Leal Gomes, no distrito de Tigipió com relação ao Rio Tijucas-Grande, região que no século XIX fez parte da fazenda Boa Vista, centro administrativo da Colônia Nova Itália.....	44
Figura 3 -	Episódio: <i>Cuidado com as pedras</i> , da I Temporada de Memórias da Colônia.....	74
Figura 4 -	Fotografia do encerramento do Sarau Histórico-Literário 2019 na EEB Profa. Lídia Leal Gomes.....	75
Figura 5 -	Vídeos que contemplam dramatizações de narrativas produzidas em 2019.....	75
Figura 6 -	Banner com ilustração feita por Igor Eduardo Machado em 2019.....	77
Figura 7 -	Episódio: <i>Tragédia de um dia de outono</i> , da II Temporada de Memórias da Colônia.....	77
Figura 8 -	Arte criada para divulgação de produtos personalizados relacionados às fontes produzidas durante a pesquisa.....	78
Figura 9 -	Capa de exemplar da 2ª edição do livro Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina de Lucas Alexandre Boiteux.....	80
Figura 10 -	Capa de exemplar da 1ª edição do livro Nova Trento de Walter Piazza.....	82
Figura 11 -	Bertrand de Orleans e Bragança na inauguração da placa alusiva aos 180 anos da imigração italiana no Brasil, em Colônia Nova Itália, São João Batista/SC.....	86
Figura 12 -	Placa comemorativa dos 180 anos da imigração italiana no Brasil, bairro Colônia Nova Itália, em São João Batista.....	86
Figura 13 -	Busto em homenagem ao Cel. Henrique Carlos Boiteux em Nova Trento/SC.....	90

Figura 14 -	Ilustração do episódio VI: <i>As benzeduras</i> , publicado na série jornalística Memórias da Colônia em 2019.....	92
Figura 15 -	Banner produzido com a junção de algumas das fotografias produzidas no ensino de História.....	95
Figura 16 -	Fotografia de um carro de boi.....	96
Figura 17 -	Estátua do padroeiro de São João Batista localizada ao lado da atual Igreja Matriz Católica da Paróquia municipal.....	112
Figura 18 -	Bacia hidrográfica do Rio Tijucas.....	117
Figura 19 -	Pedras dos três irmãos no Rio Tijucas-Grande, no bairro Colônia Nova Itália.....	118
Figura 20 -	Ilustração de uma paisagem a partir da frente da “fictícia” casa de Betina nas proximidades do rio Tijucas.....	180
Figura 21 -	Ilustração do casal Tiago e Isabel nas proximidades do rio Tijucas.....	181
Figura 22 -	Ilustração das pedras dos três irmãos, aparentes no rio Tijucas, no bairro Colônia Nova Itália.....	182
Figura 23 -	Encenação de: <i>As pedras dos três irmãos</i>	182
Figura 24 -	Ilustração de pessoas fugindo da “bruxa” às margens do rio Tijucas.....	183
Figura 25 -	Encenação de: A bruxa do cafezal.....	184
Figura 26 -	Ilustração de uma viúva entrando em uma igreja com sua filha...	185
Figura 27 -	Ilustração do interior de uma casa colonial	186
Figura 28 -	Encenação de: <i>As benzeduras</i>	186
Figura 29 -	Ilustração de um cortejo funerário pelo rio Tijucas	187
Figura 30 -	Ilustração de um “lobisomem”.....	188
Figura 31 -	Ilustração de um homem sendo “assombrado” por uma “bruxa”.....	189
Figura 32 -	Ilustração de um “Bugreiro”.....	190
Figura 33 -	Encenação de: <i>A vida cobra</i>	190
Figura 34 -	Ilustração de uma noiva indo para o casamento utilizando o transporte fluvial	191

Figura 35 -	Ilustração do padre com uma pedra na mão enquanto João está em fuga	192
Figura 36 -	Ilustração de uma horta caseira.....	193
Figura 37 -	Encenação de: <i>O pé de alface</i>	194
Figura 38 -	Ilustração de uma família se deslocando de carroça até uma igreja	195
Figura 39 -	Ilustração de um barco transportando imigrantes para o litoral brasileiro.....	196
Figura 40 -	Encenação de: <i>Chegados à Colônia</i>	196
Figura 41 -	Ilustração que remete ao bucólico e as tradições de curandeirismo.....	197
Figura 42 -	Ilustração de um casal às margens do rio Tijucas ao entardecer.....	198
Figura 43 -	Encenação de: O casamento diferente	199
Figura 44 -	Ilustração que remete ao início da colonização no interior de São João Batista.....	200
Figura 45 -	Ilustração de uma mulher fazendo café no interior de sua casa.....	201
Figura 46 -	Ilustração de velório no interior da residência da pessoa falecida.....	202
Figura 47 -	Ilustração de moradores de uma vila sofrendo com uma enchente.....	203
Figura 48 -	Ilustração de um local onde houve um sepultamento em meio à floresta	204
Figura 49 -	Ilustração de um homem espiando o padre dormindo.....	205
Figura 50 -	Ilustração de uma serraria às margens do rio Tijucas.....	206
Figura 51 -	Ilustração de uma moça sendo observada.....	207
Figura 52 -	Ilustração de um homem sofrendo de quebranto.....	208
Figura 53 -	Ilustração de três homens em uma balsa em meio a um rio	

	transbordando.....	209
Figura 54 -	Ilustração contrastando o tempo com relação ao engenho.....	210
Figura 55 -	Ilustração de homens à noite procurando por uma bruxa na mata.....	211
Figura 56 -	Ilustração de uma arataca.....	212
Figura 57 -	Ilustração de uma cena que se passa ao redor de uma casa, onde uma menina está indo ao encontro de uma pessoa pendurada por uma forca	213
Figura 58 -	Ilustração de uma criança no interior de seu quarto com medo de ser assombrada.....	214
Figura 59 -	Ilustração de crianças questionando e indagando sobre luzes avistadas no céu.....	215
Figura 60 -	Ilustração de ladrões em meio ao furto de tabaco em um paiol.....	216
Figura 61 -	Ilustração de um idoso questionando um indígena com relação ao paradeiro de um gato.....	217
Figura 62 -	Fotografia de uma plantação de milho.....	218
Figura 63 -	Fotografia de um forno caseiro artesanal.....	218
Figura 64 -	Fotografia de uma pilha de lenha picada.....	219
Figura 65 -	Fotografia de uma colheita da mandioca.....	219
Figura 66 -	Fotografia de quadro com pintura de familiares.....	220
Figura 67 -	Fotografia de engrenagens de um engenho de farinha.....	220

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADANPIB	Associação dos Descendentes e Amigos do Núcleo Pioneiro da Imigração Italiana do Brasil
ALESC	Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EEB	Escola de Educação Básica
FAEL	Faculdade Educacional da Lapa
FAPESC	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina
FUMDES	Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IHGSC	Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História
Profa.	Professora
ProfHistória	Mestrado Profissional em Ensino de História
SED	Secretaria de Estado de Educação
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UNIEDU	Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
2	MEMÓRIA E DIÁLOGO: A PRÁTICA DA HISTÓRIA ORAL E O ENSINO DE HISTÓRIA	41
2.1	ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: MEMÓRIA E NARRATIVA	45
2.2	HISTÓRIA ORAL EM SALA DE AULA	58
2.3	DILEMAS EM HISTÓRIA ORAL	64
3	CAMINHOS PERCORRIDOS: A CONSTRUÇÃO, EXECUÇÃO E RESULTADOS DAS SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS	70
3.1	<i>PRIMEIRA PÁGINA DA COLONIZAÇÃO ITALIANA EM SANTA CATARINA: ANÁLISE E DISCUSSÃO</i>	<i>79</i>
3.2	ENSINO DE HISTÓRIA: DIÁLOGOS COM IMAGENS	91
4	MEMÓRIAS DA COLÔNIA	99
4.1	A COLONIZAÇÃO EM SÃO JOÃO BATISTA E AS MEMÓRIAS DO DISTRITO DE TIGIPIÓ	104
4.2	FARINHA DE MANDIOCA COLONIAL: A INVENÇÃO DE UMA TRADIÇÃO	140
4.3	DAS BRUXAS AS BENZEDEIRAS: O PROTAGONISMO FEMININO DURANTE A COLONIZAÇÃO	145
4.4	MARTINHO BUGREIRO: O MITO DO HEROÍSMO SOBRE UM ASSASSINO DE INDÍGENAS	151
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
	REFERÊNCIAS	165
	APÊNDICE A - SEQUÊNCIA DIDÁTICA PRINCIPAL	172
	APÊNDICE B - SEQUÊNCIA DIDÁTICA SECUNDÁRIA	176
	APÊNDICE C - INVENTÁRIO DE TRADIÇÕES DO DISTRITO DE TIGIPIÓ	179
	APÊNDICE D - FOTOGRAFIAS PRODUZIDAS POR ESTUDANTES	218
	ANEXO 1 - MODELO DE INÍCIO DE TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA	221
	ANEXO 2 - MODELO: CARTA DE CESSÃO	222

ANEXO 3 - MODELO: CARTA CONVITE	223
ANEXO 4 - MODELO: CARTA DE AGRADECIMENTO	224

1 INTRODUÇÃO

As discussões acerca das teorias sobre a produção histórica e sua estreita ligação com o ensino de História desafiam a refletir sobre a circulação do conhecimento, considerando vários suportes. Fontes das mais diferentes linguagens, se estudadas, possuem potencial para o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem quando transformadas em algo que faça sentido e aperfeiçoe o entendimento e a apropriação do conhecimento histórico pelos estudantes. Sou professor de História da Educação Básica da rede estadual de Santa Catarina desde 2012, e a minha experiência de trabalho me aproximou de discussões relativas ao uso de fontes históricas em sala de aula. Atuando, tomo como desafio o uso das mais diversas estratégias de ensino e aprendizagem, e trato de utilizar conceitos e mecanismos que até então passavam despercebidos nos ambientes em que trabalhei. Transformei documentos com as mais variadas formas (cinema, literatura, canções, fotografias, entrevistas, objetos, charges, desenhos e mapas) em fontes, e por meio de projetos¹ escolares acabei aproximando escolas de suas respectivas comunidades, me dedicando ao aperfeiçoamento do ensino e de seus métodos. A partir da prática escolar, proponho estratégias capazes de indicar que a História é um imenso campo de possibilidades e o documento histórico pode se tornar um aliado do aluno no processo de aprendizagem. Nessa prática, o ponto de partida da investigação passa do documento para o problema, o que nessa perspectiva é garantir o objeto histórico pelo método de ensino, pensando a disciplina de História como uma forma dos estudantes voltarem sua atenção também para o cotidiano.

Desde 2018, dentre outros desafios na área da educação, atuo como professor de História da Escola de Educação Básica (EEB) Professora Lídia Leal

¹ Destaco o projeto que coordenei chamado *Uma ponte para o conhecimento*, iniciado no ano de 2015, na Escola Municipal Professora Araci Espíndola Dalcenter, que consistia em trocas de documentos produzidos e relacionados ao ensino de História, entre alguns de meus alunos e alunas do Ensino Fundamental e estudantes matriculados na Escola da Ponte em Portugal. Também evidencio o *Abaixo-assinado ao Governador do Estado de Santa Catarina Carlos Moisés da Silva*, em 2019, quando, junto ao Ensino Médio da EEB Profa. Lídia Leal Gomes, recolhemos mais de 1500 assinaturas para o fechamento de uma cratera na rodovia SC-108, próxima à escola. O documento produzido foi entregue em audiência com a presença de alunas, no gabinete da presidência da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) nas mãos do Presidente do Legislativo catarinense Júlio Cesar Garcia. Como acordado, a obra de recuperação foi executada nos meses seguintes. Disponível em: <https://omunicipio.com.br/sjb-edital-para-licitacao-da-obra-da-cratera-na-sc-108-em-sao-joao-batista-ja-esta-pronto/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

Gomes², a única escola estadual do interior do município de São João Batista³. A Escola está localizada na região central de Tigipió, contemplando todos os bairros que formam esse distrito. Nele destacam-se as localidades de Arataca⁴ e a recém-nomeada, Colônia Nova Itália⁵, povoadas a partir das margens do Rio Tijucas-Grande, que separa o distrito, constituindo-se nos bairros mais populosos da região.

O distrito de Tigipió, na cidade de São João Batista, é a região que integra os limites territoriais que na primeira metade do século XIX fizeram parte do núcleo colonial denominado Colônia Nova Itália (SACHET; SACHET, 1997), documentado em agosto do ano de 1835. Durante a colonização da região, ainda no século XIX, ali surgiu a Vila Boa Vista, fruto do desenvolvimento de uma fazenda que foi sede do empreendimento colonial. Tigipió⁶ só alcança o patamar de distrito em 1919, quando as terras que hoje integram São João Batista ainda faziam parte do município de Tijucas. Foi na EEB Profa. Lídia Leal Gomes, em que atendo exclusivamente ao Ensino Médio, onde desenvolvi minha pesquisa, abordando narrativas orais, frutos de entrevistas realizadas por mim e meus alunos e alunas, e que foram organizadas em forma de textos, visando à produção de fontes para o ensino de história local.

A memória, que por muito tempo foi privilégio de estudos da Psicologia e Psiquiatria, como memória social, coletiva ou individual, também passou a ser objeto de estudo valorizado por áreas como a Sociologia, a Antropologia, a Geografia, a

² A EEB Profa. Lídia Leal Gomes está localizada a 14 km da região central do município de São João Batista, as margens da rodovia SC-108, no trajeto que liga a cidade ao município de Major Gercino. Lídia Leal Gomes, que nomeia a Escola, segundo Darci de Brito Maurici (2008) foi homenageada por ter, a partir de 1907, iniciado uma história de dedicação e persistência na alfabetização de crianças da então Vila Boa Vista. A professora atuou inicialmente na localidade de Canudos, e no ano seguinte passou a trabalhar em uma casa onde, desde 1912, localiza-se essa escola da rede estadual. Lecionou até 1929 nessa comunidade, quando se aposentou.

³ O município catarinense de São João Batista está localizado a 79 km de Florianópolis, capital, fazendo parte da microrregião dos Vales dos rios Tijucas e Itajaí-Mirim, integrando a Grande Florianópolis e tendo em seus limites as cidades de Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Major Gercino, Nova Trento e Tijucas.

⁴ Segundo Maurici (2008) a localidade de Arataca teria sido iniciada com a chegada da família de Luiz Melo entre as décadas de 1880 e 1890, durante a integração da freguesia de São João Batista, criada na Província de Santa Catarina em 19 de abril de 1838, ao município de Tijucas. A comunidade teria se desenvolvido nas terras mais ao fundo da Vila Boa Vista e teria recebido este nome justamente por ser considerada sem saída, a exemplo da armadilha indígena de mesmo nome.

⁵ Em 2017 a Lei Ordinária municipal nº 3762 acrescenta a expressão *Nova Itália* ao nome do bairro, até então denominado apenas *Colônia*, em meio a movimentos políticos afirmativos com relação à imigração italiana em São João Batista.

⁶ A justificativa levantada por Maurici (2008) para a troca do nome da localidade de Boa Vista para Tigipió seria causada pela confusão postal causada pelo nome com relação a outro vilarejo de mesmo nome em Mafra. Tigipió é um nome indígena que de acordo com a professora Darci, se refere a uma frutinha redonda, cor de ouro com uma polpa translúcida, como um bago de uva, com cheiro e gosto de mel. Quando ingeridas em grande quantidade é tóxica e mortal, segundo a crença popular. Essa fruta teria sido abundante à beira dos riachos da região e enganado muitos viajantes.

Educação e a História. Essa abordagem só foi possível quando a memória alcança a atenção das humanidades, passando a ser abordada na análise e problematização de representações do passado e de seus registros no âmbito da linguagem. A concretização do que já passou, para a divulgação do conhecimento a partir da abordagem declarativa possibilita, segundo Verena Alberti (2004), o estudo da constituição e formalização da memória. Outro autor, Michael Pollak (1992) situa a memória como resistente à alteridade e à mudança, e sua essencialidade na percepção daquilo que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência. A memória é mutante, está em constante processo de negociação, portanto, a pesquisa por meio da história oral é bastante adequada ao contribuir com a continuidade do tempo. Estudando o processo de constituição da memória se permite a resistência às mudanças e as rupturas que fazem parte da vida humana.

Entendo que as histórias que partilhamos, ao serem utilizadas em investigações com memórias, permitem observar determinados aspectos de períodos e acontecimentos históricos nem sempre perceptíveis por outras fontes, ou mesmo também pela ausência destas. De acordo com Verena Alberti (2004) quando se pesquisa sobre um determinado recorte da história, precisamos selecionar acontecimentos, conjunturas e modos de viver, para conhecer e explicar o que se passou. Em uma metodologia de trabalho a partir do uso de entrevistas orais há um incremento, pois essas se tornam matéria-prima para a elaboração de textos escolares únicos e singulares, que tratam da experiência de sujeitos, até então invisíveis. É contar uma história por meio de fontes, de maneira proximal, promovendo a sensação de que as suas conjunturas e estruturas não estejam mais tão distantes. Nesse processo, as discontinuidades ganham outro sentido e passamos a contar com emoções, reações, observações, por meio de relatos com lembranças em suas dimensões mais profundas. Assim, a História passa a ser analisada de forma a desmontar os essencialismos com que as pessoas enxergam as questões de nosso tempo, desestabilizando os lugares de verdade e os poderes neles investidos.

Ao saber que experiências vividas servem de base na construção de conhecimento resolvi problematizar eventuais referências culturais nas memórias dos habitantes de Tigipió. Desenvolvi com estudantes e a comunidade, o projeto escolar *Memórias da Colônia*. Seu desenvolvimento está atrelado a proposta de pesquisa que apresentei no âmbito do ProfHistória, pois o desafio era justamente

transformar a minha prática em objeto de reflexão, de estudo. Nesse projeto desenvolvido na escola, procurei usar da metodologia baseada no uso de história oral, da qual me apropriei após estudos sugeridos pela Profa. Dra. Caroline Jaques Cubas⁷, ainda na confecção do projeto de pesquisa acadêmica. A metodologia foi importante para a compreensão das disputas de memória e de diversas manifestações culturais (tradições e rituais partilhados) relevantes para as pessoas, em uma localidade que se desenvolveu com certas peculiaridades e com relativa independência, adquirindo características próprias e singularidades diante do restante do hoje município de São João Batista. Aquilo que operações historiográficas anteriores possam não ter dado a devida atenção, por intermédio da história oral, hoje, pode ser contado por meio de outras narrativas obtidas em rotinas de projetos escolares. Os relatos produzidos no projeto que desenvolvi especificamente para o ensino de História articulado ao local são importantes para o alcance do objetivo de identificar, problematizar e organizar a presença de um passado colonial nas memórias de pessoas pertencentes ao círculo social dos estudantes do Ensino Médio da Escola localizada no distrito de Tigipió. Fui instigado sobre as noções de tradição oral, compreendida por meio de Verena Alberti (2004, p. 24) como “[...] um patrimônio que o grupo detém e que é parte importante de sua identidade [...]”, e também tradição inventada, entendida a partir de Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1984, p. 9) como:

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.

A oralidade proporcionou a composição do produto final desse trabalho⁸, conhecimentos sobre experiências concretas, históricas e vivas, compreendidas e interpretadas levando-se em consideração a expressão humana.

⁷ Ministrou a disciplina de História do Ensino de História, ofertada pelo ProfHistória/UDESC, no primeiro semestre de 2019.

⁸ Importante destacar que sua realização se vincula ao Grupo de Pesquisa Ensino de História Memória e Culturas (UDESC/CNPq), que conta com financiamento da FAPESC por meio de chamadas públicas de apoio a infraestrutura dos grupos de pesquisa da UDESC. O projeto foi contemplado pelo Programa de bolsas de pós-graduação UNIEDU/FUMDES, vinculado a Diretoria de Planejamento e Políticas Educacionais da Secretaria de Estado de Educação (SED) de Santa Catarina.

A região do antigo Núcleo Colonial Nova Itália, destacada por ações políticas recentes, necessitava ser explorada e relacionada às diferentes histórias registradas na localidade. A Escola foi construída em terras que um dia fizeram parte não somente da referida Colônia, mas também onde, no passado, estava instalada a sede da administração colonial, a fazenda Boa Vista. A EEB Profa. Lídia Leal Gomes é uma escola da área rural, que atende aos bairros mais afastados da região central do município, possuindo laços enraizados por tradições antepassadas, sendo que a maioria dos estudantes possui familiares que descendem dos primeiros imigrantes europeus que chegaram à região. Essas tradições oferecem um senso de continuidade seletiva que opera ora definindo e identificando social e culturalmente o presente ora retificando-o. Critérios pré-definidos por condições históricas (sociais e econômicas) e pelo imaginário das pessoas operam em favor dessa seletividade, o que segundo Hobsbawm e Ranger (1984), caracterizaria essas tradições como práticas fixas que se repetem e se transformam, remetendo ao passado.

Tradições, muitas vezes em contraste com as constantes mudanças e inovações do mundo moderno, estão atreladas ao conservadorismo. Pensadas como algo imutável operam diretamente com a cultura popular, e estão ligadas à produção de um saber sistemático que é classificado como folclore⁹ e também à formação de identidades. Sabemos muito pouco sobre as formas de pensar dos que insistiram nessas tradições, até porque muitas delas possuem como origem o século XIX, mas há relevância em entender como os inventores desse folclore procuraram organizar e difundir essas ideias. O que certamente favoreceu a circulação desse legado foram à falta de um sistema de ensino que atingisse a maioria da população local e a dificuldade em se ler livros e periódicos, durante a colonização e, inclusive, posteriormente. Nesse contexto histórico, acabou ficando a cargo dos folcloristas a transmissão de muitas dessas tradições. Uma tradição, independente de origem e sentimentos que a envolvem, pode estar sujeita a mudanças, e ao ensinar História é importante que os professores se atenham a esses sentidos e noções, dando uma maior abrangência às diferenças conceituais. Manifestações populares são constantemente recriadas.

⁹ O significado “[...] que o senso comum adota sobre a ideia de folclore é válida [...]” (GOLOTOVATY, 2005, p.19), pois existem nesse caso questões pertinentes para o debate sobre essa classificação, tais como as representações hegemônicas da população local sobre ela mesma e parte de seu passado, ou seja, como esse “povo olha a si mesmo”.

Os lugares onde se praticou ou ainda são praticadas essas tradições contam com recortes entrelaçados de um percurso histórico ligado ao passado e influenciados pelo presente. Nesse sentido, precisavam ser estudados, pois não estão associados apenas com o século XIX, época da colonização italiana no Vale do Rio Tijucas-Grande, mas com diferentes tempos e sujeitos, muitos ocultados pela historiografia até então, que enfatiza justamente uma repetição conservadora e próxima dos interesses estatais. Eleger o município de São João Batista como *lócus* de estudo oportunizou a problematização, a interrogação e o questionamento de memórias, já que a história oral pode ter uma relação diferenciada e conflituosa com a história que se tornou oficial. A fim de resolver algumas dessas questões, destaco nesse trabalho o confronto da historiografia considerada oficial com a produção intelectual de jovens estudantes do Ensino Médio a partir do uso de sequências didáticas. Perguntas necessitavam serem respondidas e havia a falta de fontes disponíveis que possibilitassem essas respostas. Redes de relações, formas de socialização e investigações específicas precisavam ser elucidadas. A trajetória de Tigipió precisava de uma narrativa que proporcionasse entendimentos de como muitas pessoas e grupos ocultados em livros experimentaram e experimentam o passado. Planejar atividades conectando-as entre si ao longo do ano letivo de 2019 foi muito importante, pois para o desenvolvimento da pesquisa, se fez necessário a reorganização do planejamento anual contemplando as atividades fundamentais para o sucesso desse trabalho. A delimitação e a organização de cada etapa de forma integrada ao currículo do Ensino Médio, ainda no primeiro ano de desenvolvimento desta dissertação, 2019, propiciaram uma melhor dinâmica no processo de ensino e aprendizagem e resultaram em produtos inovadores. Em razão disso, a pandemia¹⁰ - que interrompeu as atividades escolares presenciais, em 2020 – não comprometeu diretamente a execução dessas ações. Durante esse percurso, após uma apresentação inicial da situação, entrevistas temáticas foram organizadas, promovendo a aproximação dos estudantes com as memórias de uma

¹⁰ Em 17 de março de 2020, em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), o governo do Estado de Santa Catarina interrompeu as atividades de ensino presencial, além de outras restrições relativas à circulação social. A partir de abril desse mesmo ano a Secretaria de Estado da Educação restabeleceu as aulas na Educação Básica da rede pública estadual por meio remoto, disponibilizando a plataforma *Google Classroom*. Na EEB Profa Lídia Leal Gomes a grande maioria dos estudantes do Ensino Médio conseguiu acompanhar as aulas por esse meio. Dessa forma, o desfecho das atividades do projeto *Memórias da Colônia* não foi comprometido integralmente. Além disso, por intermédio do aplicativo *WhatsApp* mantivemos contato constante com os estudantes durante o período de isolamento.

região que, durante muitos anos do século XIX, foi um núcleo colonial do Império brasileiro, a Colônia Nova Itália. A organização das ideias coletadas foi acomodada em textos dissertativos produzidos no biênio 2019-2020 e deram origem a um inventário de tradições locais, repleto de fontes históricas produzidas para o ensino de História. Essas narrativas deram origem ao produto desse trabalho, e não somente na forma escrita, mas também em ilustrações, banners, fotografias e dramatizações¹¹, além de produtos personalizados¹². Por meio da investigação histórica e da prática inclusiva junto aos estudantes, fontes históricas foram produzidas, incorporando elementos potencialmente consideráveis à elaboração de uma nova historiografia para região.

Defendo que a produção de história local por meio dessa pesquisa e, especialmente seu produto, pode ser usada por outros profissionais e não apenas na região, pois a metodologia também possibilita ser apropriada e usada em outras localidades. É importante que o professor leve em consideração que a oralidade é um dos requisitos para o reconhecimento das relações cotidianas de grupos sociais e que resulta na formação sociocultural de indivíduos. A sequência didática construída no início do processo (APÊNDICE A) possuía por objetivo principal, a abordagem da história local a partir de sujeitos comuns, para que o fruto desse empenho gerasse um inventário de tradições, de memórias presentes no curso dos dias, nas relações temporais. Uma coletânea de inúmeras narrativas estabelecidas diariamente relacionadas com outras fontes históricas. Para tanto foram recrutados inestimáveis colaboradores¹³ que transmitiram aos alunos e alunas, tradições orais que perpassam o tempo. Apesar de não haver registros históricos documentais, tais

¹¹ Ao final do ano letivo de 2019, a Escola promoveu um sarau com a dramatização das narrativas históricas produzidas ao longo do ano para essa pesquisa. A primeira temporada de *Memórias da Colônia* foi gravada e editada pelo cineasta amador, Anderson Quaiatto. A segunda temporada não foi dramatizada em 2020, pela impossibilidade de atividades presenciais e que pudessem causar aglomeração social.

¹² Uma ex-aluna, Renata Visentainer, produziu canecas e camisetas divulgando o produto do nosso trabalho na Escola e fora dela para arrecadar fundos e ajudar uma menina chamada Anna Laura Orsi Batista, que recebeu o diagnóstico de AME (Atrofia Muscular Espinhal) tipo 1 e por isso necessitava de recursos financeiros para uma intervenção cirúrgica que garantiria sua sobrevivência. No dia 10/02/2021 a família da menina anunciou ter conseguido arrecadar os aproximadamente R\$ 12.000.000,00 de que precisava para o tratamento da doença.

¹³ Colaboraram com a pesquisa pessoas convidadas por indicação dos estudantes, que foram entrevistadas ao longo do ano letivo de 2019, sob a minha orientação. Os participantes foram os memorialistas Alzo Gerônimo Sestrem, Ari Celso de Souza, Jane Aparecida Frederico do Nascimento, José Sardo, Manoel Pedro Garcia, Maria do Carmo Deluvino Formento, Maria Eli Rodrigues, Nildo Correia e o casal a. e ca. Benigno, além da então Mestranda em História (PPGH-UDESC), Marcia Peixe Vargas, que, no primeiro semestre de 2019, fazia pesquisas na região investigada para sua dissertação.

narrativas estão muito vivas na memória da comunidade. É importante salientar o apoio incondicional das famílias, de colegas professores¹⁴ e do corpo administrativo¹⁵ da Escola. Em todos os momentos, o pensamento histórico obedeceu a uma “lógica narrativa” e a uma racionalidade específica do histórico, ou seja, ações foram orientadas para que fizessem sentido à pesquisa histórica e às relações cotidianas. Indivíduos narraram suas experiências no tempo, conscientizados de que o conhecimento não é exclusivo, mas sim algo presente no dia-a-dia das pessoas. O Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória)¹⁶ tem se tornado uma experiência desafiadora e ao mesmo tempo gratificante, possibilitando aos docentes conhecer e partilhar experiências, oportunizando enxergar a História por pontos de vista diferentes dos considerados oficiais. É importante a constante reflexão sobre o que nós historiadores e docentes fazemos e como fazemos, e qual a relevância social de nossa produção intelectual. Escrever a história levando em consideração a função social do historiador e do professor vai ao encontro da proposta do ProfHistória e do estudo sobre a história local.

No processo de ensino-aprendizagem o estudo de memórias sobre a história local ofereceu aos estudantes oportunidades de construção ou aperfeiçoamento da noção de pertencimento, identificando e diferenciando grupos classificados por etnias ou culturas, por exemplo. O estudante percebeu-se como parte de uma história ampla e complexa. Nesse trabalho estão registros de práticas sociais descritas como tradições e apresentadas levando em consideração as suas possíveis origens, como surgiram e como se estabeleceram, se são traços culturais italianos, se são de ascendência portuguesa, indígena ou africana, ou se são construções institucionalizadas para dar continuidade a um determinado passado histórico. Enfatizo que é uma necessidade social se identificar e, segundo Stuart Hall

¹⁴ Participaram da execução de alguns dos módulos das sequências didáticas os professores, de Língua portuguesa Oséias Couto dos Santos, de artes Denise Cristina Motta e a professora de educação inclusiva Marinete Richter.

¹⁵ A Diretora da instituição, Jania Zunino, desde o início apoiou, colaborou e participou de todas as etapas. De certa forma também estiveram ativos durante os trabalhos, o então assistente técnico pedagógico Jaison Simas (egresso do ProfHistória/UDESC) e a assessora de direção Darlene Aparecida Molinari.

¹⁶ Programa de pós-graduação *stricto sensu*, com oferta simultânea nacional, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que tem como objetivo promover e ampliar a formação docente em História, para que professores possam qualificar suas práticas; desenvolver pesquisas no campo do ensino e, especialmente, contribuir para o aprendizado histórico na Educação Básica.

(2000, p.106), a identificação passa por um processo de construção nunca completado, sendo esta condicional. O conhecimento histórico evidencia como a identidade é construída a partir do reconhecimento de determinadas origens, da partilha de características, de ideais invocados pela descoberta de determinados passados aos quais os estudantes se correspondem e se atualizam durante a escrita. A questão é indagar o quanto essa temática tem validade para se pensar sociedades do passado e aquelas do presente.

Foi pensando nessas questões, que percebi a necessidade de apresentar uma escrita historiográfica para o distrito de Tigipió. A partir dos resultados do projeto escolar *Memórias da Colônia* desenvolvi um texto, contemplando os diversos sujeitos que construíram a localidade, apresentando, reafirmando e questionando fontes que se apropriaram de relatos considerados oficiais, como na historiografia construída a pedido do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC¹⁷) pelo Almirante Lucas Alexandre Boiteux. Além da obra desse autor, outras fontes foram citadas, analisadas ou confrontadas, como *Nova Trento* (1950) de Walter Piazza; a tradução de Teodoro Cabral de *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)* de Robert Avé-Lallement (1980); *São João Batista do Alto Tijucas Grande: 1834 – Do Arraial do Capitão Amorim à capital catarinense do calçado*, de Darci de Brito Maurici (2008); *O centenário de São Sebastião do bairro da Índia, 1915 – 2015* (2015) e *A Capela da Imaculada: 130 anos de fundação da Capela da Imaculada Conceição, Moura-Canelinha* (2018), ambas de autoria do Pe. Flávio Feler.

Incluem-se, como fontes desse trabalho, as narrativas que podem ser consideradas força motriz para que haja a inclusão dos diversos grupos humanos que habitaram em determinado recorte temporal o que hoje se tornou o município catarinense de São João Batista. Partindo do princípio de que a história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele produzido sobre a história nacional embarcamos em um projeto de história oral em sala de aula, e obtivemos resultado

¹⁷ O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) foi fundado pelo jornalista e advogado José Arthur Boiteux (1864-1934) em 1896. Os membros do IHGSC, no período, sobrepujaram atividades, cargos públicos e profissões, mantendo relações estreitas com a política estadual; alguns, inclusive, exerciam cargos importantes no executivo do governo ou mandatos eletivos, como, por exemplo, Hercílio Luz, Felipe Schmidt, Gustavo Richard, Vidal Ramos, todos governadores de Santa Catarina entre 1894 e 1924. “O Instituto catarinense foi durante muito tempo o *locus* da discussão historiográfica no Estado e, nas primeiras décadas do século XX, seus membros chamaram para si a tarefa de produzir uma história catarinense para ser divulgada e didatizada” com estreita vinculação com a narrativa histórica nacional (SILVA; ZAMBONI, 2013, p.142).

satisfatório. A aplicação das sequências didáticas (APÊNDICES A e B) demonstrou suas funcionalidades. O trabalho colaborativo durante as abordagens dentro e fora de sala de aula, de forma planejada e organizada, trouxe resultados relativos aos objetivos da pesquisa. A aprendizagem e a reação dos estudantes durante o percurso formativo possibilitaram a construção de uma história local legítima, pois se viram como seres históricos e como cidadãos, sentiram na pele, na emoção e na memória como é relevante o conhecimento que está além dos livros didáticos. Perceberam por meio da prática escolar, como é importante saber sobre a localidade em que vivem, saber sobre o rio Tijucas, sobre a penetração e ocupação às suas margens, sobre a origem das vilas ao seu redor. O livro didático lhes mostrou a importância dos rios Nilo, Tigre e Eufrates, mas esses não fazem parte de seu dia-a-dia, não dão conta de explicar especificidades locais. A produção das culturas da mandioca, aipim e tabaco, tão próximas a eles, já existiam durante a colonização europeia na região, mas o que aprendem em uma história geral é que a Colônia brasileira tinha por atividade econômica predominante a cana de açúcar, o que causa certa confusão na compreensão histórica pelo estudante quando trata de um passado proximal. O ensino de história local rompeu a visão tradicional de se estudar uma história geral do Brasil, homogênea, sem diferenças, conflitos e contradições. Em sala de aula tratamos de temas dos mais variados da vida cotidiana na comunidade de Tigipió, o que reforçou a ideia de que em razão de a maioria não conhecer outro espaço-temporal, a zona rural de São João Batista é algo concreto e as histórias contadas nos livros didáticos são algo abstrato e distante para eles.

No decorrer do tempo, com a conclusão das etapas, o projeto popularizou-se na região, pois contemplou tradições comunitárias. Essa popularização contribuiu para que famílias e comunidade pensem sobre seu passado e integrem-se ao movimento de conscientização e transformação social. Segundo Izabella Costa Santiago (2018, p.22), os indivíduos que constituem os espaços escolares ao se organizarem junto às pessoas das comunidades ao “[...] seu entorno, podem gerar um movimento coletivo de leitura de mundo e luta pela conscientização da realidade histórica.”. A partir dessa conscientização surgiram novas situações, como quando houve o interesse pela apresentação pública de muitas das histórias escritas pelos

estudantes por meio de um jornal comunitário¹⁸. O periódico atendeu a demanda pela curiosidade dos locais sobre o resultado inicial desse trabalho, e mesmo sem ter planejado, a leitura pública dessas histórias incentivou o município a pensar sobre o enfrentamento das situações de negação ao passado, em mudanças de atitude e sobre os protagonismos, num espaço comum e que lhes pertence. O cidadão que colaborou ou simplesmente contemplou esse e outros produtos resultantes das inserções didáticas, percebeu que apesar de ter por impressão se sentir pertencer a uma nação, na localidade em que vive é que tem suas raízes, é nela que nasceu, que formou família e que na maioria das vezes foi de onde tirou seu sustento. E por meio desse envolvimento, uma geração teve a oportunidade a partir da escola, de conhecer e conviver sua localidade, se apropriando de informações relevantes para compreensão política, cultural e social de onde vivem.

De acordo com Alberti (2004, p.22) a metodologia da história oral não é “[...] solução para tudo; convém ter claro onde ela pode ser útil e delimitar sobre o que vale a pena perguntar.”. Sabendo dos caminhos e escolhas que deveríamos tomar para que a metodologia nos levasse aos objetivos do projeto, aproveitamos o ambiente escolar para a concretização do que almejávamos, tornando, durante o processo, experiências históricas em algo concreto que por meio da maneira como foram aproveitadas, adquiriram elevado potencial para serem utilizadas para o ensinamento do passado. Memórias e lembranças se conectaram ao cotidiano da escola e às atividades escolares, muitas das pessoas entrevistadas demonstraram disposição e ansiedade ao serem convidadas para contar suas histórias. Como professor sei o quanto é difícil manter estudantes concentrados em uma palestra ou interessados em atividades extraclasse. Foi gratificante ver diferentes pessoas trocarem escutas atentas com esses jovens estudantes. As histórias que ouviram tiveram um papel importantíssimo no aprendizado, e ao escreverem suas versões do que foi relatado, permitiram se conhecerem como sujeitos, conhecendo o outro; e pela carga emocional que envolveu a metodologia, houve o favorecimento de uma aprendizagem mais significativa, que ficará memorizada pelo tempo que o estudante for capaz de reter o gosto por essas narrativas.

¹⁸ O jornal *Correio Catarinense* em uma série de mesmo nome e baseada no projeto escolar, publicou no segundo semestre de 2019 e no primeiro semestre de 2020, narrativas produzidas pelos estudantes participantes do projeto acompanhadas de ilustrações. O *Correio Catarinense* é um jornal com circulação em cinco municípios do Vale do Rio Tijucas (Nova Trento, Canelinha, Major Gercino, São João Batista e Tijucas) e traz reportagens produzidas na região por uma rede de colaboradores.

Ao se analisar as fontes é notório o relacionamento da memória com seus múltiplos significados, como na releitura de vestígios, de comportamentos e de valores; nos conhecimentos que foram adquiridos; na evocação do passado por meio de reminiscências e lembranças e no estabelecimento de nexos entre o presente e as experiências vividas. Os próprios acontecimentos na escola e na vida em comunidade são estímulos para o afloramento das lembranças. Ao analisar essas fontes, ao longo do trajeto, pude constatar que as narrativas históricas analisadas foram escritas como se tivessem acontecido, “[...] para organizar acontecimentos dispersos numa frequência que permita a inteligibilidade da história.” (SILVA, 2018, p.71), mas as suas naturezas me mobilizaram a fazer análises diferentes.

Atualmente, nas salas de aula do município, pouco se ensina e se aprende sobre o período relativo à colonização europeia na região, numa perspectiva crítica, relacional, o que se evidencia são mitos fundadores. Também existe desconhecimento sobre a presença das populações Guarani, sobre as relações interculturais ou até mesmo sobre as tradições ainda presentes na comunidade. As crianças aprendem que certo *Capitão Amorim* fundou uma *vila*, que deu o nome de São João Batista por ser devoto, mas pouco, além disso. Todos sabem que a população da região tem traços étnicos e laços afetivos com a colonização de origem europeia, mas um grande grupo desconhece a presença de caboclos¹⁹, afrodescendentes e indígenas, pois pouco ou nada sabem sobre as movimentações humanas no século XIX, período onde a região do Vale do Rio Tijucas-Grande recebe os primeiros imigrantes sob a tutela do Estado. Até bem pouco tempo, poucos sabiam da existência de um núcleo colonial onde predominava a presença de italianos que havia se instalado justamente quase que simultaneamente ao Capitão Amorim e seus agregados na região.

Destaco que a imigração italiana e o uso político do passado recentemente foram evidenciados, o que culminou inclusive com a recente nomeação de um dos bairros nas imediações da Escola como Colônia Nova Itália. Esse acontecimento está relacionado a uma disputa política pela primazia do pioneirismo da imigração

¹⁹ Nesse contexto, o caboclo é compreendido, em geral, como um tipo humano característico de população rural, que possui como principal característica cultural a presença integrada de traços portugueses e indígenas. “O uso objetivo do termo caboclo pretende especificar uma categoria social à qual falta um termo próprio de autodenominação e aponta para o processo histórico de sua constituição” (LIMA, 2009, p.8).

italiana no Brasil, promovida pela Associação dos Descendentes e Amigos do Núcleo Pioneiro da Imigração Italiana do Brasil (ADANPIB²⁰), que contesta a lei nº 11687, de autoria do senador Gerson Camata, do Estado do Espírito Santo. Esta lei institui oficialmente o dia 21 de fevereiro como “Dia nacional do imigrante italiano”, e é baseada na data de chegada do navio *La Sofia*, ligada à “Expedição Tabacchi”, ocorrida em 1874. A tal expedição teria trazido ao Espírito Santo, imigrantes austríacos tirolezes sob o comando de Pietro Tabacchi, natural de Trento, então Província do Tirol, na época pertencente ao Império Austro-húngaro. Quando da sua fundação em 2017, a ADANPIB idealizou um movimento para reivindicar a iniciação da imigração italiana no Brasil para São João Batista: “Santa Catarina requer a correção de ERRO HISTÓRICO: COLÔNIA NOVA ITÁLIA, o Berço da Imigração Italiana no Brasil!” (KONS, 2019, p.1, destaque em letras maiúsculas no original), e vem buscando por meio de apelos jurídicos e por influência política²¹ a titulação do pioneirismo em detrimento da imigração ocorrida no Espírito Santo. Por isso, “[...] tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) nº. 9.811/2018, que corrige o erro histórico.” (KONS, 2019, p. 2).

Contudo, apesar disso, ainda se escuta em rodas de conversa, moradores se referindo aos locais como “italianos falsificados”. Por muito tempo a imigração italiana foi ignorada por autoridades governamentais, justamente pelo fato de o município não valorizar essa identificação histórica, fazendo com que poucos descendentes soubessem e/ou assumissem que possuíam essa característica étnica até então. Para fins historiográficos essa contenda é analisada justamente por essa chave: usos políticos, disputas de memórias. Contudo, muitos proprietários de empreendimentos comerciais na comunidade apostam que essa titulação possa trazer benefícios econômicos e sociais para a região. É o uso político de certas

²⁰ Ainda no início de minha pesquisa, ao participar de uma reunião na ADANPIB por curiosidade, acabei sendo nomeado Diretor de História e Cultura a partir do dia 23 de março de 2019, a convite de conhecido memorialista da região, o Sr. José Sardo, cujo é Presidente da Associação e um dos colaboradores desse trabalho.

²¹ No dia 04 de abril de 2019, alguns membros da ADANPIB, o Prefeito Municipal de São João Batista Daniel Netto Cândido, o desembargador Carlos Alberto Civinski, o procurador de Justiça Gilberto Callado de Oliveira, o Procurador-Geral de Justiça, José Galvani Alberton e alguns parlamentares estaduais reuniram-se na ALESC junto ao Presidente do Legislativo catarinense Júlio Cesar Garcia, com o objetivo de buscarem a reversão da lei 13.617/2018 sancionada pelo ex-presidente da República brasileira Michel Temer, em janeiro de 2018, que atribuiu ao município de Santa Teresa, no Espírito Santo, o título de *Pioneiro da Imigração Italiana no Brasil*. Ver: Movimento “SC Requer Correção do Erro Histórico” vai acionar PGR para reverter lei. Disponível em: <https://omunicipio.com.br/movimento-sc-requer-correcao-do-erro-historico-vai-acionar-pgr-para-reverter-lei/> Acesso: 19 mai. 2021.

memórias da comunidade, com o qual somente algumas narrativas prevalecem e hierarquizam os italianos por meio da iconografia (pinturas em postes, pontes e em monumentos em homenagem à imigração de italianos sardos pela fundação do Núcleo Colonial), pois passam a ter mais importância que outros grupos humanos que fazem parte da história local. Como docente de História entendo ser necessário mostrar aos estudantes que o campo das memórias é repleto de dinâmicas como essas, nas quais sujeitos coletivos e individuais tentam fazer valer suas narrativas e efetivar o direito de rememorar seus respectivos passados. Compreender esse panorama significa também olhar para a localidade com outros olhos, compreender e escrever essa história de maneira diferente.

É evidente que há uma confusão histórica, não só ocasionada por interesses políticos, mas também relacionada a atribuições culturais e cronológicas. Por isso resolvi analisar as relações humanas cotidianas aos arredores da Escola com a qual construí laços ao longo dos anos, percebendo particularidades e singularidades. Existe uma complexidade ao que se refere à formação social da comunidade, apesar de viverem um modo de vida específico, o rural. Pela forma da tradição oral, sabemos que muitas das manifestações culturais resistem à expansão capitalista na região e estão arraigadas nas relações de vizinhança e parentesco. Manifestações existem e de forma abundante em âmbito local e são marcadas por diversos fatores, como o colonato, a presença de populações indígenas, a imigração europeia, a escravização, o trabalho livre, as posses ilegais de terra (posseiros). Essas influências abrem novas fronteiras interpretativas, ampliando fontes e horizontes acerca da realidade local sem perder de vista o conjunto social. Sujeitos atravessaram a história e permanecem até hoje sob um ordenamento social ancorado em regras de parentesco, de herança e de formas de vida local. Como toda história é pronunciada de certo momento no tempo, também é produzida a partir de certo lugar. A importância em se analisar regiões específicas, concordando com Araújo e Reznik (2007, p.1034), está em poder “[...] constituir uma nova densidade no quadro de interdependências entre agentes e fatores constitutivos de determinadas experiências históricas [...]”, as quais podem nos conduzir para muito mais longe. Ao se produzir a história a partir do coração do antigo Núcleo Colonial, de vínculos que foram estabelecidos com esse lugar, há benefícios que levarão a uma nova reflexão sobre os antigos problemas e objetos historiográficos que permeiam a região. Ao resolver introduzir o ensino de história local em meu

planejamento escolar, aprofundei imediatamente os estudos de uma história social e cultural do mais próximo ao mais distante. Assim, a compreensão do tempo e do espaço aprofundou o estudo de diferentes sujeitos que participaram e participam da história da região cujos alunos e alunas da EEB Profa. Lídia Leal Gomes conhecem muito bem. Por essa concepção, a disciplina de História ganhou significado e importância justamente porque apresenta uma realidade próxima, na qual o estudante atribui significados ao passado e compreende que a sua história e de sua região não está isolada no mundo. O passado faz parte de um processo histórico em que populações locais constroem processos de identificação, e essas identificações são diversas, mas todas muito importantes.

Sabemos que a História escolar segue um determinado currículo que tradicionalmente contempla uma visão eurocêntrica, o que acaba influenciando no entendimento histórico dos estudantes. Apesar disso, discentes que participaram do projeto, criaram um vínculo com esse movimento de retornar ao passado contextualizando o presente transcendendo gerações. Houve uma disposição de interesses, o que poderia atribuir a empatia que criaram ou já possuíam com a comunidade da qual fazem parte. A apropriação do conhecimento aconteceu à medida que os estudantes envolvidos optaram por isso em meio às relações sociais, com o professor e com os entrevistados, o que fez com que assumissem uma determinada herança e, por isso, contribuíram com suas participações no trabalho, mantendo tradições precedentes. Em âmbito local isso se tornou uma herança por desejo coletivo, onde há o cruzamento entre a dimensão social e a dimensão privada da existência social de um indivíduo, e por isso, um empenho coletivo em explorá-la. “A herança não é assimilável a um bem de consumo (ou de produção) comum; ela testemunha uma história, é o sinal de um laço.” (SINGLY, 1996, p.17), sendo fruto das interdependências pessoais e, sobretudo, das ligações emocionais dos homens, onde pessoas significativas como familiares, por exemplo, contribuem para a transmissão de hábitos, costumes, normas e valores.

Um desejo coletivo pela continuação cultural italiana na localidade é ratificado e acentuado, mas ao longo do tempo acabou dividindo espaço com valores culturais transmitidos por gerações de origens e épocas diversas. Traços culturais marcantes perderam-se com o tempo, mas muita coisa permaneceu com relação à culinária, lazer, canções, religiosidade, trabalho, comércio, crenças, vocabulário, dentre outras formas de manifestações culturais. No ensino de História, é importante que essas

abordagens não deixem de considerar diversas concepções em tempos históricos diferentes, até porque hoje, imigrantes da Sardenha são considerados italianos, mas quando chegaram à região, o Reino da Sardenha era independente e uma nação italiana ainda não existia, portanto, há entre essas tradições, algumas introduzidas culturalmente por outros grupos de italianos com origens geográficas diferentes. De acordo com Everton Altmayer (2017), ser imigrante italiano ou alemão não é sinônimo de cidadania, o autor relaciona essa incompreensão histórica aos dialetos falados pelos europeus que chegaram ao Brasil no século XIX, durante os processos de unificação italiana e alemã, o que confunde a língua com a nacionalidade. “Trata-se de uma *confusão* levada a cabo pelos nacionalismos do século XX e que, de certo modo, não condizem nem mesmo com a realidade brasileira: um brasileiro neto de índios não será português porque fala português” (ALTMAUER, 2017, p. 30).

Inclusive, durante o processo de pesquisa resolvi fazer um levantamento quantitativo utilizando árvores genealógicas de todos os estudantes do Ensino Médio. Determinada uma amostragem, uma geração inteira daquela região, teoricamente todos os adolescentes com idades entre 15 e 17 anos da comunidade teriam participado da averiguação. Ao final, a conclusão foi de que em um recorte abrangendo até pelo menos a terceira geração passada, 54% dos participantes (em uma amostragem com um total em torno de 800 pessoas) são descendentes de uma das famílias teoricamente sardas, que partiram de Gênova e chegaram à comunidade para formar o Núcleo Colonial em 1836. Apesar dessa evidência, é fato que supostas tradições presentes na localidade surgiram de uma forma difícil de localizar num período limitado e em determinado tempo, mas se estabeleceram com enorme rapidez, muitas não perduraram e acabaram esquecidas. Essa afirmação é reforçada por outros fatores, como o fato do município possuir uma trajetória distante de vínculos identitários, ou devido à imigração europeia ter acontecido em 1836 e a emancipação política de São João Batista acontecer somente em 1958, mais de um centenário depois.

O uso da história oral em sala de aula, sob a ótica da compreensão de uma realidade social em que estamos inseridos, propicia que a história local, sua memória, suas lembranças, estejam conectadas de forma mais ampla ao cotidiano escolar. Além do que, essas narrativas favorecem a manutenção de experiências, contribuindo para a construção de uma dada consciência histórica. Compreendo a consciência histórica a partir de Rüsen (2001, p.57), que a define como uma

categoria que se relaciona a toda forma que o pensamento histórico assume, por meio do qual os sujeitos experienciam o passado e o interpretam como História. Em outras palavras ela é “[...] a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo.”. A oralidade como saber significa abrir as atividades escolares para que as histórias de vida cheguem à sala de aula como uma provocação para se procurar, na vida das famílias, vestígios de um passado que pouco se ensinava. Muitas das tradições no presente da comunidade são frutos da tradição oral, os estudantes e seus familiares são membros da comunidade, portanto, guardiões de memória, narradores potenciais dessas tradições. “As tradições têm como função legitimar determinados valores por repetição de ritos antigos, que dariam uma origem histórica a determinados valores que devem ser aceitos por todos e se opõe a costumes novos.” (SILVA; SILVA, 2009, p.406). Entre essas tradições encontram-se ditos populares, relações sociais, religiosidade e até mitos que só existem pela ação permanente daqueles que os repetem e muitas vezes os transformam.

A escrita desse material, reunidas sob o título *Memórias da Colônia*, constitui-se em ferramenta de trabalho em sala de aula, o saber escolar é apresentado como algo dinâmico, e há a valorização de tradições orais, da preservação da memória e da experiência de variados sujeitos. No primeiro capítulo, intitulado *Memória e diálogo: a prática da história oral e ensino de História* há uma reflexão sobre o papel da memória e da história oral, considerando-as como possibilidades didáticas no ensino de história local. Parto do princípio de que a memória pode ser concebida como a história dos acontecimentos mais próximos de estudantes e das localidades onde vivem, portanto invocar o passado como estratégia para ensinar história, seja pelo diálogo e também por meio de monólogos, entre a escola e a comunidade é algo muito potente para se pensar o presente. É direito comunitário que todos tenham acesso as representações do passado, as tradições, enfim, a sua história. De acordo com Luis Reznik (2010, p.90), indivíduos e grupos vivenciam ao longo do tempo variados acontecimentos, pois as vivências:

[...] constituem as nossas personalidades, nossos modos de perceber e atuar no mundo. Quanto mais refletimos sobre essas vivências, mais nos tornamos conscientes de nossas ações; dito de outra forma, transformamos vivências em experiências. A experiência é a vivência refletida, pensada, digerida. A escola é uma, entre outras instituições, que busca sistematizar e

refletir sobre as nossas multifacetadas vivências. [...] As experiências pessoais são constituídas por eventos lembrados por nós. Muitos dos acontecimentos deixamos de lado e esquecemos, seja por mecanismos conscientes como, por vezes, inconscientes. A essa operação, contínua e inevitável, chamamos de memória.

Somos constituídos pela nossa memória, relacionada com valores e comportamentos e que é imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que a acompanha. Nesse mesmo capítulo, ainda discutiremos os dilemas éticos e políticos incorporados na revisão ética da história oral e a forma como as narrativas, as descrições e interpretações construídas no processo de rememoração podem ser influenciadas por eles. No trabalho e nas relações sociais existe uma dimensão ética subentendida em projetos de história oral, por isto durante o processo de trabalho foram tomados cuidados éticos importantes e a pesquisa precisou ser submetida ao crivo do Comitê²² de Ética competente. Como pesquisador, estou ciente das minhas responsabilidades e dos direitos dos narradores; uma preocupação recorrente em pesquisas com seres humanos, mas que se radicaliza em narrativas dos entrevistados, pois não diz respeito somente a memórias, mas também a sentimentos.

No capítulo intitulado *Caminhos percorridos: a construção, execução e resultados das sequências didáticas*, demonstro as experiências vividas diante das rotinas anteriores e posteriores à realização do planejamento em sala de aula. Apresento todas as etapas da pesquisa, os participantes, a construção, a execução e os resultados das sequências didáticas planejadas, as entrevistas, a comunidade, tudo que envolveu a construção de produtos que representam tradições locais e contribuem em muito para a construção do conhecimento histórico. Ainda nesse capítulo analiso e discuto sobre a fonte historiográfica principal desse trabalho, a obra *Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina*, seu autor Lucas Alexandre Boiteux e sobre o texto construído e publicado pela primeira vez na primeira metade do século XX. O livro é consagrado pela historiografia que aborda as origens da Colônia Nova Itália e os primeiros passos dos imigrantes provindos do Reino da Sardenha para fazer o povoamento da região que hoje é parte do município de São João Batista. Entre as ideias está a problematização da noção da

²² O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da UDESC sob o parecer 3.670.930 em 30 de outubro de 2019.

origem construída a partir da literatura de Lucas Boiteux, de Walter Fernando Piazza e de autores secundários. Sobre o mito de origem, acompanho as reflexões de Marilena Chauí (2006) e de Cristiani Bereta da Silva (2003). Buscar uma origem é uma intenção fracassada, haja vista que inexiste origem histórica estável, os começos são elaborados e reelaborados tanto pela historiografia quanto pela memória. Sempre se chega a um começo já começado, portanto. O uso de um passado assentado por memorialistas, por narradores de histórias oficiais e por determinados historiadores durante um tempo, é pensado no interior desse processo, pois a origem está acontecendo, está sendo produzida. Segundo Cristiani Bereta da Silva (2003), tomando por base Michel Foucault (1995), a localização de uma dada origem deve supor que sua construção passa por caminhos produzidos, escolhidos, obedecendo a determinadas ordens e lógicas. Dessa forma, a origem não é um acontecimento empírico do passado que o inaugura, não é um campo temporal desértico, nem um campo originário, mas sim aquilo que retorna, o retorno daquilo que já começou. Sobre a maneira como foram traçadas histórias e tecidas identidades em uma escrita da história local representada e divulgada pela obra de Lucas Boiteux, conduzo uma escrita sobre o autor, e outros escritos influenciados por ela, dialogando com as conclusões de Rosiane da Silva Ribeiro Bechler (2018).

Esse trabalho é um exercício crítico de reflexão sobre a natureza de produções nas relações cotidianas e sobre as tentativas de se compor identidades, investigando a construção das relações sociais. À guisa de conclusão desse capítulo, apresento a experiência e os resultados ao se ensinar história por meio do diálogo com imagens (ilustrações e fotografias), e o diferencial positivo que, as rotinas a partir da escolha desse tipo de metodologia, trouxeram durante o processo de pesquisa.

A partir das reflexões acerca de fontes como a escrita de Lucas Boiteux e das constatações que revelam o ocultamento de sujeitos, que fizeram parte da construção histórica de Tigipió, partimos para a abordagem que finaliza essa dissertação. Ancorado pelo fenômeno da oralidade aproximo o leitor de aspectos centrais da vida humana, apresentando por diferentes linguagens uma parte importante da cultura e das esferas simbólicas na construção da comunidade. A dedicação do capítulo final é enfatizada na análise e problematização acerca de memórias de membros da comunidade nascidos em diferentes décadas, de diferentes gerações. Nessa etapa refleti sobre muitas das narrativas que contém

elementos culturais trazidos pela colonização, mas que em contato com a realidade local, acabaram sendo muitas vezes reinventados. A história oral contrasta sobre a historiografia, mas sem que haja a preocupação ou obsessão em uma tradução perfeita da realidade.

Temáticas se destacaram nas memórias inventariadas, que são fatores relevantes, independente dos recortes que situem o presente no tempo, nos fazendo pensar o tempo presente durante a escrita histórica. Selecionei alguns relatos individuais para análise, com começos históricos diversos, onde as subjetividades coletivas aprofundam e penetram essas narrativas. Cruzei esses relatos com fontes selecionadas e abordadas em sala de aula, contando a história do Núcleo Colonial Nova Itália e do distrito de Tigipió por variadas perspectivas. Entre as destacadas indagações, apresento itens para finalizar essa operação historiográfica. O item de abertura fala sobre a produção de farinha de mandioca, uma cultura que faz parte do passado, do presente, mas também do vivido de muitas famílias da localidade, um tema com várias conexões e entrelaçamentos em uma pluralidade de memórias impregnadas pela experiência, mas que aqui relaciono com quem de direito, os indígenas Guarani, os chamados de Carijó. Na seção seguinte, percorro sobre as práticas consideradas bruxaria e sobre a benzedura como tradição colonial. O benzimento é um costume relacionado a atos de afirmação feminina, mas frequentemente esquecidos.

Essas ações, nesse trabalho, são investigadas por uma prática histórica em que as mulheres são posicionadas, em um passado que renegou sua importância. A figura feminina na Colônia Nova Itália passou despercebida na historiografia sobre a colonização nos espaços aqui explorados, em uma lacuna criada por tradição ou fator político. E concluindo o capítulo, uma última seção aborda o mito sobre o heroísmo do sanguinário *Martinho Bugreiro*, o mais “célebre” exterminador de “bugres” que se tem notícia. Abordo a atuação bugreira a partir de um relato sobre o assassinato de imigrantes, um conflito que se tornou iminente, quando da chegada dos europeus em terras indígenas as margens do rio Tijucas. Havia um grupo habitando determinado território e outro se instalando nele ao mesmo tempo, o que levou os dois grupos humanos a uma situação litigiosa pela posse das terras. A presença de bugreiros e a política indigenista do século XIX, preconizou uma verdadeira “guerra” aos Guarani da região, o que segundo Selau (2006, p.6) “[...] foi

sistematicamente levada a efeito como forma de liberar as terras ocupadas por estes grupos para fixação de imigrantes integrados a sociedade nacional.”.

As manifestações históricas no projeto escolar *Memórias da Colônia* são inteiramente conjunturais. Ao final desse trabalho espera-se do leitor uma nova interpretação sobre as “façanhas” humanas ocorridas nas terras do hoje distrito de Tigipió, permeadas por um passado e por um presente, de memórias e esquecimentos, de experiências, mas também de fantasias. A ideia desse trabalho surgiu justamente porque essas memórias precisavam ser reunidas, interpretadas, (re)contextualizadas, e foram essas as principais tarefas realizadas durante o percurso, promovendo a inteligibilidade da História e a contemporaneidade do passado.

2 MEMÓRIA E DIÁLOGO: A PRÁTICA DA HISTÓRIA ORAL E O ENSINO DE HISTÓRIA

O presente capítulo tem por objetivo refletir sobre o lugar da memória e da história oral, considerando-as como possibilidades didáticas no ensino de história local. Trato da possibilidade da história local ser contada por meio de memórias inventariadas, oferecendo aos estudantes a oportunidades de se reconhecerem como sujeitos integrantes de um espaço em formação. Meus alunos e alunas participam dos acontecimentos históricos em Tigipió ao longo do tempo. Reelaboram tradições percebidas na condição de investigadores de um passado transmitido por gerações, influenciados por diversas culturas que passaram verbalmente noções essenciais de uma geração a outra. Gerações ao longo do tempo reinventam a região do distrito municipal, como se cada história narrada fosse de alguma forma, original.

É fundamental o aprofundamento dos estudos sobre os diferentes sujeitos que participaram e participam da história local, de uma micro-história, passando pelo aprofundamento dos estudos de uma história social e cultural e ampliando a escala de observação. Segundo Jacques Revel (2010), por essa perspectiva proporcionamos a reflexão historiográfica a partir de uma “pequena história”, percorrendo caminhos esquecidos, refazendo trilhas a partir da escolha de pontos de vistas particulares. Por esse meio, contrapomos outras narrativas e posicionamentos políticos que comandaram e de certa forma ainda comandam o passado. Ainda de acordo com o autor, a micro-história apresenta a possibilidade de novos questionamentos e a revisitação de certezas:

[...] o que está em jogo na abordagem micro-histórica é a convicção de que a escolha de uma escala peculiar de observação fica associada a efeitos de conhecimentos específicos e que tal escolha pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento. [...] variar a focalização de um objeto não é unicamente aumentar ou diminuir seu tamanho [...], e sim modificar sua forma e trama. [...] a escolha de uma ou outra escala de representação não equivale a representar em tamanhos diversos uma realidade constante, e sim a transformar o conteúdo da representação mediante a escolha do que é representável (REVEL, 2010, p.438).

A partir de Revel (2010), afirmo que a abordagem que busca reduzir a escala de análise do distrito de Tigipió torna possível uma releitura de fenômenos maiores, dimensionados por outras escalas de observação. O estudo do que se passa em um

lugar aproxima uma realidade “micro”, de um caminho para a apreensão de questões importantes que, não obstante de sua projeção na realidade localizada, diz respeito à sociedade como um todo. Examinei e questionei problemas de variadas dimensões a partir da seleção de uma área de observação, uma região distrital em um município com aproximadamente 38 mil habitantes. Para isso, caminhos foram percorridos ao longo de aproximadamente dois anos de pesquisa, sequências didáticas foram planejadas, construídas e aplicadas para que objetivos fossem alcançados. Ao final do percurso, o produto desse trabalho alcançou patamares que foram para além dos que estavam planejados. Nesse capítulo discorro sobre como chegamos a registros de memórias coletivas, essas relacionadas ao passado do interior do município de São João Batista. Realizamos a confecção de um inventário de tradições orais a partir de referências culturais identificadas em diferentes aspectos que circundam o ambiente escolar; construímos conhecimento sobre a história local; fizemos com que diferentes grupos e gerações se conhecessem e se compreendessem melhor; promovemos o respeito pela diferença e a importância da pluralidade. Enquanto trabalhamos na produção do inventário, pesquisamos, coletamos e organizamos informações sobre algo que objetivamos conhecer melhor a partir de um diálogo entre a escola e a comunidade.

A história local não pode ser desvinculada de um contexto mais amplo de região e de relação com o cenário nacional, mas isso não significa estabelecer escalas de valores, o fundamental é perceber as relações. O estudo do regional redimensionaria a análise do nacional, que ressalta as identidades e semelhanças, enquanto o conhecimento do local insiste na diferença e diversidade, focalizando o indivíduo no seu meio, na interação com os grupos sociais dos quais participa. Sobre o ensino nessa conjuntura Luis Carlos Borges da Silva (2013, p.5) indica que:

Nesse sentido, a proposta de História aqui apresentada, pretende se distanciar da velha narrativa de um passado morto, sem significado para a maioria dos homens e mulheres do presente, porém busca constituir um novo olhar histórico, onde o objeto de estudo se torne dinâmico, problematizador e mais próximo do pesquisador, conseqüentemente, possibilitando uma verdadeira relação entre o passado e o presente, que proporcione aos estudantes a elaboração de uma concepção crítica acerca do mundo em que vive, capaz de suscitar possíveis transformações na sociedade em que estão inseridos.

Mediante essa concepção, no ensino de História a narrativa deixa de ser fundamentada em temas distantes para se incorporar aos fenômenos históricos da

região problema, e consequentemente do município como um todo. Currículos escolares geralmente desprezam a micro-história, pois em sua matriz nacional, a proposta inicial é a de organizar uma trajetória para escolarização. Na gestão do currículo, a partir de escolhas metodológicas, as instituições de ensino podem adotar abordagens mais específicas, de acordo com concepções relacionadas à vivência do discente em parâmetro com a realidade regional. Nesse contexto, História Geral e do Brasil possuem sua importância no percurso formativo, mas é valioso que o professor de História considere a importância da escolha de uma escala menor de observação como uma vertente historiográfica essencial para compreensão da realidade em que os estudantes estão inseridos. A micro-história seria um artifício heurístico de historiadores que serve para a descoberta ou para a investigação de fatos alheios aos currículos nacionais.

No ensino de História, ao se abandonar a noção tradicional da narrativa histórica, se objetiva buscar uma história plural e dinâmica. Seguindo essa linha de pensamento, os “excluídos” da história ganham visibilidade e a concepção cultural torna-se evidente. Em Tigipió, a partir dos resultados dessa pesquisa, continuamos a falar da história econômica do Brasil, enfatizando a cana-de-açúcar e o café, porém, agora damos importância à cultura da mandioca, do aipim e do tabaco, tão importantes para as famílias que habitaram, colonizaram e que ainda se encontram na região. No tocante ao papel da mulher na história da humanidade, os livros didáticos priorizam abordagens genéricas, mencionando características do cotidiano das mulheres na antiguidade, no período medieval e na sociedade construída sob a tutela portuguesa na Colônia do Brasil. Agora mencionamos as práticas cotidianas das mulheres no contexto da história colonial no interior de São João Batista, a exemplo das benzedadeiras, agricultoras e parteiras. Estudamos as relações de poder na esfera nacional, mas levamos em consideração as práticas políticas e os símbolos usados pelos “coronéis” da nossa região, sobretudo do Capitão de Milícias João de Amorim Pereira²³. Ensinamos sobre as Capitânicas Hereditárias, Governos Gerais, Independência do Brasil e Proclamação da República, mas agora analisamos o processo de ocupação, colonização, construção e emancipação política do município. Esse conhecimento é levado até os estudantes, sempre fazendo uma relação com o cenário nacional, mas sem o estabelecimento de

²³ Capitão de Milícias João de Amorim Pereira, brasileiro nascido em 1784 na freguesia de São José, fundador de um arraial aonde hoje é o Centro de São João Batista (FAMÍLIAS MAFRA, 2019).

escalas de valores entre a história local e outras proporções, sejam nacionais ou globais.

Figura 1 - Localização geográfica do distrito de Tigipió com relação à região central do município de São João Batista



Fonte: GOOGLE Maps (2020)

Figura 2 - Localização geográfica da EEB Profa. Lídia Leal Gomes, no distrito de Tigipió com relação ao Rio Tijucas-Grande, região que no século XIX fez parte da fazenda Boa Vista, centro administrativo da Colônia Nova Itália



Fonte: GOOGLE Maps (2020)

Nesse contexto, as práticas educacionais proporcionam aos estudantes a percepção de que a História faz parte de suas vidas e, de que tudo que os mesmos produzem é História e deve ser levado em consideração. Ensinar história local dialogando com história oral é permitir um novo olhar acerca do saber histórico em sala de aula, o que segundo Luis Carlos Borges da Silva (2013, p. 10) é “[...] incitar uma visão crítica entre os educandos, permitindo a efetivação da noção de cidadania no ambiente escolar, uma vez que o objeto de estudo se apresenta como familiar a realidade de vida dos estudantes.”. O local é o espaço primeiro da atuação do indivíduo, por isso ensinar história local é oportunizar a reflexão acerca das ações dos que vivem na localidade, pois são sujeitos históricos.

2.1 ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: MEMÓRIA E NARRATIVA

A história local tem o objetivo de fornecer elementos imprescindíveis para a compreensão das diversas variáveis que constituem o sistema global de relações e, também, elementos que tornem possível submetemos a um exame crítico as grandes generalizações de nossa história, não apenas nacional, mas ocidental.

Na narrativa histórica que toma o lugar, em todas as suas implicações e interações sociais, como objeto e referência do conhecimento, é possível delinear o espaço local tanto em sua dimensão político-administrativa (município, bairro, distrito, colônia) quanto como no que diz respeito à ação de instituições como a escola ou igreja:

[...] ao tomarmos como objeto o local [...], esperamos que as experiências refletidas sobre o território e a vizinhança contribuam para a reflexão dos valores culturais ali presentes, abrindo novos horizontes para a afirmação e transformação dos mesmos (REZNIK (2010, p.92).

Segundo Luis Reznik (2010), ao se enfatizar espaços e sujeitos ampliamos a reflexão histórica. O lugar se completa pela interlocução das narrativas constituídas pelas experiências individuais e coletivas ali construídas. Detalhes insignificantes, na busca de “grandes contornos”, adquirem valores e significados que compartilhados pelos ocupantes na ação da própria ocupação, inscrevem suas marcas. Relações sociais são elaboradas cotidianamente e se fazem presentes em bairros urbanos ou rurais ou ainda em centros de povoamento como um núcleo colonial ou aldeamento indígena, contribuindo com esse processo.

Nesse sentido, o local é um lugar de sociabilidade onde o conjunto de relações cotidianas individuais e coletivas, praticadas cara a cara e imediatamente expressam-se por meio de relações de complementaridade, favorecendo o diálogo entre o passado, presente e futuro:

Ao eleger o local como circunscrição de análise, como escala própria de observação, não abandonamos as margens, os constrangimentos e as normas, que, regra geral, ultrapassam o espaço local ou circunstâncias reduzidas. A escrita da história local costura ambientes intelectuais, ações políticas, processos econômicos que envolvem comunidades regionais, nacionais e globais (REZNIK, 2010, p. 92).

Ainda de acordo com esse autor, o recorte da história local privilegia a investigação em diferentes níveis em que se traçam e constituem relações individuais e coletivas. Esse campo de pesquisa é prerrogativa de análise em sentimentos de pertencimento e de vínculos afetivos. O lugar é uma área apropriada afetivamente, o que transforma um espaço indiferente em significativo. Com a vivência e com as relações sociais, sujeitos partilham de valores comuns e necessitam estar ligados como grupo e com o lugar a partir dessas apropriações afetivas. O que começa como espaço indiferenciado, transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor.

Diante da possibilidade de se trabalhar com uma realidade mais próxima, o ensino de história local apresenta-se como um ponto de partida para dar sentido à aprendizagem histórica e sobre o lugar. A prática da história oral no lugar, nos fez entender o espaço e como os sujeitos o transformam. Essa direção oportunizada pelo ensino e aprendizagem de história local baseia-se na promoção da compreensão de semelhanças e diferenças, de permanências e transformações na localidade da qual o aluno faz parte, abrangendo seu modo de vida em âmbito social, cultural e econômico. Mediante a leitura de uma narrativa possibilitada no ensino de História, o estudante precisa associar a sua compreensão e relacionar com o passado ou com o presente. Nessa perspectiva, a escola configura-se como um espaço de reflexão acerca da realidade social e de referência no processo de identificação.

As sociedades ao longo do tempo foram marcadas por transformações, causando o que Stuart Hall (2000) chama de “crise de identidade”, o que influenciou na maneira de compreensão dos sujeitos e suas culturas. Esse pesquisador sugere

uma nova maneira de trabalhar com a temática, percebendo que toda identidade pode ser redirecionada, possibilitando o uso do termo “identificação” para compreender as representações que formam as culturas, os sujeitos e os espaços. Para Hall (2000, p. 106) as identidades são construções e representações sempre “em processo”. A identificação “[...] não é, nunca, completamente determinada [...]; no sentido de que ela pode ser, sempre, sustentada e abandonada.”. O passar dos anos fez com que mudanças identitárias acontecessem na região do antigo Núcleo Colonial Nova Itália, pois culturas se misturaram desde o contato entre indígenas e europeus. As identidades dos sujeitos do distrito de Tigipió nunca foram unificadas, passando ao longo do tempo por um processo de construção ao longo de discursos, práticas e posicionamentos, que ao mesmo tempo se cruzaram e se opuseram, acarretando mudanças e transformações. A história local evidencia que somos constituídos por representações plurais compostas por diferentes olhares, em distintos tempos e espaços:

Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos de pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal (HALL, 2000, p.106).

Ainda segundo Stuart Hall (2000), identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual mantém certa correspondência, mas que na verdade são pontos de apego temporário. Identidades podem se atualizar, muitos indivíduos que fazem parte da construção histórica da região se identificam com os colonizadores europeus, mas podem ter suas origens relacionadas à diversidade. Essa relação dos sujeitos, com esse passado, precisa ser exaltada. Não se trata de enfatizar ou negar características sociais, políticas, culturais e étnicas, a questão é indagar o quanto essa temática tem validade para se pensar sociedades do passado e aquelas do presente. Mais do que evidências, dados e argumentação histórica e sociológica, uma identidade supostamente consolidada pode não passar de uma miragem, uma imagem provocada por narrativas de observadores da região. Histórias sem nenhum vínculo relacionado à vivência nela, mas que de certa forma criaram uma identidade e uma cultura juxtapondo argumentos e interesses, em diferentes contextos, escolhendo inclusive personagens. Enfatizo que é uma necessidade humana se identificar, somos formados por meio de um contexto social e ao longo do tempo nos identificamos

com grupos sociais e/ou étnicos para perpetuarmos sentimentos e as imagens que temos do passado.

Segundo Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt e Marlene Cainelli (2009) o espaço geográfico em si não possui a chave para a sua própria explicação, pois questões culturais, políticas, econômicas e sociais explicam-se, também, pela relação com outras localidades, por outros países, e até, por processos históricos amplos. Identidades são construídas influenciadas por marcos de referência relacionais, “[...] conhecidos e situados, como o local, o nacional, o latino-americano, o ocidental e o mundial.” (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p.138). Uma localidade não se pode esquecer, insere-se num contexto global, e a região do interior do município de São João Batista sofre influências diversas desde 1836 quando os italianos chegaram à região, e até mesmo anteriores, com a chegada de outros com origens geográficas diferentes.

Esse processo possibilita a introdução de um raciocínio histórico que contemple a coletividade, pois os jovens desenvolvem operações e raciocínios exigidos pela natureza do pensamento histórico. Cabe ao professor criar situações e intervenções que ativem o processo de construção do conceito de tempo de maneira que haja o envolvimento de todos os sujeitos no processo. O trabalho com espaços menores, como a localidade em questão, facilita o estabelecimento de continuidades e diferenças com as evidências de mudanças, conflitos e permanências.

O ensino e aprendizagem de história local possibilita dotar o passado de dimensões significativas e a compreensão de que a história do aluno e de sua região não está isolada no mundo. A abordagem dessa temática em sala de aula contribui para que os estudantes sejam capazes de compreender as realidades históricas das localidades a qual fazem parte e de seus habitantes. Inserir o aluno ao meio comunitário contribui com a criação da sua própria historicidade, favorecendo ao mesmo tempo as relações sociais, sem que haja julgamentos e classificações com relação à diversidade étnica e social. Esse estudo gera atitudes investigativas baseadas no cotidiano, ajudando a refletir acerca do sentido da realidade em que a comunidade escolar está inserida. Circe Bittencourt (2008), abordando categorias como cotidiano e história local, elucida que a sua associação com a história de vida dos estudantes possibilita contextualizar esse conhecimento em uma existência em sociedade e articular a história individual a uma história coletiva.

Os estudos históricos relativos à história local contribuem para a construção de processos interpretativos sobre a forma como o sujeito se constitui historicamente em espaços construídos socialmente e politicamente, por isso é importante que sejam consideradas algumas questões nessa categoria de abordagem no ensino da História. Trabalhar com história local é tratar de assuntos relativos a uma região e por isso, apesar de se relacionar com uma história global, se caracteriza por particularidades que possibilitam a construção de uma identidade regional. Uma identidade múltipla, formada por influências diversas e que segue atualizando periodicamente.

O distrito de Tigipió é o limite territorial que é a base para a observação, investigação e ponto de partida para a exploração da produção de conhecimento sobre um passado marcado pela diversidade e que necessitava ser inventariado, pois por muitos anos foi ignorado pelo estamento burocrático que o incorporou geograficamente e o governou. A historiografia disponível nas escolas sobre a localidade do interior da cidade nos conta pouco, sobre a formação dessa história e foi produzida sobre influências estatais e institucionais. Nessa região percebe-se uma intensa interação, entre os diferentes grupos sociais que formam as redes de moradores com o lugar e o espaço, seja em sua dimensão geográfica ou social. Esse espaço tornou-se ao longo do tempo significativo, pois foi socialmente construído e transformado pelo trabalho de várias gerações desde a colonização europeia. Muitas das famílias que chegaram à região ainda no século XIX ainda partilham esse mesmo espaço e desenvolvem atividades de sociabilidade, garantindo o vínculo com a localidade. Esses grupos sociais e principalmente os laços de parentesco que unem as famílias é o que dão hoje significado ao lugar, independente se por influência de políticas públicas do passado ou do presente.

Nesse sentido, narrativas construídas a partir da rememoração dos estudantes, e da memória de pessoas pertencentes aos seus círculos sociais, abordam a história local enriquecendo concepções sobre o passado. Sujeitos comuns, a princípio desprovidos de posições de importância na estrutura hierárquica de uma sociedade de classes, participam de uma construção baseada em entrecruzamentos de histórias do presente e do passado, e o tempo é elemento fundamental ao estudo da História. Apesar de aparentemente abstrato, Lucília de Almeida Neves Delgado (2003) apresenta o tempo como uma vivência concreta e como categoria central da dinâmica da História:

O tempo é um movimento de múltiplas faces, características e ritmos, que inserido à vida humana, implica em durações, rupturas, convenções, representações coletivas, simultaneidades, continuidades, descontinuidades e sensações (a demora, a lentidão a rapidez). É um processo em eterno curso e em permanente devir. Orienta perspectivas e visões sobre o passado, avaliações sobre o presente e projeções sobre o futuro (DELGADO, 2003, p.10).

Essa autora afirma que a temporalidade influencia interpretações sobre o passado por meio de representações e demandas, mas devemos considerar que a recomposição do passado é algo impossível. Buscar compreender o vivido reinterpretando-o por meio da análise de fragmentos é desafio possível de ser enfrentado, e a história local a partir de memórias ajuda a empreender tal tarefa. O resíduo que o tempo deixou pode ser encontrado nos valores culturais, no modo de vida, nas representações, e em variados elementos plurais que constituem as relações cotidianas na comunidade. A história do interior de São João Batista é marcada por forte religiosidade, pelo machismo, pelo patriarcalismo, pela violência, pelo trabalho compulsório, por mitos e por tantos outros resíduos do passado presentes na memória das pessoas. Segundo Delgado (2003), as marcas deixadas pelo passado são substratos muitas vezes reafirmados e muitas vezes sublimados, cabendo aos produtores do conhecimento histórico, mesmo reconhecendo a amplitude desse passado, reconstruí-lo, narrá-lo e interpretá-lo, sem, no entanto, serem capazes de modificá-lo.

Fontes produzidas a partir de memórias são importantes na transmissão das experiências mais simples da vida, das relações cotidianas, mas também de eventos que possam ter marcado a História de uma localidade. Narrativas “[...] tal qual os lugares da memória, são instrumentos importantes de preservação e transmissão das heranças identitárias e das tradições.” (DELGADO, 2003, p.21), e a narrativa como fonte para construção do conhecimento histórico tem potencial inesgotável. História e narrativa, tal qual História e memória, se promovem. A recomposição da paisagem do passado, as atribuições de sentidos ao lugar por meio de relatos, reforçam a memória coletiva e dão significado à identidade do presente. O sujeito ao narrar fala sobre a experiência vivida, sobre o seu mundo, sobre aquilo que lhe marcou. Ao longo desse trabalho, jovens, adultos e idosos sob perspectivas e influências diversas, narraram com certa facilidade, pois falaram daquilo que lhes é próximo, daquilo que tem conhecimento. Não se preocuparam com a origem e com

o tempo em que se passaram suas lembranças, não se ativeram aos dilemas por traz de suas memórias.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca que suas diretrizes devem ser seguidas e que as competências a serem trabalhadas no ensino devem ser comuns aos profissionais de todo o país, mas também salienta que os currículos são diversos, mutáveis e adaptáveis. No âmbito das ciências humanas, declara que é necessário que se faça descobertas a partir do ensino de procedimentos de investigação, por meio da realização de pesquisas por diferentes tipos de fontes, pela observação e registros de fatos, paisagens e depoimentos. O texto da BNCC reconhece as diversas formas narrativas como conhecimento histórico:

Todo conhecimento sobre o passado é também um conhecimento do presente elaborado por distintos sujeitos. O historiador indaga com vistas a identificar, analisar e compreender os significados de diferentes objetos, lugares, circunstâncias, temporalidades, movimentos de pessoas, coisas e saberes. As perguntas e as elaborações de hipóteses variadas fundam não apenas os marcos de memória, mas também as diversas formas narrativas, ambos expressão do tempo, do caráter social e da prática da produção do conhecimento histórico (BRASIL, 2019, p.397).

O documento regulador reitera que por meio de suas diretrizes, o currículo apresentado em seu texto, deve ser aplicado de formas diversas pelas instituições de ensino, desde que atendam às competências pré-estabelecidas. Essa compreensão elucida e considera sobre a necessidade de certa autonomia por parte da Escola. A partir destas informações, acreditamos na importância de se discutir e aprofundar as discussões sobre as possibilidades apresentadas pela história local para “[...] estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem.” (BNCC, 2019, p. 400). A valorização da memória, das diversas culturas é algo previsto em legislação:

Para evitar uma visão homogênea, busca-se observar que, no interior de uma sociedade, há formas de registros variados, e que cada grupo produz suas memórias como elemento que impulsiona o estabelecimento de identidades e o reconhecimento de pertencimento a um grupo social determinado. As memórias podem ser individuais ou coletivas e podem ter significações variadas, inserindo-se em uma lógica de produção de patrimônios (materiais ou imateriais) que dizem respeito a grupos ou povos específicos (BNCC, 2019, p.402).

Apesar de a BNCC contemplar a memória e uma variedade de possibilidades narrativas, o ensino de História a partir de experiências ligadas a memórias e lembranças de sujeitos que não fazem parte dos conteúdos ensinados, de livros didáticos, necessita de uma perspectiva teórico-metodológica diferenciada. Ao se produzir história local nessa perspectiva, inserindo-a no ensino, apresento uma proposta educacional diferenciada. Não é mais possível imaginar um futuro para a Escola, sem que haja o conhecimento histórico, sem a compreensão da realidade social em que ela e todo e toda estudante estão inseridos. Por esse motivo a importância de discentes compreenderem tempo e espaço começando pelo mais próximo, sua escola, seu bairro, sua família e indo a partir daí para o mais distante.

O resultado obtido a partir de investigações apresenta várias narrativas de cunho colonial, fragmentos de memórias e transcrições, algumas histórias mitológicas originárias da região ou trazidas pelos colonizadores europeus, histórias narradas por quem é natural dali, descendentes de famílias que ali sempre viveram desde a fundação do Núcleo Colonial, mas também por sujeitos de diferentes origens que fazem parte da construção histórica da localidade. Segundo Julia Cavignac (2007, p.2), “[...] a memória colonial e as representações simbólicas ligadas aos principais personagens da história local afloram na ocasião da evocação dos acidentes geográficos.”. É o caso das muitas histórias ligadas ao rio Tijucas, que corta a região e divide o território da antiga Colônia, ou dos monumentos construídos, marcas do passado inscritas na paisagem, como quando recordam histórias relacionadas aos cemitérios ou as igrejas. A mitologia em Tigipió fala de “fenômenos misteriosos” produzidos por rituais religiosos, em aparições sobrenaturais, como em histórias de bruxas, lobisomens e almas penadas. Na insistência em se consolidar um mito de origem, é comum alguns descendentes dos imigrantes sardos assumirem a colonização do espaço. No imaginário local, podemos encontrar narradores afirmando a “importação” dos indígenas ou negando a presença de pessoas escravizadas durante a colonização europeia. “A descrição que as pessoas mantêm sobre uma origem étnica diferenciada é acrescentada por uma impossibilidade de contar a história dos seus antepassados.” (CAVIGNAC, 2007, p.96). Esse tipo de registro memorial, por exemplo, coloca os indígenas Carijó como bugres²⁴ selvagens e invasores da Colônia, fazendo com que muitos

²⁴ Denominação de origem francesa dada aos indígenas considerados não cristãos pelos europeus.

narradores desconheçam, sobre o fato de que essa população era nativa nesse território e que viam seu espaço, a sua terra, ser invadida pelos europeus.

Ao longo do tempo, narrativas foram silenciadas, como a da origem indígena da farinha de mandioca²⁵, as que tratam dos problemas ambientais causados pelo uso indevido do rio, sobre a importância da participação feminina no dia-a-dia da Colônia ou nas que evidenciam tradições de influência cabocla ou africana. Muitas histórias deixaram de ser institucionalizadas sob a forma de conhecimento. Histórias recorrentes foram coletadas, inicialmente, pelos folcloristas, como a professora Raquel Mazera Poffo (possui um projeto denominado *Contos no Fogão*), e publicados em alguma forma literária, além disso, algumas lendas foram anotadas por historiadores amadores, como a professora Darci de Brito Maurici e o Pe. Flávio Feler. Esses elementos nos dão uma visão instigante sobre a história local, por isso, esse trabalho propõe uma leitura cruzada das fontes produzidas durante o percurso ou já disponíveis na historiografia da localidade. Um fato relevante a se destacar, é a constatação nas narrativas com origens diversas, de imagens relativas a um passado comum aparecendo com regularidade e homogeneidade em toda a região. Essas narrativas favorecem a recuperação de experiências individuais e coletivas, contribuindo para a construção de uma consciência histórica, que todo sujeito pode adquirir e construir, de maneira subjetiva, quando reflete sobre a sua vida e sobre a sua existência.

Segundo Jörn Rüsen (2001), fatores subjetivos influenciam na construção da consciência histórica e por meio da articulação entre o saber histórico acadêmico e o saber histórico escolar, temos a possibilidade de aquisição do conhecimento histórico. Para Rüsen (2001, p.78), o entendimento das operações da consciência histórica pode expandir, de certa forma, para o entendimento de uma “[...] teoria da historicidade da orientação da existência humana.”. Ou seja, para ele a consciência histórica não é fruto da escolha humana, ela é algo universalmente humano. Para tanto, se enraíza na historicidade contida na própria vida prática dos homens.

A consciência histórica dá à vida uma concepção do curso do tempo, trata do passado como experiência e “[...] revela o tecido da mudança temporal no qual estão amarradas as nossas vidas, bem como as experiências futuras para as quais se dirigem as mudanças.” (RÜSEN, 1992, p. 29). Essa concepção molda os valores

²⁵ A economia da região é predominantemente agrícola, e a farinha de mandioca é produto principal, sendo produzido na comunidade de forma industrial ou artesanal.

morais a um "corpo temporal", transformando esses valores em "totalidades temporais", isto é, recupera a historicidade dos valores e a possibilidade dos sujeitos problematizarem a si próprios e procurarem respostas nas relações temporais. As narrativas produzidas no projeto *Memórias da Colônia*, transformadas em fontes históricas, são ponto de partida para o ensino de História, permitindo que se coloque em discussão a formação da consciência histórica dos estudantes, dos professores e até da comunidade, o que, segundo Jörn Rüsen (1992) é um pré-requisito para a orientação em uma situação presente que demanda ação. Isto significa que a consciência histórica funciona como um modo específico de orientação nas situações reais da vida presente, tendo como função específica ajudar-nos a compreender a realidade passada para compreender a realidade presente. Rüsen (2001) acredita que o processo para fomentar a consciência histórica ocorre por meio de narrativas do presente a fim de explicar o passado, pois o passado seria uma representação abstrata do presente e serve, para a formação da consciência histórica. A relação entre esse trabalho e a consciência histórica coincide com o fato da disciplina de História não ser mais divorciada das necessidades práticas da vida humana e por isso essa consciência formada em meio às práticas escolares foi importante para a formação de identidades pessoais e históricas, além de possibilitar por meio do pensamento histórico a compreensão do conjunto social a que pertencem, situados no tempo. Não há consciência histórica sem memória individual e coletiva, e segundo Rüsen (2006) não pode haver ensino de História que não afete o aprendizado de História, o que por consequência orienta a vida e forma uma identidade histórica coerente e estável.

No trabalho do historiador necessariamente deve haver o entendimento do fato histórico, “[...] como um tipo de texto constituído por forças humanas intencionais e contendo um sentido que pode ser decifrado.” (RÜSEN, 2006, p.9), levando em consideração a não inocência nas fontes, o que é muito importante ser relevado no ensino de História. O agir das pessoas é histórico e é permeado de intencionalidades. Sendo histórico, o processo temporal no agir humano a princípio, não é natural. Segundo esse raciocínio, as narrativas adquiriram um fator de extrema importância, pois quando transformadas em fontes, elas se tornam consciência histórica por meio da interpretação desses documentos. Ou seja, toda a forma de compreensão do indivíduo sobre sua experiência do tempo é capaz de orientar suas ações e permitir a atribuição de sentido às relações cotidianas. O

pensamento histórico se apropria da historicidade e da temporalidade, e elabora reflexivamente a consciência histórica, o que acontece na ação humana. O pensamento histórico só é possível se houver o aprendizado sobre o passado. Mas devemos levar em consideração nesse caso, que devido à diversidade humana, as perspectivas histórico-culturais são múltiplas, o que influencia na compreensão desse passado. Para Rüsen (2007) o aprendizado ocorre com a ampliação da experiência do passado humano, com o aumento da competência para interpretação histórica dessa experiência e com o reforço na capacidade de inserir e utilizar interpretações históricas na orientação da vida prática.

O presente definido estruturalmente, relacionado e fundamentado em algo concreto, é saboreado pelo narrador contemporâneo, que atualiza constantemente o passado. Pessoas vivem em um constante anacronismo, revestem personagens de hábitos, sentimentos e comportamentos que são próprios de suas recordações pessoais. O presente de certa forma acaba absorvendo o passado, lhe dando sentido e significado. A consciência nas ações nunca se atenua, o que facilmente pode ser identificado, por exemplo, nas narrativas envolvendo memórias ligadas a uma moral cristã medieval, cujas tradições foram reproduzidas sob diferentes formas desde a chegada dos colonizadores europeus, sendo que os italianos na região investigada estão entre os que muito contribuíram para tal continuidade. São conhecimentos não institucionalizados que estão cristalizados em ritos e práticas que de alguma forma representam uma consciência coletiva. Essa vontade coletiva encontrada nos seios familiares, em recordações, em experiências pessoais, alimenta e procura salvar o passado servindo ao presente e até ao futuro.

Por meio de narrativas do presente é impossível simplesmente recuperar o passado, pois não há uma verdade fechada e esse está sujeito a permanente reelaboração, o que segundo Rüsen (2006, p.9) é possibilitado pelo ensino de História, quando o professor utiliza “[...] ferramentas teóricas e metodológicas da hermenêutica historicista [...]”. Diante do exercício de recordar, o passado pode se acomodar no presente, um presente que nos pede constantemente a revisitação do passado. Um passado que o ensino de História deve mostrar que nunca estará fechado, que sempre haverá possibilidades para recontá-lo. Esse estudo utiliza a pesquisa para fazer memórias falarem sem cultuá-las, realocando seus sentidos, dando uma nova vida às narrativas do passado. Memórias podem ser desfeitas, para que legitimamente possam falar aquilo que não quiseram dizer, pelo menos

conscientemente. Para que isso seja possível, a distinção entre passado e presente é um elemento essencial da concepção do tempo, sendo essa uma operação fundamental da consciência histórica.

No ensino de História é importante a introdução do debate em sala de aula para que se compreenda o tempo, o papel da memória, os vínculos entre as gerações, as raízes históricas e culturais que são características da sociedade humana. A história se relaciona com a memória, e no ensino devemos nos ater para os usos e abusos a que a memória histórica se sujeita. Segundo Pierre Nora (1993), com o tempo a memória acaba se esfacelando, mas em localidades geograficamente menores, o residual acaba sendo renovado devido ao sentimento de continuidade. Esse processo ritual necessita de um espaço físico como âncora, e a região do antigo Núcleo Colonial Nova Itália é um potencial lugar de memória coletiva, tão exigida em uma contemporaneidade em que o passado é evocado.

A memória radicada na localidade é alimentada por lembranças afetivas, sagradas, que emergem de um grupo unido por um modo de vida, sem que haja nela a preocupação com a História. Não há nessa conjuntura qualquer preocupação com operações intelectuais de análise ou com discursos críticos. O que é notável nos relatos são sentimentos influenciados e enraizados “[...] no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.” (NORA, 1993, p.9). São narrativas em um contexto bucólico no qual são relembrados prazeres da vida rural contrastados ao medo da possibilidade de perda de tradições que fazem parte de um passado que ainda hoje está enraizado historicamente. Diferente da memória, a História demanda análise e estudo crítico. Na sala de aula o que deve prevalecer é o fato de que a memória é suspeita para a História e que ela tem uma história que é preciso compreender. É necessário que o professor saiba que é humano reter e contar o que queremos e o que nos parece ser.

A antiga colônia e o sentimento de continuidade, mesmo que residual, ancoram as memórias da comunidade. Na pesquisa, ao delimitarmos o local de fala, mesmo no presente, observei certa semelhança ao fenômeno analisado por Raymond Williams (1989) com relação ao bucolismo. Narrativas com sentimentos ligados intimamente a signos voltados para o passado, mesmo influenciados pelo presente são constantes. Muitos dos estudantes e familiares possuem atividades laborais ligadas a engenhos de farinha de mandioca, por exemplo, que mesmo com o progresso e a modernização, não deixaram de serem lugares que remetem a

memórias sobre seus ancestrais. Além disso, possuir uma roça, uma horta, criar animais para o consumo, ter um ribeirão nascendo ou atravessando sua propriedade, poder consumir uma fruta colhida na árvore, só reforçam esse contexto bucólico, essa atmosfera que consagra o lugar. Segundo Williams (1989), no bucolismo a paz da vida campestre, se contrapõe às perturbações, as tradições bucólicas são seletivas e romantizadas, fazendo com que no processo de rememorar as narrativas passem por uma adaptação cultural. Esse historiador recua ao passado e percebe como escritores e poetas representaram o campo em diferentes tempos. Além de esse ambiente representar um refúgio, há a valorização do caráter empreendedor do homem camponês, tornando-o um produtor de riquezas e construtor de uma imagem paradisíaca. O bucolismo descrito pelos entrevistados durante o projeto escolar *Memórias da Colônia*, de forma alguma ressalta algo de forma negativa no modo de vida rural.

No ensino de História devemos nos ater ao fato de que os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos e documentos, manter vivas as datas comemorativas, organizar celebrações, notariar atas. Na localidade estudada, essas operações não naturais também são comuns e identificáveis nas narrativas das pessoas da comunidade. A exploração coletiva de memórias vinculadas a diferentes histórias de vida pode ajudar as pessoas da comunidade a reconhecer e valorizar experiências que foram silenciadas. Ao se inventariar narrativas ligadas à memória, devemos considerar fenômenos relacionados à consciência ou inconsciência, a interpretação e distorção. “Nos dois casos, passam a ver o processo de seleção, interpretação e distorção como condicionado, ou pelo menos influenciado, por grupos sociais. Não é obra de indivíduos isolados.” (BURKE, 2000, p.69-70). De acordo com Peter Burke (2000), os historiadores se interessam ou precisam se interessar pela memória, considerando dois pontos de vista: como fonte histórica e como fenômeno histórico. Sob o primeiro aspecto, além de estudarem a memória como fonte histórica, os historiadores devem elaborar uma crítica da reminiscência, nos moldes da operação de análises de documentos históricos. No que tange ao segundo aspecto, os historiadores devem estar interessados no que o autor denomina “história social do lembrar”. Partindo-se da premissa de que a memória social, como a individual, é seletiva, faz-se necessário identificar os princípios de seleção e observar como os mesmos variam de lugar para lugar, ou de um grupo para o outro e como se

transformam na passagem do tempo. “As memórias são maleáveis, e é necessário compreender como são concretizadas, e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade.” (BURKE, 2000, p.73).

Michael Pollak (1992, p.201) aponta que, individual ou coletivamente, sujeitos, podem “tornar elementos” em realidade, passando esses “a fazer parte da própria essência da pessoa, muito embora outros tantos acontecimentos e fatos possam se modificar em função dos interlocutores, ou em função do movimento da fala.”:

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1992, p.201).

Esse autor demonstra que acontecimentos vividos pelos sujeitos constituem suas memórias, mas que também devemos considerar que “[...] é perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada.” (POLLAK, 1992, p.201). A afinidade de memórias aproxima as pessoas, retransmite simbologias, o que durante o processo histórico torna-se fato. Concordando com o autor, as memórias narradas em Tigipió, quando herdadas, possuem uma estreita ligação “fenomenológica” com sentimentos de identidade. Os relatos, produzidos pela metodologia da história oral e oferecidos como materiais de análise, nesse trabalho, observam essa dinâmica, promovendo reflexões acerca do que possa ter resultado das entrevistas ou da produção artística e literária. Seja como for, esse processo nunca poderá ser criado do nada e, sendo assim, é passível de observação.

2.2 HISTÓRIA ORAL EM SALA DE AULA

Na base da proposta desse trabalho está uma prática de ensino de História que procura dar ênfase ao que o aluno conhece, um ensino por meio da troca de dados e/ou informações, que consiste na relação entre professor e estudantes, e entre esses e um mundo de possibilidades a se descobrir. A razão de se usar a história oral para contar a história local do distrito de Tigipió é baseada na

materialização de diálogos intensos em um cenário ligado às histórias de vida e experiências de alunos e alunas, e de pessoas de seus círculos sociais.

Minha pesquisa se dispõe a problematizar por meio da história oral o passado ligado ao processo de constituição do espaço que hoje é o presente da localidade inventariada, como por exemplo, ao se estudar práticas consideradas tradicionais, dialogando com os sujeitos históricos envolvidos com o objeto de estudo e até com outras pesquisas sobre o assunto. O principal objetivo é o de conhecer e compreender o passado questionando e modificando as compreensões do presente, ordenando, sistematizando e criticando a fonte. O processo e o resultado dessa pesquisa estão entrelaçados. A abordagem de história oral nesse trabalho usa basicamente a modalidade de entrevistas temáticas, sejam elas para construção de uma narrativa pelos próprios alunos e alunas a partir de fragmentos de memória obtidos com pessoas da comunidade, ou por meio da transcrição literal de fatos narrados. Na prática, na companhia de estudantes percorremos caminhos que nos levaram a descobertas, pois sabíamos aonde queríamos chegar e havia um ponto de partida. Existia uma única trilha a ser percorrida, uma que evidenciaria as tradições ligadas à história da região e que queríamos inventariar para que o fruto desse trabalho garantisse subsídios para a desconstrução de uma história pronta e engessada, e que seria reconstruída após análises e problematizações das fontes selecionadas ou produzidas ao longo do processo.

As memórias obtidas por meio de entrevistas, representando seletivamente o passado sob influências diversas, fornecem indícios do que ainda se conserva de uma sociedade precedente, demonstrando o quanto essa tradição de velhos costumes ainda está disponível depois de tantos anos. A continuidade do tempo, representações observadas em determinadas épocas e locais, as vidas das pessoas inventariadas nesse trabalho refletem vários aspectos sociais, sejam no âmbito local ou global, e certos efeitos provocados regionalmente pela globalização levam à necessidade de se refletir sobre o processo. Tais reflexões consideram o conjunto das necessidades humanas básicas (subsistência, proteção, afeto, entendimento, criação, participação, ócio, identidade e liberdade), além dos aspectos econômicos. A memória e a identidade, a percepção de si e dos outros, são intermediadores chave para a satisfação de várias das necessidades básicas.

Em entrevistas temáticas a pesquisa visou explorar questões orientadas pelo objetivo geral do projeto, focando na presença de um passado colonial nas

memórias e nas noções sobre as tradições vinculadas a ele. As entrevistas buscavam informações precisas, mais localizadas e mais pontuais, abrindo espaço para que o entrevistado descrevesse como se relacionava com o assunto principal, as tradições na comunidade. Produzimos por meio da história oral, narrativas sobre acontecimentos e fenômenos vivenciados pelos entrevistados, e o método utilizado foi relevante, pois trouxe como resultado o que era desejado pelo planejamento didático. Objetos a serem estudados pela história oral no ensino de História podem ser diversificados, pesquisar por meio de entrevistas temáticas pode trazer precisão sobre práticas materiais, como festividades, formas de entretenimento e de castigos; casamentos; o papel da mulher; o trabalho; comportamentos; crenças e superstições; além de instituições como a escola ou as igrejas e capelas.

Ao se pensar novas concepções sobre o processo de ensino-aprendizagem e sobre o conhecimento é possível constatar que a história oral é um poderoso recurso de aproximação e construção de teias de diálogo. Para Santhiago e Magalhães (2015, p.13-14), a história oral em sala de aula permite aos estudantes serem agentes do conhecimento, desenvolvendo a curiosidade e a habilidade investigativa e participando ativamente da construção do conhecimento; propicia um aprendizado mais agradável e participativo; desperta a sensibilidade ao lidar com pessoas e suas emoções; aumenta a percepção sobre diferentes formas de compreender e explicar fatos e a realidade; desenvolve o pensamento crítico na leitura sobre fontes; ensina a conviver com a diversidade de maneira respeitosa; reforça o conceito de consciência histórica; faz com que se entendam os outros conceitos abstratos que aparecem concretamente nas histórias das pessoas; e exercita habilidades na comunicação oral e escrita.

A história oral oportuniza ao estudante entender que a História não é feita só de grandes homens e seus grandes feitos monumentalizados, mas igualmente, pela história de tantos indivíduos, de enredos que talvez precisem ser retramados, pois lembranças existem, mas esquecimentos também. Ouvindo a história de outras pessoas, alunos e alunas percebem mais facilmente que eles próprios possuem um passado, que terão um futuro e que suas ações repercutem no tempo. Muitas das tradições evidenciadas no presente da comunidade são fruto da tradição oral, as quais possuem diversos aspectos interessantes a se discutir, pois ela é fruto narrativo de uma multiplicidade de moradores que ao narrarem tem um único objetivo, não deixar que um passado em comum caia no esquecimento. Um membro

da comunidade é um defensor de memórias que ao narrar, retransmite algo que recebeu informado por seus antepassados. Segundo Verena Alberti (2005), são narradores de história oral e transmissores de tradições:

Os objetos transmitidos pela tradição oral não são imutáveis. Canções, ditos populares, rezas, mitos etc. não são, digamos, produtos intactos disponíveis em uma prateleira, os quais podemos escolher. Como sua forma de transmissão é oral, para que se atualizem e se manifestem, precisam do momento, da contingência, que irá influir na sua manifestação, pois é o momento que determina, em grande parte, para que e como algo é narrado (ALBERTI, 2005, p.17).

Ainda, de acordo com Alberti (2005, p.18; 24), a tradição oral trata “[...] um patrimônio coletivo comum, que não existe sem a ação permanente daqueles que o repetem e também o transformam.”. Uma prática narrativa contribui para a continuidade de um grupo social e o ajuda a formar uma visão de mundo. “O patrimônio que o grupo detém é uma parte importante de sua identidade.”.

A valorização da tradição oral, no sentido de doutrina ou prática, ou como elemento cultural presente no passado, transmitida de século em século pela palavra, é uma maneira de preservar a ancestralidade. As palavras transmitidas na oralidade conduzem a uma herança ancestral valorizada pela cultura local, e por isso devem ser ouvidas entre as gerações seguintes. Conservar a memória coletiva implica na manutenção do patrimônio, no sentido de herança histórica, das tradições orais, o que segundo Luis Reznik (2010, p.91) “[...] tem valor fundamental para a nossa existência.”. O uso da história oral em sala de aula provém da necessidade e preocupação em fazer com que a história local, suas memórias, suas lembranças, estejam conectadas ao passado do município catarinense de São João Batista, ao cotidiano da EEB Profa. Lídia Leal Gomes e às atividades e projetos escolares. Até porque, as tradições evoluem e se transformam com as novas necessidades, não radicalmente, mas de maneira a suportar as mudanças sociais.

O potencial da história oral em sala de aula como recurso pedagógico está no cerne da proposta de intervenção didática apresentada por esse trabalho. Com o envolvimento de estudantes de forma ativa em entrevistas, proporciono o aprendizado por meio de experiências e protagonismo, sendo que as suas atuações como investigadores são primordiais para os resultados da pesquisa e na construção do conhecimento junto ao professor. Os participantes desse projeto se envolveram de forma ativa durante os desafios, sendo imersos na vida em suas

comunidades. O testemunho oral, objeto da pesquisa, possibilita à história oral desvendar eventos ou processos que às vezes não têm como serem entendidos de outra forma. Entre os pontos e conceitos reconhecidos por grande parte da bibliografia como específicos sobre história oral, e apresentados por Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira após o estudo do trabalho de vários outros autores, podemos destacar:

Na história oral, o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes; a instância da memória passa, necessariamente, a nortear as reflexões históricas, acarretando desdobramentos teóricos e metodológicos importantes (AMADO; FERREIRA, 2006, p.XV).

Defensoras dessa metodologia, as autoras reconhecem essa área de estudo. Esse campo é exposto em sua obra “[...] com objeto próprio e capacidade... de gerar no seu interior soluções teóricas para as questões surgidas na prática.” (AMADO; FERREIRA, 2006, p.XVI), como nas análises de imbricações entre história e memória. O uso de entrevistas planejadas em sequências didáticas facilita a compreensão do conhecimento histórico, inclusive proporcionando o entendimento de que esse não é uma constituição exata do passado. Essas narrativas mostram, na verdade, um passado plural que deve ser refletido, combinando fontes e somando informações obtidas às previamente existentes. Nenhuma fonte é capaz de contar uma história por inteiro. Os estudantes ao entrarem em contato com as fontes que eles mesmos produzem, ou produzidas por terceiros, precisam compreender as suas especificidades, tendo domínio sobre o problema da pesquisa que norteia a leitura dos materiais e conhecendo as condições em que foram produzidas e a sua natureza dialógica. As fontes não falam por si, é preciso fazer perguntas a elas.

No ensino de História, recursos oferecidos pela história oral e explanados por professores tornam o aprendizado mais relevante, pois tratam de experiências concretas, narradas de maneira coloquial. Alunos e alunas passam a conhecer as histórias da comunidade, das próprias famílias e desenvolvem habilidades no planejamento, na prática e aprimoram sua capacidade de comunicação antes e no decorrer das entrevistas. Durante as entrevistas, o estudante acaba criando certo fascínio sobre o que é narrado, se tornando, de alguma forma, portador de dados que pensam ser incontestáveis, mas não são. Por isso, os estudantes devem, sob

orientação pedagógica, receber orientação para usar de olhar analítico, avaliando as fontes de maneira crítica sabendo que nenhuma espécie de fonte é História em si, mas que faz parte de um processo de construção de conhecimento. De acordo com Verena Alberti a combinação entre o “vivido” e “concebido” como formas de elaboração do real é o que causa fascínio na história oral. “[...] sabemos que o passado só retorna por meio de trabalhos de síntese de memória: só é possível recuperar o vivido pelo viés do concebido.” (ALBERTI, 2004, p.17). Uma entrevista causa fascínio pela possibilidade de experimentar as experiências do outro ao compreender as expressões dessa vivência. “A experiência histórica do entrevistado torna o passado mais concreto, sendo, por isso, atraente na divulgação do conhecimento.” (ALBERTI, 2004, p.22).

No caso desse trabalho, foram recortadas apenas as tradições orais, mas evidentemente se compreende que em história oral não há limites com relação aos temas de interesse. Por meio da investigação, esse trabalho visa afastar-se das versões consagradas desse passado, fazendo aparecer defeitos, seus pontos suturados, em memórias de uma localidade com muitas histórias para contar. Esse estudo é um exercício crítico de reflexão sobre a natureza de produções escolares baseadas nas relações cotidianas presentes na comunidade, principalmente daquelas pertencentes ao âmbito rural, onde os modos de transmissão e conhecimento ainda transitam, de maneira relevante, pelos caminhos da oralidade. Entre as categorias de ação em pesquisa em história oral, para a constituição desse texto, decidi seguir o estilo do analista completo, apresentado por Jorge Eduardo Aceves Lozano (2006) como uma modalidade com caráter técnico, onde o historiador considera as fontes orais não apenas como apoio factual ou ilustração qualitativa para tomada de conclusões. Nessa prática categórica, pesquisadores:

[...] colhem, ordenam, sistematizam e criticam o processo de produção da fonte. Analisam, interpretam e situam historicamente os depoimentos e evidências orais. Complementam suas fontes orais com as outras fontes documentais tradicionais do trabalho historiográfico. Não se limitam a um único método e uma técnica, mas as complementam e as tornam mais complexas (LOZANO, 2006, p. 23).

Concordando com Lozano (2006), não considero a história oral como uma técnica arquivista, e nem como uma maneira de comprometimento com a comunidade da qual fazem parte a Escola e meus alunos e alunas. Acredito que

essa pesquisa oportunizou uma renovação das concepções a cerca do trabalho do historiador, mesmo sendo alguém envolvido de alguma forma com os sujeitos e com os problemas iniciais da pesquisa. Na escrita, objetivei estabelecer relações de qualidade e profundidade com os estudantes e com os entrevistados, para que houvesse a possibilidade de uma construção histórica combinando fontes orais com outras fontes documentais, com constatações, produzindo conhecimento:

Nesse estilo de trabalho, a tarefa de produzir conhecimentos históricos se torna válida, especialmente rica e atual, já que implica; reflexão teórica, trabalho empírico e de campo; maior ligação e vínculo pessoal com os sujeitos estudados; um processo de constituição de uma fonte e um processo de produção de conhecimentos científicos, isto é, um processo que permite ao pesquisador se transformar no que sempre pretendeu ser, um historiador (LOZANO, 2006, p. 24).

O diálogo com a produção escolar durante o projeto *Memórias da Colônia* nos faz pensar sobre como a história local foi construída, pois considera a evidência oral uma fonte muito importante, o que segundo esse autor, “[...] sustenta que a versão da sociedade que a constrói é tão válida quanto aquela que deriva da consulta de fontes documentais [...]” (LOZANO, 2006, p.24). Ao se pensar na história oral como objeto de estudo e de influência sobre o ensino de História, é preciso se imaginar os temas a serem explorados, definir coordenadas, escolher rumos para a pesquisa por meio de entrevistas. Professor e estudantes formam uma equipe, com preocupações pessoais, mas com objetivos comuns. Um grupo de trabalho que tem a possibilidade de construção de pesquisas coletivas que de certa forma transformam o passado, e que cientificamente contrastam legados, sem desmerecer a memória nem o trabalho dos que já se foram.

2.3 DILEMAS EM HISTÓRIA ORAL

Mesmo depois de tanto tempo, pode-se dizer que ainda não há um consenso sobre a metodologia da história oral. Na década de 1990 em uma edição comemorativa da revista *Oral History*, Alistar Thomson (2006, p.66) afirmou que as críticas geralmente circulam sobre o fato da “[...] memória não ser confiável como fonte histórica [...]”. Podendo ser “[...] distorcida pela deterioração física e pela nostalgia [...]”, por influências ideológicas por parte dos narradores, e por versões coletivas sobre o passado. Desde então, o assunto já foi discutido o suficiente para

se avançar na direção da validação da fonte oral como equivalente às demais fontes históricas. Segundo Santhiago (2008, p.37) as “[...] críticas feitas à história oral só fariam sentido se incorporadas a um debate mais amplo sobre a totalidade das fontes históricas.”. Qualquer espécie de documento pode ser questionado e é limitado; há nele subjetividade e seletividade. Atualmente a grande força da história oral está justamente nessas características, que só serão confiáveis na medida em que exista sua materialidade por meio da transposição da oralidade fluida e dinâmica para o código escrito. A postura que possam reclamar de um trabalho com metodologia baseada em história oral só se realizará completamente no texto escrito pelo historiador.

Nesse documento, para que haja uma maior confiabilidade nos resultados, a interpretação de memórias é combinada com outras fontes históricas, o passado é investigado e descoberto fazendo-se o uso da história oral como apenas mais uma fonte. A ideia é que a memória das pessoas, as narrativas inventariadas sejam analisadas levando-se em consideração as tendenciosidades e as fabulações, fazendo amostragens representativas e a checagem da coerência nas informações. Há também o comprometimento com diversos grupos sociais, principalmente com os que a historiografia considerada oficial excluiu, até porque se quisermos conhecer a História e a experiência humana em sua complexidade, a história oral deve abarcar em seu enredo “vencedores” e “vencidos”, nesse caso específico, os colonizadores e os colonizados. Inclusive, entre os objetivos específicos estão à mobilização dos estudantes com relação às investigações e descobertas, para que se identifiquem e valorizem o passado da comunidade da qual fazem parte. Segundo Santhiago e Magalhães (2015, p.50), “Será essa capacidade crítica que permitirá ao estudante, no futuro, formar opiniões próprias sobre a realidade [...]”. Na pesquisa escolar, os estudantes apesar de compreenderem que os moradores entrevistados servem de fontes, acabam sendo influenciados de alguma forma em suas construções historiográficas, pois não são acadêmicos, seus compromissos com narrativas históricas esbarram nas variações e aperfeiçoamentos a que são submetidas às histórias dos entrevistados.

A análise considera no processo “[...] as razões que levaram os indivíduos a construir suas memórias de determinada maneira [...]” e percebe como o processo de relembrar pode “[...] ser um meio de explorar os significados subjetivos da experiência vivida e a natureza da memória coletiva e individual.” (FRISCH;

HAMILTON; THOMSON, 2006, p.67). Existe uma pluralidade de versões do passado, fornecidas por diferentes interlocutores, pois as “distorções” nas memórias, também foram recursos nessa pesquisa, incluindo-se o fato de que os jovens substituíram narrativas que lhes eram familiares por informações que já conheciam ou ainda expandiram o que ouviram por lembranças que perceberam que faltavam. Paul Thompson (2006) comentou em um editorial da revista *Oral History* em 1989, sobre o fato das evidências tanto objetivas quanto subjetivas serem igualmente importantes:

Nos últimos anos, alguns historiadores orais criaram métodos de análise e de entrevista que se fundamentam num entendimento mais complexo da memória e da identidade, e que sugerem meios novos e estimulantes para tirar o maior proveito das memórias para fins de pesquisa histórica e sociológica. Procuramos explorar as relações entre reminiscências individuais e coletivas, entre memória e identidade, ou entre entrevistador e entrevistado. De fato, frequentemente estamos tão interessados na natureza e nos processos de rememoração quanto no conteúdo das memórias que registramos (FRISCH; HAMILTON; THOMSON, 2006, p.69).

A história oral representa uma opção totalizadora frente à fragmentação de documentos escritos porque ela está centrada no indivíduo, que funciona, como compensação totalizadora à segmentação e ao nivelamento em conhecimentos históricos.

Dilemas éticos são impostos quando nos utilizamos da história oral como método científico, portanto, essa metodologia é um desafio para o historiador, que precisa de uma ampla e apurada percepção sobre cada história de vida com que cruzar durante o processo. Pesquisadores precisam saber dos direitos de quem fala e das responsabilidades de quem escuta. Em meu trabalho, lidei não só com as histórias, mas com pessoas e seus sentimentos, para tanto, precisei atender a uma série de cuidados, incluindo-se a negociação com os narradores para a exposição do material. Nesse sentido, um trabalho de cunho científico requer tramites jurídicos que resguardecem as partes envolvidas no processo.

Cada narrativa investigada consiste em uma propriedade intelectual que deve ser respeitada e cujo uso precisa se ater a dilemas e tabus. Existem vários aspectos que devem ser considerados, entre eles a forma como as narrativas devem e podem ser usadas, passa por acordo prévio com o entrevistado. A transparência deve ser fundamental, incluindo no direito de escolha do anonimato e nas decisões do que e para que serão utilizadas as suas memórias. O pesquisador não pode julgar de

maneira alguma o que está sendo dito e nem forçar o narrador a explanar temática que for delicada em seu entendimento. São cuidados éticos importantes:

[...] explicar aos entrevistados, de maneira esclarecedora, o projeto de pesquisa, seus objetivos, os procedimentos de trabalho e a maneira como se pretende utilizar as entrevistas; respeitar a prerrogativa dos possíveis narradores de escolher se querem ou não ser entrevistados e de optar por interromper sua participação em qualquer etapa da pesquisa; não fazer promessas que não possam ser cumpridas – e estar atento a todas as responsabilidades das quais você se incumbiu; tratar todo entrevistado com cordialidade e respeito, dedicando especial atenção a pessoas em situação de fragilidade e vulnerabilidade física ou emocional; não utilizar entrevistas ou trechos de entrevistas sem autorização expressa do entrevistado, por escrito, respeitando sua privacidade e a confidencialidade do encontro; sempre que utilizar a entrevista como fonte, fazê-lo de forma correta, contextualizada, e oferecendo a indicação de origem; minimizar qualquer possibilidade de risco ao entrevistado, atentando a aspectos do trabalho de entrevista que possam prejudicá-lo física ou psicologicamente ou atingir sua reputação e sua imagem pública (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2015, p.51-52).

A cautela e a sensibilidade na história oral, segundo Thomson (2006, p.70), partindo do princípio de que o bem-estar do entrevistado deve prevalecer sobre os interesses da pesquisa, podem ser vistas sob duas perspectivas, a de que “[...] as entrevistas que exploram a natureza e os processos de rememoração tornam menos precisos os limites do relacionamento na história oral.”, e a de que “[...] o trabalho de colher reminiscências atribui maior prioridade ao valor da rememoração para ao narrador do que ao seu valor para pesquisa histórica.”. É importante não deixarmos de considerar e reconhecer o fato de que “[...] narradores e pesquisadores frequentemente têm objetivos conflitantes.”, e, portanto, não está livre do contexto político. Por isso, no trabalho com história oral, além das questões éticas, ainda é preciso se ater aos dilemas de ordem política.

A formação de uma história sob diferentes nuances contribui para que grupos e pessoas cujas vidas foram marginalizadas no passado possam receber o devido aval social, pois é uma forma de se questionar mitos públicos que possam ter servido de refúgio para alguns grupos em diferentes tempos e as disputas de memória. Existe um dilema envolvendo o trabalho do historiador, pois ou se contesta o que foi narrado, pois existe um dever de responsabilidade perante a sociedade e a história, ou não se desconstrói aquilo que é considerado pronto e acabado, por não querer fazer o uso da memória dos narradores para tal, pois pode ser visto como

abuso de confiança. Michel Frisch apresentou uma saída para este dilema, ao defender uma “autoridade compartilhada” na história oral e:

[...] projetos que assumam seriamente a tarefa de envolver as pessoas na exploração do significado de lembrar e no que fazer com as memórias para torná-las ativas e vivas, e não meros objetos para colecionar e classificar (FRISCH; HAMILTON; THOMSON, 2006, p.71).

Essa afirmação nos faz indagar se os participantes das etapas do processo, os narradores, podem se sentir aptos, ou dispostos a questionar suas próprias vidas, suas crenças, suas próprias memórias. É difícil, quase inevitável, que em um trabalho que envolva diferentes memórias, muitas pessoais e outras coletivas, e que questione muitas vezes a forma como as pessoas enxergam um passado do qual se sentem próximos, não cause estranhamento ou discordância sobre algumas das suas conclusões. Conforme Thomson (2006, p.71), há de se considerar o lado positivo, “[...] a exploração coletiva de histórias de vida em projetos participativos pode ajudar as pessoas a reconhecer e a valorizar experiências que foram silenciadas, ou a enfrentar aspectos difíceis e dolorosos de suas vidas.”. Apesar disso, como se trata de uma pesquisa escolar que busca conhecer melhor o diferente e fixa-lo como patrimônio, os estudantes dentro de suas limitações com relação à história oral negociaram e dissecaram informações junto ao professor para que a sociedade da qual faz parte pudesse ter uma escrita permeada de tradições plurais guardadas pela memória do povo. O trabalho contribui na divulgação das experiências vividas dando protagonismo não só aos sujeitos que se tornaram ao longo do tempo, os enaltecidos como responsáveis pela “fundação” do município de São João Batista. É um dilema justamente, não contar sobre a formação histórica da região sem que se escolha somente um grupo como responsável por todas as mudanças ao longo do tempo, sem que se referencie essa história dando ênfase a apenas um recorte temporal, oportunizando uma narrativa histórica diferente das anteriores.

Segundo Verena Alberti (2004, p.28), “[...] vale lembrar que as possibilidades de uso da história oral vão além das atividades de pesquisa e documentação no âmbito das ciências humanas.”. No ensino de História, os recursos oferecidos pela história oral foram úteis para um aprendizado mais fácil. Os estudantes ao conhecerem as histórias de Tigipió desenvolveram várias habilidades, que lhes permitiram organizar entrevistas e praticar a pesquisa, para que pudessem construir

narrativas que nos contam sobre rastros do passado, que de alguma maneira expõem tradições que podem ser interpretadas sobre diferentes olhares. Essas tratam de pessoas que se tornaram influentes na região, mas também daqueles que não são nomeados, mas que participaram das tramas do passado. São muitas as lendas e os mitos que podem ser elucidados, e por meio da história oral existe essa possibilidade para que se recriem essas histórias, às vezes falando de vidas esquecidas e contribuindo para que as pessoas reconheçam significados na participação dessas vidas em meio às muitas histórias que ainda contam na região do antigo Núcleo Colonial Nova Itália.

Esse trabalho de acordo com o ponto de vista do leitor pode esbarrar muitas vezes em dilemas relacionados a interesses de continuidades em relação ao passado, um passado considerado apropriado, onde valores e normas de comportamento devem ser repetidos em nome de rituais ou de simbologias que fomentam certas intencionalidades. A apropriação histórica e sua utilização acomoda a mudança e definem uma determinada forma de relação do indivíduo com o passado.

3 CAMINHOS PERCORRIDOS: A CONSTRUÇÃO, EXECUÇÃO E RESULTADOS DAS SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS

A produção histórica nesse trabalho é permeada de motivação e convencimento sobre as possibilidades apresentadas pela história oral abarcada pelo engajamento de estudantes em um universo de escritas e relatos. Mas para que essas histórias pudessem ter papel de importância em contexto educacional, estratégias para o desenvolvimento de uma pesquisa precisaram ser adotadas, sequências didáticas necessitaram ser construídas e uma teia de colaboradores precisou ser engajada.

O ProfHistória, por meio da UDESC, oportunizou-me não somente a qualificação das minhas práticas docentes, mas o desenvolvimento de uma pesquisa no campo do ensino que permitiu que o aprendizado histórico ultrapassasse os limites dos muros da EEB Profa. Lídia Leal Gomes, publicizando resultados em diversos espaços sociais, por meio de um grande número de formas e suportes. Para colocar em prática meu projeto de pesquisa, foquei no objetivo principal de identificar a presença de indícios de memórias nas comunidades do distrito de Tigipió. Desde o início, procurei investigar o que os estudantes do Ensino Médio sabiam sobre o local onde a maioria vive desde o nascimento. A partir dessa investigação, procurei verificar quem seriam os memorialistas da região, os contadores de histórias. Revirei a biblioteca da escola para saber se ali existia alguma obra que pudesse servir como fonte para problematização. A única obra que encontrei foi *São João Batista do Alto Tijucas Grande: 1834 – Do Arraial do Capitão Amorim à capital catarinense do calçado*, de Darci de Brito Maurici, e após folhear e fazer a leitura das referências cheguei à obra *Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina de autoria* de Lucas Alexandre Boiteux, que defini como fonte historiográfica principal do trabalho. No livro de Walter Fernando Piazza, *Nova Trento*, de minha propriedade e fonte secundária na pesquisa, já havia me despertado o interesse pela referência ao livro de Lucas Boiteux.

Enquanto colocava em prática a primeira sequência didática (APÊNDICE A) que me levaria a um inventário de tradições, dediquei algumas aulas a explanar e indagar com alunos e alunas sobre a noção de colônia e origem étnica, temporalidade e narrativa, tradição oral e tradição inventada. Passada essa etapa

convidei então o memorialista José Sardo²⁶ para uma conversa com os estudantes. José Sardo havia sido citado na obra da professora Darci de Brito Maurici quando essa tratou sobre a chegada dos colonizadores europeus, ainda na primeira metade do século XIX, para iniciarem o empreendimento Colônia Nova Itália. Além de José Sardo, nessa primeira etapa contei com a participação da então mestrandia Marcia Peixe Vargas, que desenvolvia na região uma pesquisa, uma acadêmica que conhecia tradições orais da localidade devido às diversas entrevistas que havia feito com muitos conhecidos dos estudantes. Marcia esteve na Escola para dialogar com as turmas envolvidas em meu projeto, e certamente despertou o interesse de estudantes com relação ao conhecimento que estava construindo. Por intermédio da jornalista e pesquisadora, conheci as obras do Pe. Flávio Feler, que passaram a serem fontes e referências de pesquisa também. Ainda em 2019, o Pe. Feler passou a congregiar no município de Nova Trento e, por isso, visitei-o para tratar de assuntos relativos a esse projeto. Por meio do Pe. Feler, consegui uma cópia do livro de Lucas Boiteux e o livro de Robert Christian Avé-Lallemant, *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*, que trata de uma passagem do alemão pela região colonizada às margens do Rio Tijucas-Grande. As fontes historiográficas e seus respectivos autores foram tema de análise e discussão em sala de aula (ver seção 3.1).

Ainda nessa etapa do trabalho, com a colaboração da professora de artes Denise Cristina Motta²⁷, desenvolvi e apliquei uma segunda sequência didática (APÊNDICE B). A atividade consiste em produção fotográfica. Imagens fotográficas foram criadas para que alunos e alunas exercitassem a interpretação sobre o mundo em sua volta e ao mesmo tempo identificassem a presença de um passado colonial nas paisagens da localidade. O produto dessa etapa deu sentido e estimulou o trabalho em sala de aula, pois construímos elementos visuais bastante próximos das tradições orais até então discutidas na Escola, tornando-se inclusive, referencial para os estudantes. Apesar de serem fotografados cenários presentes na vida cotidiana dos estudantes, o resultado não foi somente um recorte, uma imagem fixa

²⁶ José Sardo, nascido em 1950 na região da Colônia Nova Itália, é popularmente conhecido por Saulo pela comunidade. Devido a sua paixão pela história local, ministra palestras e contribui com trabalhos jornalísticos para tratar de assuntos relativos à imigração italiana, devido ao fato de ser descendente de sardos que chegaram em 1836 e de possuir documentos e relíquias sobre o assunto. É presidente da ADANPIB desde a sua fundação.

²⁷ Professora de Artes da rede Estadual de Santa Catarina. Licenciada em Artes Visuais pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI) e especialista em Educação Musical pela Universidade Candido Mendes.

da realidade. Por trás dessas produções existem interpretações, que perpassam as imagens retratadas. Outro fator que foi trabalhado com a análise de imagens em sala de aula (ver seção 3.2) desenvolveu a possibilidade de manipulação do passado, pois em muitos momentos históricos, houve a reescrita e alteração de dados de acordo com o interesse dos autores, para propaganda de um determinado passado conveniente. Muitas pessoas que tiveram contato com o resultado desse empreendimento se equivocaram ao acreditar que as fotografias eram antigas, pois usamos recursos gráficos acerca de suas produções com a intencionalidade de modificação das imagens para que remetessem as memórias coloniais.

Pensando na conclusão da primeira sequência didática (APÊNDICE A), alunos e alunas divididos em grupos fizeram entrevistas orais com pessoas de seu círculo social. Gravaram com seus smartphones, memórias que contam sobre tradições que os questionados haviam conhecido por intermédio de seus antepassados. Diante do processo, os estudantes passaram a corroborar com uma nova perspectiva para compreensão da sociedade local. A explanação do conteúdo produzido em sala de aula foi fundamental, pois os jovens por intermédio da prática, entenderam a potência das transmissões orais, pois perceberam a sua importância como ferramenta de transmissão de valores, sentimentos e visões de mundo. Constataram o quanto tradições orais podem contribuir para documentar a variedade histórica em locais onde documentos escritos não possibilitam ou nem sequer existem. Por meio da oralidade e da indagação, elucidaram significados e enriqueceram o conhecimento que possuíam sobre o distrito de Tigipió, aprendendo com o passado.

Para concluir essa etapa, passamos para os textos dissertativos sob influência da memória. Após alguns meses tendo contato com a oralidade, alunos e alunas narraram de forma literária suas memórias sobre a localidade da qual fazem parte. As histórias escritas durante o projeto *Memórias da Colônia* reavivaram marcas de suas vidas e de sua comunidade; reconstruíram uma atmosfera que remete a hábitos, valores e práticas cotidianas; reacenderam emoções; lembraram relações cotidianas; representaram e reativaram correntes de pensamento político e ideológico; reconstituíram a religiosidade e o companheirismo. A memória que foi reativada durante a escrita é plena de significados de vida. De acordo com Alberti (2004, p.13-14) é impossível assistir fielmente o que se passou, como em um filme, reproduzir o passado de uma forma geral, tal como realmente aconteceu: “A história,

como toda atividade de pensamento, opera por descontinuidades: selecionamos acontecimentos, conjunturas e modos de viver, para conhecer e explicar o que se passou.”. As entrevistas proporcionaram o refazer de caminhos, narrados sobre recordações. O indivíduo é único e singular na história, um sujeito que efetivamente viveu, e ao ouvi-lo falar, segundo a autora “[...] temos a sensação de ouvir a história sendo contada em um contínuo, temos a sensação de que as continuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos.”. Em meio a conjunturas e estruturas, as pessoas opinam, reagem, impulsionadas em reviver o passado. As experiências dos interlocutores tornaram os estudantes mais próximos desse passado para que restabelecessem a continuidade daquilo que já passou. Na rememoração desses relatos, os estudantes reencontram a si mesmos. Ao escreverem sobre o passado recorreram as suas lembranças, buscando refúgio dentro de si. O pensamento no presente passou por desgastes sofridos, e por muitos sujeitos até chegarem aos entrevistados, até porque a história não foi precedida por nenhum testamento. Aqueles que nos acompanharam, falecidos ou não, e toda cultura percorrida pelo caminho, trouxeram o seu caldo sobre o passado, mas muitos dos significados, imagens da vida, se modificaram.

O trabalho abrange a oralidade como saber, as tradições orais evidenciadas em meio às fontes produzidas por estudantes. Quem fizer a leitura do *Inventário de Tradições Orais do distrito de Tigipió* (APÊNDICE C), produto objetivado inicialmente por esse trabalho, conhecerá e perceberá sujeitos diversos, os modos como sentem, falam, experimentam, transformam, resistem, vivem tempos descontínuos e espaços fragmentados. Nos diferentes discursos há diferentes designações sobre aquilo que a memória quer que você pense que é, ou sobre o que realmente foi. A colaboração do professor de Língua Portuguesa e Literatura, Oséias Couto dos Santos²⁸ foi importante nessa fase da execução do projeto, pois auxiliou as classes durante o processo da escrita das memórias textuais. Todas as narrativas construídas ao longo de 2019 foram ilustradas por alunos e alunas da Escola, de diversas séries, que se voluntariaram. O encantamento produzido por essas tradições fez com que

²⁸ Oséias Couto dos Santos é graduado em Letras pela Faculdade Educacional da Lapa (FAEL), em Artes visuais pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvei) e Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

jovens estudantes e familiares passassem a enxergar a disciplina de História de maneira diferente, tendo aspectos proximais como referência.

Figura 3 - Episódio: *Cuidado com as pedras*, da I Temporada de *Memórias da Colônia*

5 Correio Catarinense
15 de novembro de 2019

Memórias da Colônia

Cuidado com as pedras

Marco Aurélio Zunino Silveira

EPISÓDIO XI

Amanheceu, logo no café da manhã a fofoca rolava a solta. Cidade pequena é assim, de boca em boca as notícias se espalham. A nova dessa vez era que a vaca do compadre Jorge fora roubada. O mistério percorria pelas ruas da Colônia, onde a curiosidade de saber quem tivera a coragem de cometer tal atrocidade era grande.

A única certeza era a de que o padre Ze sabia, pois, em confissão, o culpado se entregaria. Mas, pelas regras da igreja, o padre não poderia simplesmente denunciar o culpado. Portanto, teve uma ideia.

No domingo de manhã, na missa, a Colônia inteira participava. Ao final da missa, o padre pegou uma pedra na mão e começou a andar no meio do povo, falando sobre o ocorrido. Todos olhavam atentamente para o padre, até que ele levantou a pedra e gritou: - Em nome de Jesus Cristo, jogarei esta pedra que cairá na cabeça do culpado!

O padre deu o primeiro impulso. De repente, de longe, dona Joana gritou: - Corre João, que lá vem pedrada!

O silêncio tomou conta do recinto, o padre baixou a pedra, todos haviam descoberto o ladrão. No dia seguinte, a casa de dona Joana e seu João estava vazia, haviam partido dali. Seu Jorge ficou sem a vaca, mas logo tudo voltou ao normal. A história, entretanto, nunca foi esquecida.




■ Ilustração: Rafael Felipe Mazzotti
■ Marco Aurélio, Rafael e o professor Malcon Gustavo Tonini

Fonte: Correio Catarinense. São João Batista. 15 de novembro de 2019. p.5

O resultado do que foi trabalhado no ano letivo de 2019 foi preciso, e apropriado de tal forma que o Sarau Histórico-Literário da Escola naquele ano, trouxe a dramatização das histórias contadas pelos estudantes. Esses fizeram questão de providenciar figurino, organizar cenários e transformar suas histórias em uma peça teatral com 12 episódios. Estudantes do ensino fundamental se prontificaram a colaborar, participando também de várias maneiras. As famílias prestigiaram com a presença no evento e membros da comunidade organizaram junto a Direção Escolar um delicioso café colonial com produtos da região. Recebemos a visita de membros da Academia de Letras do município de Brusque e de pessoas ligadas a Coordenadoria Regional de Educação que acompanharam as dramatizações. O talento da professora Denise Cristina Motta e o corpo administrativo da Escola foram imprescindíveis para que o Sarau saísse como planejado.

Figura 4 – Fotografia do encerramento do Sarau Histórico-Literário 2019 na EEB
Profa. Lúcia Leal Gomes



Fonte: Fabiola Carla Perão. Arquivo pessoal (2019)

Figura 5 – Vídeos que contemplam dramatizações de narrativas produzidas em 2019



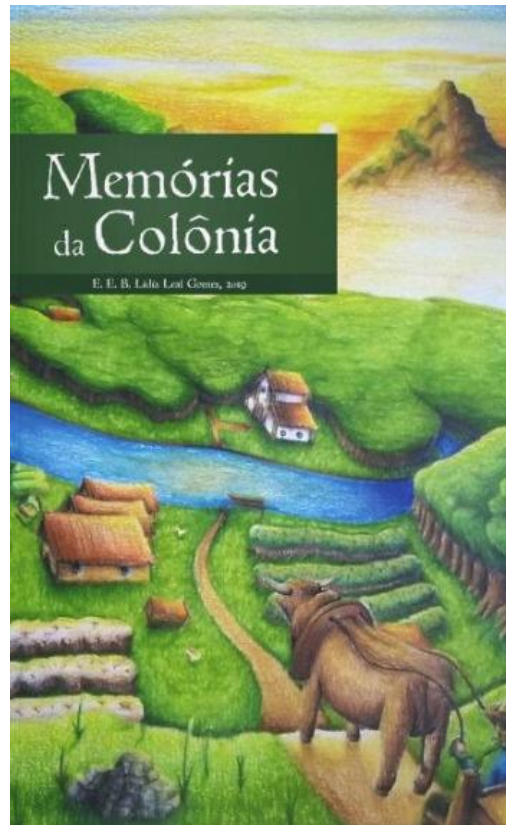
Fonte: Anderson Quaiatto. Arquivo pessoal (2020). Disponível em:
<https://www.youtube.com/channel/UCKHcEKzn2f3i5qkmfNVm6Ow>

Em 2020, logo no início do ano letivo, estudantes pediram para reviver algumas das experiências, alguns já veteranos, outros recém-chegados ao Ensino

Médio. Mesmo com o advento da pandemia, tivemos contato com os estudantes de maneira presencial até meados do mês de março, quando novas narrativas literárias para o projeto já vinham sendo construídas. Acabaram entregando os novos textos por e-mail, e teríamos a partir daí a segunda temporada da série *Memórias da Colônia*, com as publicações retornando ao jornal *Correio Catarinense* em maio de 2020. O nosso inventário cresceu em número de produções, tendo um total de 26 narrativas contando sobre tradições orais com suas respectivas ilustrações, ao final desse ano. Ao longo de dois anos, narrativas foram produzidas por diferentes sujeitos, são perspectivas que distorcem, emitem opiniões, escamoteiam e silenciam, mas que não são mentiras e falam sempre de alguma coisa. Ninguém fala do que não existe, os seres humanos são enredados por tramas que fazem parte de inúmeros momentos em suas vidas. As narrativas produzidas no projeto *Memórias da Colônia* possuem um fundo de verdade, talvez deformado, mas com pertinências ao propósito inicial. Sobre as ilustrações dos escritos de 2020 recorri a um ex-aluno, que no ano anterior já havia feito uma ilustração remetendo ao nome do projeto. Igor Eduardo Machado²⁹ foi meu aluno durante todo o ensino fundamental, na Escola Municipal Professora Araci Espíndola Dalcenter, do bairro Jardim São Paulo, também em São João Batista.

²⁹ Igor Eduardo Machado, 16 anos, é aluno da EEB São João Batista, localizada na parte central do município. Durante o ano de 2017, o inscrevi em um concurso nacional de ilustração sobre a participação da princesa Leopoldina no processo de Independência do Brasil, cujo se saiu vitorioso. O estudante foi premiado na Câmara dos Deputados em Brasília e recebemos uma Moção na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Disponível em: http://www.tudosobrefloripa.com.br/index.php/desc_noticias/garoto_de_saeo_joao_batista_vence_concurso_nacional_de_desenho.

Figura 6 – Banner com ilustração feita por Igor Eduardo Machado em 2019



Fonte: Rafael Rubert Goulart. Acervo pessoal (2019)

Figura 7 - Episódio: *Tragédia de um dia de outono*, da II Temporada de *Memórias da Colônia*

CORREIO
CATARINENSE

GERAL
3 de julho de 2020 11



Memórias da Colônia - II Temporada



EPISÓDIO X: Tragédia de um dia de outono

Morgana Peixer - 3º ano

O dia começou cedinho em Colônia. Era uma quinta-feira fresca, com um ar de outono. Marcelo e José chegaram à casa de Antônio às 4 horas da manhã. Era dia de transportar as madeiras pelo rio até Tijucas.

Antônio calçou as botas e foi ao serviço. Marcelo e José começaram a colocar a madeira na balsa. Antônio começou a sentir mal, mas não sabia o motivo:

- Eu não estou com um bom sentimento sobre essa viagem, espero que seja só loucura.

José respondeu com firmeza, mas no fundo, também estava um pouco incomodado:

- Não há de ser nada 'homil', deixe de arrear e vem ajudar vem.

Depois de tudo no lugar os três seguiram viagem. O rio estava perigoso. Havia lugares muito fundos e outros em que a balsa encalhava. José indagou:

- Acho que colocamos carga demais, será que não vai pegar no fundo?

Marcelo respondeu:

- Espero que não, o rio está cheio depois dessa semana de chuva.

E estava mesmo. Choveram três semanas seguidas e o rio estava transbordando. A água escura chegava a dar medo. Foi então que o temido aconteceu. Pegaram uma correnteza muito forte e perderam o controle da balsa, que começou a balançar muito.

Antônio e José conseguiram se segurar, mas Marcelo caiu no rio.

Marcelo sabia nadar, mas aquela cor-



Ilustração: Igor Eduardo Machado

renteza não deixou que ele se salvasse. Não conseguiram parar e a balsa continuou rio abaixo. Um dos companheiros, Marcelo, nunca mais foi encontrado.

Desde dia em diante, Antônio não trabalhou mais na balsa. Ficou com trauma, um de seus melhores amigos

perdeu a vida nela, e foi algo que lhe chocou muito.

José continuou lá, mas somente cortando lenha, não queria mais saber de viagem. O rio lhes deu muitas oportunidades, mas também, algumas tristezas ficaram marcadas para sempre.

Fonte: Correio Catarinense. São João Batista. 3 de julho de 2020. p.11

Essas histórias e suas respectivas ilustrações agora são fontes históricas, que trazem vestígios que nos proporcionam acesso significativo à compreensão do passado e seus desdobramentos no presente. São marcas da história e podem ser analisadas e confrontadas com o que as instituições locais chamam de história oficial do município de São João Batista. Entre os produtos resultantes dessa saga, ainda relaciono canecas e camisetas produzidas no segundo semestre de 2020 reproduzindo o trabalho e a pesquisa com alunos e alunas. De acordo com Bruner (2002) as histórias têm um papel importantíssimo no aprendizado, pois permitem que os indivíduos se conheçam favorecendo um aprendizado mais significativo.

Figura 8 – Arte criada para divulgação de produtos personalizados relacionados às fontes produzidas durante a pesquisa

Contribua com a divulgação das memórias da região que fez parte do antigo Núcleo Colonial Nova Itália, prestigiando o trabalho na Escola Lídia Leal Gomes e ao mesmo tempo contribuindo com a Laurinha! Adquira um produto personalizado do projeto "Memórias da Colônia" através do Whatsapp (48)998442047. A comunidade escolar agradece!

Memórias da Colônia

Produtos Personalizados



R\$30,00

Você que deseja adquirir, terá o privilégio de escolher a sua história preferida para criar a camiseta e a caneca!

Consulte o catálogo com todas as artes disponíveis!

 (48)998442047







R\$35,00

E.E.B.Profª Lídia Leal Gomes
#Salvealaurinha

Fonte: Renata Visentainer. Arquivo pessoal (2020)

Na realização dessas tarefas, rememoramos personagens, nos aproximamos de pessoas até então consideradas estranhas, tornamos processos históricos em fatos. Nesse panorama, sujeitos, se formaram por meio do seu contexto social, em razão da troca social, do afinamento com algum passado. Os estudantes lançaram mão daquilo que conheciam como passado e ressignificaram-se como sujeitos dessa mesma história. A concepção da memória como conhecimento ultrapassou o que as clássicas epistemologias definem. Quando mobilizamos a comunidade a falar

sobre tradições, convocamos saberes não institucionalizados. Apesar de esses saberes estarem permeados de influências das mais diversas, acabaram oportunizando o debate sobre temas até então considerados de menor importância. Os autores e autoras das fontes produzidas em sala de aula falam, supostamente, de informações históricas com alguma ligação com a colonização europeia no interior de São João Batista. Experiências de pessoas subalternizadas vieram à tona, evidenciamos cenários que remetem ao processo de colonização, mas também outros que remetem a outra paisagem. O conhecimento histórico foi documentado durante a pesquisa, levando-se em consideração sua origem, momento e contexto de sua produção, oferecendo subsídios para o reconhecimento patrimonial do distrito de Tigipió. Além disso, forneceu instrumental para que pudesse conduzir um processo de avaliação crítica da realidade em suas múltiplas facetas. Conversaremos mais sobre isso no último capítulo desse trabalho.

3.1 PRIMEIRA PÁGINA DA COLONIZAÇÃO ITALIANA EM SANTA CATARINA: ANÁLISE E DISCUSSÃO

Ao longo da execução desse projeto precisei tratar sobre a historiografia oficial de São João Batista junto a estudantes, partindo da fonte referencial sobre esse passado que queríamos confrontar. A que trata justamente exclusivamente da colonização italiana em terras que hoje fazem parte do município, a obra *Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina*, de autoria de Lucas Alexandre Boiteux. A seguir as conclusões sobre a escrita e o autor.

A obra foi publicada em 1939, mas trabalhei com um exemplar disponibilizado pelo escritor, Pe. Flávio Feler. O livro faz parte dos seus arquivos, e é uma segunda edição organizada em 1998 por Nylson Reis Boiteux, publicada pela editora da Universidade de Caxias do Sul. Escolhi essa referência porque é pioneira na abordagem da temática sobre a colonização sob a tutela do Estado em São João Batista, e por ter grande potencial para uma problematização que evoque a elaboração de uma narrativa histórica sobre a região. A pesquisa nesse trabalho propõe algo além do que a historiografia oficial nos mostra, relacionando publicações históricas sobre a Colônia Nova Itália, como a de Lucas Boiteux, com a memória da comunidade, apresentando novos aspectos e percepções relativos à

colonização, relações sociais e tensões entre determinados grupos que viveram em várias épocas e em diversos recortes do passado.

Figura 9 – Capa de exemplar da 2ª edição do livro *Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina* de Lucas Alexandre Boiteux



Fonte: BOITEUX, 1998. Arquivo do Pe. Flávio Feler

Essa obra foi idealizada em 1936, ano que, de acordo com o IHGSC, assinala o primeiro centenário da colonização italiana no Estado. A convite desse instituto, o historiador Lucas Alexandre Boiteux recebeu a missão de construir essa história. Boiteux foi prestigiado com essa tarefa por ser considerado capaz e ainda uma personalidade intimamente ligada a um sodalício relacionado a então já extinta Colônia Nova Itália. No mesmo ano, o Departamento de Estatística e Publicidade do Instituto encarrega-se da publicação da então monografia do historiador, que naquele tempo era um trabalho acadêmico em fase de conclusão.

O IHGSC era comprometido com a elaboração de narrativas históricas que se encaixassem nos moldes da “tradição e progresso”, carregadas por impressões de tempo e espaço, e do lugar que as legitimavam. Lucas Boiteux (1998, p.17), portanto, em seus escritos festeja um centenário “[...] de grandes figuras, de sucessos dignos e notáveis.”, de acordo com seus valores e se submetendo segundo Rosiane Bechler (2018) ao sereno veredicto do Instituto e à apreciação dos leitores, de um meio republicano do ano de 1936.

É importante destacar outras informações a respeito da fonte, do autor e do contexto em que foi escrita. Walter Fernando Piazza³⁰ publicou a obra *Nova Trento* em 1950, com a colaboração de Lucas Boiteux, em comemoração aos 75 anos da colonização italiana que deu origem ao município de mesmo nome. Nova Trento é uma cidade vizinha a São João Batista e na qual ambos os autores nasceram e viveram parte de suas vidas. Em meu acervo pessoal há um exemplar original da 1ª edição de *Nova Trento*, a primeira obra com que tive contato sobre a história local quando resolvi fazer essa pesquisa, o que me apontou a certeza sobre a escolha da fonte principal analisada nesse capítulo. É relevante ao leitor saber que Piazza é sobrinho-neto de Lucas Boiteux e de três ex-deputados³¹ na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Hipólito, e dos historiadores José Arthur e Henrique Adolfo Boiteux, que além de legisladores, exerceram diversas funções em nome do Estado.

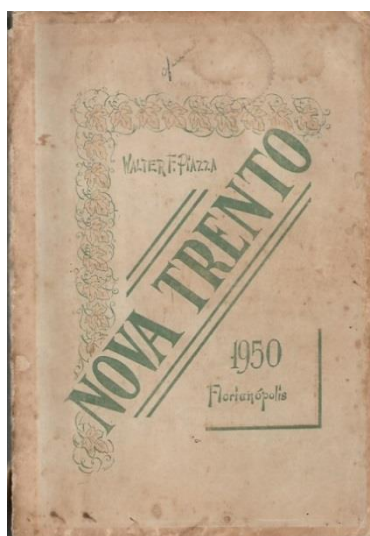
Todos os personagens relacionados estavam compromissados com um conjunto de lealdades políticas. A escrita é carregada de impressões do tempo e do espaço partilhados por esses e tantos outros personagens, que em comum além do parentesco possuíam um mesmo lugar que os legitimava. Os autores eram sócios do IHGSC, uma instituição republicana, comprometida com certa narrativa com sentimentos e símbolos de uma comunidade imaginária cuja tradição começava a

³⁰ Quando escreveu o livro, *Nova Trento*, o autor era vereador à Câmara Municipal do município de Nova Trento, membro do Instituto Genealógico Brasileiro, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, da Comissão Catarinense de Folclore e do PEN Clube do Brasil. Filho de Romeu Boiteux Piazza, neto de Maria Luiza Boiteux Piazza (GENI, 2018) e afilhado de José Arthur Boiteux, nasceu em Nova Trento em 1925. Segundo Bechler (2018), Piazza é autor de uma longa lista de livros acadêmicos e didáticos sobre Santa Catarina para diferentes níveis de ensino. Sua obra é dedicada à escrita da história de Santa Catarina em diferentes temporalidades. Ao noticiar o falecimento de Walter F. Piazza, em fevereiro de 2016, o jornal *Diário Catarinense* preocupou-se em registrar o legado que o historiador-professor deixava para Santa Catarina. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/walter-piazza-deixa-legado-para-a-historia-de-santa-catarina>. Acesso em: 01 mai. 2021.

³¹ Hipólito Boiteux foi eleito e participou da 11ª Legislatura (1919-1921) e da 12ª Legislatura (1922-1924), antes disso em Nova Trento foi membro Conselheiro Municipal, cargo atual de Vereador (1892-1894) e Presidente do Conselho (1895 a 1898 e de 1908 a 1918); e o primeiro Prefeito eleito, atuando de 1895 até o ano de 1899 (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2019). Após a Proclamação da República, em 1889, José Arthur Boiteux, o principal idealizador do IHGSC, foi Oficial de Gabinete do Governador Lauro Müller. Elegeu-se Deputado ao Congresso Representativo do Estado (Assembleia Legislativa) em quatro Legislaturas: 2ª Legislatura (1894-1895), 3ª Legislatura (1896-1897), 4ª Legislatura (1898-1900) e 10ª Legislatura (1916-1918). Elegeu-se Deputado Federal, por Santa Catarina, e integrou a 25ª Legislatura (1900-1902). No Executivo Estadual catarinense, foi Secretário Geral do Governo (de setembro de 1894 a junho de 1896) e Secretário do Interior e Justiça do Estado nos períodos de 28 de setembro de 1818 a 15 de dezembro de 1920; 21 de janeiro a 30 de dezembro de 1921, 27 de fevereiro a 10 de julho de 1922 e, 11 de agosto a 26 de setembro de 1922. Foi nomeado Juiz de Direito e Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado em 1922 (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2020). Henrique Adolfo Boiteux foi eleito Deputado Constituinte de 1891 ao Congresso Representativo de Santa Catarina (Assembleia Legislativa) para a 1ª Legislatura (1891) (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2020).

ser inventada. Positivistas, acreditavam que o Estado era o cérebro da nação e que deveria regular e controlar movimentos e funções não permitindo sobreposições que não viessem de encontro com seus interesses. O poder político da família Boiteux se inicia na colonização em São João Batista, e mais tarde se consolida em uma construção histórica de interesse nacional, vencendo disputas com outros poderes e mantendo ideias que mantêm vivo o mito fundador.

Figura 10 - Capa de exemplar da 1ª edição do livro Nova Trento de Walter Piazza



Fonte: PIAZZA, 1950. Arquivo Pessoal

As narrativas produzidas pelos historiadores em destaque nesse capítulo e a influência do local de fala, confirmam que analisei escritos que definiram o que hoje é considerada a história local institucionalizada. De acordo com Rosiane Bechler (2018), a história de Santa Catarina contada nas escolas foi influenciada por ambos os autores, inicialmente por Lucas Boiteux em 1920, com a obra *Pequena História Catarinense* e em 1930, com *História de Santa Catarina – Resumo Didático*, posteriormente Walter Piazza foi coautor em *Santa Catarina – História da Gente*, de 1983 e em *Os Catarinas – Terra e Gente – Estudos Sociais* de 1995. Vale reforçar que, desde o início do século XX, os livros didáticos têm sido os suportes privilegiados para comunicação da historiografia didática, e por isso os dois autores levaram para a história escolar atravessamentos políticos, econômicos e culturais dos quais compartilhavam. De acordo com Bechler (2018), Lucas Boiteux e Piazza são reconhecidamente historiadores que ocuparam lugares e desempenharam

papeis significativos na escrita da história catarinense. Apesar de lançadas em diferentes épocas é importante salientar, que suas obras tinham como objetivo primeiro definir o que seria ser catarinense e integrar o estado ao conjunto da história nacional, realçando o que seria o homem e a terra catarinense.

Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina é referência para escrita de outras obras de cunho regional, cujo algumas também utilizo ao longo do trabalho, como as obras *São João Batista do Alto Tijucas Grande: 1834 – Do Arraial do Capitão Amorim à capital catarinense do calçado* datada em 2008, de Darci de Brito Maurici, e *O centenário de São Sebastião do bairro da Índia, 1915 – 2015* datada em 2015, de autoria do Pe. Flávio Feler, dentre outras. Podemos concluir que essas publicações reafirmam um passado que teria existido, com elementos de identificação social e política, facilmente reconhecido e replicado por todos (em costumes, tradições, crenças e vida cotidiana) e com a capacidade para incorporar a uma única crença as crenças rivais. Classifico *Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina* como a referência mais utilizada em pesquisas sobre o Núcleo Colonial Nova Itália, portanto, consegue contar sobre um passado com apelos políticos e religiosos, mas que não necessita disputar a lealdade de uma região, pois todas as crenças exprimiram-se umas pela outras sob um mesmo fundo em comum.

O almirante Lucas Boiteux não é um mero espectador desse passado que se incumbiu de relatar. Casado com Diamantina, uma das bisnetas de Carlo Demaria, empreendedor da Colônia Nova Itália, e neto de Luc Montadon Boiteux, o administrador do núcleo colonial, descreve uma imagem deformada, esquematizada, modelada e favorável a partir de desejos políticos e econômicos, constantemente tensionados por questões socioculturais. Concordando com Bechler (2018, p.46), “[...] nesse espectro, as narrativas históricas são elaboradas com o intuito de organizar sentidos, atribuir significados, estabelecer uma certa ordem e causalidade entre fatos, feitos e gentes.”.

Apesar da notória influência do lugar de fala, Lucas Boiteux a partir de seus fazeres historiográficos, assim como Piazza, contribuiu de maneira singular para a elaboração de uma narrativa histórica sobre Santa Catarina. Suas obras são ainda hoje referências para a historiografia do Estado, sendo a produção histórica dos autores bastante vasta, e a circulação de seus trabalhos se deu em diferentes lugares. O entendimento da história a partir das obras de Boiteux e Piazza, segundo

Silva (2014, p.363), “[...] indica a longa duração de regimes de historicidade [...]”, em que uma determinada história regional foi assentada atendendo a necessidades específicas de uma base política “[...] a fim de justificar maneiras de pensar e conceber a História, as relações sociais e de poder contemporâneas dos sujeitos e coletividades que as enunciam.”.

Nesse processo, os autores responsáveis por contarem histórias ligadas à região a que estão emocionalmente ligados, o Vale do Rio Tijucas, estiveram comprometidos não somente pela simpatia ao lugar do qual falavam, mas com os pares que legitimavam e com os desejos de memória que eles e seus grupos de pertencimento cultivavam sobre Santa Catarina. A obra de Lucas Boiteux é fonte para esse trabalho, mas também é referência para a maioria das pesquisas que apenas organizam a historiografia da localidade que faz parte do interior do município de São João Batista, sem nenhuma análise ou problematização. É importante destacar que o autor devido a sua formação militar, ao escrever essa obra estava comprometido com questões referentes à nacionalização, e é relevante a consideração de que fazia parte de uma elite intelectual e política da época.

Os escritos baseados na versão histórica de Boiteux buscam dar uma origem aos moradores da região, e relacionar a Colônia Nova Itália com ela. Na verdade, há um encadeamento de rastros, de algo que não tem como uma referência nem uma presença, nem uma ausência, mas um conjunto de referências que dispensam serem organizadas a partir de uma origem. A imposição de uma origem na escrita de Lucas Boiteux realiza-se por meio de um vínculo com o passado. Contudo, importa sinalizar que o passado não cessa nunca, segundo Chauí (2006, p.9) “[...] não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal.”. Quando se insiste em uma determinada origem, em um momento passado imaginário, é deixada de lado a formação da localidade, as continuidades e descontinuidades dos acontecimentos históricos nas transformações ao longo do tempo.

A paixão e a necessidade são influências na linguagem, por isso, e por intervenção do contexto, a origem está sempre acontecendo, está sempre sendo produzida. Essas informações servem como indicador para aquilo que poderíamos chamar de mito de origem ou discurso fundador, em que há a presença difusa de uma narrativa da origem. Ao insistirmos em um mito, de acordo com Chauí (2006), nós o tornamos algo consagrado e incorporado à narração pública de feitos

lendários ligados à comunidade, mas também, no sentido antropológico, em uma narrativa, cuja é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no âmbito da realidade.

A região que hoje faz parte do interior do município de São João Batista não esteve à espera dos colonizadores europeus. A obra de Lucas Boiteux sobre a localidade embasa certa construção cultural, que é replicada em outras obras mais recentes. Hoje se reivindica inclusive o título de “Núcleo pioneiro da imigração italiana no Brasil”, mas antes da instalação do núcleo colonial havia uma terra, que inclusive estava ocupada em grande parte por outras culturas. A historiografia considerada oficial, portanto, busca a sacração de uma determinada história, baseada na obra do almirante, e a sacração de alguns governantes.

A origem opera do lado dos dominantes, sob forte influência ideológica europeia na política desenvolvimentista brasileira. A ideia de progresso e modernização está atrelada na crença no processo civilizatório e no bem-estar que seria gerado pela produção de riqueza capitalista. O mito de origem está atrelado à convicção de que sem a intervenção dos dominantes a nação permaneceria no atraso. Nesse contexto, há uma necessidade por parte do Estado em se dar uma determinada origem e em tornar oficial uma determinada narrativa histórica. Em 2016 “[...] o município de São João Batista organizou a celebração dos *180 anos de instalação da primeira colônia de italianos no Brasil*, que contou com a presença de Dom Bertrand de Orleans e Bragança³², trineto de Dom Pedro II.” (ALTMAUER, 2017, p.20). Bertrand se posiciona, politicamente, no campo do conservadorismo e, portanto, sua presença e essa cerimônia trazem indícios reveladores sobre os personagens e fenômenos mobilizados nesse trabalho. A partir desse evento, evidencia-se um mito, tornando-o institucionalizado, impondo e monumentalizando um vínculo interno com o passado de origem. Com a inauguração de uma placa alusiva à imigração italiana em frente à pequena igreja católica de São José, no então bairro de Colônia, esse passado passa a operar como o indício de memória que deve ser conservado, não permitindo que se compreenda o presente, pois a

³² O líder monarquista Bertrand Maria José Pio Januário Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Orleans e Bragança é membro da antiga família real portuguesa e defende a restauração da monarquia. De inspiração católica tradicionalista é membro-diretor do Instituto Plínio Correa de Oliveira, sucessor da antiga Associação Tradição, Família e Propriedade (TFP), uma instituição conservadora, defensora de posições políticas à direita, com um viés religioso e avessa às mudanças.

repetição dessa narrativa baseada na obra de Lucas Boiteux cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela.

Figura 11 – Bertrand de Orleans e Bragança na inauguração da placa alusiva aos 180 anos da imigração italiana no Brasil, em Colônia Nova Itália, São João Batista/SC



Fonte: ALTMAUER, 2017, p. 21.

Figura 12 - Placa comemorativa dos 180 anos da imigração italiana no Brasil, bairro Colônia Nova Itália, em São João Batista



Fonte: ALTMAUER, 2017, p. 21.

Esse evento desencadeou outros, como a Assembleia para fundação da ADANPIB, a troca do nome do bairro e a criação do movimento: “Santa Catarina requer a correção de ERRO HISTÓRICO: COLÔNIA NOVA ITÁLIA, o Berço da

Imigração Italiana no Brasil!” (KONS, 2019, p.1, destaque em letras maiúsculas no original). Na comunidade existe um jogo de posição/oposição que acaba dimensionando as complexas relações de poder relacionadas ao passado, com o qual podemos constatar hierarquias e ordenamentos sob influências não só internas, mas também externas a localidade. Muitos políticos usam da imigração italiana em São João Batista para alcançarem certa projeção e para por meio da mídia ficar em evidência junto à população local, o que pode ser constatado na coletiva de imprensa³³ no dia 05 de março de 2018, no auditório da Casa José Boiteux, sede do IHGSC.

Ao consagrarmos a história de uma determinada localidade, acabamos fazendo o mesmo com seus governantes, como nos casos do Capitão de Milícias João de Amorim Pereira e do administrador colonial Luc Montadon Boiteux³⁴. A consagração desses personagens está relacionada com práticas de representação política no Brasil. Para um determinado grupo se manter no poder acaba-se rifando o futuro de sujeitos historicamente colocados em situação de inferioridade e que tradicionalmente necessitam se submeter à dominação. Sobre o exposto, vale conferir que o Capitão Amorim e Luc Boiteux, consagrados pela historiografia, encarnam e incorporam o poder que não se separa deles, pois a colonialidade desse poder econômico e político colonizou o saber, ultrapassando questões da relação entre Estado e povo desse passado. Com a sacração de uma determinada história, o mito fundador opera favorecendo dominantes, manipulando pessoas pela visão natural do poder, por meio de uma rede de favores e clientela, do ufanismo nacionalista e de ideologias desenvolvimentistas e de modernização. Os “fundadores” de São João Batista são percebidos como representantes do Estado em face do povo, e só por intermédio deles todos os outros personagens dessa história poderiam alcançar favores e até privilégios. Marilena Chauí (2006, p.90) ao tratar dos traços mais marcantes da sociedade brasileira, os relaciona com o autoritarismo, que é herança da colonização europeia, afirmando que sua estrutura social opera sobre “[...] o princípio liberal da igualdade formal dos indivíduos perante

³³ A coletiva foi nomeada pelos envolvidos com o movimento de consolidação desse plano político: “Santa Catarina requer a correção do erro histórico praticado pelo Congresso Nacional e pelo Presidente da República: a Colônia Nova Itália é o Berço da Imigração Italiana no Brasil, que tem como lema a frase *Non si può negare la storia, la vera storia!* (Não se pode negar a história, a verdadeira história!), do historiador João Andreolla Vianna” (HUF, 2018).

³⁴ Luc Montadon Boiteux, suíço nascido em 1796 em Neuchâte, chegou ao Brasil em 1825 e exerceu atividades comerciais no Rio de Janeiro, tendo depois se mudado para a Província catarinense para ser o administrador da Colônia Nova Itália entre 1837 e 1844, ano de sua morte (GENI, 2019).

a lei, pois no liberalismo vigora a ideia de que alguns são mais iguais do que outros.”. A exemplo disso, podemos associar essa herança à sociedade batistense do século XIX, evidentemente descrita e estruturada por essa matriz senhorial colonial.

A colonização em São João Batista é marcada por uma estrutura hierárquica do espaço social, que fica evidenciada nos escritos de Lucas Boiteux. A sociedade brasileira descrita por Chauí (2006, p.89) como “[...] uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos [...]”, em que “[...] as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece.”, indica influências institucionais sobre a literatura de Boiteux. O autor não viveu na Colônia Nova Itália, mas certamente sua escrita se inspirou nas relações de sua família com outros sujeitos com diferenças e assimetrias, incluindo-se muitos imigrantes, principalmente italianos, e, sobretudo em Nova Trento³⁵. Em uma relação social sob a perspectiva do superior, que manda, diferenças se transformam em desigualdades que reforçam essa relação de superioridade. Quando Luc Montadon Boiteux faleceu, o administrador da Colônia Nova Itália deixou seus filhos ainda pequenos com a mãe, um deles, o Cel. Henrique Carlos Boiteux, pai de Lucas Boiteux. O Coronel reconheceu na imigração uma grande oportunidade, empreendendo no comércio, na indústria e principalmente na política em Tijucas, estando sempre os “superiores”, e sendo percebido como possuindo importância para a região. Posteriormente, seus filhos seguiram seu exemplo em outras instâncias e/ou localidades, se tornando representantes do Estado em face do povo.

Na inauguração de um busto na praça central³⁶ do município de Nova Trento, José Boiteux, então desembargador e irmão de Lucas Alexandre, faz um discurso em homenagem ao Coronel associando-o a “prosperidade e a grandeza” em meio a uma plateia de exaltadas autoridades federais, estaduais e municipais. Em um período ainda de valorização política do imigrantismo, proferiu José Boiteux que em

³⁵ O distrito colonial Nova Trento foi criado em 1875 com o assentamento de vinte famílias italianas originárias de Valsugana, no Trentino e de Monza, em Milão. A partir de 1876 outras famílias de colonos da recém-unificada Itália chegaram à mesma região (PIAZZA, 1950, p.21).

³⁶ O busto em homenagem ao Cel. Henrique Carlos Boiteux foi inaugurado no dia 8 de agosto de 1929, na então praça Galileu Galilei, depois renomeada Getúlio Vargas em homenagem ao ex-presidente da república brasileira. Nesse período, ainda havia a valorização política do imigrantismo, mas como discurso político, já havia deixado de ser uma unanimidade entre as elites de Santa Catarina. Em função das disputas abertas no interior do Partido Republicano Catarinense, o nacionalismo acaba ganhando espaço por meio da oligarquia Ramos.

Nova Trento, seu pai, “[...] superintendeu com dedicação e honradez, uma eficiente colaboração, sem desfalecimentos, na obra que os nossos ancestrais vieram organizando [...]” (PIAZZA, 1950, p.177) em nome do progresso. Esse busto representa a intenção da família Boiteux, a sagração de um governante, uma forma muito comum de representação de importância política no Brasil.

Além disso, a família Boiteux possuía nessa localidade uma casa comercial, comércio bastante variado que vendia: “[...] completo sortimento de fazenda, armarinho, ferragens, louças, drogas, calçados, chapéus, papelaria, tintas, óleos, secos e molhados e ainda exportava madeira, açúcar, café, farinha de mandioca e cereais, além de Comissões e Consignações.” (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2019). Nessa época o crédito era baseado na confiança, nas anotações financeiras em cadernetas pessoais, criando um vínculo de dependência entre os indivíduos governados e seus governantes. Lucas Boiteux viveu em meio a manifestações de ordem política, orquestradas por familiares que buscavam uma relação direta com seus governados, Hipólito Boiteux, o proprietário do comércio, foi o primeiro Prefeito eleito de Nova Trento (1895-1899). Essa teia de mediações pessoais permeia e influencia diretamente o escritor e sua obra, pensada e realizada para mostrar que o governante é o único que detém o poder e o saber, apresentado estando fora e acima da sociedade, transcendendo-a. Sem desmerecer os méritos na história da família, mas os Boiteux se julgavam iguais e compartilhavam da mesma visão sobre os que julgavam serem desiguais e isso é uma das principais características em suas narrativas.

Figura 13 – Busto em homenagem ao Cel. Henrique Carlos Boiteux em Nova Trento/SC



Fonte: Salvio Osmar Tonini. Acervo Pessoal (2012)

O almirante narra relações entre os que se julgam iguais e quando trata dos sujeitos que são vistos como desiguais o relacionamento assume a forma do favor, da subordinação, da dependência ou simplesmente são ignorados na escrita do processo histórico. A inferioridade de mulheres, trabalhadores, negros, indígenas e da maioria dos imigrantes é posta como natural, pois não são expostos com protagonismo, mas sim ocultados como sujeitos em meio às narrativas. Sabemos que todos os grupos humanos que participaram em algum momento do passado narrado por Lucas Boiteux participaram da colonização. Sujeitos anônimos também vivenciaram situações diversas, experiências distintas, estiveram nas dificuldades e nas angústias, e se fizeram presentes nas esperanças, conquistas e construções enquanto a Colônia Nova Itália transcorreu ao século XIX.

Alguns senhores dirigiam os domínios, dividindo a autoridade administrativa da localidade com o estamento burocrático em nome de interesses econômicos. Lucas Alexandre deixou para a posteridade parte da escrita da História de uma determinada temporalidade, dialogando, portanto, com culturas históricas e políticas específicas que, por meio de outros autores e de memorialistas que se basearam em sua obra, engessaram de alguma forma uma parte do passado, construído com a intenção de transformar símbolos edificadas ao longo dos anos em parte da vida cotidiana de São João Batista, rompendo as divisões entre as esferas privada e

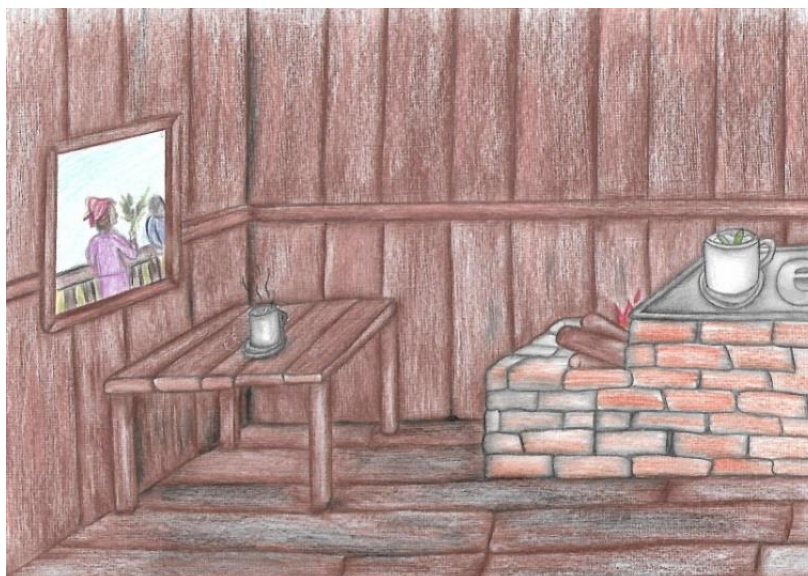
local, e as esferas pública e nacional. O comprometimento do autor com a escrita da história do Núcleo Colonial Nova Itália passou por estratégias que previam a recuperação de informações julgadas pertinentes a um determinado passado histórico e aos seus próprios sentimentos.

3.2 ENSINO DE HISTÓRIA: DIÁLOGOS COM IMAGENS

A História transita no campo da linguagem, interrogando-a em suas diferentes formas de expressão. Imagens circulam na sociedade significando formas de apropriação do conhecimento histórico. Dedicamos ao longo desse trabalho, especial atenção às diferentes linguagens, incluindo as não verbais, como no caso das ilustrações e das fotografias. Imagens são significativas no âmbito da educação e influenciam por meio do olhar, nossas maneiras de comunicar, ampliando as possibilidades no ensino de História e no trabalho em sala de aula. Ler e associar imagens dá sentido a versões que integram a complexidade do mundo. Segundo Cristiani Bereta da Silva (2018) os seres humanos narram por outros meios não textuais, o que pode ser observado nas ilustrações e fotografias produzidas pelos estudantes que participam do projeto *Memórias da Colônia*, durante a execução das sequências didáticas.

É válida a afirmação de Paul Ricoeur (2006) de que as histórias se narram, mas também se vivem imaginariamente. Em sua obra, o autor alega que a criação, a configuração de uma história, vai além da narrativa textual, mas sim na “[...] intersecção do mundo do texto com o mundo do leitor.” (RICOEUR, 2006, p.15). Esse argumento pode ser confirmado ao analisarmos a ilustração produzida pelo aluno Guilherme Hames, que em 2019 estava matriculado no 8º ano do Ensino Fundamental e participou do projeto a convite da professora Denise Cristina Motta. Ao ler a narrativa textual, intitulada *As benzeduras* (ver seção 4.3), de autoria da aluna Emilly do Nascimento, Guilherme viveu no universo fictício do texto, o que possibilitou a representação de um pouco da sua própria vida na ilustração.

Figura 14 – Ilustração do episódio VI: *As benzeduras*, publicado na série jornalística *Memórias da Colônia em 2019*



Fonte: Guilherme, 14 anos, aluno do 8º ano do Ensino Fundamental, 04/10/2019

A narração de Guilherme, suas memórias, ultrapassa o tempo de vida individual. São lembranças e reminiscências de histórias de famílias, do cotidiano da comunidade, de histórias contadas por gerações e nas inúmeras formas de narrativas. É a memória de um tempo que antecedeu ao da vida dos estudantes participantes do projeto, mas que ainda faz parte do presente da localidade. A construção de casas de madeira e de fogões a lenha fazem parte das tradições de Tigipió, ultrapassando a cronologia atual e fazendo o ser humano mergulhar em seu passado ancestral. Segundo Delgado (2003, p.19), “[...] nessa dinâmica, memórias individuais e memórias coletivas encontram-se, fundem-se e constituem-se como possíveis fontes para a produção do conhecimento histórico.”. Guilherme ao fazer a ilustração, narrou a sua própria história, construída por particularidades insignificantes para a maioria das pessoas, mas que possuem importância para o aluno. A tarefa dada pela professora Denise, foi a de ilustrar um cenário relacionado ao interior de uma casa de uma idosa, que orientada por uma tradição familiar, recebia as pessoas para a prática de curandeirismo. O estudante por suas próprias experiências procurou organizar suas memórias, para permitir uma melhor compreensão delas. Recriou seu universo como cenário para o desenho, e utilizou de características conhecidas, como o lenço na cabeça, para representar a personagem da benzedeira (vista ao fundo na abertura da janela). Uma imagem

como a produzida pelo aluno, contém não apenas o significado percebido pelo ilustrador, mas múltiplos, de acordo com a perspectiva do sujeito que vê, ou seja, de acordo com sua subjetividade. No ensino de História, a imagem foi contextualizada, o que possibilitou a análise iconográfica dessa. Discutimos o momento em que foi produzida e o motivo de sua produção para depois interpretar os seus sentidos. A pesquisa por meio da oralidade ofereceu múltiplas possibilidades de exploração, considerando as diversas formas que as histórias foram narradas e reconstituídas, sendo que os jovens obtiveram a condição de autores, mesmo quando não se sentiram capazes de o fazerem por textos escritos. A diversificação das construções históricas narrativas multiplicou as possibilidades criativas e interpretativas, reforçando a importância do que Araújo (2013) chama de parâmetros analíticos básicos orientados pelo professor.

Uma ilustração, sendo uma imagem, segundo Marcelo da Silva Araújo (2013, p.82) ressignifica o passado, “[...] dando vida a muitas outras imagens que podem, inclusive, fazer sentido para outras pessoas que não tinham notado este ou aquele detalhe até então.”. As ilustrações constituídas ao longo do projeto *Memórias da Colônia* fazem parte do produto final desse trabalho, e são muito importantes para que os leitores do *Inventário de Tradições Orais do distrito de Tigipió* (APÊNDICE C) atribuam sentido as narrativas textuais. Para consolidar essa capacidade autoral dos estudantes, planejamos e executamos uma sequência didática secundária (APÊNDICE B), onde foram capazes de formular novas interpretações sobre o que aprenderam no ensino de História, trabalhando com a produção e análise fotográfica. Segundo Luis Reznik (2010, p.94) “[...] o passado se apresenta duplamente na fotografia: através da imagem que se quis perenizar e na alusão às escolhas realizadas pelo [...] produtor [...]” dessa imagem do passado.

Na primeira metade do século XIX, várias pessoas, em diversos lugares do mundo, se ocuparam em experimentar métodos para captação e fixação de imagens. E foi assim até que em 1888 surgiu o primeiro aparelho fotográfico portátil³⁷. Com o tempo, a fotografia se disseminou por todo o planeta. Hoje, com a popularização do smartphone, o ato de fotografar se tornou acessível à boa parte da população, inclusive entre os jovens estudantes. Os atuais recursos digitais

³⁷ O norte-americano George Estman lançou a Kodak 100, com o seguinte slogan: *Aperte o botão e nós faremos o resto*. A câmera fotográfica portátil de Estman destinava-se ao uso de qualquer pessoa, mesmo que fosse alguém leiga em física ou química fotográfica.

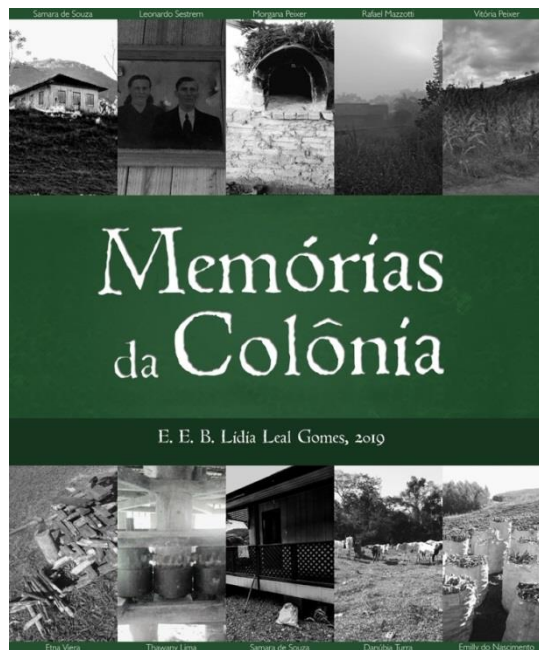
proporcionados por uma tecnologia proximal e a facilidade em seu acesso, fez com que a maioria das pessoas pudesse ter a oportunidade de produzir fotografias. A fotografia é uma linguagem baseada em procedimentos de construção e expressão, uma forma de representação que se relaciona profundamente com a História, permitindo ampliar as discussões teóricas e conceituais da disciplina. Ensinar História por meio de recursos fotográficos estabelece pontes entre as imagens e as diversas épocas da existência humana. Como uma imagem de uma obra de Michelangelo Buonarroti remete ao período renascentista, uma fotografia de uma roça de mandioca ou de milho, de um forno artesanal, de um carro de boi, e de tantos cenários cotidianos do distrito de Tigipió, confere significado e sentido histórico aos acontecimentos do presente remetendo a um passado ainda vivo na comunidade. Nas imagens produzidas por alunos e alunas, há fragmentos de uma determinada sociedade, de rastros que captaram com seus olhos e suas sensibilidades.

A atividade com fotografias durante o ano de 2019 confirmou os apontamentos de Reznik (2010, p.94), pois estimulou “[...] a imaginação e a reflexão por meio de um passeio pelos tempos e lugares da localidade.”. Estudantes com seus smartphones retrataram épocas distintas:

[...] registrando tempos idos que se modificaram pela ação de homens e mulheres. As fotografias ilustraram o que a sociedade local quis perenizar de si mesma, edificando imagens que nos abrem veredas de um passado atualizado pelas percepções do tempo presente (REZNIK, 2010, p.94).

As fotografias forjadas para evocar o passado (algumas destacadas no APÊNDICE D), nos possibilitou o recurso de antecipar a memória de certo espaço-tempo, por meio da escolha de imagens do presente, que queríamos fixar para o futuro como recordação do passado colonial de Tigipió. De acordo com Reznik (2010), as fotografias foram produzidas por meio de um movimento que envolveu a seleção do fragmento do real materializado pelos fotógrafos. Ou seja, as produções selecionadas e produzidas durante o ensino de História apresentavam como principal objetivo, o assentamento das imagens como recordações coloniais do interior do município de São João Batista, pois todas se enquadravam no contexto bucólico ao qual nos referíamos na execução da pesquisa.

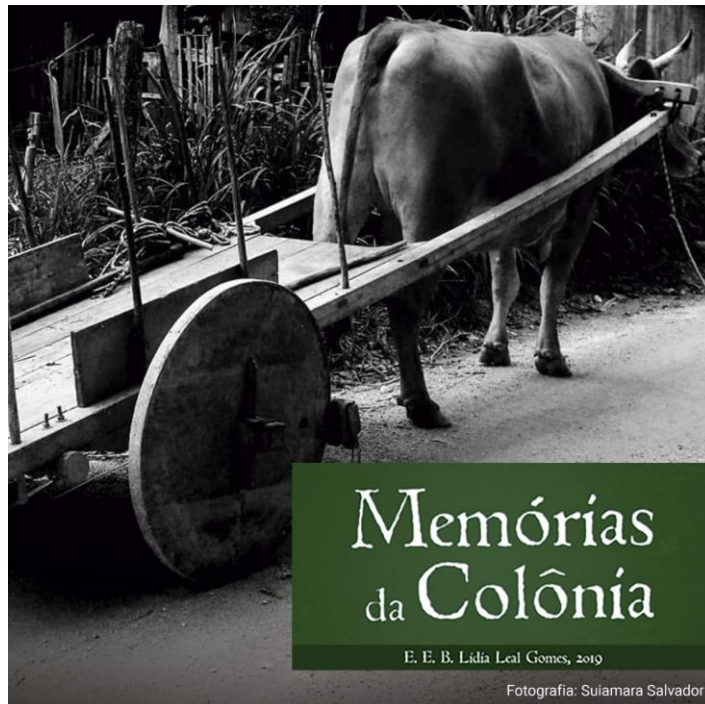
Figura 15 – Banner produzido com a junção de algumas das fotografias produzidas no ensino de História



Fonte: Rafael Rubert Goulart. Arquivo Pessoal (2019)

Apesar de o ato de fotografar estar ligado a invenções tecnológicas do século XIX, da região de que tratamos suas memórias nesse trabalho, não encontramos nenhum registro de produções desse período. A tecnologia atual, como a possibilidade de envelhecimento das produções por meio de aplicativos criou a impressão de que as criações durante a pesquisa fossem de fotografias antigas, pois manipulamos essas para que assim parecessem, deixando-as diferentes dos objetos e paisagens retratadas. Também fizemos o uso da alteração dos cenários que seriam as imagens originais. Na verdade, isso despertou a atenção dos estudantes, porque, como expliquei em sala de aula, essas técnicas são utilizadas na produção de fotografias que são usadas em revistas e jornais, na internet, e também há a possibilidade de serem incluídas nos livros didáticos. Essas técnicas e o uso político da adulteração não são novidade na História, e por isso, exemplos foram explanados e debatidos durante o processo.

Figura 16 – Fotografia de um carro de boi



Fonte: Suimara Salvador (2ª série). Arquivo Pessoal (2019)

Em fotografias como a da aluna Suimara Salvador, há fragmentos de uma determinada sociedade, pois se podem observar elementos implícitos no retrato. Nesse caso, a aluna percebeu que o uso de carros de boi no presente, ainda faz parte de tradições que remetem ao período ao qual estudamos durante a pesquisa. Suimara procurou fotografar com toda a sua cultura, captando o momento em que a carroça estava vazia, deformou a paisagem, deixou de mostrar outros elementos. A atuação da fotógrafa, condicionada ideologicamente, favoreceu para que a imagem produzida se relacionasse de forma a expressar um acontecimento mais próximo possível do que foi proposto em sala de aula.

Com a contextualização dos elementos identificados durante a busca por fotografias “perfeitas”, estudantes aprenderam sobre histórias, mas também sobre seus desdobramentos. Segundo Reznik (2010, p.94) a popularização da fotografia sobrecarregou de signos tudo aquilo que podemos perceber:

À medida que cada vez mais a percepção do vivido, das experiências históricas individuais e coletivas se confunde com o que vemos, avaliamos e identificamos a importância de construir uma pedagogia do olhar em diálogo com a crítica documental.

É essa interpretação que o professor deve compartilhar com estudantes em aula, que faz com que compreendam a simbologia das imagens. Como todo e qualquer documento, a fotografia não é uma reprodução fiel do real, pois ela é produto de escolhas de quem a realizou. Segundo Boris Kossoy (1998, p. 161) “[...] a fotografia é, pois, arte e documento a um só tempo. É criação e testemunho amalgamados; binômio indivisível, revelador e unívoco, cuja terrível ambiguidade nos informa e confunde, também, a um só tempo.”. A respeito de minhas escolhas, é importante salientar que ao se analisar fotografias junto aos estudantes, o professor precisa considerar as visões e os interesses que orientam escolhas de imagens para se ilustrar as histórias, o que reforça a afirmação de que são poderoso instrumento de rememoração do passado e, simultaneamente, propagador da projeção do presente em direção ao futuro.

A fotografia é reconhecida como importante documento e bastante utilizada em pesquisas históricas, e segundo Araújo e Reznik (2007, p.1019):

Ao analisar uma fotografia devemos ter o cuidado metodológico de não esquecer que o interesse por certas questões é determinado pela época e pelo grupo ao qual pertencemos. A história que construímos é, portanto, uma história do nosso tempo, cujos temas são escolhidos entre aqueles mais caros em termos políticos, sociais e culturais. A interpretação requer, portanto, o conhecimento da cultura ou aspecto estudado, pois só assim será possível chegar à compreensão do todo com base no fenômeno individual observável.

Atividades com estudantes sobre fotografia podem ser desenvolvidas com a utilização de fotos pessoais e de família, de imprensa, com anúncios publicitários, cartões postais e até mesmo com as que ilustram os livros didáticos, se levando em consideração à reflexão sobre o tempo histórico, os aspectos sociais e culturais. Imagens fotográficas sempre narram algo. Os estudantes precisam aprender na prática, a notar os significados que as envolvem, entender como essas foram construídas, identificar perspectivas e efeitos provocados aos que admiram as produções. Fotografias nos causam estranhamentos, mas também nos parecem familiares e fáceis de compreensão, inclusive guardando segredos ocultos. O professor com o uso do registro fotográfico em particular, renova métodos de ensino, e pode inclusive usar desse recurso para desconstruir imagens consagradas, tratando de problematizar condições de produção, os usos da fonte, suas funções e as práticas para representação, o que envolve diferentes suportes da memória. O

estudo de fotografias exige métodos e técnicas para leitura e interpretação de suas narrativas. Existem códigos a serem decifrados, e o professor tem as ferramentas para isso, basta planejamento. Analisar uma narrativa é sempre uma operação historiográfica, e a escolha de uma fotografia acompanhada da perspectiva do professor pode trazer conhecimentos importantes durante essa análise em ambiente escolar.

A linguagem própria de uma imagem, suas características ligadas à expressão e a comunicação, se relaciona profundamente com a História. Produzir e analisar imagens produzidas durante a construção desse trabalho ofereceu a oportunidade de reflexão sobre a multiplicidade de pontos de vista que, por meio delas, podemos atribuir à realidade. O resultado das rotinas, onde estudantes desenvolveram ilustrações e fotografias, os convenceu de que somos sujeitos capazes de criação e leitura de representações de experiências temporais, sem a utilização de gêneros textuais. O conhecimento histórico se constrói também por imagens, por essas serem igualmente a outras narrativas, indicações de vestígios do passado. Como são relatos, confirmam a afirmação de Silva (2016, p.93) de que “[...] vestígios adquirem valor de documento porque contribuem para dotar de inteligibilidade práticas culturais relevantes a pesquisa [...]”, e por isso, colaboram para o trabalho em sala de aula, promovendo o diálogo com o que há fora da escola. A prática pedagógica faz do ensino de História com o uso de imagens, um meio de transmissão do conhecimento, mediante a formulação de problemas, provocações e mobilizações.

4 MEMÓRIAS DA COLÔNIA

Um jogo entre permanências e mudanças nos permite pensar nas relações que se estabeleceram entre a cultura histórica e a memória coletiva. Experiências, interpretações, orientações e motivações referentes ao passado influenciam diretamente na compreensão do presente. A memória é formada por sujeitos, e por sua complexidade não pode ser vista como algo individual; pois ela é compartilhada por grupos sociais dos quais fazem parte. Segundo Maurice Halbwachs (1990), a memória coletiva é composta pelos fatos lembrados em comunhão com o grupo e sobrevive enquanto houver pessoas que a mantenham. Mesmo que memórias individuais “[...] penetrem algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais consciência pessoal.” (HALBWACHS, 1990, p.36). Para existir ela precisa ser alimentada envolvendo lembranças individuais, mas não se confundindo com elas, reminiscências reelaboradas segundo as suas próprias leis. O indivíduo carrega uma bagagem de lembranças, que pode ser ampliada pela conversação, pela leitura e pelo atributo temporal do presente.

As histórias que inventariei junto de meus alunos e alunas são particulares, narradas por influência de uma dada cultura histórica, de experiências, e por isso são singulares, mas ao mesmo tempo compartilham da memória e da vivência social. Uma narrativa traduz em palavras as lembranças e a consciência da memória no tempo. Oralmente ou por intermédio de textos e ilustrações transmite por meio de gerações, experiências cotidianas, e até eventos marcantes historicamente. Essas integram a cultura de diferentes comunidades, bairros que hoje integram o distrito de Tigipió, incorporando diversas dimensões, que geralmente estão relacionadas a tradições e ao pragmatismo, mas também a questões de aceitação, relações desiguais de poder e à separação de valores por sexo.

A memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, que não tem nada de artificial, já que retém um passado que ainda está vivo em meio à consciência de um grupo que a mantém. Segundo Santhiago e Magalhães (2015, p.42), “Lembrar coletivamente une os indivíduos e permite que eles compartilhem vivências. A ideia de pertencimento à coletividade é reforçada por recordações comuns.”. No caso desse trabalho, nas memórias inventariadas, muitas identidades se refletem nas narrativas. Um exemplo disso está ligado ao fator colonizador, pois

muitos dos indivíduos que participaram desse projeto se identificavam somente como descendentes de europeus e não consideravam a possibilidade de ser fruto da diversidade cultural que formou o povo brasileiro. Segundo Alfredo Bosi (1999) uma população que não é unitária e coesa, mas que não pode ser confundida como fruto de uma miscigenação. A diversidade cultural durante o projeto escolar foi apresentada sem homogeneidade. Pensamos e mostramos aos discentes uma composição étnica-racial e identitária para além do que conheciam, uma constituição diferente do que Carina Santiago dos Santos (2020, p.46) chama de “marco português”, uma formação pregada ao longo do tempo sob influência europeia. Segundo a autora, não existe o “[...] modelo adequado de civilidade, [...], estética e padrões étnicos [...]”, é necessário se falar que uma unidade ou uniformidade não existe em sociedade moderna alguma, e que essa concepção acarreta no apagamento da diversidade cultural.

No caso das imigrações, quando europeus partiram de seus locais de origem, tudo lhes parecia familiar, cada grupo compartilhava de experiências próprias, de uma mesma cultura histórica e de uma memória coletiva. Viviam uma sensação de pertencimento em comum. Quando emigraram para o Brasil, chegaram a um país permeado por diferentes culturas, se depararam algumas vezes com pessoas que não viveram das mesmas experiências que eles, que receberam uma determinada educação, ou outras diferentes, sendo muitas delas consideradas ignorantes. Por isso, esse grupo de imigrantes, precisou reelaborar uma nova identidade, e ainda, afirmá-la perante os demais que já viviam nas regiões que ocuparam. A identidade, portanto, se modificou com o tempo e com as experiências, e se fez valer em uma verdadeira batalha ideológica. Essa concepção foi bastante difundida e o tal sentimento da italianidade (do descobridor, conquistador e senhor) no contexto desse trabalho, se fez o único e capaz de regenerar um povo, pensado por muito tempo e por muitas pessoas, como malformado pela escravidão africana, pelos indígenas selvagens e pelos mestiços, considerados sem fé e avessos ao trabalho. A colonização europeia e seus ideais civilizatórios em nome do progresso contribuíram para que as narrativas no presente da comunidade do interior de São João Batista colocassem a identidade do imigrante como elemento que permaneceu se afirmando ao longo dos tempos. A memória coletiva foi construída e definida por caminhos traçados e escolhidos na vida em sociedade. Esse processo aconteceu por influência não somente da localidade que fez parte do Núcleo Colonial Nova

Itália, mas pelas formas de trabalho, pela convivência social, pelos gostos e interesses compartilhados, pelo idioma que falamos e pelos dialetos que por muito tempo falaram, pelas regras, pela religião, e assim por diante. O processo de identificação, que está intimamente ligado à memória, resume quem somos, sujeitos formados por meio de um contexto social, e pela comunidade ou grupo social e/ou étnico a que pertencemos, pois há o compartilhamento de uma memória coletiva. Segundo Santhiago e Magalhães (2015), uma história de vida é, sim, singular, mas está atrelada a um grupo, referenciando-se repetidamente a ele.

A memória coletiva investigada nessa pesquisa tem por suporte um fato que ficou evidente no espaço e no tempo, a colonização italiana. Suas influências ao longo do século XIX marcaram as vidas de moradores jovens, adultos e idosos. Mas segundo Maurice Halbwachs (1990, p.59), “[...] não se pode concentrar num único quadro a totalidade dos acontecimentos passados senão na condição de desligá-los da memória dos grupos que deles guardavam a lembrança [...]”, é necessário que se coloque os fatos “[...] dentro dos quadros nos quais a História dispõe os acontecimentos.”. O historiador, diferente do memorialista, precisa organizar e reduzir os acontecimentos que tenham traços comuns por pertencerem a uma mesma consciência, pois há uma variedade de lugares e de tempos nas narrativas. São acontecimentos aparentemente comparáveis, que estão de alguma forma ligados uns nos outros, inclusive com algumas exceções.

A partir de um determinado ponto no passado, podemos evidenciar mudanças na comunidade e nos indivíduos, pois existe certa adaptação coletiva. Há uma multiplicidade de memórias coletivas, e nem sempre ligadas à colonização europeia. Cada narrador tem lembranças que podem estar ligadas a diversos grupos da localidade, a família, aos amigos, aos colegas de escola e/ou de trabalho e até inclusive influenciadas pelos “contadores de histórias”. Outro fator a se destacar, é que esses grupos se renovam com o tempo, o que não significa que tradições ligadas ao século XIX ainda estejam sendo transmitidas, pelo menos não da mesma forma que no passado. Além disso, sujeitos que migram para região enxertam as suas tradições nesses grupos, o que muitas vezes aconteceu por vias traumáticas, já que a colonização europeia no Brasil oitocentista foi adotada embasada na política de branqueamento da população. A exemplo dos imigrantes sardos que chegaram ao Núcleo Colonial Nova Itália no ano de 1836, quando se desloca de uma região e emigra-se para outra, independente das circunstâncias, correntes de

pensamentos mudam. Nesse processo estão incluídas as lembranças, convicções que são influenciadas por pessoas que até então não faziam parte do convívio social dos indivíduos.

Ao fazer parte de um grupo, os indivíduos que consideram o seu passado, sentem que permanecem os mesmos e tomam consciência de sua identidade por meio do tempo. Assim, em um grupo que vive para si, aspira eternizar os sentimentos e as imagens que formam a substância de seu pensamento. O tempo decorrido não modificou profundamente as memórias de muitos dos descendentes de imigrantes que ainda vivem na região. Muitos desses ainda têm como imagem do passado, o recorte temporal relacionado à historiografia oficial e reconhecida pelo Estado. Essa memória inclusive legitimou a criação da *Associação dos Descendentes e Amigos do Núcleo Pioneiro da Imigração Italiana do Brasil - ADANPIB*, que tem entre seus objetivos, o uso político do passado. A disputa pela primazia do pioneirismo da imigração italiana no Brasil não é somente uma disputa de memórias entre municípios brasileiros, mas também envolve questões econômicas e sociais. Essa lembrança não é exclusiva de um grupo, aliás, apesar de compartilhada por muitos, possui pouca importância para a maioria dos memorialistas da região. É inevitável que lembranças como essa, se ofereçam constantemente, influenciando narrativas e incorporando tradições, fazendo com que o passado pareça mais próximo, engolindo uma parte do tempo. Halbwachs (1990, p.59) afirma que “[...] a memória coletiva retém somente analogias [...]”, mas, analogias não sobrepõem diferenças e por isso, as transformações continuam ocorrendo, mesmo que lentamente.

A pesquisa leva em consideração as diversas perspectivas históricas baseadas nas narrativas obtidas pela metodologia da história oral e por intermédio de dados historiográficos. Sobre os jovens estudantes que narraram suas memórias por meio de textos e imagens, existe uma maneira de associar a influência da socialização em suas lembranças. Desde crianças, receberam na escola informações relativas à história escrita, mas ao mesmo tempo receberam a história vivida de pessoas mais velhas que fizeram parte de seus processos de socialização. Diferente da escola, as informações recebidas informalmente não tiveram certas preocupações, portanto, reflexões feitas durante o convívio com diversos grupos trouxeram a tona lembranças históricas e políticas que trafegam no imaginário popular. Ratificadas por esse tipo de socialização que tradições perduram, e por isso

não são estranhas aos jovens. Muito do que se refere ao passado é familiar quando em sala de aula o professor menciona, ilustra e problematiza. Isso faz com que a memória dos jovens descreva fatos presentes que ao mesmo tempo remontam ao passado. Em uma educação pelo convívio, se revive o que se perdeu, a história, as tradições, aqueles que já se foram, mas que ainda fazem parte das lembranças durante as conversas:

Essa força, essa vontade de revivescência, arranca do que passou seu caráter transitório, faz com que entre de modo constitutivo no presente. [...] é o passado concentrado no presente que cria a natureza humana por um processo de contínuo reavivamento e rejuvenescimento (BOSI, E., 1999, p.74-75).

A escuta de pessoas durante as entrevistas, trouxe algumas constatações a respeito das narrativas. As memórias narradas pelos adultos foram norteadas pelo presente, mas se voltaram para o passado para justificar ideologias impregnadas nas narrativas. Já os idosos rememoraram com satisfação, pois suas lembranças estão gravadas em suas memórias com traços cujo encanto e a força, aumentam a cada fala, pois dão sentido as suas vidas. Quando damos importância ao que os mais velhos têm a nos dizer, esperamos que sua sabedoria preencha lacunas em nossas próprias memórias. De acordo com Ecléa Bosi (1999, p.76), em muitas sociedades, “[...] o ancião é o maior bem social, possui um lugar honroso e uma voz privilegiada.”. Mas como todo ser humano, muitas vezes os idosos levaram em suas lembranças as mesmas ideias que norteiam os adultos. Anciões são responsáveis diretos pela preservação de muitas das tradições relacionadas à época da colonização, ainda muito vivas na comunidade.

Pelo viés da memória, junto aos estudantes cheguei à história local. Por intermédio das memórias de moradores da região de São João Batista, que no século XIX fez parte do Núcleo Colonial Nova Itália, produzi conhecimento por meio de processos interpretativos sobre as formas como os narradores perceberam-se historicamente e como percebem a História da localidade onde vivem. Pela metodologia da história oral pude romper as barreiras do que é oficial e institucionalizado, do que é homogêneo acerca do conhecimento histórico e cultural, que hoje se pode acessar nas escolas do município. É pensar nos movimentos, na construção de uma história diversa dentro do contexto explorado:

O estudo da localidade ou da história regional contribui para uma compreensão múltipla da História, pelo menos em dois sentidos: na possibilidade de se ver mais de um eixo histórico na história local e na possibilidade de micro histórias, pertencentes a alguma outra história que as englobe e ao mesmo tempo, reconheça suas particularidades (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p.139).

Por meio da análise das narrativas sobre o local são estabelecidos vínculos, relações, aproximações, tensões, conflitos com a historiografia, com os paradigmas já constituídos por influência de perspectivas nacionais e até globais com a perspectiva de que a produção intelectual por intermédio da problematização das memórias tenha contribuído para o aprimoramento e construção do conhecimento. A história local é terreno propício para que na escola, os jovens aprendam a pensar historicamente, signifiquem os processos históricos e entendam como são construídas as narrativas.

As memórias dos diversos sujeitos ganham vida ao serem inscritas na História, e ao ser parte do que é ensinado contribuem promovendo a relação dos interlocutores com a localidade (relações de pertencimento e de protagonismo nos processos de ensino-aprendizagem). Além disso, os estudantes passam a entender que o passado que nos é colocado, não é uma herança pronta e acabada. O passado não está fechado. E esse discurso só será ampliado por meio da revisitação desse passado, que no caso desse trabalho pode passar a ser visto por diferentes olhares, por pontos de vista diferentes, com a possibilidade de que outras populações com origens étnicas diferentes da italiana se vejam como sujeitos nesse processo histórico.

4.1 A COLONIZAÇÃO EM SÃO JOÃO BATISTA E AS MEMÓRIAS DO DISTRITO DE TIGIPIÓ

Existem disputas pelo reconhecimento do que é válido ser lembrado e do que deve ser preservado, mas também fatos históricos e tradições orais relacionados à colonização em São João Batista que devemos considerar para prosseguirmos com nossa escrita. Para tanto, mergulhemos em meio às crônicas que registram o cotidiano da comunidade investigada, ultrapassando o que Hobsbawm e Ranger (1984) chamam de tradição inventada, pois não sigo apenas uma cronologia institucional e passo daqui em diante a mergulhar em um passado que também

contempla gerações anteriores e posteriores a colonização. Sob uma nova dinâmica, historiografia, memórias individuais e memórias coletivas encontram-se, fundem-se e constituem-se na produção do conhecimento histórico.

A imigração europeia em Santa Catarina, no período imperial brasileiro, foi empreendida por companhias particulares de colonização. As colônias que se formaram nesse processo estavam isoladas em regiões de economia quase estagnada, por isso criaram ambiente próprio. Não ter centros consumidores próximos, fez com que os imigrantes se dedicassem à agricultura de subsistência, mantendo seus costumes e tradições, o que foi absorvido pelos “brasilianos”³⁸ devido ao convívio social. Indícios de memórias relacionados a essa afirmação podemos conferir durante a leitura do *Inventário de Tradições Orais do distrito de Tigipió* (APÊNDICE C). Em textos como o de autoria do aluno Marco Aurélio Silveira, o episódio II: *Cheirinho de café*, publicado na série jornalística *Memórias da Colônia* em 2020, há a exaltação dessa transmissão cultural em uma dessas tradições relacionadas às atividades de continuidade:

CHEIRINHO DE CAFÉ: Relembrando as memórias do meu tempo de infância que não são poucas, lembro-me da produção de café, que era uma delícia, só de imaginar, o cheirinho já vêm na mente! Assim que o calor chegava, os grãos começavam a amadurecer lá no terreiro de casa, nosso plantio era pequeno, apenas para o consumo da família. Logo que meu pai começava a colher, eu já ia para perto, era o meu momento favorito! Depois meu pai, minha mãe e meu tio Pedro colocavam os grãos para secar no terreiro a luz do sol e ali ficavam por um ou dois meses até tudo estar bem sequinho. Uma quantidade de nossos grãos já era produzida para se tornarem pó em seguida, mas o resto mamãe guardava tudo em sacos para irmos fazendo durante os próximos meses. E lá ia nosso café para o pilão, era a hora de tirar as casquinhas! Sempre pegava o socador na tentativa de ajudar, mas na maioria das vezes deixava cair em meu pé e era uma choradeira que só. Que saudades, desses momentos que hoje se tornaram lembranças especiais. Com as casquinhas tiradas, tudo ia para o caldeirão, mamãe colocava os grãos limpos com açúcar e ali ficava por horas torrando no fogão a lenha, o cheiro tomava conta da casa. Por último, tudo ia para o pilão novamente para virar pó. Nosso café era uma delícia e muito saudável (Marco, 17 anos, aluno da 3º série do Ensino Médio, 08/05/2020).

Marco Aurélio em seu texto nos conta, um pouco sobre a produção e manejo artesanal do café, uma cultura que por meio da colonização europeia se tornou em abundância em terras brasileiras. Nas terras relacionadas a empreendimentos colonizadores em solo catarinense, o café era plantado pelos imigrantes sob outras árvores e suas plantas cobertas por folhas secas à noite para salvar sua produção

³⁸ Termo utilizado pelos italianos para referência aos luso-brasileiros.

de eventuais geadas, muito comuns na região sul do país. Essa cultura, já no terceiro ano após o plantio se cobre de flores, que aos poucos vão se transformando em grãos e amadurecendo, proporcionando aos colonos que desfrutassem de seus benefícios. Os aproximadamente três quilos da fruta colhidos por pé anualmente, muito mais do que nutrir muitos corpos, alimentaram memórias capazes de criar vínculos afetivos que ficarão guardados para sempre em muitas lembranças. O aluno Marco Aurélio não conhecia essas informações, mas construiu esse relato selecionando e considerando aspectos considerados importantes segundo suas convicções sobre o conceito de tradição. Rememorou passagens e eventos que lembravam o “cheirinho de café”. O ambiente colonial, a comunidade de Tigipió, ocupa um território em que foram construídas condições de vida, e não somente de subsistência. O cafezinho e as relações sociais envolta dele, também podem ser traduzidos em regras implícitas de convivência e comportamento. O café artesanal é parte marcante de uma cultura própria que foi transmitida oralmente ao longo de gerações e o aluno reconheceu na ação narrada pelo entrevistado, não somente a familiaridade, mas também as estruturas que conformaram sua história.

Quanto ao convívio social, entre os agentes que participaram da construção histórica entre imigrantes europeus e “brasilianos” em terras catarinenses, é preciso se ressaltar que os indivíduos inseridos na esfera da imigração passaram a se relacionar social, sexual e etnicamente, com outros habitantes nas regiões colonizadas. Passaram por transformações pessoais e coletivas inevitáveis, incluindo-se quando tratamos de culturas agrícolas. Um dos cenários que se desenvolveu sob essas características, o local das relações investigadas nesse trabalho foi o Vale do Rio Tijucas-Grande, acima da confluência com o Rio do Braço. José Juan Pérez Meléndez (2014) nos mostra como a política de colonização no Brasil Imperial foi influenciada por interesse das elites que se formaram a partir do pós-independência:

A colonização era um elemento sempre presente na vida política do Brasil Imperial (1822-1889). Com força especial nas décadas imediatamente posteriores à independência, migrações planejadas desempenharam papel importante no sentido de permitir que as elites políticas definissem uma série de áreas de políticas consideradas essenciais para a consolidação da soberania nacional, a preservação da integridade territorial e a organização dos mercados interno e de exportação (MELÉNDEZ, 2014, p.36).

Os anos da Regência (1831-1840) foram cruciais para o desenvolvimento das atividades de colonização no Brasil. Foi uma época de muita experimentação política, mas foi quando se definiu e se sancionou políticas que favoreciam empresas privadas como a Demaria & Schutel, que iniciou a execução do projeto colonizador Colônia Nova Itália, durante a Regência Una do Padre Feijó³⁹. Apesar de esse período ter ratificado essa categoria de política pública, foi ainda sob o governo do Imperador D. Pedro I, mais precisamente em 08 de abril de 1823, que o Governo Provincial de Santa Catarina inaugura esse tipo de processo, cedendo terras a agricultores estrangeiros, abrindo a possibilidade para imigrantes europeus não portugueses participarem do processo colonizador, que até então era restrito aos lusitanos. Em 1828, Santa Catarina recebe 523 colonos de origem germânica na cidade de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis. Dezenas desses imigrantes provindos da região de Bremen, mais tarde são encaminhados para as terras que hoje fazem parte do município de São Pedro de Alcântara. Durante o período regencial, o processo colonizador prosseguiu. A fundação dos diversos povoados e vilas nessa etapa da colonização é um tema que aparece em todos os livros sobre a história local analisados, constituindo, portanto, um tópico central a ser discutido em sala de aula. Como constatou Bechler (2008), não só nesses livros, mas também nos didáticos, observam-se narrativas construídas e pautadas pelo silenciamento de particularidades históricas regionais dando ênfase a somente tópicos centrais sobre a “colonização estrangeira” que, com o passar do tempo, vai sendo matizada nas nuances das diversas etnias que migraram para as terras catarinenses, em destaque para os grupos considerados alemães e os italianos.

Ainda nessa etapa evidenciada quando ensinamos sobre a história catarinense, em 1835, a Província catarinense estabeleceu duas colônias nos rios Itajaí-Grande e no Itajaí-Mirim, cada qual com seu arraial. No mesmo ano e no seguinte⁴⁰, por meio de Leis específicas, Santa Catarina regulamenta e permite o processo de colonização por empresas nacionais ou estrangeiras. As leis provinciais

³⁹ Diogo Antônio Feijó foi um sacerdote e político brasileiro. A “Regência Una” do Pe. Feijó, exercida entre 12 de outubro de 1835 e 19 de setembro de 1837, enfrentou grande oposição política e algumas revoltas que agitaram o Brasil, tais como a Cabanagem, no Pará, e a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul. Feijó renunciou quando ainda dispunha de dois anos na regência, em 19 de setembro de 1837.

⁴⁰ A Lei nº. 11 de 05 de maio de 1835 estipulava qual seria o tamanho do terreno, qual seria o prazo de pagamento desse empréstimo feito aos colonos e outras disposições que iam de acordo com as decisões imperiais; e por meio da Lei nº 49 de 15 de junho de 1836, fica permitida a colonização por empresas, por companhias, individualmente, a nacionais e estrangeiros (CERVI, 2009, p.19).

de 1835 e 1836 eram as bases necessárias para a implantação de colônias de cunho particular, ou seja, com financiamento privado. Segundo Meléndez (2014, p.37) a política nacional com relação à colonização foi de certa forma pautada pela existência de um esforço liderado por liberais que visava exclusivamente promover a imigração europeia branca no século XIX, que possui “relação direta com a ameaça da abolição”, o que fez com que os planos de colonização ganhassem impulso à medida que o sistema escravista sofria ataques crescentes.

As imigrações planejadas desempenharam papel importante no sentido de permitir que as elites dominantes definissem uma série de ações consideradas essenciais para a consolidação da soberania nacional, a preservação da integridade territorial e a organização dos mercados interno e de exportação. “A colonização, como geralmente se designava, o planejamento e a execução de migrações *livres* era um processo versátil, envolvendo o transporte e o assentamento de uma série de diferentes populações.” (MELÉNDEZ, 2014, p.36). É destaque, que não se trata de um simples processo migratório, mas de amenizar uma série de carências e conflitos vinculados a interesses não só dos colonos, mas do Estado, que propicia nesse caso, condições para que haja o domínio da natureza e dos nativos em um sistema considerado pelos europeus como civilizatório.

Nesse contexto, a firma Demaria & Schutel requereu à Província de Santa Catarina em 04 de agosto de 1835, concessões territoriais e privilégios, pretendendo terras às margens do Rio Tijucas-Grande para desenvolver seu Projeto de Colonização. Segundo Lucas Boiteux (1998, p.11), “Em março de 1836, navios de Carlo Demaria aportaram em Desterro com 186 colonos [...]” provindos do Reino da Sardenha. O bergantim⁴¹ de Carlo Demaria teria partido de Gênova, região hoje pertencente ao noroeste italiano. A Sociedade Particular de Colonização obteve do governo da Província, “[...] a título provisório, 400.000 braças quadradas⁴² (400 x 1000) de terras devolutas, no então município de São Miguel⁴³ às margens do Rio Tijucas-Grande, estabelecendo a Colônia Nova Itália.”:

⁴¹ Um bergantim é um tipo de barco que tem dois mastros e uma vela que pode ser redonda ou quadrada. Essas embarcações surgiram no século XVI e foram amplamente utilizados até o século XIX. Graças à superfície de sua vela, os bergantins podiam alcançar uma grande velocidade e atravessar longas distâncias, sendo também navios que eram ágeis de manobrar.

⁴² Uma braça quadrada equivale a 4,84 m². A braça é uma medida encontrada em leis, relatórios e outros textos do Império brasileiro sobre terras, colonização e imigração.

⁴³ Após a inauguração da igreja de São Miguel Arcanjo, o lugarejo fundado por portugueses no litoral catarinense se torna freguesia em 8 de fevereiro de 1752. São Miguel foi a capital da capitania de Santa Catarina no período de 10 de outubro de 1777 a 2 de agosto de 1778, quando os espanhóis

No ano de 1835, o Dr. Henrique Ambauer Schutel, médico, e Carlo Demaria, armador, cidadão britânico por ter nascido em Gibraltar, mas de descendência genovesa, constituíram a firma Demaria & Schutel – Sociedade Particular de Colonização, com sede em Desterro (BOITEUX, 1998, p.10).

A respeito da vinda de imigrantes italianos para a Colônia Nova Itália, podemos relacionar os fatos narrados por Lucas Boiteux em *Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina*, com as memórias do aluno Leonardo Sestrem no texto do episódio XV: *Chegados à Colônia*, publicado na série jornalística *Memórias da Colônia* em 2019:

CHEGADOS À COLÔNIA: No passado tudo era mais difícil, ainda assim as pessoas eram felizes. Para que Jorge conseguisse se casar com Maria, fora um grande obstáculo a ser superado, pois Jorge era um moço de família muito pobre, que plantava para sobreviver, enquanto Maria era de uma família mais rica. Durante dois anos, se encontraram às escondidas, quase sempre à beira de um rio que havia por perto da casa de Maria. Amavam muito sua terra natal, a Itália, e nunca antes haviam imaginado deixá-la, até que naquele dia, no ano de 1839, isso estava prestes a mudar. O pai de Maria, homem resoluto e inflexível, descobriu o caso amoroso de sua filha com o fazendeiro e não aceitou em hipótese alguma aquela atrocidade. Em pouco tempo chegou aos ouvidos de Jorge que o Senhor João, pai de Maria, estava atrás dele, pronto para matá-lo. Durante essa época, estava acontecendo uma grande emigração de italianos para as Américas. Muitos estavam fugindo da grande crise econômica pela qual a Itália passava e, muitos deixavam sua terra em busca de uma vida melhor no Novo Mundo. Ao saber que um navio partiria para o Brasil naquela madrugada, Jorge resolveu partir para sempre, junto com sua amada. Deixaram apenas uma carta dizendo que estavam partindo e se foram, sem nem saber o que os esperava do outro lado do oceano. E assim chegaram ao Brasil, de mãos vazias e com uma terra para desbravar. Logo conseguiram se estabelecer na Colônia Nova Itália, que mais tarde se torna parte de São João Batista. Apesar de todas as dificuldades, construíram uma casa, tiveram filhos, que os ajudavam na lavoura e em casa. E foi assim que a família Peixer se estabeleceu na Colônia Nova Itália e construiu sua história com muito trabalho, honra e honestidade, acima de tudo (Leonardo, 17 anos, aluno da 3º série do Ensino Médio, 6/12/2019).

Leonardo, influenciado pela historiografia sobre São João Batista a que teve acesso durante a pesquisa, fala das dificuldades em se viver na região que atualmente faz parte da Itália, mas que pertencia ao Reino da Sardenha na primeira metade do século XIX, associando seus personagens fictícios a um número considerável de italianos que saíam de suas terras natais em busca de melhores

ocupavam a ilha catarinense. Por ato do conselho Administrativo da Província, no dia 1º de março de 1833, a freguesia de São Miguel foi elevada à vila, e criado o município de Nossa Senhora do Desterro. A instalação do município de São Miguel ocorreu em 17 de maio de 1833.

condições de trabalho em outros países. É possível que o estudante em sua investigação para compor seu trabalho escolar, não tenha percebido sobre as datações da chegada dos italianos em São João Batista e da “grande emigração de italianos para as Américas”⁴⁴. O aluno escreveu de maneira a confundir a vinda dos colonos para constituírem a Colônia Nova Itália, com as emigrações após a unificação italiana em 1871. Leonardo pode ter tido uma relação tensa ao buscar se apropriar e reconstruir o passado, o que segundo Delgado (2003), pode acontecer quando se recompõem lembranças, ou se realizam pesquisas históricas.

O empreendimento Colônia Nova Itália se juntou a outros dois núcleos de povoamento, subindo o Rio Tijucas-Grande em direção ao interior. Os primeiros imigrantes a chegarem às terras que hoje pertencem à cidade de São João Batista acompanhavam o Capitão de Milícias João de Amorim Pereira, de origem “lusobrasileira”, que além de seus familiares trouxe para a margem direita do rio Tijucas, escravizados/as de etnia africana, em 1834. O inglês Cristóvão Bonsfield, que havia solicitado terras ainda em 1836, na mesma época que solicitara Demaria & Schutel, às margens do Ribeirão Alferes, braço do Rio Tijucas-Grande, tem seu pedido atendido. Bonsfield instala uma serraria movida a água na confluência entre o Rio Alferes e o Rio do Braço, hoje parte do município de Nova Trento. A região fez parte da freguesia⁴⁵ de São João Batista, criada na Província de Santa Catarina em 19 de abril de 1838. Segundo Piazza (1950), o inglês foi transferido em 1838, mas a serraria se manteve funcionando sob a administração da firma Wells, Pedrick & Gonçalves, no que hoje é o Centro de Nova Trento, até anos mais tarde os ingleses abandonarem a região e a serraria ser vendida ao governo provincial por Pedro Köhn, o último dono. A área em questão posteriormente foi integrada à Colônia príncipe Dom Pedro, ligada a Colônia Itajaí-Brusque. A proximidade geográfica entre São João Batista e Nova Trento causa constantemente enganos sobre a chegada de suas famílias a São João Batista. É muito comum, que os estudantes que se identificam como descendentes de famílias italianas, acreditem que seus antepassados colonizaram a região onde residem, o que nem sempre é real. Muitas

⁴⁴ A “diáspora italiana” foi um fenômeno social na Itália, causado por motivos socioeconômicos, mas também por razões políticas e pessoais.

⁴⁵ Freguesia era a menor unidade político-administrativa, judicial e religiosa no tempo do Império Brasileiro (1822-1889), herança do reino português. Primeiro um agrupamento de famílias ao redor de sua capela era declarado arraial, depois com o aumento dos moradores era elevado à freguesia, atual paróquia, tendo caráter de distrito civil. Em seguida aquelas freguesias que prosperavam eram declaradas com termo de vila, atual município (FELER, 2018, p.23).

famílias chegaram à região vindas de Nova Trento, e em épocas diversas, como no caso da família Wisenteiner⁴⁶, tradicionais moradores do interior de São João Batista.

Ainda sobre o Capitão Amorim, em *Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina*, Lucas Boiteux pouco narra, mesmo sendo reconhecido pelo autor como, o que Chauí (2006) chama, de o primeiro “representante do Estado em face do povo”. Lucas afirma sua chegada e estabelecimento desde 1834, “[...] em apreciável latifúndio situado à margem direita do Alto Tijucas, quase na confluência do rio do Braço [...]” (BOITEUX, 1998, p.50-51). Além de Boiteux, outros autores compartilham da escrita e nos dão outras referências sobre um dos “fundadores” de São João Batista. Com relação aos textos produzidos pelos estudantes, como focaram em tradições orais, o personagem histórico em questão acabou não estando em evidência nos relatos escolares, até porque faz parte de uma história ligada à parte central do município e que acabou caindo no esquecimento escolar ao longo dos anos. A falta de uma identificação histórica para o município acabou restringindo o conhecimento institucionalizado a poucos historiadores, em sua maioria, amadores. A comunidade em geral não compartilha de muitas memórias ligadas aos poucos livros sobre a história do município.

Seguindo com a escrita sobre o Capitão, de acordo com o Pe. Flávio Feler (2018), em 1833 o mesmo era Juiz de Órfãos na freguesia de São Miguel, isso antes de fundar um arraial onde hoje é o Centro de São João Batista, cujo nome do município está relacionado a uma Capela dedicada ao personagem bíblico⁴⁷ de mesmo nome, construída pelo Capitão Amorim. De acordo com Boiteux (1998, p.51), “Devido a um pequeno oratório por ele implantado junto de sua residência, em que entronizara e festejava anualmente uma imagem do Percursor, seu onomástico, começou a ser conhecido o lugar por São João Batista do Alto Tijucas.”.

⁴⁶ Membros da família Visintainer (Wisenteiner), quando emigraram para o Brasil, se estabeleceram na localidade de Vigolo, em Nova Trento, vindos de Vigolo Vattaro, no Condado do Tirol, Império Austro-húngaro. Hoje essa região tiroleza faz parte da província autônoma de Trento, Itália. Amabile Lucia Visintainer, que é integrante desse grupo familiar foi canonizada em 19 de maio de 2002, pelo papa João Paulo II, como Santa Paulina do Coração Agonizante de Jesus.

⁴⁷ João Batista (2 a.C.-27), ou São João Batista, foi um pregador judeu, segundo os evangelhos, era primo de Jesus e foi o responsável por seu batismo.

Figura 17 – Estátua do padroeiro de São João Batista localizada ao lado da atual Igreja Matriz Católica da Paróquia municipal



Fonte: Malcon Gustavo Tonini. Arquivo Pessoal (2020)

João de Amorim Pereira é considerado por memorialistas e historiadores um dos desbravadores do vale do Rio Tijucas-Grande. Junto da família e pessoas escravizadas afazendou-se próximo à foz do Rio do Braço. Afirma Feler (2018) que João de Amorim Pereira já possuía terras na região antes de 1834 e da fundação do oratório. A professora Darci de Brito Maurici (2008, p.27, destaque no original) dedica um capítulo de seu livro ao narrar sobre o Capitão, no qual o nomeia como O *FUNDADOR*, deixando evidente a sua admiração e crença na continuação de um passado descrito no início do século XX, e que parecia estar pronto e acabado. De qualquer forma, o fato de a sede do município ter se desenvolvido nas terras que um dia foram do Capitão Amorim e, sobretudo, que sob a sua devoção tenha sido erguida uma construção para adoração divina e, a partir dela constituiu-se uma vila, com o tempo, o mito sobre o Capitão e a importância do “fundador” só aumenta. É como se alguém tivesse sido escolhido para pastorear um determinado rebanho e dele cuidar como pai, e ao receber incumbências do Estado se torna governante

pela graça de Deus, apesar de o Capitão ser uma autoridade política com poderes recebidos de homens e de que naquele momento histórico o Estado brasileiro era por lei, Católico. Uma fé religiosa como a do Capitão Amorim, ainda é muito presente entre os moradores de São João Batista, sobretudo entre os moradores do distrito de Tigipió. Nos textos narrados para o *Inventário de tradições orais do distrito de Tigipió* (APÊNDICE C) e em meio as entrevistas durante a pesquisa, nada se mencionou sobre o Capitão Amorim, mas muito se narrou sobre a fé religiosa e suas influências nas vidas das pessoas. O que fica em evidência na história de Ana Júlia Nicolau, o episódio XVIII: *A volta do Senhor*, publicado na série jornalística *Memórias da Colônia* em 2020:

A VOLTA DO SENHOR: Era um sábado à tarde, e os 17 catequizandos de D. Luzia estavam presentes na igreja da Colônia para mais um encontro. Como de costume, a senhorinha havia preparado a aula com muito carinho e atenção e iria falar sobre a volta de Jesus, segundo o livro de Tessalonicenses. Leu D. Luzia: - “O próprio Senhor descenderá dos céus, e os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro. Depois nós, os que estivermos vivos, seremos arrebatados com eles nas nuvens, para o encontro com o Senhor nos ares”. Tessalonicenses 4:16-18. As crianças ficaram incrédulas com aquela passagem e não conseguiam acreditar, saíram da catequese impressionadas e imaginando como isso seria. O grupo ia ficando menor conforme suas casas iam chegando, restavam apenas Pedro, Vevê, Antônio e José, até que algo no céu, entre as nuvens ia se aproximando em sua direção. Era algo nunca visto pelas crianças. Disse Antônio: - Meu Deus, Jesus está voltando hoje! Exclamou José: - E eu que duvidei da D.Luzia, cometi heresia e estou pagando minha língua... Disse Vevê: - Socorro! Não quero ser arrebatada viva para o céu... meu Deus, ainda não! Não estou preparada para deixar este mundo! Em meios aos gritos, apavoros e correrias, o grupo foi se encaminhando para a mercearia de D.Glória para buscar abrigo. A proprietária estava conversando com um senhor muito bem vestido e chique, falavam tranquilamente do que se passava pelos ares, o que aguçou a curiosidade das crianças, que naquele momento estavam muito inquietas. Ficaram ouvindo atrás da prateleira, e então souberam que aquele barulho vindo do céu era um avião, algo novo de se avistar e pouco conhecido pelas pessoas da região. Na época, nenhum dos moradores já havia visto um equipamento como aquele. As crianças se tranquilizaram e começaram a gargalhar pensando em como foram tolos em achar que aquilo pudesse ser a profecia bíblica de D.Luzia se concretizando (Ana, 17 anos, aluna da 3º série do Ensino Médio, 14/08/2020).

As crianças da história de Ana Júlia seguiam tradições religiosas, e dentre elas a catequese, um sacramento católico indispensável para a iniciação dos jovens à vida cristã. A catequese serve como preparação de crianças para outros dois sacramentos⁴⁸ católicos, a confissão e à primeira comunhão (eucaristia). No distrito

⁴⁸ Os sacramentos católicos (batismo, eucaristia, crisma, confissão, unção dos enfermos, sacerdócio e matrimônio) são rituais destinados aos fiéis e situações da vida cristã. Esses rituais constituem uma parte integrante e inalienável da vida cristã de quem é membro da Igreja Católica.

de Tigipió existem igrejas e oratórios católicos e também protestantes, em destaque a igreja da Sagrada Família, que segundo Maurici (2008), foi erguida na região central do hoje bairro Colônia Nova Itália, em 1896, e reconstruída em 1933. A capela construída pelos descendentes dos imigrantes italianos tem como padroeiro São José e ao seu lado fica o cemitério datado sem precisão como iniciado em 1837.

A freguesia de São João Batista pertenceu ao município de São Miguel, hoje Biguaçu, tendo entre seus limites terras doadas pelo Capitão Amorim. Nessas terras foram construídos prédios públicos, a igreja matriz, cemitério, escola, cadeia e até um ancoradouro. De acordo com o Pe. Feler (2018, p.25), “[...] o terreno era bem grande: 100 braças de terras de frente por 2000 de fundos.”. Conforme o que relata o Pe. Feler, a elevação dessa região ao status de distrito, se deu graças à sua influência junto a Câmara da Vila de São Miguel. Em 29 de outubro de 1838, o Capitão João de Amorim Pereira se torna o primeiro Juiz de Paz de São João Batista. Ainda segundo o Pe. Feler entre 1790 e 1803 já haviam se instalado alguns moradores descendentes de europeus nessa região, mas há poucos registros sobre essas pessoas.

Um fato que deve ser mencionado com relação ao Capitão Amorim, pode ser constatado nas palavras do viajante Robert Christian Avé-Lallemant⁴⁹. O alemão participou de expedições no Brasil apoiadas pessoalmente por D. Pedro II e esteve nas terras, sob a administração do Capitão, no ano de 1858, quando ainda freguesia de São João Batista. São palavras de admiração e respeito, pois Robert ao escrever suas memórias, usou de características comuns a sua época:

Mora aqui o senhor Amorim, homem já idoso, excepcionalmente forte, de decisiva importância para toda a região. Poderia chamar-lhe o pai do Rio Tijucas. Quando ainda ninguém pensava no rio, estabeleceu-se ali, no meio das brenhas, e conquistou considerável extensão da floresta. Para todos os lados se estendeu sua atividade; pesquisou o solo e o curso do rio e atraiu a si alguns colonos, que lhe agradecem os conselhos e auxílios (AVÉ-LALLEMENT, 1980, p.146).

Ao longo do século XIX, mais especificamente, depois que os portos brasileiros foram franqueados à navegação e ao comércio exterior, viajantes

⁴⁹ Robert Christian Barthold Avé-Lallemant, médico alemão que residiu no Brasil de 1837 a 1855, retornando em 1858 onde viajou sozinho pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Ao retornar para a Alemanha, publicou as descrições das suas andanças.

estrangeiros em excursões científicas estiveram no Brasil, e muitos desses visitantes deixaram registros escritos que resguardavam memórias e contavam a história das províncias e vilas do Império brasileiro. Robert esteve explorando a região às margens do Rio Tijucas-Grande, acompanhado do médico Henrique Schutel, um dos empreendedores da Colônia Nova Itália, portanto, sua impressão sobre o protagonismo do Capitão sofreu influência política de Schutel e de uma Europa colonizadora. O alemão é influenciado em suas narrativas mais por sentimentos, em simpatias e antipatias pessoais, do que em argumentação séria e desapassionada. O autor vislumbra um Brasil que é desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia. Textos como o de Avé-Lallement são elaborados corroborando com o que constatou Bechler (2018, p.50), ao afirmar que viajantes estrangeiros, em excursões científicas no Brasil, escreviam “[...] a partir da perspectiva do dominador, no caso o branco, que à época, ao vislumbrar a expansão portuguesa nas terras do além-mar, enxergou apenas o que lhe convinha.”.

O Capitão João de Amorim Pereira, naquele momento histórico representava o Estado centralizador que operava como organizador e catalisador da região visitada por Avé-Lallement. Segundo o almirante Lucas Alexandre Boiteux (1998), foi graças ao Capitão e à sua exemplar ação que nas redondezas de seu arraial se estabeleceram novos colonizadores, aos quais auxiliou na organização e no povoamento de São João Batista. As terras que foram doadas pelo Capitão Amorim, naquele contexto, foram transmitidas sob a forma de favor, e, portanto o município deveria muito a ele, confirmando segundo CHAUÍ (2006, p. 84), que “[...] a sociedade colonial é estamental do ponto de vista político, dos usos e dos costumes.”. Senhores de terra como o Capitão, operavam no plano econômico da produção e do comércio, mas a posição social desses indivíduos durante a colonização é o que realmente definiam as relações cotidianas, portanto ele era naquele contexto um dos poucos que possuíam privilégios, como o de distribuir favores.

Transformações econômicas e demográficas na Europa devido ao processo de transição capitalista trouxeram profundas modificações na distribuição da posse da terra e das relações de trabalho. Devido à pressão demográfica e a um processo de industrialização tardia na região italiana, não havia a possibilidade de absorção de toda mão-de-obra liberada pela lavoura, como consequência da concentração fundiária. No caso italiano, a própria geografia do país limitava a quantidade de

terras cultiváveis, terras essas que estavam nas mãos de um reduzido grupo de agricultores. Várias famílias na Europa não tinham mais acesso a alguns recursos básicos, gerando um excedente populacional que, não encontrando condições de permanência em seus locais de origem, emigravam para países ainda não industrializados e que dispunham de territórios a serem ocupados e cultivados. Esse movimento de sem terras, introduzido por empreendedores no Brasil, faz parte de um projeto totalizante, cujas forças se voltam a ocupar um chão, explorar os seus bens, submetendo os naturais à hierarquia de poder. Devido a esses fatores e à promessa de abundância de terras é que muitos desses imigrantes partiram de Gênova na expedição organizada por Carlo Demaria e Henrique Schutel para reproduzirem às margens do Rio Tijucas-Grande a tradição de um estado de coexistência social aos moldes europeus. Os sócios investiram alto em “[...] propaganda, atração, transporte, sustento e localização dos colonos; na medição e demarcação dos lotes coloniais, na abertura de caminhos e em outros trabalhos e serviços correlativos à implantação de tal cometimento [...]” (BOITEUX, 1998, p.42).

Foi no Rio Tijucas-Grande que um episódio se tornou uma das histórias mais conhecidas entre os locais, essa teria acontecido durante a ocupação e povoamento de suas margens pelos italianos. A narrativa a seguir é baseada em uma tradição oral que explicaria o surgimento de três pedras similares em um local bem aparente aqueles que por meio da rodovia SC-108 chegam ao centro do distrito de Tigipió. O nível de água no rio, na atualidade deixa as pedras bem aparentes, o que favorece a continuidade dessa tradição oral, que é tema do episódio IIII: *As pedras dos três irmãos*, publicado na série jornalística *Memórias da Colônia* em 2019, de autoria do aluno Mateus do Nascimento:

AS PEDRAS DOS TRÊS IRMÃOS: Durante a construção da Colônia Nova Itália, três irmãos órfãos viviam juntos e trabalhavam duro para prover seu sustento. Paulino era o mais velho da casa, Marcolino era o do meio e Lourenço era o mais novo. Levantavam todos os dias às 5 da manhã para trabalhar. Nenhum era casado, portanto, Lourenço, o mais novo, vez ou outra, arcava com a tarefa de deixar a casa limpa, se ausentando, esporadicamente, do trabalho na lavoura. Trabalhavam para o Sr. Pedro, velho de 62 anos, rico, dono de muitos negócios e terras – era conhecido como capitalista. Quando terminavam o trabalho exaustivo, voltavam para casa, jantavam e a cama era seu prêmio diário. Certo dia, tudo foi diferente do habitual. Sr. Pedro veio até os três jovens e lhes deu uma tarefa diferente: Transportariam suprimentos pelo rio. Aceitaram o trabalho, pois, embora fosse um serviço perigoso, não possuíam outra opção. Além do mais, seu Pedro ofereceu um bom valor pelo serviço. Estavam no meio do rio, o barco deslizava vagarosamente quando perceberam uma rachadura na popa do barco, onde estava depositada a carga. Por estar muito pesada,

a rachadura começou a aumentar. Começaram a tirar as caixas de cima, tentando conter o aumento da rachadura, porém era muito peso e eles tinham pouco tempo e não havia muito espaço no barco. A solução foi jogarem a carga no rio. Mas a fenda já estava muito grande e o barco começou a afundar. Paulino e Lorenzo não sabiam nadar, Marcolino tentou carregá-los, mas em vão. No fim, todos os três morreram afogados. Onde morreram os jovens, três pedras surgiram no local e são conhecidas até hoje como as pedras dos três irmãos (Mateus, 16 anos, aluno da 2º série do Ensino Médio, 13/09/2019).

O rio Tijucas é um curso de água que nasce no município de Rancho Queimado, passa por Angelina, desloca-se por Major Gercino antes de percorrer São João Batista, e a partir de onde passa a correr em paralelo à rodovia SC-410 até chegar à cidade de Tijucas, desaguando no oceano Atlântico. O Rio que foi palco de tantas histórias, cenário de ocupações, povoamentos e colonizações durante mais de um século, hoje sofre com problemas ambientais, como o assoreamento, erosão e a destruição da mata ciliar, assuntos esses que deveriam ser mais discutidos em sala de aula, e não só na EEB Profa. Lídia Leal Gomes, mas em todas as escolas do Vale do Rio Tijucas.

Figura 18 – Bacia hidrográfica do Rio Tijucas



Fonte: Blog Bacia D'água (2021).

Figura 19 – Pedras dos três irmãos no Rio Tijucas-Grande, no bairro Colônia Nova Itália



Fonte: Malcon Gustavo Tonini. Arquivo Pessoal (2021).

A Colônia Nova Itália foi fundada a cerca de 20 quilômetros da fazenda estabelecida pelo Capitão Amorim em 1834, com o Rio Tijucas-Grande cortando as suas terras. Além da concessão territorial já descrita anteriormente, a firma Demaria & Schutel alcançara uma nova, de duas léguas quadradas, também medidas às margens do Rio Tijucas, para satisfazer à Lei. Em 1836, 132 imigrantes dos referidos colonos sardos foram encaminhados para a localidade, junto deles 16 colonos brasileiros. Boiteux (1998, p.41) nos conta que a viagem entre a vila de São Miguel e a nova colônia foi penosa, por terra em caravana de carros de boi. “Os caminhos eram horrorosos trilhos semeados de atoleiros e caldeirões.”. O autor também comenta sobre a distribuição de terras:

De conformidade com os apontamentos que temos, aos colonos sardos foram distribuídas 22 datas de terras com 8300 braças de frente e com 1000 de fundos; aos nacionais as datas, já medidas e demarcadas, tinham 1250 braças de frente por 1000 de fundos (BOITEUX, 1998, p.41).

Camponeses brasileiros acompanhavam os imigrantes sardos, por muitos possuírem conhecimento sobre o processo de colonizar e sobre abrir caminhos em meio às florestas da região. Conheciam o plantio de cana de açúcar, da mandioca, sobre a escolha de madeiras de lei e sobre os nativos Guarani, povo indígena que habitava a região. Segundo Boiteux (1998), após a chegada desses colonos aos assentamentos a que foram encaminhados, não seguiram outros nos anos seguintes.

Quando chegaram à Colônia Nova Itália, os colonos não tiveram vida fácil, sofreram com inúmeras intempéries durante a adaptação ao país e a terra. Ao abandonarem sua terra natal, sofreram com a viagem e tiveram que se adaptar a um novo idioma e a novos hábitos e costumes; se desiludiram com seus “patrões” em meio a uma vida na selva cheia de perigos naturais. Sentimentos como o desgosto e a indignação promoveram constantes reclamações e protestos aos empreendedores. As atividades iniciais de integração reducionista, na colonização, atendiam a uma determinada esfera econômica e política comum a qualquer núcleo colonial, os colonos retratados pelas fontes como descobridores e povoadores precisavam produzir e embranquecer a região. Sob a perspectiva dos indígenas livres, a colonização imediatamente brutalizou e fez retroceder o cotidiano vivido por quem ali já estava. Os colonos eram movidos por uma força motriz de consciência grupal operosa e operante sobre um presente imediatista, possuíam planos para um futuro, mas esses interesses se chocavam com um modo de vida indígena que lutava para sobreviver. Os nativos da região pouco conheciam a coação, não estavam esperando serem explorados e controlados e por isso lutaram, fazendo os imigrantes sofrerem com a sua animosidade relacionada à luta pela posse das terras e dos recursos naturais na região (ver seção 4.4).

Inicialmente, a Colônia Nova Itália não teve o destino que imaginavam os empreendedores europeus, esses ao fundá-la desejavam obter lucro imediato, pois com a produção seria possível certo controle sobre o trabalhador e sobre o consumo do fruto desse trabalho. O motor para a transformação que os empreendedores buscavam era baseado no ideal civilizado do trabalho livre, mas Carlo Demaria e Henrique Schutel não possuíam experiência com serviços de colonização, o que dificultava a sua organização. Nem os próprios colonos estavam mais tão motivados para a produção. Em escritos como o de Lucas Boiteux, muito pouco do que realmente viviam os trabalhadores, está descrito em construções passivas e impessoais, o que impossibilita ao leitor observar os sujeitos em meio às produções. No *Inventário de tradições orais do distrito de Tigipió* (APÊNDICE C), pelo contrário, em muitos dos textos o leitor tem a possibilidade de contemplar atividades laborais próprias da região.

Em meio a esse contexto histórico, permeado de incertezas, Carlo Demaria se retirou para cuidar de negócios na Europa deixando a responsabilidade pela Colônia ao sócio, o Dr. Henrique Schutel. O Dr. Henrique encontrou em seu amigo e

compatriota Luc Montadon Boiteux a pessoa certa para substituí-los na administração da propriedade colonial. Prosperidade e controle sobre o negócio só seriam possíveis por meio da implantação de um ciclo econômico na localidade. De acordo com Boiteux (1998, p.47), no decorrer de 1837, seu avô paterno, Luc Montadon Boiteux estabeleceu-se com esposa, um filho e quatro pessoas escravizadas “[...] à margem esquerda e em uma volta do Rio Tijucas [...]”. O local ficava cerca de 40 quilômetros do então povoado de São João Batista e era chamado de Boa Vista, hoje distrito de Tigipió, onde se encontra a EEB Profa. Lídia Leal Gomes. Na época, Boa Vista havia se tornado o centro de desenvolvimento da Colônia Nova Itália. Luc Montadon ao se estabelecer como administrador colonial visou o “progresso”, o bem-estar dos colonos e o lucro dos empreendedores estrangeiros. Visitou os trabalhadores, inspecionou todos os serviços que executavam e logo constatou que imediatamente não teria como atender todas as demandas. A partir desse ponto da história local, a historiografia caracteriza o administrador como um governante que realiza suas ações fazendo parte do todo social, operando sem pouco recorrer ou dispor de mediações externas, já que os sócios não se dispunham a investir mais capital ao negócio e a própria província de Santa Catarina não dispunha de capital para investimento naquele momento da História:

Entre as sugestões e pedidos que fazia o novo administrador, mostrava a necessidade premente da abertura não só de caminhos vicinais no quadro colonial como a de estradas, principalmente de uma carroçável que pusesse, o mais breve possível, a sede do núcleo em comunicação direta com um dos bons portos do litoral, por onde se pudesse estabelecer franco intercâmbio comercial com os demais centros consumidores da província e do exterior (BOITEUX, 1998, p.49).

Lucas Boiteux ressalta em sua escrita, aspectos referentes ao crescimento econômico vinculado à chegada do administrador, seu avô, um desconhecido e apagado personagem histórico na memória dos moradores do distrito de Tigipió na atualidade. O almirante ao narrar acontecimentos após a chegada desse europeu, tão igual em importância quanto os “fundadores” de São João Batista, estabelece um laço entre a ideia de progresso econômico após a chegada de Luc Montadon Boiteux, um colonizador, o que se encaixa nos moldes da “tradição e progresso” importados do Iluminismo pelos historiadores vinculados ao IHGSC. Nesse caso, segundo as palavras do autor, o lugar de poder nas relações cotidianas da Colônia

passa a ser ocupado por um governante que realiza suas ações fazendo parte de um todo social, estando fora e acima dessa sociedade, produzindo-a pela lei que exprime a sua vontade.

Lucas manifesta-se com certo romantismo e admiração ao narrar sobre a maneira como Luc Montadon se empenha em ter sucesso em sua empreitada:

Logo de chegada à colônia, o novo administrador tratou de observar meticulosamente a situação material daquele núcleo, inspecionando todos os serviços, visitando os colonos e ouvindo a opinião de cada qual, a fim de conhecer as razões dos seus desânimos e de suas reiteradas queixas e reclamações. Em longa e minuciosa carta, que mais se diria um relatório, Lucas Boiteux, com toda franqueza e lealdade que o caracterizavam, pôs os empresários a par do estado real do empreendimento agrícola-industrial que lhe fora confiado, apresentando inúmeras sugestões e pedindo as providências necessárias ao desenvolvimento e florescimento da colônia (BOITEUX, 1998, p.47-48).

A Colônia Nova Itália era carente de inúmeros objetos de primeira necessidade; enfrentavam dificuldades até para venda ou troca dos produtos que produziam ou dispunham. Havia a necessidade de amenização dos problemas daquelas famílias de colonos. Das suas saúdes cuidava com poucos recursos o Dr. Schutel, nas raras vezes que se encontrava ou que enviava medicamentos. Não havia capela ou cemitério para os assuntos ligados a fé. Quando precisavam cumprir suas obrigações religiosas faziam uma longa e perigosa viagem até Porto Belo⁵⁰. Os momentos religiosos eram importantes para aquela gente, traziam lembranças sobre as suas origens. “O culto dá sentido ao tempo redimindo-o da entropia cotidiana e da morte que cada minuto decreta sobre o tempo.” (BOSI, 1992, p.19). Não havia escola ou nenhuma organização municipal, o que não contribuía em nada com o ideal civilizatório planejado para a região, portanto, foi por meio das práticas religiosas, de gestos, cantos, de pregações e orações que muitos habitantes da colônia criaram laços com forças que sustentavam as suas crenças e identidades. A aluna Luiza Eugenia Formento no episódio XIV: *Religiosidade italiana*, publicado na série jornalística *Memórias da Colônia* em 2019, nos apresenta a dimensão da importância do cumprimento das obrigações relacionadas aos assuntos ligados à fé para os moradores da região:

⁵⁰ O município litorâneo de Porto Belo, desmembrado de São Francisco, foi fundado em 13 de dezembro de 1832. Fundado povoado pelos portugueses em 1753 e elevado ao status de freguesia em 1824, possuía uma igreja desde 1814, quando escravizados construíram a igreja de Bom Jesus dos Aflitos (LITORAL DE SANTA CATARINA, 2006).

RELIGIOSIDADE ITALIANA: Quando sento ao lado de minha avó, noto seus sentimentos de saudade, principalmente quando começa a falar das tradições religiosas da época de sua juventude. Ela conta que ia à igreja todos os finais de semana com sua família em uma carroça, pois tudo era muito distante e esse era o meio de transporte mais rápido de que dispunham. Chegando lá, tiravam um pouco da poeira que ficava sobre o corpo e entravam na igreja, à época, ainda de madeira. As mulheres trajavam os vestidos e saias abaixo do joelho, caso contrário, seriam vistas como mulheres de pouco respeito. Já os homens, tinham de usar sempre calças e blusas de manga, sempre cobrindo a maior parte possível do corpo. Nos velórios, todos tinham que trajar roupas pretas. Costumes que o povo tinha de respeitar e cumprir, alguns, um tanto exagerados, mas era a cultura da época e da região. Minha avó compara os tempos, o ontem, o hoje... Assim, relembra e suspira, há saudade em cada detalhe (Luiza, 16 anos, aluna da 2ª série do Ensino Médio, 29/11/2019).

A prática de frequentar um culto religioso, uma “Santa Missa” todos os domingos é prática enraizada, algo que transcende a qualquer época a partir da chegada dos italianos no hoje distrito de Tigipió. Muito se houve ainda se falar com nostalgia de como se portavam as pessoas em meio aos rituais católicos, sobre a religiosidade de pessoas simples. Essa “religiosidade italiana”, como nomeia Luiza, foi assunto muito presente durante as entrevistas que alunos e alunas fizeram antes de construir suas narrativas e, portanto, algo presente em muitos de seus textos. Segundo Ecléa Bosi (1999) práticas religiosas se tornam fator de enraizamento do povo. Textos considerados sagrados e vinculados entre pessoas, pouco ou nada letradas, enraízam o sujeito. O que de acordo com Bosi, E. (1999, p.41) faz com que revivam “[...] tradições, valores, lembranças que dão sentido à vida”. O preto das roupas em velórios, como aponta a Luiza, representa o luto, algo simbólico, um laço da comunidade com tradições europeias medievais, relacionado ao gótico e que está enraizado culturalmente na comunidade. A narrativa da aluna e de demais estudantes que apontam questões ligadas à fé os faz rememorar um conjunto de histórias, dimensões subjetivas das suas vinculações com acontecimentos passados, tornando possível o acesso às suas próprias experiências. Segundo Cristiani Bereta da Silva (2018, p.86):

A diferença entre vida e ficção é suprimida, parcialmente, por meio de variações imaginativas, quando tentamos alcançar uma compreensão narrativa de nós mesmos e usamos, para isso, referências das tramas às quais acessamos em nossa cultura.

Outro assunto vivo na memória da comunidade, e relacionado a experiências comunitárias recentes, trata sobre os engenhos implantados e ainda presentes, funcionando de forma industrial e artesanal em Tigipió. Sobre o assunto, Lucas Boiteux relata que seu avô, o administrador da Colônia Nova Itália, ao chegar à região em 1837, constatou da necessidade de implantação de engenhos e de uma serraria, para dar sequência ao empreendimento colonial, e logo constatou que sem capital, e novas frentes de trabalho, seria impossível o sucesso daquela Colônia. Sobre o manejo da madeira utilizada e comercializada pelos colonos a partir do trabalho em serrarias, o aluno Matheus Correia Gonçalves, no episódio VII: *Madeiras no rio Tijucas*, publicado na série jornalística *Memórias da Colônia* em 2020, nos traz algumas especificidades em sua narrativa. A história é baseada nas experiências vividas por seus familiares e contadas por seu avô:

MADEIRAS NO RIO TIJUCAS: Nos tempos antigos, os cortes e serragem de madeira eram feitos no meio do mato. Derrubavam as árvores e fazia-se a tora e faziam um estaleiro. Dois homens, um em cima e outro em baixo com um serrote que era puxado a mão e faziam-se as tábuas. Depois chegaram os engenhos de serra, que eram chamados de pica-pau e eram movidos a água. Puxavam-se as toras do mato, que eram derrubadas a machado e eram trazidas de arrasto por juntas de bois. Os pica-paus tinham a capacidades de serrar duas a três dúzias de madeira por dia, depois de serrada, a madeira era conduzida por carretas puxadas a cavalos ou bois até a beira do Rio-Tijucas, ali elas eram embaladas por homens capacitados nesse ofício. Cada balsa continha cem ou mais dúzias de madeiras que eram conduzidas pelo rio até Tijucas, cada balsa levava de 8 a 10 dias para chegar ao destino. Em Tijucas as famílias Gallotti e Cherem compravam a madeira e distribuíam nos grandes comércios, inclusive sendo exportadas para outros países (Matheus, 17 anos, aluno da 3ª série do Ensino Médio, 12/06/2020).

Dentre as madeiras beneficiadas nas serrarias ao longo do rio Tijucas do século XIX, podemos destacar aquelas cuja utilização era importante para a construção civil e marítima e para a fabricação de móveis. Dentre elas o pau-ferro⁵¹, várias espécies de jacarandás, de canela, cedro, ipê, araribá, peroba, bicuíba e alguns pinheiros. A labuta nas serrarias coloniais fez muitas pessoas mergulharem em uma situação nova de trabalho. Segundo Ecléa Bosi (1999, p.18), a modalidade da produção em série cria e forma o desenraizamento cultural daqueles que a praticam. “A cultura que daí resulta é forçosamente confinada e repetitiva.”. Como nos descreve Matheus, as serrarias do passado eram dependentes de um trabalho feito à braços, desde a derrubada das árvores e o seu falquejamento. A manipulação

⁵¹ Pau-ferro é um nome popular usado para variadas árvores de Mata Atlântica.

dessa madeira era o desdobramento, com o feitiço de tábuas, barrotes e sarrafos. Entre os motivos mais fortes desse processo de desenraizamento e transformação cultural do imigrante e de outros sujeitos que fizeram parte desse projeto modernizador, segundo Bosi, E. (1999, p.21) está justamente na separação entre a vida no trabalho e a vida familiar, pois se contrapõem ao serviço nas lavouras da colonização italiana. Na prática agrícola as famílias quase que diariamente se reuniam em torno das roças. Nesse processo, de luta quase insana pelo pão de cada dia, os que emigraram para a Colônia Nova Itália conservaram tradições, mas também perderam muito mais do que as paisagens de seus locais de origem.

Em *Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina*, Lucas Boiteux deixa evidente o ímpeto e organização do avô. O administrador cheio de esperanças e entusiasmo, em 1838, convidou o sardo Brausoro Busano para dirigir o ensino primário das crianças do núcleo, ao criar a primeira escola. Segundo Alfredo Bosi (1999, p.208-209), “[...] o Estado brasileiro do século XIX restringia-se a atender, em tudo quanto lhe fosse possível, às demandas [...] das oligarquias que o sustentavam”, apesar da Constituição Imperial de 1824, em seu artigo 1º, dizer que: “O Império do Brasil é a associação política de todos os cidadãos brasileiros.”. Na prática, isso não significava que a política pública era tão abrangente quanto informava. Em um contexto oligárquico e escravista, os desequilíbrios eram reais e camuflados. De acordo com Bosi, A. (1999), apesar da Carta se referir à educação primária como gratuita, não estabelecia a obrigatoriedade. Com isso, a província de Santa Catarina, atribuída de legislar sobre o ensino primário pela Regência a partir de 1834, não dispunha de recursos e intensão para colaborar com o projeto educacional de Luc Boiteux, quando instituiu o ensino na Colônia. Apesar do isolamento da Colônia Nova Itália, a medida trouxe simpatia por parte dos imigrantes, que segundo Maurici (2008) eram os responsáveis pela remuneração do professor sardo, atendendo as necessidades e aspirações de alguns poucos dos pequenos colonos sem *status* para serem assistidos pelo Estado.

Brausoro Busano atuou junto à comunidade informalmente, lecionando conhecimentos que trouxe consigo de Gênova. Durante muitos anos, o imigrante foi um dos poucos professores que as crianças, mesmo que poucas tiveram. Sua atuação foi o algo próximo à escolarização que aquelas pessoas puderam adquirir. Segundo Alfredo Bosi (1999, p.209), nesse momento histórico, a Constituição bragantina não contemplava os deveres do Estado para com a infância e a

juventude. Pensar na transmissão do conhecimento em meio à colonização de São João Batista é pensar principalmente na transmissão oral de tradições, em quem foram os transmissores e nos significados que essa prática peculiar em âmbito rural dava as vidas dessa população. Um povo que naquele momento estava praticamente isolado do mundo. O universo das crianças que viveram esse tempo sem escolas é permeado de saberes próprios, onde esses tiveram desde muito cedo que aprender técnicas e desenvolver meios de sobrevivência em uma realidade marcada pelo característico isolamento. Tais saberes estão repletos de significados que, ora se manifestam no trabalho voltado às atividades econômicas, ora aparecem nas celebrações religiosas, ora surgem nas diversões e, em boa parte do tempo, tudo se mistura ao misticismo tornando-se fatos, muitas vezes, indissociáveis. São essas características que marcam as narrativas do projeto *Memórias da Colônia*.

O ano de 1838 aparentava ser promissor na Colônia, mas logo, muitas das esperanças daquelas pessoas não se consolidaram, pois por desgrça, em março do referido ano uma grande inundação castiga a Colônia Nova Itália com o transbordamento do Rio Tijucas-Grande. Enchentes são episódios constantes na história local, sendo uma das maiores e que mais prejuízos causou aos batistenses, a ocorrida em 1961, ainda muito presente nas memórias das pessoas não só do distrito de Tigipió, mas de outras localidades. Sobre esse fato histórico, o aluno Caique Peixer no episódio IV: *O dia em que as águas subiram*, publicado na série jornalística *Memórias da Colônia* em 2020, nos relata:

O DIA EM QUE AS ÁGUAS SUBIRAM: Em uma noite, dia 1 de Novembro de 1961, as águas do rio Tijucas começaram a subir muito rápido pegando todos desprevenidos. As águas começaram a baixar um dia depois, no dia de finados, dois de novembro, um dia em que é comum todos irem aos cemitérios, porém devido ao ocorrido ninguém compareceu. Graças ao bom Deus, com todo esse estafeço, foram perdidos apenas bens materiais, ninguém veio a falecer e nem se machucar. Lembro-me de eu, Wilmar, sair junto com meu pai, Neném do Cuco, apressados para socorrer o João do Chico que estava ilhado. Era por volta da meia noite, sem energia elétrica, saímos com uma lamparina pelo rio de canoa, meu pai naquela escuridão sem ver quase nada, falou para o Neném do Cuco: - Estamos mortos, vamos bater no costão do cemitério. Neném, não se assusta, não estamos mortos não, é por causa da neblina que não conseguimos enxergar, já estou em cima da casa do João do Chico. Para conseguir salvá-lo, meu pai bateu com o remo no telhado quebrando-o e retirando João de dentro de casa. A força da enchente arrancou todas as pontes, inclusive onde passavam os caminhões carregados. Meu pai, Neném do Cuco, tinha uma pequena estufa, onde secavam tijolos, estava bem abastecida, mas com a enchente tudo foi destruído; muitas criações morreram afogadas: porcos, galinhas, apenas os nossos cavalos se salvaram, correram para os morros nos arredores. Quando tudo passou, fomos atrás e encontramos, a água

levou todas as plantações. Recuperamo-nos e a vida seguiu novamente, eu Wilmar, peço a Deus todos os dias para que isso não torne a ocorrer (Caique, 15 anos, aluno da 1º série do Ensino Médio, 22/05/2020).

De acordo com Maurici (2008, p.95), o dia 01 de novembro de 1961 foi quando toda a cidade ficou debaixo d'água, e como Caique deu a entender em seus relatos, “casas ficaram com água até o teto”. O aluno utilizou uma data histórica em sua narrativa e personagens conhecidos, o que segundo Cristiani Bereta da Silva (2018, p.80) é uma forma de situar experiências no tempo do calendário, no tempo crônico. Caique em seu texto rememora paisagens conhecidas suas, referenciais de outras enchentes que menos impactaram os moradores de Tigipió. Transcreveu parte de uma entrevista, que fez com um familiar, sobre uma enchente que é um marco considerado importante para muitas histórias de vida. Muitos dizem que essa certamente foi a maior enchente que aconteceu no município de São João Batista, apesar das inúmeras vezes em que o rio Tijucas transbordou. O personagem “Wilmar” da trama de Caique, por meio da memória do passado, da atenção do presente e na expectativa de um futuro sem enchentes na região, constitui uma história baseada em suas experiências. O entrevistado falou de si ao mesmo tempo em que falava de um acontecimento que considerava importante ser narrado para a pesquisa do aluno.

Ainda sobre os fatos do ano de 1838, na Colônia Nova Itália. Quando o prazo para demarcação e concessão do empreendimento de Demaria & Schutel por parte do governo provincial estava se esgotando, os sócios recorreram à prorrogação, o que aconteceu segundo Boiteux (1998) com a Lei nº 91 de 27 de abril de 1838. Dias antes, nas terras do Capitão Amorim fora criada a freguesia de São João Batista sob a administração do município de São Miguel. Em 1839, o Governo Imperial do Brasil lutava contra os revolucionários rio-grandenses⁵² em território catarinense. O governo geral ameaçado pelos rebeldes do Sul desinteressou-se de vez com a colonização, e as inundações causadas pela cheia do rio Tijucas, são fatores que acabavam contribuindo cada vez mais com o fracasso da Colônia Nova Itália. Nessa época, muitos colonos acabaram se retirando da região, e, além disso, naquele ano,

⁵² Segundo Gustavo Marangoni Costa (2006) a República Juliana, considerada um braço da Revolução Farroupilha e proclamada em território catarinense, oficializou-se a 24 de julho de 1839 e findou-se em 15 de novembro de 1839.

indígenas promoveram ataques onde acabaram mortos homens, mulheres e crianças de ambos os lados do conflito.

Os Carijó, indígenas Guarani, foram os principais prejudicados desde o início do povoamento europeu no litoral catarinense. Mudavam periodicamente os acampamentos de suas aldeias ao longo do rio Tijucas. De acordo com o Pe. Feler (2015), em meados de 1837 foram mortos imigrantes sardos, e outro ataque na Colônia Nova Itália se repetiu em janeiro de 1839, onde foram mortos três homens e cinco mulheres, imigrantes, sendo esse crime investigado imediatamente pelas autoridades locais. Os dois ataques e assassinatos foram atribuídos aos indígenas, que por muito tempo foram acusados por toda e qualquer morte ocasionada por ataques, e culpados ou não, pagaram com a própria vida na maioria das vezes. Para os ocupantes de áreas economicamente inseridas no mercado, a presença indígena significava um obstáculo a ser eliminado em nome do progresso, da expansão econômica e da civilização.

Apesar de tudo, o empreendimento contava ao final desse ano com dois engenhos de açúcar e três de farinha de mandioca (ver seção 4.1), além de duas serrarias. De acordo com Boiteux (1998, p.60), o administrador Luc Montadon era amigo e compadre do Capitão João de Amorim Pereira, os quais fizeram um “[...] acordo para impulsionar aquele privilegiado recanto da terra catarinense.”. Esse é o presente que se torna mola, instrumento, que potencializa narrativas no futuro que carregam certa devoção a esses antepassados. O aumento da produção e da circulação de mercadorias é traduzido em progresso, mas ao mesmo tempo em que isso fica em evidência na literatura, há o ocultamento de que esse mesmo progresso culminou em extermínio sistemático de nativos nas áreas de maior interesse econômico. Segundo Ecléa Bosi (1999, p.17), a dominação econômica agiu “[...] destruindo raízes, tornando os nativos estrangeiros em sua própria terra.”. É fato que a conquista colonial causou morte, mas é preciso se ater a evidência de que narrativas como a de Boiteux (1998) dificulta o reconhecimento de outros povos não europeus na construção dessa história. Escrever dessa forma sobre a colonização é agir tão brutalmente quanto ela própria, pois a apropriação dessa escrita, acaba suprimindo tradições de muitos sujeitos:

Se hoje se luta pela demarcação de territórios, pela autonomia cultural indígena, é porque não existe um todo social de que ele participaria, mas

uma sociedade dividida em antagonismos onde ele entraria fatalmente como presa (BOSI, E., 1999, p.17).

A escrita sob o pensamento europeu é tendenciosa quando aborda identidades. Pela lógica da autocontemplação, as diferenças podem ser tomadas como uma destituição de humanidade. De acordo com Santos (2020, p.36), se trata de pensar que aspectos como a cor da pele, “[...] não deve constituir critério para pensar as pessoas e grupos sociais de forma hierárquica ou estereotipada.”.

Em 1841, a Colônia contava com um aumento de população, e sem novas intempéries no ano que havia se passado, prosperaram novas (arroz e cereais) e velhas culturas. Incrementaram a criação de gado e progrediram com relação ao beneficiamento de madeira nativa. De acordo com Boiteux (1998), a Lei provincial nº 157, de 30 de abril de 1841, designou recursos para medição e demarcação de terrenos colonizados. Esses fatores evidenciavam prosperidade segundo as classes dominantes, pois houve avanço das atividades agrárias o que consequentemente geraria lucro, utilidade e bem-estar para a comunidade. Em 1842, segundo Boiteux (1998), com a Lei nº168 de 02 de maio, o município de São Miguel faz investimentos para a comunicação das terras da Colônia Nova Itália, agora com 29 famílias devidamente instaladas e em desenvolvimento, com o lugarejo de Três Riachos, para que se facilite a condução de produtos agrícolas com novos mercados. No ano seguinte, a ideia de um estabelecimento escolar⁵³ na região finalmente é possibilitada pela Lei nº181 de 29 de abril de 1843. No mesmo ano a Lei nº184, de 06 de maio de 1843, distribui valor para a implantação da primeira igreja da freguesia de São João Batista. As duas instituições não são implantadas imediatamente. Em 1844, Luc Montadon Boiteux, o administrador da Colônia Nova Itália, veio a falecer, mas antes disso, transforma uma terra inculta e selvagem em uma comunidade com utilidade para o progresso e para competição econômica. É essa a impressão que a historiografia de Lucas Boiteux quer passar ao leitor, lembrando das circunstâncias e do local de fala do autor já mencionados nesse trabalho (ver seção 3.1). É uma imagem construída e que não esbarra em contraditórios ao analisarmos outras fontes. O escritor expressa romantismo e admiração ao escrever sobre o avô:

⁵³ Das primeiras escolas instaladas na freguesia de São João Batista a partir da segunda metade do século XIX sob a tutela do Estado, nenhuma ficava nas localidades que formam o distrito de Tigipió.

A 29 de março de 1844, salteado por insidiosa enfermidade, consequência de uma picada de inseto venenoso, e que zombou dos carinhos de uma dedicada esposa e dos extremos cuidados do seu médico assistente, compadre e amigo, dr. Henrique Schutel, falecia na capital da província [...] o incansável e probo administrador da colônia Nova Itália, Lucas Boiteux, deixando esposa e quatro filhos menores. Contava 46 anos de idade (BOITEUX, 1998, p.69).

A serviço do IHGSC cabia ao almirante immortalizar os feitos memoráveis de um grande homem, coletar e publicar documentos relevantes, incentivar o estudo sobre a sua obra mantendo relações com seus congêneres, propagando e eternizando esse passado. Nota-se que essa insistência contribuiu para dar continuidade a uma única perspectiva, que por tradição acompanha a formação histórica da cidade, uma história que incorpora três raças⁵⁴, dando predominância para a europeia, sobretudo italiana. O racismo, que remonta à colonização, segundo Carina Santiago dos Santos (2020), tem bases em espaços de poder e dominação, ocupados por descendentes de imigrantes europeus, como o IHGSC do início do século XX. Autores membros do instituto hierarquizaram a população em seus escritos, que ainda impactam grupos não brancos, por meio da violência discursiva. Lucas Boiteux escreveu suas histórias de maneira a fazê-las convergir rumo a um centro comum ou à unidade de uma história nacional, preocupações alheias aos autores das produções resultantes do projeto *Memórias da Colônia*.

A família de Luc Montadon Boiteux ainda residiu na fazenda Boa Vista por mais dez anos até se transferir em definitivo para a cidade de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis. Com a morte do administrador, os empreendedores Carlo Demaria e Henrique Schutel entregaram a direção da Colônia ao Capitão Amorim. Os colonos passam a submeter-se à legislação municipal de São Miguel e sem a presença de Luc Montadon passam a aparecer novas complicações com os empreendedores. Situações litigiosas também passam a ocorrer entre a firma Demaria & Schutel e o governo provincial:

[...] com a criação de outros núcleos coloniais e à falta de levantamentos topográficos, perfeitos, da região, começou o governo provincial a se

⁵⁴ Habitualmente se usa o termo *raça* para se falar do grupo étnico a qual pertencemos a partir de características físicas. Durante o processo de colonização iniciado pelos europeus na Idade Média, foi criada a terminologia para justificar a subjugação de sujeitos considerados inferiores, africanos e indígenas. Segundo SANTOS (2020) classificar o ser humano em raças é contribuir com a teoria racista onde, quanto mais clara a pele, mais evoluído seria o grupo racial. O racismo acontece quando alguém acredita que é superior aos demais pelo fato de ter pele clara, discriminando o sujeito que é “diferente”.

apossar, indevidamente, de terras que alcançavam e invadiam as raias da colônia Nova-Itália, afim de localizar novos povoadores (BOITEUX, 1998, p.73).

Devido a esses atritos, o então presidente da província de Santa Catarina, o Marechal Antero José Ferreira de Brito⁵⁵, arbitrariamente passa a considerar as terras da Colônia Nova Itália, devolutas, no dia 03 de maio de 1846. A Colônia passa a se chamar D. Afonso em homenagem ao primeiro filho homem de D. Pedro II. Os sócios Carlo Demaria e Henrique Schutel são indenizados em separado em 10 de julho do mesmo ano:

- 1º- Duas mil e novecentas (2900) braças de frente com três mil (3000) de fundos no rio Tijucas-Grande, da parte sul ou margem direita;
- 2º- Meia sorte daquelas terras em que estavam colocados os engenhos de farinha e cana, dentro das terras da colônia, que vem a ser duzentas mil (200000) braças quadradas;
- 3º Metade da primeira concessão feita em 1836, para o estabelecimento dos primeiros colonos, isto é, duzentas mil (200.000) braças quadradas (BOITEUX, 1998, p.73)⁵⁶.

Segundo Lucas Boiteux (1998, p.73), em seu relatório ao seu substituto legal em 1848, o Marechal se manifesta a respeito da colônia:

Atualmente existe em bom pé a colônia Príncipe D. Afonso, de quem eram empresários Demaria & Schutel; contestações renhidas, havidas entre empresários e colonos, puseram em perigo a sua existência; por fim, está tudo de acordo; liquidaram suas contas; a colônia está administrada pelo cidadão João de Amorim Pereira e bem situada à margem do rio Tijucas-Grande; e, sendo ela composta por súditos sardos, acha-se aumentada por brasileiros. Os primeiros que se acham no Brasil desde 1836, já deviam ter sido considerados cidadãos brasileiros (BOITEUX, 1998, p.73 - 74).

E foi o fim da Colônia Nova Itália. O governo da província então formalmente em 15 de junho de 1846 instrui o Capitão João de Amorim Pereira, agora inspetor da agora Colônia do príncipe Imperial D. Afonso com relação à sua administração:

- [...]1º - Não tomará por ora conhecimento algum do terreno entre os limites da Scheridan e o Ribeirão da Boa Esperança, ainda que esteja compreendido no Distrito da Colônia.
- 2º - Procurará com negligência colonos tanto nacionais como estrangeiros pelos quais poderá logo distribuir as sortes na forma do Artigo 2º da Lei

⁵⁵ Militar, natural de Porto Alegre/RS. Presidente das Províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, no século XIX. Barão de Tramandaí. Ministro da Guerra e Ministro interino da Marinha, entre outras importantes funções exercidas (MEMORIA POLITICA, 2019).

⁵⁶ Parte do termo passado pela Secretaria do governo provincial, a 14 de julho de 1846 aos indenizados.

nº49, tanto acima do dito Ribeirão da Boa Esperança, como no Ribeirão do Braço, logo acima de Pedro José.

3º - As sortes de terras terão em ambos os Ribeirões, as frentes para eles e os fundos para a Serra, que as divide.

4º - As sortes e seus limites mais ou menos serão indicados pelo Snr. Inspetor para se passar depois o componente título.

5º - O Snr. Inspetor não consentirá que indivíduo algum se estabeleça no Distrito da Colônia sem consentimento seu.

Palácio do Governo de Santa Catarina, 15 de junho de 1846. Antero José Ferreira de Brito [...] (MAURICI, 2008, p.69).

A agora Colônia D. Afonso continuou fazendo parte da freguesia de São João Batista, mas não possuindo regime especial de colônia e regendo-se pelas leis comuns. Seus habitantes eram católicos e conviviam com nativos do país, cujos costumes em pouco tempo adotaram. A respeito da relação amistosa entre os indígenas, agora colonizados, e a comunidade branca pode-se dialogar sobre o que Marilena Chauí (2006, p.63-64) chama de teoria do direito natural, partindo da ideia de que Deus, por meio do catolicismo, ordenaria, “hierarquicamente os seres segundo a sua perfeição e grau de poder, determinando as obrigações de mando e obediência entre esses graus, em que o superior naturalmente comanda e subordina o inferior, o qual também naturalmente lhe deve obediência”.

Ainda sobre essa teoria, aquele que representa a vontade de Deus, conforme o direito natural deveria manter a harmonia na vida em sociedade. A catequização do indígena, o incorpora a convivência com o colonizador, pois dotado de razão e vontade, entende o significado do bem e do mal, do certo e do errado, do justo e do injusto, o que fundamenta uma sociedade, tornando nativos e caboclos seres sociais. Segundo os conquistadores, em seu estado selvagem, o indígena não poderia ser visto como sujeito de direito. A partir da data de nomeação do núcleo colonial como Colônia D. Afonso, nas fontes e referências não encontrei narrativas que exaltem conflitos étnicos na localidade, o Pe. Feler (2015) descreve um último acontecido em 1847, na ainda Colônia Nova Itália.

De acordo com Darci de Brito Maurici (2008), a Lei provincial nº 464 de 1859, constitui o Município de São Sebastião de Tijucas, com isso a sede da Villa de Porto Belo passa para o novo município, e a exemplo de Porto Belo, a freguesia de São João Batista é incorporada a Tijucas. A transferência de São João Batista para Tijucas se deu por meio da Lei nº 866 de 1880, fixando como limites da freguesia: “[...] a leste – o ribeirão do Moura e seus afluentes, à margem esquerda do Tijucas e na margem direita do mesmo, o ribeirão da Dona e seus afluentes; a oeste o mesmo

Rio Tijucas e seus afluentes.” (MAURICI, 2008, p.82). Com o crescimento populacional, ainda no tempo do Império, a freguesia que já fora um arraial erguido em torno de uma capela, prosperava sob a tutela do Estado, na forma de Juizado de Paz, Delegados e Juízes de Órfãos e Ausentes, e sob a tutela da Igreja, representada pelo Vigário. O que se sabe além dos relatos de Lucas Boiteux sobre a freguesia de São João Batista, é fruto de pesquisas em documentos produzidos por homens que fizeram parte de uma estrutura civil não separada de uma estrutura eclesiástica. O pároco era funcionário do Imperador, as freguesias eram subordinadas às vilas, portanto, registrava-se aquilo que era pertinente às intenções de se preservar documentado sobre aquele passado. São João Batista se tornaria município quase um século depois, no dia 19 de julho de 1958, com a sua emancipação política em relação a Tijucas.

Em comunidades mais distantes dos grandes centros urbanos, a autoridade e controle comunitário do pároco, e dos padres de maneira geral é algo muito eminente quando se trata de tradições transmitidas pela oralidade. Mesmo após a instituição da separação entre a Igreja e o Estado com a proclamação da República brasileira em 1889, histórias como a do aluno Marco Aurélio Zunino Silveira no episódio XII: *Cuidado com as pedras!*, publicado na série jornalística *Memórias da Colônia* em 2019, eram muito comuns de acontecerem:

CUIDADO COM AS PEDRAS!: Amanheceu, logo no café da manhã a fofoca rolava a solta. Cidade pequena é assim, de boca em boca as notícias se espalham. A nova dessa vez era que a vaca do cumpade Jorge fora roubada. O mistério percorria pelas ruas da Colônia, onde a curiosidade de saber quem tivera a coragem de cometer tal atrocidade era grande. A única certeza era a de que o padre Zé sabia, pois, em confissão, o culpado se entregaria, mas, pelas regras da igreja, o padre não poderia simplesmente denunciar o culpado. Portanto, teve uma ideia... No domingo de manhã, na missa, a Colônia inteira participava. Ao final da missa o padre pegou uma pedra na mão e começou a andar no meio do povo, falando sobre o ocorrido. Todos olhavam atentamente para o padre, até que ele levantou a pedra e gritou: - Em nome de Jesus Cristo, jogarei esta pedra que cairá na cabeça do culpado! O padre deu o primeiro impulso. De repente, de longe, dona Joana gritou: - Corre João, que lá vem pedrada! O silêncio tomou conta do recinto, o padre baixou a pedra, todos haviam descoberto o ladrão. No dia seguinte, a casa de dona Joana e de seu João estava vazia, haviam partido dali. Seu Jorge ficou sem a vaca, mas logo tudo voltou ao normal. A história, entretanto, nunca foi esquecida (Marco, 16 anos, aluno da 2º série do Ensino Médio, 15/11/2019).

O sacramento católico da confissão pode ser um mecanismo utilizado para que as autoridades eclesiásticas saibam e tenham controle sobre os “pecados” e

sobre os fiéis de uma comunidade, uma tradição medieval europeia trazida pela imigração ao território brasileiro. Segundo crenças cristãs, pecar e não se arrepender, é motivo para que alguém seja condenado ao inferno, um lugar de condenação e grande sofrimento para a alma do indivíduo após a morte. Nos tempos da Colônia, o ladrão muitas vezes procurava um padre e confessava seus atos. Mesmo sabendo o sacerdote que entregar um meliante publicamente iria contra os princípios morais e éticos da Igreja. Marco Aurélio nos apresenta uma das tantas possíveis soluções para o impasse.

Ainda sobre as responsabilidades paroquiais católicas nas vilas e colônias até o século XIX, segundo Reznik (2010, p.108), “[...] documentos com registros religiosos de batismo, óbito e casamentos possibilitam refletir sobre critérios de identificação e hierarquização dos grupos sociais.”, isso devido ao fato de no período imperial brasileiro existir a união entre os poderes secular e espiritual. Aos párocos eram delegadas uma série de funções civis que praticamente os integraram ao funcionalismo público, ao mesmo tempo em que lhes davam uma considerável influência política sobre as comunidades em que atuavam.

Nesse capítulo, apresentei a colonização, por meio da versão considerada oficial sobre os acontecimentos nas terras que passaram a fazer parte do município de São João Batista. Junto às memórias do distrito de Tigipió e de registros documentais datados no período imperial, constatee escolhas e silenciamentos, amnésias promovidas intencionalmente, que ao longo do tempo promoveram a disseminação de uma história que só tem uma única versão. Nesse contexto, São João Batista, um município com nome divino, conserva uma história de fundação ligada a planos espirituais que, portanto, é protegido, o que segundo Chauí (2006) garante imortalidade aos sujeitos que realizam feitos dignos de serem lembrados. Uma escrita que segue um determinado fim que lhe dá sentido e orienta sua direção.

Na historiografia sobre São João Batista, o ocultamento de sujeitos fica evidente, as esposas, inclusive dos que recebem protagonismo nas narrativas não tem seus nomes revelados e nem de seus filhos, evidência de uma sociedade patriarcal. Devemos considerar o fato de que os autores reproduzem em seus textos sistemas e valores sociais e culturais por ele vividos e que apesar da distância temporal entre a escrita e o tempo que é narrado, as temporalidades coexistem, indicando permanências. Lucas Boiteux, por exemplo, negocia valores, inverte situações se baseando em referências hierárquicas de gênero de seu próprio tempo.

Como amostra, podemos destacar com relação a essa afirmativa, quando o historiador neotrentino trata de eventos posteriores a morte do administrador. Mesmo sendo sua avó, o nome de Marie Magdalene Anastasie Bouquet⁵⁷, esposa do administrador da Colônia Nova Itália, onde viveu inclusive após se tornar viúva por mais dez anos com seus quatro filhos, não é mencionado:

A viúva, chorando a perda de seu arrimo, não esmoreceu, não fraquejou. A heroica parisiense, naquele transe, manifestou-se o tipo da matrona, cujo perfil moral nos deixou Goethe nestas linhas: “Reconhece-se uma mulher de merecimento por este sinal que, se o marido desaparecesse, ela poderia ser o pai de seus filhos”. Voltou para seu sítio, “que amava tanto”; e ali, cercada da estima, do respeito e da consideração daquela boa gente, que, com ela, pranteava a falta do ente caro e do administrador amigo e conselheiro, dez anos ainda mourejou (BOITEUX, 1998, p.69).

No texto há evidências do patriarcalismo, o autor faz parte de um passado em que a sociedade estruturada segundo o poder do pai fica perceptível, por exemplo, quando os colonos sardos são relacionados e inclusive quando esses são tratados como braços para o trabalho. “Antônio Alerto, casado, com 8 pessoas da família; Antônio Caviglia, casado, com 4 pessoas da família; Antônio Montado, casado com 2 pessoas da família;” (BOITEUX, 1998, p. 37), assim são dispostos os tripulantes da nau genovesa que veio para Santa Catarina em 1836. Os nomes das esposas e dos agregados estão irrelevantes, nesses registros, o que reforça a figura do pai, como senhor e chefe, cuja vontade pessoal é como se fosse uma lei. Na verdade, essa ocultação se estende as esposas de todos os imigrantes sardos citados no livro.

Um dos sacramentos do catolicismo, o matrimônio, sempre foi acompanhado de tradições levadas muito à risca pelos devotos de toda comunidade colonial. Os papéis do marido e da mulher no casamento, influenciados pelo machismo e pelo patriarcalismo eram muito bem definidos e por isso, tradições relacionadas aos casamentos, muito marcantes na memória de muitas pessoas do distrito de Tigipió. No episódio V: *A Tradição dos casamentos*, publicado na série jornalística *Memórias da Colônia* em 2019, de autoria da aluna Jamily Vargas, pode-se observar como a questão do luto da mulher poderia ser tratada como uma espécie de penitência:

⁵⁷ Marie Magdalene Anastasie Bouquet, francesa nascida em 1810 em Paris, esposa de Luc Montadon Boiteux, mãe de Henrique Carlos Boiteux; Eugenio Boiteux; Maria Luisa Boiteux e Maria Adelaide Boiteux (GENI, 2019).

A TRADIÇÃO DOS CASAMENTOS: Durante uma tarde de verão, estavam as duas moças, vizinhas, sentadas na varanda, enquanto uma delas contava que dali uma semana iria se casar com seu amor, pois haviam acabado de marcar a data. Todos os preparativos estavam sendo feitos, incluindo o véu e o vestido. O véu da noiva fora todo bordado com barba-de-velho e o vestido era todo rendado, tudo seguindo uma tradição antiga. Ao chegar o dia do casório, todos acordaram cedo e foram para a igreja onde aconteceria a cerimônia. O padre, porém, desde o início deixara claro que não estava contente com aquele casamento, pois sentia que algo de ruim iria acontecer. Logo que a cerimônia se concluiu, já era visível os olhares e comentários maldosos das pessoas dizendo que o casamento não iria durar. Com o passar do tempo, as coisas entre eles foram ficando difíceis. O marido passava o dia fora trabalhando na lavoura, enquanto a mulher cuidava do serviço da casa e dos filhos. Remédios caseiros, como uma mistura de cachaça, café e farelo de fubá, eram as opções que existiam para curar o estresse e também a depressão. Passado alguns anos, seu marido veio a falecer, o que abalou muito a jovem, que agora ficaria de luto pelo resto da sua vida, pois fazia parte dos costumes locais. Jovem, viúva, sozinha no mundo, agora teria que arcar com todas as responsabilidades domésticas que já possuía, somadas ao fato de agora ter de prover o sustento para a família. Não se casaria novamente, pois ia contra os costumes da época. Estava condenada a levar uma vida de luto e sofrimento. Tempos mais tarde, seus dois filhos foram crescendo e puderam ajudar em casa e com o passar dos anos, tudo foi se ajeitando, mas a vida era difícil. Assim era a realidade de muitas mulheres que perdiam seus maridos e, por causa dos costumes e preconceitos da sociedade, levavam uma vida de sofrimento e luto eterno pelo resto de seus dias (Jamily, 17 anos, aluna da 3º série do Ensino Médio, 27/09/2019).

Viúvas jovens preferiam ficar perto da igreja, do local de sepultamento do marido. Representando serem mulheres isentas de vontade própria, que com o luto passavam a cumprir estritamente seus deveres domésticos, restringindo a sua vida ao lar e a religião. Quando tratamos da inversão dos papéis, geralmente o homem viúvo e principalmente com filhos, buscava uma nova companheira, jovem e com vigor para assumir os afazeres domésticos e a maternidade.

Ainda sobre os registros historiográficos, há outras indagações a se destacar, sobre os colonos que partiram da Ligúria para Santa Catarina em 1836. A primeira curiosidade seria sobre os motivos que teriam levado somente 132 a se instalarem na Colônia Nova Itália, já que todos foram trazidos pelas naus de Carlo Demaria para o empreendimento. Outra situação seria que independente de sexo, seria 186 o total de imigrantes mencionados por Lucas Boiteux, mas se fizermos a contagem pela relação de tripulantes disponível nas fontes pesquisadas, o número seria menor, o que causa estranhamento. Existiriam erros ou falhas nos documentos consultados pelos autores? Seriam os demais colonizadores não europeus?

Além disso, é comum o uso do termo ítalo-brasileiro em narrativas que caracterizam esses colonos como uma forma de ocultamento de outros grupos

humanos não brancos. Essa estratégia tira de alguns sujeitos dessa história a condição de indivíduo, desqualificando e inferiorizando participações caboclas e indígenas na construção desse passado. O termo brasileiro, ligado à ideia de miscigenação, muito presente no imaginário social, também é utilizado para ocultar a diversidade cultural e para diferenciar o indígena integrado a convivência com o europeu, daqueles que ainda viviam em seu estado natural.

Na historiografia de São João Batista, negro é sinônimo de escravo ou está relacionado à escravidão nos relatos, indígena é bugre, o que demonstra a influência do darwinismo social e de uma sociedade brasileira escravista. Segundo Alfredo Bosi (1992) a condição colonial ergueu uma barreira contra a universalização do ser humano, o que não é exclusivo às narrativas de Lucas Boiteux, mas também nas do viajante Robert Christian Avé-Lallemant e na grande maioria das referências utilizadas nesse trabalho. Sobre os negros, os afrodescendentes ou afro-brasileiros/as, nos textos são ocultados como sujeitos, fazendo com que fique difícil até de se constatar algumas vezes se eram escravizados/as ou libertos, quando são citados simplesmente como negros. Segundo Maurici (2008), em 1840 já havia registros de pelo menos 190 pessoas de descendência ou origem africana, escravizados/as. Nos relatos do viajante Robert é evidente nos trechos, “contaram-me que há uns oito anos na sua propriedade de Boa Vista três negros foram mortos pelos índios.” (AVÉ-LALLEMENT, 1980, p.138), e “Um negro velho exerceu as funções de caronte e conduziu-me descendo o rio que rolava em seu curso entre os altos barrancos.” (AVÉ-LALLEMENT, 1980, p.148), dentre outros. É evidente que há a perspectiva do colonizador nas narrativas, onde os negros historicamente são colocados como inferiores e vistos como menos importantes na construção histórica.

A professora Darci Maurici de Brito, em seu livro *São João Baptista do Alto Tijucas Grande: 1834 – Do Arraial do Capitão Amorim à capital catarinense do calçado*, publicado em 2008, apesar do distanciamento temporal entre as publicações já mencionadas, ainda usa dessa visão colonial e racista em trechos de sua pesquisa, que segundo a própria autora tem o “[...] objetivo de apresentar um estudo sobre o município de São João Batista desde a sua origem até hoje e também preservar a memória [...]” (MAURICI, 2008, pg.3). Seus relatos históricos engessam apenas recortes temporais baseados em referências, como os escritos de Lucas Boiteux, desconsiderando tratar os textos como fontes históricas com a possibilidade de problematização. Por exemplo, no início do capítulo III: *Escravos*

em São João Batista, a autora menciona a presença de várias pessoas negras na região, mas se atém a descrever sobre a posse sobre eles e sobre negociações sobre essas propriedades. Por isso, é importante, que na atual conjuntura social, se questione as desigualdades raciais e que, concordando com Santos (2020, p.18), se apresente a população “[...] de origem africana para além da escravidão, humanizando e evidenciando modos de vida estruturados a partir de necessidades diversas de resistir e existir ao sistema [...]” colonial. As obras escritas, publicadas, e divulgadas para contar a história do município, não expõem menções a essas pessoas sob outras perspectivas. Outra constatação durante a produção desse trabalho foi, a de que, provavelmente devido aos atuais moradores do distrito de Tigipió serem majoritariamente caucasianos, nos relatos que coletamos junto à comunidade, a presença desse passado ligado à escravização é desconhecida. Esses sujeitos que participaram da construção do município acabaram caindo no esquecimento popular. Segundo Santos (2020), a branquitude é um espaço de privilégio, e pela ausência de debates sobre as relações sociais em ambientes como o escolar, muitos descendentes de europeus acabam colocando todos que não são iguais a si na condição de “minoría”. Afrodescendentes historicamente estão distanciados de narrativas que envolvam poder e riqueza, os resumindo em textos que envolvam escravidão. Na pesquisa, não encontramos fontes que possibilitassem pensar a participação de populações de origem africana na história de São João Batista do século XIX, o que dificultou que fossem percebidas e visibilizadas experiências dessa população para além do estigma de objeto.

Ainda sobre a escrita dessa história, quando tratando dos povos colonizados, é em seus primórdios uma escrita “terceirizada”, feita por pessoas que não consideram registros dos povos originários (constantemente nomeando-os como silvícolas, selvagens e bugres) como possibilidades de narrar esses e outros passados:

Iniciava a Colônia Nova Itália os seus primeiros passos, sob discretos augúrios, quando inesperadamente, sofreu um cruel assalto dos temíveis Bugres [...]. Esse doloroso sucesso, em que perderam a vida vários povoadores, abalou profundamente aquela pobre gente, que passou a viver sob constante alerta e a chorar a perda irreparável de entes caros, estupidamente imolados pela fúria sanguinária dos selvagens (BOITEUX, 1998, p.43).

Os bugres fizeram uma incursão no distrito. O subdelegado pediu providência ao governo para repelir e afugentar os selvícolas. [...] Por conta desses constantes ataques dos bugres aos colonos, surgiram os batedores de mato, os bugreiros que eram às vezes pagos pelo governo ou mesmo pelos donos das fazendas (MAURICI, 2008, p.19).

Sob o entendimento do colonizador europeu, há a subordinação dos povos indígenas, por motivos como a inocência, a ignorância e a falta de crença cristã, por atribuição dos que invadiam e tomavam suas terras. Os povos considerados inferiores deveriam se submeter às vontades dos superiores, que com plena razão e por possuírem bens necessários à vida e racionalidade decretavam quem era sujeito de direito naquela sociedade, naquelas terras. É justamente essa naturalização de perspectiva que se refere aos pontos cegos das narrativas históricas, legitimados por modelos de interpretação partilhados em sociedade.

A inferioridade dos indígenas é posta como natural, desde os séculos XVI e XVII os europeus referem-se a eles como se fossem parte de uma só “nação”. De acordo com Chauí (2006, p.65), os chamados “índios” desde Cristóvão Colombo seriam “[...] um agrupamento de gente com descendência comum, mas que não possui estatuto civil ou legal [...], dizem os navegantes e colonizadores, são gente “sem fé, sem lei e sem rei”. Nessas condições, estão naturalmente subordinados e sob o poder do conquistador.”. Os indígenas, povos culturalmente constituídos, ao que tudo indica, não pensavam como os colonizadores, e usaram da sua própria vontade e recusaram a dominação, e por isso os conflitos étnicos na região. Em nenhum momento a historiografia, sobre a localidade analisada como fonte nesse trabalho, trata desses fatores.

Indígenas Guarani ocuparam por muito tempo as terras do hoje distrito de Tigipió, e, portanto, fazem parte da história da comunidade. Na atualidade, indígenas Mbyá-Guarani residentes na aldeia V'ya, na localidade de Águas Claras, em Major Gercino, representam esse passado. Durante a minha pesquisa, dois irmãos, residentes nessa aldeia, participaram das atividades escolares do projeto e expuseram em alguns momentos algumas experiências e percepções oriundas de sua cultura sobre a convivência com os locais e sobre conhecimentos que comungam com esses moradores. A aluna Etna Majory Vieira, no texto do episódio XVIII: *Algo estranho na aldeia*, publicado na série jornalística *Memórias da Colônia* em 2020, nos conta um pouco sobre como as histórias sobre a colonização também fazem parte do cotidiano da aldeia:

ALGO ESTRANHO NA ALDEIA: Há muito tempo atrás, um colonizador construiu sua casa em um lote bem isolado, em meio à mata e fora dos limites da Colônia Nova Itália. Esse homem viveu ali por muitos anos junto de sua família, mas acabou ficando sozinho e vivendo em isolamento. Envelhecido, escolheu um gato branco como companhia em seus últimos anos nesse mundo. O homem viveu e morreu algum tempo sem ter por perto outras pessoas. Sua casa, construída quando de sua chegada, resistia ao tempo, e quando de sua morte ficou abandonada por muitos anos e mesmo assim, permanecendo em bom estado. Passados alguns anos, uma aldeia indígena se instalou nessas terras, agora devolutas. Os indígenas guaranis, chamados de carijós pelos colonos, sempre estiveram na região, sendo um povo originário da localidade, de tempos anteriores à chegada dos europeus. O aldeamento Guarani, chamado Teko'a Vya, aproveitou muito bem essas terras, inclusive resolvendo não demolir a casa antiga do solitário homem. Nos anos que seguiram ao assentamento indígena, toda vez que anoitecia algo estranho acontecia, o que chamava a atenção dos que viviam ali. Diziam que ao se passar próximo a construção colonial, que se ouviam passos, como se alguém estivesse caminhando por ali, mas ninguém via nada. Certa vez, um indígena muito curioso resolveu passar a noite ali para tentar descobrir o que era, então, resolveu ficar esperando o anoitecer e foi para perto da construção. Acampou por lá e ficou, mas como estava cansado acabou dormindo. Assustado, no meio da noite acordou e logo viu algo estranho nos arredores de seu acampamento. Um velho homem passava carregando uma mala, ele perguntava sobre seu gato branco. O indígena surpreso por aquele vulto que lhe parecia tão real, sem pestanejar respondeu que não havia nenhum gato por ali. Então, o senhor que perambulava se foi e nunca mais foi visto ou ouvido pelos indígenas. Hoje os indígenas ainda aldeados na região, utilizam esta casa, que um dia fora do colono, como uma pequena escola para educação dos pequeninos curumins (Etna, 17 anos, aluna da 3º série do Ensino Médio, 28/08/2020).

Parte das terras demarcadas em favor dos Guarani, na atualidade, fizeram parte das terras definidas a favor do Núcleo Colonial Nova Itália. Essas foram adquiridas em 2007 com recursos advindos do convênio entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) devido à duplicação da BR-101, trecho Palhoça-Osório. Os MbyáGuarani estão aldeados na região desde 2009, sendo que anteriormente moravam na aldeia Itaty, no Morro dos Cavalos, em Palhoça, também em Santa Catarina. Etna, no texto, nos fala da casa que é usada para a educação indígena atualmente, e que no passado, haveria de ter sido de uma família de colonos.

Mulheres, negros e indígenas, dentre outros silenciados, precisam ser vistos por quem constrói as narrativas históricas. Dessa forma, e ante o evidente protagonismo e importância desses atores em nosso processo histórico, quem tem compromisso com a História, tem o dever de seguir revisitando a escrita dela até que as marcas de uma sociedade colonial escravista sejam transpostas. Diferenças e

assimetrias não devem ser tratadas como desigualdades que reforcem relações de mando-obediência, pois o outro será o esquecido, aquele sem o reconhecimento de ser um sujeito de direito e participante na construção da História.

A historiografia de São João Batista, como destaquei, conserva ainda sinais de uma sociedade colonial marcada pela estrutura hierárquica do espaço social. À guisa de conclusão desse capítulo, gostaria de insistir sobre a importância da incursão à essa escrita para minha pesquisa, pois foi uma das motivações e ponto de partida para o desenvolvimento e construção de uma nova história. A colonialidade imposta pela escrita nas fontes que mostrei, expõe interferências na vivência cotidiana e na formação das pessoas. Concordando com Karla Andrezza Vieira Vargas (2016, p.57), apresentá-la aos estudantes de forma reflexiva, inclinou-os a pensar sobre “[...] fatores de identificação e classificação social e a maneira como podem interferir no processo de construção da subjetividade dos sujeitos, com efeitos nos modos de ser, de pensar e de agir.”. Uma (re) leitura sobre as origens do município, junto aos estudantes, aproximou e implicou no enaltecimento de valores não só italianos, aproximando-os de elementos culturais, sociais e políticos diversos.

Passamos agora a um estudo complementar sobre as tradições do distrito de Tigipió, aprimorando o exercício crítico de reflexão contribuindo com o processo de desconstrução sobre algumas das produções de natureza historiográfica, já mencionadas nesse trabalho.

4.2 FARINHA DE MANDIOCA COLONIAL: A INVENÇÃO DE UMA TRADIÇÃO

Uma tradição é um elemento cultural presente entre os costumes, nos afazeres que é herança do passado. Quando falamos em farinha de mandioca para qualquer morador de São João Batista, a memória remete ao distrito de Tigipió, pois na boca do povo batistense é lá que é produzida a melhor farinha do Brasil. E essa tradição de produzir farinha com a mandioca possui muito valor, é algo enraizado nos costumes da comunidade e vantajoso, pois tem relação com uma prática que já foi muito eficaz no passado.

Os colonos mal chegados à região em 1836 foram imediatamente orientados a construir seus engenhos para a produção de farinha e, segundo Lucas Boiteux (1998), três anos depois já contavam com três produzindo. Apesar de muitos dos europeus desprezarem essa cultura, chamando o produto de farinha de pau e até

considerando aquilo como comida de animais, subitamente começam a compreender que aquela mandioca, tão desprezada era justamente o produto mais lucrativo e de mais seguro comércio. Além do consumo interno e interprovincial (principalmente para províncias do norte devido às secas no século XIX), ainda existia uma expansão comercial pelo continente americano.

Estrangeiros acostumavam-se tão bem à mandioca que, de várias maneiras, a apreciavam na culinária. A mandioca era um dos produtos mais remunerados que provinham das colônias como a Nova Itália, além de poder ser produzida em áreas de plantio onde outras culturas produziram pouco, rendendo até dez vezes mais que um plantio de milho na mesma área, geralmente montanhosa. Mas o rendimento maior mesmo era após a construção pelo colono de um engenho próprio, pois assim o lucro praticamente dobrava. Essa visão empreendedora europeia pode ser facilmente deslumbrada nos textos do almirante Lucas Alexandre Boiteux.

Muitas ideias que vinham com os colonos de seus países de origem aqui no Brasil eram inúteis perante a realidade em que se encontravam ao chegar, por isso a perspicácia cabia a alguém que lhes acompanhava em meio a esses empreendimentos. Dizia-se que imitavam os brasileiros, mas quem eram esses brasileiros? Os colonos apesar de estarem sujeitos a alguns danos devido a formigas e lagartas ou até aos acarretados pelo granizo, muito comum no sul do país, mantinham a cultura da mandioca como a principal da Colônia.

As fontes historiográficas que reuni para análise e que mencionam esses engenhos de farinha de mandioca não dão ênfase nem a produção e muito menos as origens culturais do produto agrícola que até os dias atuais corresponde à atividade econômica mais comum do distrito de Tigipió e, portanto, uma tradição que acompanhou as mudanças causadas pelo liberalismo e pelo individualismo. Uma tradição que foi forjada pelos colonos para atender as mudanças sociais e por isso, faz parte da memória dos estudantes da EEB Profa. Lídia Leal Gomes e de toda a comunidade. Durante a leitura do *Inventário de Tradições orais do distrito de Tigipió* (APÊNDICE C), o leitor encontrará textos como o de autoria do aluno Luiz Henrique Zeitz Wisenteiner, o episódio XI: *Engenho de farinha*, publicado na série jornalística *Memórias da Colônia* em 2020 exaltando essa tradição:

ENGENHO DE FARINHA: Na década de 1940 um homem esperançoso, José, junto a sua família se muda para uma comunidade do interior, chamada Veada. Lá ele comprou um pequeno engenho de farinha, porém,

nessa época era muito difícil achar quem cultivasse a matéria prima, o aipim, então, ele, junto de seus filhos, cultivava e fazia a farinha, enquanto a mulher cuidava dos afazeres da casa. O dia se tornava curto comparado ao serviço que era extenso, a família estava aos apuros, pois era inverno e tornava-se cada vez mais difícil trabalhar e seus recursos estavam escassos. Com tanto estresse e pressão, José acabou por adoecer, o engenho teve que parar. José infelizmente não resistiu e veio a óbito. Em meio a toda essa desgraça, Carmo, seu filho mais velho, assumiu o engenho e contou com a ajuda de seus irmãos para seguir com o trabalho. O negócio familiar esteve perto da falência, mas o engenho conseguiu se reerguer e cada vez mais se tornou próspero. Os anos se passaram, Carmo se casou e passou a tocar o engenho com sua família, o engenho sempre foi simples, movido por uma roda d'água, sem energia elétrica, já que essa tecnologia chegou anos depois na comunidade. Tiravam seu sustento da agricultura e dos animais criados para alimentação. O engenho continuou próspero por muitos anos, garantindo o sustento da família e a criação dos filhos. As crianças cresceram, porém, não conseguiram dar continuidade ao engenho que foi acabando aos poucos e hoje não passa de ruínas. (Luiz, 16 anos, aluno da 2º série do Ensino Médio, 10/07/2020).

Como já citei no capítulo anterior, os chamados brasileiros provavelmente acompanhavam os imigrantes sardos, pois tinham conhecimento sobre o processo de colonizar e sobre abrir caminhos em meio às florestas da região. Conheciam o plantio de cana de açúcar, da mandioca, sobre a escolha de madeiras de lei e sobre os nativos Guarani, povo indígena que habitava a região. Esses caboclos foram cruciais para a sobrevivência dos empreendimentos coloniais durante o Período Imperial do Brasil e dos próprios colonizadores, mas a historiografia oficial não os trata como sujeitos e, portanto, ocultando sua presença em meio a essas construções históricas e culturais.

Ainda sobre a mandioca, durante a pesquisa constatee em meio às narrativas que a maioria das pessoas entrevistadas associa a sua cultura a uma tradição de origem europeia e desconhece a origem desta raiz no continente americano e muito menos a relaciona com os povos indígenas⁵⁸. Até o final do século XIX, europeus ainda eram antipáticos por essa fonte de alimento, ou por não estarem acostumados ou por estarem abastecidos por outros produtos como o milho e a batata (produtos americanos domesticados para a alimentação europeia em séculos anteriores) e o trigo. Muitos dos colonizadores que já habitavam o Brasil antes da chegada da expedição sarda, por associar a mandioca a culturas primitivas e consideradas medíocres, também evitavam a iguaria americana.

⁵⁸ Pelas qualidades nutritivas da farinha, adaptabilidade da sua cultura a qualquer terreno e excepcional rusticidade, a mandioca, introduzida pela tradição indígena, foi universalmente adotada pela colonização como gênero básico de alimentação; e assim se perpetuou até nossos dias. É certamente a maior contribuição que nos trouxe a cultura indígena (PRADO JR., 1986, p.165-166).

Os tratados como bugres selvagens e invasores da Colônia pela historiografia local, os indígenas Carijó, já plantavam mandioca nessas terras antes da chegada dos europeus. Caboclos a serviço dos empreendedores europeus provavelmente já sabiam disso, mas não foi atribuída essa atividade aos apresentados como alheios à narrativa aceita, pois foram violentamente excluídos da História de São João Batista, devido às práticas e interesses dos colonizadores. Ao expor aqui a minha opinião, não abordo uma disputa para saber qual a origem da localidade ou de dar uma identidade a ela, mas sim de evidenciar diversas narrativas de tradição oral onde há sim uma dimensão política e, portanto, histórica. O principal produto da economia da região no entorno da EEB Profa. Lúcia Leal Gomes é de origem indígena, e isto não precisa ser discutido, mas sim as práticas alicerçadas em formas de pensar que fazem parte da construção historiográfica.

Nessa seção o interesse está em estabelecer novos contornos para a cultura da mandioca e mostrar o quanto os contornos já definidos contém de político. A apropriação de saberes indígenas sem o reconhecimento de seus direitos é comum e dialoga com o passado de São João Batista. O caso mais evidente é obviamente o da mandioca e da farinha produzida a partir dela, apropriadas pelos europeus no Brasil desde o século XVI. A mandioca é uma planta lenhosa, que cresce à altura de um metro e meio a dois, com muitos ramos entre si unidos, quase todos em linha reta. As plantas não dão sementes, se reproduzem pelos próprios ramos, o que facilita o plantio, pois esses são ricos em gemas e são cortados em tamanho de um palmo e depois fincados na terra. Em um ano e meio as raízes já podem ser arrancadas, mas se deixadas por dois ou três anos, retira-se um produto relativamente maior. Geralmente o colono acompanhava o preço, para arrancar quando pudesse obter um lucro melhor.

O conhecimento indígena com relação a essa cultura foi muito importante, pois se a raiz for arrancada sem estar maturada e consumida, ela é venenosa. Além disso, na produção da farinha o processo pode ser simples e artesanal, bastando ralar as raízes e depois secar em um tacho ao fogo. Os indígenas desenvolveram suas próprias técnicas agrícolas e domesticaram um bom número de nossas mais valiosas plantas comestíveis, sem as quais o surgimento da civilização moderna teria sido muito difícil. Com o tempo esse conhecimento foi sendo apropriado pelos que pudessem estar se relacionando com eles. Fatos como esse são ocultados em meio a projetos políticos de dominação. Cabe mencionar uma função das plantações

de mandioca, o fato de que ela também era cultivada como cultura de descanso para as terras cansadas pelo cultivo de cana.

Um engenho de farinha colonial era composto de três partes: uma roda raladora, girando a força de bois ou de uma roda d'água⁵⁹; uma prensa, que espreme a substância aquosa; e tachos que servem para a secagem. A farinha sai do engenho parecido à serragem de madeira, com coloração branca, podendo ser consumida em mais de um ano sem perigo de perecimento. Na Colônia a farinha era consumida geralmente pura, com água ou ao se beber café; e a misturando a um caldo de carne ao se fazer pão. Aos viajantes, cabia se levar uma trouxinha de farinha de mandioca e um pedaço de carne seca para o sustento. Técnicas indígenas ensinadas aos italianos culminaram na produção de tapioca ou polvilho, substituindo a maisena, produto de difícil acesso na época. Muitas dessas práticas ainda fazem parte do dia a dia de estudantes de Tigipió como tradições inventadas, por possuírem uma origem histórica constituída e que acabaram sendo aceitas e repetidas com poucas mudanças.

O texto do aluno Luiz Henrique conta um fato comum para a comunidade, uma das tantas histórias que evidenciam os engenhos de farinha da região, muitos até os dias atuais ainda funcionando artesanalmente ou de forma mecânica, repetindo práticas fixadas por um passado real, durante a colonização italiana. Fatores como esse confirmam os estudos de Hobsbawm e Ranger (1984), pois o passado histórico no qual a nova tradição foi inserida, nem é tão remoto quanto aparenta e de que as tradições, incluindo-se as inventadas objetivam a invariabilidade. Tradições inventadas, não necessariamente partem de situações oficiais, elas também surgem por meio de movimentos sociais organizados cujos objetivos não eram conscientemente políticos. Quando os italianos resolveram fabricar farinha, com textura suficiente para que se assemelhasse a farinha de trigo europeia, inventaram uma tradição, que só poderia mudar até certo ponto, por meio de um movimento que possuía objetivos específicos. Os imigrantes reagiram a situações novas, tornando a farinha de mandioca produzida em engenhos coloniais, referencial de situações anteriores, estabelecendo seu próprio passado por meio da repetição quase que obrigatória. A atividade com genuína repercussão popular criou

⁵⁹ A roda d'água é um dispositivo circular montado sobre um eixo, contendo na sua periferia caixinhas ou aletas dispostas de modo a poder aproveitar a energia hidráulica, geralmente aproveitando o curso de um riacho ou ribeirão.

certa hierarquia social, pois o produto produzido nos engenhos dos italianos se sobrepôs, em detrimento da farinha de origem indígena.

Além de mencionar essa invenção colonial em sua escrita, Luiz traz à tona, outra confusão histórica com relação à mandioca, ele trata o aipim como sendo a mesma cultura agrícola. Na verdade, existem distinções apesar das semelhanças na coloração das folhas e da casca. O plantio e a produção de farinha são os mesmos, mas geralmente as raízes do aipim depois de descascadas, são consumidas cozidas. Além disso, o produto é retirado da terra aos poucos nessa região, entre fevereiro e agosto, tomando-se certos cuidados, pois existe a possibilidade de ter um gosto amargoso. Apesar do alvoroço no texto, devemos considerar a conferência de valores às experiências com o engenho retratadas pelo aluno. Luiz fala de um patrimônio histórico com sentido contemporâneo para ele, mas também para o distrito de Tigipió, e por meio de sua narrativa há a possibilidade de se aprender e significar as experiências com a produção de farinha por diferentes sujeitos no presente e no passado.

Durante a colonização, o conhecimento indígena apesar de transmitido por meio das gerações, foi desconsiderado como herança, ajudando a justificar o domínio europeu e desqualificando os considerados inferiores. É evidente que o distrito de Tigipió é herdeiro de uma visão preconceituosa sobre a cultura indígena Guarani, apesar de existir um aldeamento próximo a Escola e de que haja uma convivência cordial entre a maioria das pessoas da comunidade com relação aos aldeados. É importante que esse trabalho exponha uma perspectiva diferente com relação à contribuição indígena na construção histórica de São João Batista, pois foram responsáveis por transformar uma raiz potencialmente venenosa em alimento básico da alimentação dos colonizadores e mola propulsora da economia local desde a primeira metade do século XIX até os dias atuais. É muito pouco perto do que ainda precisa ser feito em nome dos povos ancestrais, pois existem muitas outras tradições, que foram inventadas ou incorporadas no passado pelos colonizadores sem relacioná-las aos grupos indígenas. Muitos poucos são capazes de reconhecer e admitir essa realidade, que contribui com a ocultação cultural desses povos.

4.3 DAS BRUXAS AS BENZEDEIRAS: O PROTAGONISMO FEMININO DURANTE A COLONIZAÇÃO

A colonização europeia em São João Batista deixou marcas ainda conservadas e facilmente encontradas nas narrativas do projeto escolar *Memórias da Colônia*, e que estão mantidas no espaço social em vários aspectos. A participação feminina na construção histórica ao longo do século XIX e parte do século XX é vista pela historiografia oficial de forma desigual a de outros sujeitos que participaram do processo de modificação do espaço onde hoje é o distrito de Tigipió. Vistas como desiguais e sob influência de uma sociedade machista e patriarcal, a elas foram atribuídas determinações históricas discriminatórias baseadas em uma herança mitológica que permeia até hoje o imaginário de muitos moradores da região.

As bruxas, tão mencionadas nas narrativas de meus alunos e alunas, são mulheres vitimadas por não estarem de acordo com o que aquela sociedade tradicionalista cristã pregava como papel feminino. Mulheres acusadas de bruxaria, não passavam muitas vezes de mulheres solitárias ou que praticavam atividades consideradas supersticiosas pelos locais. Existiam certas regulamentações por tradição, que acompanharam os europeus até a América, que compunham certa unidade conceitual sobre a mulher, e que tentava ser imposta pela Igreja que também no Brasil era muito influente perante a sociedade por intermédio do Estado. No texto da aluna Vitória Peixer, a seguir, o episódio XII: *Uma bruxa na Colônia*, publicado na série jornalística *Memórias da Colônia* em 2020, e em outros que fazem parte do *Inventário de tradições orais do distrito de Tigipió* (APÊNDICE C), isso fica explícito ao se analisar os relatos:

UMA BRUXA NA COLÔNIA: Em noites de lua cheia, os moradores da Colônia supostamente escutavam barulhos estranhos: urros, risadas, relinchos, agito. Quando isso acontecia, sabiam que a bruxa estava solta, colocavam a vassoura atrás da porta, a tesoura debaixo do travesseiro, tudo isso para a bruxa não aparecer nas suas casas. Segundo as crenças locais, as temidas bruxas não gostavam dos bebês, incomodavam a noite inteira, não os deixando dormir. No dia seguinte a “visita” delas, as mães encontravam seus filhos cheios de marcas roxas. A procura por benzeduras contra bruxarias na região era frequente. Quando coisas estranhas aconteciam durante a noite, a curiosidade e o medo tomavam conta da Colônia. Entre as conversas acusavam uma mulher moradora da localidade de bruxaria, e isso porque ela se vestia sempre toda de preto, um hábito pouco comum entre os moradores. Em uma determinada manhã, Demétrio encontrou suas cercas destruídas, os cavalos haviam fugido para o pasto do vizinho. Demétrio estava assustado, seus cavalos estavam com tranças na cola e na crina. Seus relatos colocavam pavor nas pessoas, e por isso, alguns moradores resolveram em toda lua cheia ficarem a espreita, para ver

se avistavam algo sobrenatural. Em uma determinada noite dessas, Demétrio, Chicão e Pedro resolveram adentrar a mata em torno da vila, e depois de alguns minutos de caminhada encontraram uma pobre senhorinha que vivia sozinha, desde que seu marido havia falecido, era a tal mulher acusada pelo povo de ser bruxa. Os homens ali então constataram o motivo de suas vestes negras e após conversarem com ela, souberam que toda semana de lua cheia a viúva saía para fazer suas orações solitárias, aproveitando o céu iluminado (Vitória, 17 anos, aluna da 3º série do Ensino Médio, 17/07/2020).

Narrativas como a da aluna Vitória aguçam a curiosidade acerca das continuidades históricas com o passar do tempo. A estudante apresentou valores e comportamentos vivenciados por muitos homens e mulheres do distrito de Tigipió. Moradores das localidades do interior de São João Batista foram influenciados por um imaginário popular, que é permeado por crenças e superstições que condenavam o que ou quem não se enquadrava nos valores dominantes na Colônia. Naquele Brasil, apesar da influência europeia, a questão da feitiçaria teve contornos um tanto quanto particulares. O imaginário dos colonos, além de carregados por crenças religiosas, ainda contava com a insegurança perante a natureza desconhecida. Ruídos de todo tipo, barulhos estranhos como relata Vitória, eram algo propenso a ser relacionado ao mundo da magia. A representação negativa do feminino é uma tradição que fez sociedades perseguirem mulheres. As bruxas eram uma válvula de escape para se lidar com temas e questões ligadas as doenças e a outros fenômenos cotidianos e que poderiam ser aproximados com questões teológicas de combate as heresias.

Falar de bruxas é algo muito presente nas relações sociais da comunidade pesquisada, e a presença da bruxa e de assombrações atribuídas a ela, ainda aparecem de maneira atualizada em conversas cotidianas, sendo que nem sempre o discurso sobre bruxa é feito no tempo passado. Falar da bruxa é falar de um poder discriminatório ainda presente na comunidade, e nem sempre essa fala vai ao encontro com um medo de ações maléficas atribuídas a uma feitiçeira, até porque nesse contexto, na maioria das vezes em que ela é apresentada, toda mulher é uma bruxa em potencial. O que pode definir isso são suas ações e a maneira como podem ser vistas pelo meio social. As representações acerca da suposta inferioridade e a perversidade feminina são manifestações no meio colonial que acabaram contribuindo para sua ocultação como agentes históricos, raramente exaltados, mencionados ou simplesmente nomeados. O estudo da história nas entrelinhas do texto de Vitória proporcionou aos estudantes refletirem sobre o papel

político que credices tiveram no lugar onde vivem e sobre as suas influências na atualidade. O que segundo Reznik (2010, p.92) é um exercício de pensar e repensar o passado, possibilitando a reflexão sobre a ocultação do protagonismo feminino, não somente durante o processo colonizador, mas ao longo da História.

O medo depositado na bruxa fala de um poder presente em qualquer mulher da comunidade, e foi por meio dessa crença, em atribuídos poderes femininos, que muitas bruxas foram embora do imaginário dos colonos, ou simplesmente foram se transformando em curandeiras a serviço da localidade. O que outrora foi bruxaria, com o tempo passa a ser feitiço de combate a ela. E é esse poder que detém a benzedeira, um personagem marcador de transformações profundas vividas pela comunidade. Benzedeiros sempre fizeram parte das tradições batistenses, mas o registro mais antigo que encontrei nas fontes selecionadas para esse trabalho é o que nomeia uma mulher que foi benzedeira já em meados do século XX, “D. Rosalina Souza Francisco nasceu em 27 de novembro de 1927.” (MAURICI, 2008, p. 45). O poder supostamente atribuído a uma benzedeira é o que a torna capaz de praticar suas habilidades em meio ao tradicionalismo patriarcal e do liberalismo, já que uma curandeira não faz parte da evolução da instituição familiar e muito menos serve aos interesses econômicos do progresso. Com base nos estudos de Jacques Revel (2010) sobre Giovanni Levi (1985), se discutirmos à “vivência” reduzindo o campo de análise para a história social, constatamos que essas mulheres dispunham de recursos em meio àquela organização comunitária, o que as levaram a se reorganizarem nesse mundo, para sobreviverem e reforçarem a sua situação, suas habilidades, valores e fé. Fizeram escolhas em meio a um número restrito de possibilidades, permitidas pelo universo em que estavam inseridas, até porque não eram tão livres para fazerem o que quisessem no lugar e no recorte temporal em que viviam.

A Colônia Nova Itália por muito tempo esteve distante da realidade paroquial apesar da presença inconstante do Dr. Henrique Ambauer Schutel, e por isso, a benzedeira representou um alento aos colonos e moradores da região por muitos anos. Mulheres combateram “bruxaria” e diversas enfermidades, servindo a muitas necessidades da carente comunidade. Benzeram e produziram garrafadas de ervas e chás com conhecimento que até hoje é pouco valorizado. Emilly do Nascimento nos conta um pouco dessa tradição e de como ela é geralmente transmitida entre

familiares, no episódio VI: *As benzeduras*, publicado na série jornalística *Memórias da Colônia em 2019*:

AS BENZEDURAS: A vida na Colônia Nova Itália era muito diferente em tempos passados. Hoje possuímos costumes muito distintos dos daquela época. Alguns desses costumes permanecem até hoje, mas alguns se perderam com o tempo. Um costume antigo que muito chama a atenção são as benzeduras, pois, pelo fato de não haver médicos naquela região, era comum que existissem curandeiros e benzedoras que, da forma que podiam, supriam algumas necessidades médicas mais básicas dos moradores locais. Havia uma moça cuja avó era benzedora. Demonstrou interesse pela arte das benzeduras desde muito cedo. Sua avó era uma benzedora muito conhecida e procurada na região. Todos os dias, muitas pessoas batiam à sua porta para se benzerem e aquilo deixava aquela moça intrigada – Como ela fazia aquilo? Queria aprender aquelas rezas e a confeccionar aqueles remédios naturais que curavam muitas pessoas. Começou cedo a praticar, a princípio de brincadeira, logo depois, passou a auxiliar sua avó naquela tarefa. Começou colhendo ervas medicinais e produzindo alguns remédios e chás. Sua avó sempre estava ao seu lado lhe ensinando sobre as plantas e as propriedades medicinais que cada uma possuía. Certo dia, sua avó, percebendo o real interesse da menina pela arte da benzedura, resolveu preparar a moça para substituí-la futuramente. A moça aceitou o convite, pois havia demonstrado paixão por aquilo. Então sua avó foi lhe ensinando aos poucos tudo o que sabia e, como tradição, a moça seguiu os trabalhos de sua avó, quando esta, veio a falecer. A moça se tornou uma benzedora tão conhecida como sua avó, e, todos os dias muitas pessoas da Colônia a procuravam para resolver seus problemas. Desempenhava esse papel com muito amor e carinho, que sempre teve por essa arte (Emilly, 17 anos, aluna da 3º série do Ensino Médio, 04/10/2019).

A benzedura⁶⁰, seu ritual e os elementos simbólicos que constituem esta prática tradicional fazem parte do presente do interior de São João Batista. A crença em benzimentos, chás, garrafadas e simpatias, mantém essa tradição viva na memória das pessoas. O ser humano, apesar da avançada tecnologia, vê-se vulnerável e recorre a tratamentos que se relacionam a uma concepção do corpo, da doença, da cura e da morte semelhantes às encontradas na mentalidade de homens e mulheres que viveram durante o período medieval. Essa tradição trazida pelos europeus durante a colonização da região faz parte das narrativas de vida, sendo facilmente identificadas pelos referenciais nas trajetórias das pessoas. Emilly, ao evidenciar o costume do benzimento em âmbito rural, dá voz a muitas mulheres que foram apagadas da história local, protagonistas em uma tradição que envolve a

⁶⁰ O benzimento é um costume antigo. Benzer vem do latim *bene dicere*, que significa bem dizer. Dizer bem de alguém e fazer o bem. É uma herança do catolicismo português, mas no Brasil, a benzedora passa elementos sincréticos, misturados, com influências indígenas e africanas, ligadas às influências europeias. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2017/11/sabedoria-antiga-dos-benzedores-une-plantas-medicinais-oracoes-e-fe.html>. Acesso em 21 jan. 2020.

antiga e ainda presente prática de cura colonial. O enredo dá visibilidade e reconhecimento ao trabalho informal, mas que está longe de ser uma das atribuições que a sociedade do século XIX lhe conferia. Segundo Marcia Peixe Vargas (2019, p.29) o ocultamento da mulher ocorreu “[...] porque eram lhes atribuídos apenas os trabalhos domésticos, dificultando o reconhecimento de sua ação e presença na comunidade enquanto trabalho produtivo.”, e quando representadas na historiografia, as mulheres apareciam, na maioria das vezes, em situações consideradas negativas, como nas histórias sobre bruxas.

As experiências descritas pela aluna em seu texto estão distantes de uma visão patriarcal de história, situações que apesar de remeterem a um passado colonial, concordando com Vargas (2019), apresenta novos olhares para os assuntos que envolvem as mulheres. Segundo Silva (2018, p.79), os “antes” de Emilly seriam a justaposição viva de todas as histórias vividas por ela. Concordando com Silva (2018), a estudante transpôs para a escrita, uma história imaginada a partir de referências internas ou externas, pois a tradição do benzimento pode estar relacionada a algo que lhe aconteceu, ou a uma lembrança de algo que tenha ouvido ou visto no seio familiar ou na comunidade onde vive. Uma lembrança sem marcas de preconceitos e onde podemos reconhecer as benzedeadas, como sujeitos da história de Tigipió, conhecendo a sua vida de trabalho e de fazer cotidiano.

Todos nós, a exemplo da aluna, passamos por momentos em que a figura feminina sugere certas recordações. Muitas reproduzidas e caracterizadas pela atuação no interior da casa, junto aos seus filhos e dependentes. Segundo Vargas (2019, p.49), por meio da imigração europeia a “[...] imagem do feminino permaneceu ligada aos afazeres domésticos, sem visibilidade, enquanto que aos homens foram destinadas funções mais qualificadas e mais valorizadas no espaço público.”. A mulher podia ser mãe, irmã, filha, religiosa, mas nada além dos papéis atribuídos a figura feminina. As lembranças de Emilly falam de mulheres que no passado e no presente, não foram consideradas corretas e facilmente apontadas pecadoras, mas que agora praticam “feitiçaria” com a presença de rezas e santos/as do catolicismo. Entre gestos e interlocuções, as benzedeadas burlaram preconceitos e conseguiram atuar em prol de fazer o bem a alguém, afastando males e curando doenças. Realizada eminentemente por mulheres e ligada a um universo mágico-religioso, a benzedura nos faz indagar e compreender uma estrutura social focalizada no homem, mas que se vista de forma mais íntima deixa aparente o

quanto as mulheres foram importantes para que hoje possamos pensar nos desejos, alegrias, angústias, sentimentos, tragédias e vitórias experimentadas por aquelas que por direito merecem sempre ser evidenciadas pela história de São João Batista.

4.4 MARTINHO BUGREIRO: O MITO DO HEROÍSMO SOBRE UM ASSASSINO DE INDÍGENAS

A sacralização de Martinho Bugreiro em meio à história colonial do Vale do Rio Tijucas, mas também de outras regiões catarinenses, estaria relacionado a um mito ligado diretamente a conservação das marcas de uma cultura senhorial. De acordo com Chauí (2006, p.89), “a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos [...]”. O indígena nessa concepção jamais seria reconhecido como sujeito, nem como subjetividade e muito menos como alteridade, pois nessa estrutura estão subalternizados e inferiorizados pelos interesses e julgamento dos conquistadores. Quando a desigualdade é muito marcada, a relação entre os personagens dessa história assume a forma nua da opressão física. Segundo Selau (2006, p.134), em muitas regiões de Santa Catarina, os bugreiros, “[...] tornaram-se figuras públicas respeitadas em sua época pelos moradores das áreas que estiveram em contato com a população [...]” indígena, o que caracterizaria uma determinação histórica calcada pela discriminação e dominação desses povos. Em meio à pesquisa histórica desse trabalho, muitas vezes esses personagens foram reconhecidos pelo seu heroísmo, pois de sua “atividade” advinha à segurança da Colônia Nova Itália. Na prática, os caçadores de indígenas erradicavam os entraves para a continuidade de tarefas ligadas a produção agrícola e ao comércio colonial.

Em meio às histórias, durante as entrevistas e na análise de fontes historiográficas, é verificável a relação conflituosa entre colonos e nativos. Certas narrativas nos trouxeram a impressão que os “bugres”, seres rijos, rápidos e traiçoeiros, mereciam ser “caçados” por estarem sempre prontos para a qualquer momento varar os colonos com suas lanças e flechas. Para que esses ataques ocorressem era só uma questão de oportunidade, e por isso, considerou-se tão importante a presença dos “heróis” bugreiros para a proteção do empreendimento colonizador iniciado por Demaria e Schutel. Segundo Maurici (2008, p.19), por conta

dos “[...] constantes ataques dos bugres aos colonos, surgiram os batedores de mato, os bugreiros [...]”. A respeito dessas afirmações, podemos considerar o poder da oralidade em recriar vidas esquecidas e contribuir para que as pessoas reconheçam os mais variados sujeitos como significantes historicamente, mesmo esses tendo atuações criminosas, em uma época que segundo Enéas Athanázio (1984), homicidas e agressores já eram punidos pelo Estado. “Ninguém, no entanto, tomou jamais qualquer providência contra eles, mesmo porque a legítima defesa ou o estado de necessidade, mesmo encaixados a martelo, deveriam funcionar como escudo, em eventuais dúvidas.” (ATHANÁZIO 1984, p.272). O que podemos apurar é que o que prevaleceu ao longo do tempo com relação a essa conflituosa memória são lembranças que reforçam a imagem do bugreiro, onde o seu suposto heroísmo estaria acima das leis e a serviço do direito natural de poder, atribuído ao colonizador.

O episódio X: *A vida cobra*, publicado na série jornalística *Memórias da Colônia* em 2019, de autoria do estudante Breno Puel, nos permite uma vasta reflexão sobre essas afirmações. Além disso, seu texto nos faz indagar sobre o fato de que famílias caucasianas possam ter ocupado a região anteriormente à colonização, legalmente ou não, e sobre a possibilidade de que negócios relacionados à posse de terra tenham sido realizados sem a autorização do Governo Imperial do Brasil, detentor das terras demarcadas quando da instalação do antigo núcleo colonial. O objetivo aqui é tirar o maior proveito das rememorações do estudante, para fim de pesquisa histórica e para chegarmos a um ponto de vista bem distante do heroísmo atribuído aos bugreiros. Para mais, discutiremos a forma como as descrições e interpretações construídas no processo de rememoração do aluno podem ter sido influenciadas. Em *A vida cobra*, Breno narrou o que pode ter acontecido na primeira metade do século XIX, no ano de 1837, um assunto delicado e polêmico, sem se preocupar com dilemas éticos ou políticos:

A VIDA COBRA: Mais uma rotineira manhã de terça-feira, na Colônia. A nona já esperava a todos com o café pronto. Logo em seguida, vem à tona o assunto do dia: Haviam matado todos os residentes da casa da família Zunino. Haviam sido mortos bruscamente na noite anterior. Por aqueles dias, rondava pela região o Bugreiro e seus capatazes. Eram uma espécie de cangaceiros da região. Por onde passavam, pairava uma onda de medo e terror. A notícia da morte dos Zunino havia se espalhado e todos estavam atribuindo o fato ao Bugreiro. A família Vargas, que sempre fora rival da família Zunino, por querer suas terras, logo após o ocorrido, apossou-se das mesmas. Diante do ocorrido, Bugreiro, ao ouvir os boatos que atribuíam a

ele a morte dos Zunino, resolveu ir atrás do verdadeiro assassino e desvendar de uma vez por todas aquele crime, pois jamais aceitaria que seu nome fosse incriminado em vão. Certa tarde, foram até a antiga casa dos Zunino, que os Vargas haviam tomado posse, para esclarecer o que havia, de fato, acontecido. Bugreiro, com voz firme, falou: - Cadê o dono dessa joça? Logo seu Vargas apareceu, tremendo de medo do Bugreiro, que logo perguntou sobre a morte dos Zunino. Após algumas ameaças, seu Vargas confessou o crime: havia matado a família Zunino para ficar com suas terras. Bugreiro, diante dessa confissão, propôs-lhe duas opções: Partir com sua família daquele lugar ou morrerem todos ali mesmo. Diante daquelas condições, os Vargas partiram dali para sempre (Breno, 18 anos, aluno da 3º série do Ensino Médio, 01/11/2019).

O aluno, ao narrar, a princípio expõe duas famílias tradicionais da região aonde vive, não se importando com cautela ou sensibilidade. O que parece, é que prevalece o objetivo da proposta apresentada pelo projeto, o que nos faz indagar sobre o processo de rememoração do aluno. O estudante deu prioridade ao valor do que estava sendo rememorado, sem pensar no todo das consequências de uma pesquisa histórica. Podemos fazer alguns apontamentos, pois as relações do narrador com aquilo que conta provocam indagações. Para Paul Ricoeur (2006) o enredo na e da vida seria construído por meio de uma qualidade pré-narrativa da experiência humana. Breno narra com certa familiaridade a história, se sentindo atraído, pois reconhece na ação, as estruturas temporais que conformam a narrativa. Produziu conhecimento devido a uma ligação significativa com a história que percebeu durante a entrevista com o memorialista José Sardo, enquanto elaborou e aplicou a sua reflexão.

Acontecimentos que marcam historicamente a vida em comunidade são sinais exteriores, e estimulam o afloramento de lembranças e reminiscências. “Seres humanos, em sua existência são enredados em histórias que ocorreram antes da história ser contada.” (SILVA, 2018, p.79). A tradição ao se narrar o conflito acontecido provavelmente durante o assentamento dos imigrantes na colonização da região é algo corriqueiro nas rodas de conversas sobre o assunto na localidade. A família Vargas⁶¹, citada por Breno, teria se instalado nas imediações alguns anos antes, em terras que na teoria teriam sido “compradas” de um proprietário de origem

⁶¹ O sobrenome Vargas é de origem portuguesa e espanhola. Não se sabe ao certo em qual lugar surgiu primeiro, uma vez que, por se tratar de um sobrenome toponímico, acaba abrindo a possibilidade de surgimento em vários lugares. Em documentos portugueses de 1535 foi registrado certo Jeronymo de Vargas, alentejano. Mesmo assim, os Vargas procedem oficialmente de Tristão Fernandes Vargas, que serviu Tanger em tempo de el-rei D.Manuel.

portuguesa, de uma Sesmaria⁶² doada em 1801 pela metrópole portuguesa. Essa família ainda é numerosa, no hoje bairro Colônia Nova Itália, e tradicionalmente sempre foi associada à região do município de São João Batista:

OS LOTES DE TERRAS DOS COLONOS NA COLÔNIA NOVA ITÁLIA (1845) “Tenho a honra de participar a Vossa Excia que recebi o vosso offício de 10 de setembro e a cópia da Lei Geral de 11 de julho de 1837 para dar o devido cumprimento [...]. Sobre a informação de uns colonos pertencentes à Colônia Nova Itália (cita nas margens deste Rio das Tijucas), estabelecidos em terras de Antônio Vargas, tenho a honra de explicar a Vossa Excia que se diz serem as terras do dito Vargas por este ter ali comprado uma porção delas de Anastácio Pereira Luiz, isto a dois anos pouco mais ou menos. Sendo verdade que nelas estão morando os colonos Domingos Peixe e Felipe Polero com suas famílias e outros que estavam residindo na margem norte do Rio e agora estão na margem Sul do Rio Tijucas. Eles se retiraram da Colônia Nova Itália na margem norte depois do ataque do gentio bugre que ali saía do sertão. As terras que Antônio Vargas comprou de Anastácio, este os tinha comprado dos herdeiros de Antônio da Cunha d’Ávila, eram parte da Sesmaria que D’Ávila tinha ganhado em 1801 do Governo. E como nesta época a Colônia não estava ali ainda e não está ainda demarcada a área, ignoro se estas terras que o referido Vargas diz serem suas se estão dentro ou fora dos limites da Colônia.[...] Freguesia de São João Baptista do Alto Tijucas Grande, setembro de 1845. José Francisco Vargas - Juiz de Paz (FELER, 2015, p.42-43)⁶³.

Sobre essas informações, podemos tirar algumas conclusões, a primeira é a de que a família Vargas já ocupava terras na região onde foram demarcadas as terras pertencentes ao núcleo colonial, a segunda é de que essas terras não poderiam ser compradas, já que eventualmente fariam parte de uma Sesmaria que estava impedida de ser alugada, arrendada ou vendida. Segundo o Pe. Flávio Feler (2015) estas terras eram parte de uma Sesmaria que teria pertencido por doação em 1801 ao senhor Antônio Cunha D’Ávila, mas nunca foi medida ou demarcada, e teriam entrado na Sesmaria vários posseiros. Antônio Vargas seria um desses, pois a compra das terras em questão seria ilegal.

A regularização efetiva da situação fundiária somente ocorreria durante o Governo Imperial do Brasil, por meio da Lei de Terras⁶⁴ de 1850. Portanto, a família Vargas citada na narrativa, ou seja, Antônio Vargas e seus agregados estavam em

⁶² Sesmaria era um lote de terras distribuído a um beneficiário, em nome do rei de Portugal, com o objetivo de cultivar terras virgens. Originada como medida administrativa nos períodos finais da Idade Média em Portugal, a concessão de sesmarias foi largamente utilizada no período colonial brasileiro. Iniciada com a constituição das capitanias hereditárias em 1534, a concessão de sesmarias foi abolida apenas quando houve o processo de independência, em 1822.

⁶³ Transcrição de livros de correspondências dos Juizes de Paz aos Presidentes da Província de Santa Catarina, resguardados no arquivo Público de Santa Catarina.

⁶⁴ A chamada Lei 601 ou Lei de Terras, de 1850, apresentou novos critérios com relação aos direitos e deveres dos proprietários de terra.

litígio com imigrantes da Sardenha, os colonos Domingos Peixe e Felipe Polero com suas famílias e outros, e provavelmente enfurecidos pela decisão do Juiz de Paz em não atender seus apelos com relação às terras em questão. Apesar de a decisão jurídica ter sido proferida em 1845, a reclamação de Antônio Vargas às autoridades da época foi em 1837. Os imigrantes chegaram à região em 1836, e ainda estavam em processo de assentamento e colonização.

Outra informação relevante e que pode estar relacionada às memórias do aluno Breno, é a de que em meados de 1837 foram mortos os imigrantes sardos Giovanni Rilla, Giovanni Benotti e Luigi Ratto, além de Bernardo Gambelli, juntamente com sua esposa e filho. Outro ataque na Colônia Nova Itália se repetiu em 19 de janeiro de 1839, onde foram mortos⁶⁵ três homens e cinco mulheres, imigrantes, sendo esse crime investigado imediatamente pelas autoridades locais. Os dois ataques e assassinatos foram atribuídos aos indígenas, mas somente no segundo caso é que se associam provas materiais além das testemunhas sobre os culpados:

COLÔNIA NOVA ITÁLIA, em virtude do ofício de Vossa Excia datado de 22 de janeiro que recebi a 23 do mesmo mês, juntei os Guardas policiais, 02 sargentos, 02 cabos e 15 Guardas Nacionais e com eles segui no dia 23 e cheguei no dia 25 ao lugar da Colônia Italiana, onde os gentios bugres mataram barbaramente oito pessoas daqueles colonos. Parti com o destacamento e com mais gente que voluntariamente se me apresentaram animados a dar conta e me meti pelo matão seguindo aqueles colonos e os bugres que ainda vagavam naqueles mattos e tendo sentido o rumor da nossa gente abalaram-se em fugitiva pela matta largando dous meninos que levaram vivos e que feriram, maltrataram e julgavam-se mortos assim como quase tudo que haviam saqueado das casas dos míseros colonos. Foi aprisionado 01 arco e duas flechas, tudo conduzido pela nossa gente e entregue aos colonos. Não foi possível apurar os violentíssimos esforços que fizemos. Chegamos a distância de os atacar donde os principais motivos (...). Fomos até um lugar denominado 'Coisa Ruim' alli passaram eles o Rio Tijucas rumaram para o Sul, naquela trilha parecem ser somente oito e o que me foi depois confirmado pelos meninos que escaparam(...). São Bugres, sendo 06 homens e 02 mulheres. Esta partida indica motivos foi destacada (...) deles àquele posto (...) Segundo informações, aqueles bugres estão alojados nos sertões entre os Rios Biguaçu e Tijucas Grandes, e tem sido vistos fogos na costa de uma serra onde não há habitação alguma de gente nossa. A vista, pois, do expedido, compete-me informar Vossa Excia em primeiro lugar. (...) Vila de São Miguel, 02 de fevereiro de 1839. Alexandre José Varela – Juiz de Paz (FELER, 2015, p.69-70)⁶⁶.

⁶⁵ Nomes de vítimas estão omitidos nos documentos utilizados por essa pesquisa como fontes para investigação.

⁶⁶ Transcrição de livros de correspondências dos Juizes de Paz aos Presidentes da Província de Santa Catarina, resguardados no arquivo Público de Santa Catarina.

As mortes em 1837 ficaram com ares de suspeição e em tons misteriosos nas memórias das pessoas, e devido ao litígio entre Antônio Vargas e os italianos, foram atribuídas aos Vargas, o que fica suspenso é se essa interpretação ou análise de datas e fatos tenha sido feita no presente ou se já é uma atribuição do passado. Os indígenas por muito tempo foram acusados por toda e qualquer morte ocasionada por ataques, e culpados ou não, pagaram com a própria vida na maioria das vezes, e tudo aos “olhos” da lei:

A primeira Constituição, de 1824, ignorou completamente a existência das sociedades indígenas, prevalecendo uma concepção da sociedade brasileira como sendo homogênea. Consequentemente, não reconheceu a diversidade étnica e cultural do país e estabeleceu como sendo de competência das Assembleias das Províncias a tarefa de promover a catequese e de agrupar os índios em estabelecimentos coloniais, o que acarretou impactos significativos sobre as terras ocupadas (FUNAI, 2019).

O que prevalecia sobre tomar uma decisão entre preservar os indígenas ou eliminá-los fisicamente era de acordo com definições sobre sua selvageria e resistência aos projetos políticos de incorporação social e econômica. O aluno não leva em consideração a presença indígena enquanto narra os acontecimentos, mas se atém a figura histórica do “herói” bugreiro. Segundo Cristiani Bereta da Silva (2018, p.80), “[...] em algumas circunstâncias, utilizar [...] personagens conhecidos, é uma forma de situar as experiências vividas.”. O tratamento dado pelo aluno ao bugreiro ameniza alguns aspectos ligados a uma eventual marginalização do personagem, Breno o coloca como alguém que segue regras, que possa ser apesar de matador, alguém eticamente correto, que assume seus atos e que se incomoda quando lhe são atribuídos fatos inverídicos. Essa visão é compartilhada por muitos dos locais, e muitas vezes nas narrativas sobre Martinho Bugreiro, se nota a admiração sobre seus feitos. Mas apesar de alguns aclamá-lo como herói, outros o apontam como um criminoso profissional. De certa maneira, a forma como é colocado o personagem na narrativa, desafia aos que têm um discurso pronto de marginalização sobre ele, ou até os que usam do romantismo para falar dos indígenas. É uma forma de contestação de dilemas políticos enraizados na sociedade local.

Walter F. Piazza (1950, p.18) ao narrar sobre as populações indígenas trata-os respeitosamente como desbravadores primitivos, os legítimos donos da terra. Denomina-os descendentes diretos dos Carijó, mas também os chama de “bugres”.

O autor reconhece que os “bugres” eram aguerridos devido à presença do europeu que tomava as terras e destruía as suas fontes de subsistência, precisavam lutar uma luta desigual para poder sobreviver. A consciência sobre esses sujeitos nesse relato de Piazza indica que ainda na primeira metade do século XX, já se desafiava mesmo que modestamente memórias consagradas com aval público, desafiando a opressão política sobre essas populações, que lhes custaram o extermínio nas terras da região problematizada.

A imagem do bugreiro, rememorada por Breno, tem influência de outras memórias muito presentes nas tradições orais na comunidade. Nos seus escritos reuniu fragmentos de imagens, vestígios de lembranças e teceu um emaranhado de memória. Breno lembrou, refez, reconstruiu, repensou, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado, como nos relatos sobre Martinho Marcelino de Jesus, o Martinho Bugreiro. O bugreiro em questão, historicamente, não poderia estar relacionado aos fatos narrados, e que analisamos, pois a contratação de bugreiros para o extermínio dos indígenas só foi motivada e patrocinada, muitas vezes pelo Governo Imperial do Brasil, a partir de 1872.

Martinho Marcelino de Jesus, mais conhecido como Martinho Bugreiro, segundo as tradições na comunidade, se tornou o mais célebre exterminador de “bugres” que se tem notícia, e seu grupo de caçadores de indígenas, se tornou uma espécie de esquadrão da morte, reconhecido positivamente por muitos, pelos seus feitos durante a colonização da região. Segundo o que relata Darci de Brito Maurici (2008, p. 19), Martinho Bugreiro “começou a matar índios com 18 anos”, muito requisitado na região devido a sua atribuída astúcia, formou bando com Fernando Henrique Loos e Manoel Pulla, ambos da região. Martinho era contratado por colonos ou pelo governo e matava os indígenas geralmente à noite. Seu grupo, um pequeno pelotão atuou na região serrana e em vales onde se instalavam os colonizadores europeus, incluindo a região do Vale do Rio Tijucas, onde se localiza o município de São João Batista. De acordo com o Pe. Flávio Feler (2015, p.82), “Martinho tinha ódio dos índios, pois esses haviam matado sua mulher e dois filhos.”. É verdade que segundo Enéas Athanázio (1984) raramente falava da eventual chacina de sua família. Martinho agia com naturalidade, como quem realiza um trabalho ou cumpre uma missão necessária. Falava pouco, era fechado. Honesto no seu viver nas comunidades, considerado pela historiografia, um homem de extrema seriedade. Fala-se das indígenas mulheres e crianças que poupava em seus

ataques, inclusive da proteção das mesmas com relação aos possíveis estupros por parte de seus companheiros. Mas era um matador mercenário, um degolador sanguinário de indígenas e de acordo com Maurici (2008, p.19), “Tinha astúcias de caçador, sabia como chegar quieto e na hora certa passar a bugrada na espada.”, o que o configura como um verdadeiro genocida. A tradição oral indica que em meio a essas circunstâncias viveu e agiu Martinho Marcelino de Jesus, e por isso, representou para a comunidade ao longo de anos, a única “segurança” que tinham contra os indígenas.

Ainda sobre os assassinatos de imigrantes em 1837, a família Zunino, citada por Breno como vítima dos Vargas, não poderia ter relação com o episódio, mas como é uma família muito numerosa e popular na região, serviu como referência aos descendentes colonizadores sardos. Giuseppe Zunino, esposa e família com sete pessoas fazem parte do grupo de 132 imigrantes que chegaram à região em 17 de março de 1836, colonos provindos do Reino Da Sardenha.

Quando indagamos sobre as relações entre colonos e indígenas, não devemos nos abster de mencionar a herança de uma cultura que define as tradições orais relacionadas à atuação bugreira na região do distrito de Tigipió. O tratamento dado ao se falar sob influências de uma conexão com o passado, por pessoas comuns e até por autoridades, carrega traços marcantes da atuação de uma sociedade autoritária e estruturada desde a implantação da Colônia em 1836. Diferenças étnicas estão naturalizadas, o que colocaria os indígenas em condição de inferioridade. O tratamento de bugreiros como heróis e a maneira como são festejados como tal é uma prática alicerçada em ideias de longa data. Como pudemos observar no decorrer do texto, o ideal civilizatório durante a implantação e expansão da Colônia, acrescido das representações construídas pelos colonos sobre os indígenas e as sucessivas expedições de bugreiros, foram responsáveis, juntamente com outras questões não discutidas, pela desintegração do modo de vida tradicional dos Guarani que habitaram as margens do Rio Tijucas-Grande nos séculos XIX e XX. Além disso, houve uma forte diminuição de sua população na região, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. O que não podemos deixar de citar nesse trabalho é o silêncio a que os grupos indígenas foram condenados na historiografia local, onde só aparecem nos momentos em que seu comportamento é apontado como indesejável e em poucos momentos apresentando os reais motivos disso. Os Guarani são, nesse contexto, apenas um grupo humano

que lutou para defender seu modo de vida frente à expansão do capitalismo no mundo, representado nesse documento, pela implantação da Colônia Nova Itália.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concordando com Verena Alberti (2004), quando bem aproveitada, a história oral tem grande potencial para ensinar sobre o passado. A proposta dessa pesquisa, e do projeto escolar *Memórias da Colônia*, é baseada em uma prática de ensino de História que procura dar ênfase ao que o aluno conhece. O ensino interativo, a relação entre professor e estudantes, e o mundo de possibilidades que descobrimos juntos transformaram a prática em objeto de reflexão. A pesquisa escolar por meio da oralidade propiciou a superação da “história tradicional”, os conteúdos curriculares e a investigação sobre esses. Os recursos oferecidos pela história oral, nos fez indagar sobre os usos políticos e sociais do passado e as aprendizagens que estão além dos muros escolares. Os objetivos projetados foram alcançados, identificamos, problematizamos e organizamos a presença de um passado colonial nas memórias de pessoas de Tigipió. A relevância em se tratar com narrativas que se aprende na família e na cultura fora do âmbito escolar, falou mais alto que o conservadorismo. Ao considerarmos os diversos sujeitos e suas histórias, no diálogo e no confronto com o conhecimento sistematizado, qualificou e quantificou o aprendizado histórico.

A decisão de ensinar História em meio às leituras e pesquisas durante o mestrado profissional, e da maneira que ele sugere, foi, sobretudo social e política. No percurso, mitos públicos não foram contemplados. Esse fato poderia ter causado alguns obstáculos para a pesquisa, pois não é de interesse comum que haja um aval social que contemple todos os grupos e pessoas que participaram da história da região. Apesar disso, a formação de uma reescrita historiográfica por parte da escola foi sempre respeitada pela comunidade. O ensino nesse contexto foi componente essencial para dar significação à existência humana, nas terras que fizeram parte do Núcleo Colonial Nova Itália. Cada relato produzido, desde o início da execução do projeto, permitiu a percepção do conhecimento histórico inserido nele, seus eventos e personagens.

Durante o processo, apresentei metodologia e recursos didáticos que ajudaram no melhor aproveitamento de narrativas, como maneira de lidar com o tempo em Tigipió. Remetendo ao lugar onde esses discursos ocupam e às funções sociais que assumiram ao longo do tempo, seus desdobramentos e suas influências, tornaram o aprendizado histórico mais fácil. Estudantes passaram a conhecer

histórias e tradições comunitárias e ao mesmo tempo desenvolveram habilidades relacionadas ao planejamento de ações e a prática de pesquisa. Jovens passaram a dar importância a experiência de vida dos mais velhos e se capacitaram para dialogar com pessoas desconhecidas. Por meio de uma prática pedagógica baseada em memórias, busquei oferecer a oportunidade para que a própria comunidade reescrevesse parte importante de sua história.

No âmbito da pesquisa acadêmica, nesse documento, procurei tirar o maior proveito das memórias do distrito de Tigipió, observando com rigor os resultados do projeto escolar *Memórias da Colônia*. Procurei me aprofundar nos estudos sobre a natureza das fontes e pelos processos de rememoração. Interpretei e divulguei narrativas buscando mostrar as possibilidades no uso de entrevistas no ensino de História. A EEB Profa. Lídia Leal Gomes foi palco para que o ato da docência movimentasse olhares em direção a um passado, que precisava ser desvendado. O trabalho em sala de aula fundamentou o entendimento sobre lembranças e identidades, e respondeu questões sobre o cotidiano, trajetórias, instituições e tradições culturais.

Por meio de experiências do passado em um contexto que demanda da vida prática, saber sobre as terras e os povos que habitaram o núcleo colonial Nova Itália deu sentido à aprendizagem histórica. Relatos diversos, a partir de acontecimentos históricos do século XIX, aproximaram escola e comunidade, sendo que a exposição desses documentos oportunizou conhecimentos concretos, potencializou a aprendizagem e a significação da história local. Os estudantes envolvidos nesse projeto, na maioria, descendentes de italianos e de outros imigrantes europeus, aprenderam sobre a ocultação de sujeitos, sobre as disputas de memória, sobre tradições inventadas, sobre o quanto interesses ligados ao autoritarismo social, naturalizaram desigualdades e excluíram sujeitos e narrativas em meio às relações políticas. Estudantes levaram consigo aprendizado histórico e patrimonial do seu lugar, a essência de suas tradições e a valorização sobre os movimentos populares. Reconheceram pertencer ao lugar onde vivem. Identificaram transformações temporais quanto à ocupação do espaço e mudanças nas paisagens. A história que construímos na escola é dinâmica e mobiliza a investigação sobre a maneira como a comunidade de Tigipió relaciona-se com o passado.

Ao se analisar a historiografia que tomamos como fonte inicial para a pesquisa, principalmente a obra do Almirante Lucas Alexandre Boiteux, *Primeira*

página da colonização italiana em Santa Catarina, constatamos que nem sempre a visão do Estado sobre a realidade histórica do lugar é a visão que compartilhamos. Vimos que acatar escolhas feitas fora do espaço onde suas ressignificações ocorrem é tirar do indivíduo o poder de determinação e autodeterminação, elemento fundamental das suas garantias e perspectivas. Durante o tempo de observações em meio ao ambiente escolar, estudantes, sujeitos ocupantes e compartilhadores do mesmo espaço, perceberam que por meio do exercício da própria memória e do outro, há a possibilidade de se aprender História por intermédio do exercício do pensamento histórico. Para isso, não houve a necessidade da desconsideração das especificidades de cada trajetória que construiu, ao longo do tempo, a história de São João Batista. A alteridade e a subjetividade agora são notadas. Italianos, caboclos, indígenas, africanos, muitos homens e mulheres, agora são significantes e servem de referência para identificação e para o conhecimento das diferenças que construíram São João Batista. Discursos estatais que evocam constantemente a açorianidade ⁶⁷ não fazem mais sentido na escola. Tradições que legitimavam essa história mudaram de mão, como no caso da farinha de mandioca, do benzimento e da religiosidade. Apesar de existirem interesses políticos preocupados com o estabelecimento de contornos culturais, a escola mostrou que não há uma hegemonia cultural em Tigipió, mas sim uma pluralidade de tradições com origens culturais diversas. Reduzimos os danos causados por intencionalidades em diegeses do passado, colocadas por muitos por meio de representações sociais, como história local.

A partir da leitura das narrativas do projeto *Memórias da Colônia* é possível se conhecer um gênero muito específico de discurso. Os textos oportunizam uma viagem no tempo, agora eternizada, na escola e nesse documento, para que lembranças e lastros de pertencimento e sociabilidade não desapareçam. A produção escolar reteve o passado, e por consequência agora é suporte para a análise de outras memórias. Na série *Memórias da Colônia*, publicada desde 2019, no jornal *Correio Catarinense*, memórias da comunidade ainda circulam mesmo com a conclusão desse documento. O periódico segue contribuindo com o objetivo inicial da escola e do projeto, não deixando que o passado plural de Tigipió seja novamente engavetado. A tradição oral, calcada na repetição, opera em favor de um

⁶⁷ Segundo FLORES (1997) a açorianidade foi construída, inventada, em um momento de luta política em oposição à germanidade, pela hegemonia cultural de base luso-brasileira em Santa Catarina.

patrimônio coletivo comum, que não existe sem a ação permanente daqueles que o repetem e também o transformam. É importante que esse ir e vir entre escola e comunidade se mantenha operante, que o diálogo com folcloristas e contadores de história seja constante. Por consequência do debate, das entrevistas por meio de estudantes, narrativas e avaliações sobre o que se devem considerar evidências históricas foram modificadas. O diálogo, a troca de conhecimento, a leitura, a análise e a interrogação criaram o movimento que culminou nesse trabalho, de maneira a propiciar aos envolvidos uma visão intercultural de como se fazer o uso das tradições orais para se falar publicamente sobre o passado, questionando sempre as visões que propiciam a marginalização de algumas orientações etnográficas.

Segundo Alfredo Bosi (1999, p.7) “[...] não existe uma cultura brasileira homogênea [...]”, pelo contrário, ela é plural e admitir esse seu caráter “[...] é um passo decisivo para compreendê-la.”. Inventariar as tradições de Tigipió trouxe sentido ao se pensar sobre as relações interculturais ao longo do tempo em um mesmo espaço. A cultura migrante italiana penetrou fundo no cotidiano material e moral da região desde 1836, em uma espécie de confronto, não como “cultura predadora”, mas como uma diferente forma de existência. Mas naquela sociedade oitocentista, a experiência intercultural foi influenciada pela política de dominação, fazendo que as culturas dominadas perdessem os meios materiais para expressar sua originalidade. Em uma sociedade dividida por antagonismos, a autonomia cultural indígena entre outras, entrou nesta relação como presa. De acordo com Ecléa Bosi (1999, p.17), “[...] a conquista colonial causa desenraizamento e morte com a supressão brutal das tradições.”. Como exemplo de aprendizagem que integra os resultados do projeto *Memórias da Colônia* está a inclusão das culturas não europeias ao todo social, de certa forma defendendo culturas como a indígena da predação. A escrita e a leitura de novas narrativas históricas aguçaram a curiosidade, e apresentaram a diversidade de valores e comportamentos, evidenciando tradições comunitárias enraizadas. O conhecimento produzido no projeto escolar contribuiu com a não dominação cultural e econômica de outras regiões sobre Tigipió. É sabido que muitas raízes ao longo do tempo foram arrancadas, mas por meio da escola procuramos fazer renascer outras, que sofreram com essa erosão. Cooperamos com a continuidade do tão evidente bucolismo ainda enraizado nas memórias desse meio rural.

Ao longo da construção desse texto se repensou a história escolar, os contrastes e as semelhanças com o patrimônio cultural do lugar. Com o fim dessa pesquisa, passei a incluir no meu planejamento escolar a história local construída por estudantes. A aula de História ganhou uma nova configuração a partir da variação de escalas, o que contribuiu com o processo de identificação dos jovens e incluiu como personagens históricos, sujeitos que até então não eram percebidos. A EEB Profa. Lídia Leal Gomes, por intermédio da coordenação pedagógica, passou a criar novas estratégias de ensino junto de outros professores/as que não lecionam História. Segundo a BNCC (2019), desde o 3º ano do Ensino Fundamental, a criança precisa começar a investigar a si própria e o mundo que o cerca. Em regime colaborativo, a escola passou a criar material didático partindo do que é familiar aos estudantes, seguindo para espaços que vivenciam, como a escola e a comunidade em que estão inseridos. Alguns dos textos e ilustrações fruto do projeto *Memórias da Colônia* hoje fazem parte de intervenções didáticas em outras disciplinas que não História, enriquecendo repertórios educacionais. O projeto escolar fez com que lembranças de variadas situações viessem à tona. A partir desse ponto, a escola assume a responsabilidade pela preservação desse legado, mantendo em circulação as narrativas produzidas, reminiscências da memória e a consciência da memória no tempo.

Como reflexão final acerca dos estudos empreendidos durante a confecção desse trabalho, e que demonstram a importância do ensino de história local nas escolas, saliento que todos temos direito de aprender uma história que vá além dos livros didáticos, para se perceber que a História é feita por muitas mãos e que é resultado de um querer e de um fazer coletivo. O distrito de Tigipió e suas histórias, mesmo em pequena escala, na sala de aula se aperfeiçoam e contribuem para a manutenção de evidências da diversidade humana, além de trazerem consigo possibilidades alternativas para compreensão de fenômenos históricos considerados mais complexos.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa. In: VERENA, Alberti. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 13-31.

ALBERTI, Verena. Tradição oral e história oral: proximidades e fronteiras. In: **VII Encontro Nacional de História Oral**, 2004, Goiânia. História Oral, v.8, nº1, p11-28, jan./jun., 2005.

ALTMAUER, Everton. A primeira colônia italiana no Brasil. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, nº83, p. 18-31, 2017.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta De Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ARAÚJO, Marcelo da Silva; REZNIK, Luis. Imagens constituindo narrativas: fotografia, saúde coletiva e construção da memória na escrita da história local. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, nº 3, p.1013-1036, 2007.

ARAÚJO, Marcelo da Silva. Era uma vez uma imagem: além de divertidas, estudar charges de época exercita a leitura visual e permite aos jovens interpretar outros contextos históricos. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, nº 92, p.78-82, 2013.

ATHANÁZIO, Enéas. Martinho Bugreiro, criminoso ou herói? **Biblioteca Digital Curt Nimuendajú: línguas e culturas indígenas sul-americanas**, 1984. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aathanazio-1984-martinho/Athanazio_1984_MartinhoBugreiro.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

AVÉ-LALLEMENT, Robert. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**. Tradução Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/ São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

BECHLER, Rosiane da Silva Ribeiro. **Entre traçar histórias e tecer identidades: narrativas da historiografia didática regional sobre Santa Catarina**. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e da Educação. Florianópolis, 2018.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BLOG D'ÁGUA. 2021. Disponível em: <http://comitetijucas.blogspot.com/p/quem-somos.html>. Acesso em 21 abr. 2021

BOITEUX, Lucas Alexandre. In: BOITEUX, Nylson Reis. 2º ed. **Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina**. Caxias do Sul: EDUCS, 1998.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Alfredo. Plural, mas não caótico. *In*: BOSI, Alfredo. **Cultura brasileira: Temas e situações**. São Paulo: Ática, 1999. p. 7-15.

BOSI, Alfredo. A educação e a cultura nas constituições brasileiras. *In*: BOSI, Alfredo. **Cultura brasileira: Temas e situações**. São Paulo: Ática, 1999. p. 208-218.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. *In*: BOSI, Alfredo. **Cultura brasileira: Temas e situações**. São Paulo: Ática, 1999. p. 16-41.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf. Acesso em: 14 de janeiro de 2020.

BRUNER, Jerome. **Realidade mental, mundos possíveis**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

BURKE, Peter. História como memória social. *In*: BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 67-89.

CAVIGNAC, Julia. Mito e memória na construção da identidade local. **Revista Organon**, v. 21, nº 42, p. 95-111, 2007.

CERVI, Pedro Germano. A diversidade da Colonização do Vale do Itajaí. **Revista Santa Catarina em História**. Florianópolis, v.1, nº2, p.16-30, 2009.

COSTA, Gustavo Marangoni. **Entre contrabando e ambigüidades**: outros aspectos da República Juliana Laguna/SC (1836-1845). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa do Pós Graduação em História. Florianópolis, 2006.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. **Estudos avançados**, v. 9, nº 23, p. 71-84, 1995.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, vol.6.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, Nº 6, p.9-25, 2003.

FAMILIAS MAFRA. **Capitão João de Amorim Pereira**. 2019. Disponível em: <<http://www.mafra.com.br/genealogia/getperson.php?personID=I020902&tree=arfamis001>>. Acesso em 20 ago. 2020.

FELER, Flávio. **O centenário de São Sebastião do bairro da Índia, 1915 – 2015**. Florianópolis: Sagrada Família, 2015.

FELER, Flávio. **A Capela da Imaculada**: 130 anos de fundação da Capela da Imaculada Conceição, Moura-Canelinha. Florianópolis: Sagrada Família, 2018.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **A farra do boi**: palavras, sentidos, ficções. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997, p. 113-141.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. **História Oral**, v. 9, nº 1, p. 125-141, 2006.

FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula; THOMSON, Alistar. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta. **Usos e abusos de História oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.65-91.

FUNAI. 2019. Política indigenista. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/politica-indigenista>> Acesso em: 06 nov.2019.

GENI. **Maria Luiza Boiteux Piazza**. 2018. Disponível em: <<https://www.geni.com/people/Maria-Luiza-Boiteux-Piazza/6000000016025587607>>. Acesso em: 22 out.2020.

GENI. **Luc Montadon Boiteux**. 2019. Informações sobre genealogia disponíveis em: <<https://www.geni.com/people/Luc-Montadon-Boiteux/6000000063161564135>>. Acesso em 20 ago.2020

GENI. **Marie Magdalene Anastasie Bouquet**. 2019. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Marie-Magdalene-Anastasie-Bouquet/6000000063161893016>>. Acesso em 20 ago.2020

GOOGLE Maps. 2020. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em 19 nov. 2020

GOLOTOVATY, Ricardo Vidal. **Cultura Popular**: saberes e práticas de intelectuais, imprensa e devotos de santos reis, 1945 - 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p.103-133.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUF, Natália. **Movimento apresenta estratégias para tornar Colônia Nova Itália o berço da imigração italiana no Brasil**. 2018. Disponível em:

<<https://omunicipio.com.br/movimento-apresenta-estrategias-para-tornar-colonia-nova-italia-o-berco-da-imigracao-italiana-no-brasil/>>. Acesso em 25 out. 2020.

KONS, Paulo Vendelino Kons. Eleitos novos dirigentes da ADANPIB e definidas ações do Movimento “SC Requer a Correção do Erro Histórico”. **Ata da II Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Descendentes e Amigos do Núcleo Pioneiro da Imigração Italiana no Brasil – ADANPIB**. São João Batista, mar. 2013.

KOSSOY, Boris. Análise e interpretação do documento fotográfico: novas abordagens. In: USP. Seminário Perspectivas do Ensino de História. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 1988, p. 161-162.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Debora de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos Cadernos NAEA**, v.2, nº 2, 1999.

LITORAL DE SANTA CATARINA. **História de Porto Belo**. 2006. Disponível em: <<https://www.litoraldesantacatarina.com/portobelo/caracteristicas-de-porto-belo.php>>. Acesso em 01 mar. 2020.

LEVI, Giovanni. **L'Eredità immateriale: la carriera di um exorcista nel Piemonte del Seicento**. Turin: Einaudi, 1985.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta. **Usos e abusos de História oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.15-25.

MAURICI, Darci de Brito. **São João Baptista do Alto Tijucas Grande: 1834 – Do Arraial do Capitão Amorim à capital catarinense do calçado**. Blumenau: Odorizzi, 2008.

MELÉNDEZ, José Juan Pérez. Reconsiderando a política de colonização no Brasil imperial: os anos da Regência e o mundo externo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 2014, v. 34, nº 68, p.35-60.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Hipólito Boiteux**. 2019. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/385-Hipolito_Boiteux>. Acesso em: 22 de outubro de 2020.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia José Boiteux**. 2020. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/519-Jose_Boiteux>. Acesso em: 22 de outubro de 2020.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Henrique Boiteux**. 2020. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1004-Henrique_Boiteux>. Acesso em: 22 de outubro de 2020.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia de Antero José Ferreira de Brito.** 2019. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1294-Antero_Jose_Ferreira_de_Brito>. Acesso em 25 fev. 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História, São Paulo**, PUCSP, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

PIAZZA, Walter F. **Nova Trento.** Florianópolis: Editora Ex-libris, 1950.

PIAZZA, Walter F. **O Poder Legislativo Catarinense:** das suas raízes aos nossos dias 1834-1984. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

FREITAS NETO, José Alves de. Caça às bruxas: Combate aos saberes dissonantes. *In:* PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **Faces do fanatismo.** São Paulo: Contexto, 2004, p.49-60.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. *In:* AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta (Coords). **Usos e abusos de História oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.15-25.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, p. 200-215, 1992.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo:** colônia. 19^oed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v.15, nº45, p. 434-590, 2010.

REZNIK, Luis. História Local e Práticas de Memória. *In:* PEREIRA, Júnia Sales. **Produção de Materiais Didáticos para a Diversidade:** Práticas de Memória e Patrimônio numa perspectiva interdisciplinar. Brasília: Faculdade de Educação e Centro Pedagógico da UFMG: Caed UFMG/SECAD/MEC, 2010, p. 89-110.

RICOEUR, Paul. La vida: un relato en busca de narrador. **Ágora: Papeles de Filosofía**, v. 25, nº2, p.9-22, 2006.

RÜSEN, Jörn. El desarrollo de la competencia narrativa en el aprendizaje histórico: una hipótesis ontogenética relativa a la conciencia moral. Tradução de Silvia Finocchio. **Propuesta Educativa**, Argentina, nº 7, p. 27-36, out. 1992.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica. **Teoria da história:** os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. Tradução de Marcos Roberto Kusnick. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v.1, nº2, p.7-16, 2006.

RÜSEN, Jörn. **História viva – Teoria da História II**: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: UNB, 2007

SACHET, Celestino; SACHET, Sérgio: **Santa Catarina 100 anos de história**. Florianópolis: Século Catarinense, 1997.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos**. Florianópolis: IOESC, 2005.

SANTHIAGO, Ricardo. Da fonte oral à história oral: debates sobre legitimidade. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, p.33-46, jan./ jun. 2008.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **História oral na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SANTIAGO, Izabella Costa. **Refazer o caminho da história local**: uma possibilidade de ensino a partir da parceria “escola & comunidade”. Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades, Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades. Vitória: 2018.

SANTOS, Carina Santiago dos. **A Educação das relações étnico-raciais e o ensino de História**: propostas de implementação em sala de aula. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

SELAU, Mauricio da Silva. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos do Sul Catarinense (1875-1925)**: resistência e extermínio. Florianópolis, SC. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

SILVA, Cristiani Bereta da. **As fissuras na construção do novo homem e da nova mulher**: relações de gênero e subjetividades no devir MST - 1979/2000. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2003.

SILVA, Cristiani Bereta da. Nação, região e a unidade nacional uma leitura baseada em dois livros didáticos de história publicados na Primeira República. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, vol.19, nº57, p. 349-374, abr./jun. 2014.

SILVA, Cristiani Bereta da. Autores, textos e leitores: diferentes formas de narrar o “tempo dos exames de admissão ao ginásio” (1950-1970). **História Oral**, v. 19, nº 1, p. 81-114, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/631>. Acesso: 27 jun. 2021.

SILVA, Cristiani Bereta da. História Oral e identidade narrativa: algumas questões para a pesquisa histórica. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel; ÁVILA, Edna Ribeiro de; BOROWSKI, Leonardo Braga. **História Oral: democracia, direitos e diversidade**. Porto Alegre: ISCMPA, 2018, p.71-88.

SILVA, Cristiani Bereta da; ZAMBONI, Ernesta. Cultura política e políticas para o ensino de história em Santa Catarina no início do século XX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, nº 65, p. 135-159, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882013000100006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso: 17 mai. 2021.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. 2º ed. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Luis Carlos Borges da. A importância do estudo de história regional e local no ensino fundamental. **ANAIIS DO XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: Conhecimento histórico e diálogo social**. Natal: ANPUH, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372277415_ARQUIVO_Artigo-HistoriaRegional_NATAL_.pdf. Acesso em: 13 de março de 2021.

SINGLY, François de. A Apropriação da Herança Cultural. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, nº1, p. 9-32 jan./abr. 2009.

VARGAS, Karla Andrezza Vieira. **Vozes, Corpos e Saberes do Maciço: Memórias e Histórias de vida das populações de origem africana em territórios do Maciço do Morro da Cruz/Florianópolis**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado Profissional em Ensino de História. Florianópolis, 2016.

VARGAS, Marcia Peixe. **Memórias em movimento: histórias de mulheres do bairro Colônia Nova Itália, em São João Batista – SC**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós Graduação em História. Florianópolis, 2019.

APÊNDICE A: SEQUÊNCIA DIDÁTICA PRINCIPAL

ESCOLA	Escola de Educação Básica Lídia Leal Gomes	TURMAS: 1º, 2º e 3º séries	Ensino Médio
PROFESSOR	Malcon Gustavo Tonini		
TÍTULO DO PLANO DE AULA	Memórias e história oral em sala de aula.		

1 HORÁRIO DAS AULAS – QUANTIDADE DE AULAS

TURMA/ DIA DA SEMANA	HORÁRIO	NÚMERO DE HORAS-AULA
1º Série/Quarta-feira	19:10 às 20:30 (2 aulas de 40 minutos)	12
2º Série/Quarta-feira	20:40 às 22:00 (2 aulas de 40 minutos)	12
3º Série/Quinta-feira	20:40 às 22:00 (2 aulas de 40 minutos)	12

2 BREVE PERFIL DA ESCOLA E DO GRUPO DE ESTUDANTES

Escola Estadual, a única com Ensino Médio no interior do município de São João Batista. A escola está localizada no distrito de Tigipió, às margens da rodovia SC-408 que liga a cidade ao município de Major Gercino. Os estudantes compõem as três únicas turmas do Ensino Médio, em torno de 45 indivíduos com idades entre 15 e 18 anos, moradores de bairros da localidade. A região faz parte do antigo núcleo colonial denominado Colônia Nova Itália, fundado em agosto do ano de 1835 pelo Governo Imperial do Brasil durante os anos da Regência, um período importante para o desenvolvimento da atividade de colonização no Brasil.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Inventariar memórias coletivas relacionando-as com fontes históricas disponíveis sobre a cidade de São João Batista.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Proporcionar mecanismos que mobilizem investigações e descobertas, como na confecção de árvores genealógicas e em história oral, para que os estudantes identifiquem e valorizem o passado da comunidade da qual fazem parte.
- Abordar a história local a partir de memórias de pessoas pertencentes ao círculo social de estudantes.
- Contruir conhecimento por meio da problematização, interrogação e questionamento.

4 CONTEÚDOS E CONCEITOS QUE SERÃO DESENVOLVIDOS (TÓPICOS)

- Conteúdos: História Local e Colonização no Período Imperial do Brasil.
- Conceitos: Colônia, origem étnica, tradição, temporalidade, narrativa.

5 FONTES QUE SERÃO EXPLORADAS

- Narrativas de colaboradores convidados pelo professor para contarem suas versões sobre tradições da localidade para o grande grupo.
- Entrevistas com pessoas da comunidade recrutadas pelos próprios estudantes.
- Livros que contem a história da localidade e que estejam disponíveis na biblioteca da Escola.

6 METODOLOGIA

MÓDULO I (1 aula): Elucidar o objetivo da sequência didática, introduzindo os conteúdos e conceitos que serão abordados ao longo das aulas. Propor aos estudantes a elaboração de uma árvore genealógica, contendo não somente o nome dos familiares, mas também datação de nascimentos e falecimentos, origem do familiar (se é da localidade ou migrou para ela).

MÓDULO II (2 aulas): Questionar sobre a noção de colônia e origem étnica, discutir as fontes listadas, disponíveis e já conhecidas pelos alunos e alunas. Os próprios produziram muitas dessas (fotografias, narrativas textuais e ilustrações). Analisar o trabalho de estudantes em conjunto com a classe, problematizar as árvores junto deles, dando ênfase para as origens da família a qual pertence, evidenciando a diversidade étnica. Para estudantes cuja família veio de outra cidade ou região, falar

sobre os fatores que podem ter levado sua família a se mudar, indagando sobre a bagagem cultural que faz parte de sua história.

MÓDULO III (2 aulas): Trabalhar conceitos como tradição, temporalidade e narrativa, ensinar sobre a metodologia de história oral para produção de fontes para pesquisa. Utilizar exemplos multiculturais de tradições, como canções, rezas e mitos, para iniciar o processo onde o aluno relacionará a historiografia local com a memória coletiva da comunidade.

MÓDULO IV (2 aulas): Finalizadas as etapas iniciais, a partir dos levantamentos feitos, solicitar aos alunos e alunas que elejam um familiar ou pessoa próxima ao seu círculo social (de preferência um idoso e lúcido, que esteja acessível). A pessoa selecionada é necessariamente alguém que possa ser entrevistado sobre suas origens e tradições presentes na comunidade desde sua infância ou chegada. Nessa fase, haverá orientações para entrevistas e sobre o uso da história oral. Estudantes que possuam origens em outras regiões ou cidades, podem entrevistar algum conhecido ou familiar que possa contar sua trajetória relacionada ao processo de escolha pela migração para essa localidade.

MÓDULO V (2 aulas): Orientar os estudantes com relação a cuidados éticos importantes relacionados as entrevistas. Confeccionar cartas-convite (ANEXO 3), de agradecimento (ANEXO 4) e de cessão (ANEXO 2) para os entrevistados, roteiros, listar equipamentos a serem utilizados. Direcionar os participantes, para que antes das entrevistas, que expliquem aos seus entrevistados o objetivo do trabalho e detalhes sobre os procedimentos durante e depois do processo.

OBS: Indagações a serem feitas aos entrevistados escolhidos, divididos em equipes com três indivíduos:

- ✓ Por favor, se apresente. Quem é você?
- ✓ O que o Senhor (a) sabe sobre o passado a localidade?
- ✓ No presente da localidade, o que o senhor atribui como tradição colonial?
- ✓ Que tradição sobre a história local o Senhor (a) recebeu de seus antepassados? O que lhe foi contado?

MÓDULO VI (1 aula): Feitas as entrevistas, os estudantes serão orientados com relação a transcrição e aproveitamento das mesmas.

MÓDULO VII (2 aulas): Ouvir junto aos alunos e alunas alguns trechos das entrevistas, para que analisem quais trechos estão relacionados com a proposta do trabalho de inventariar tradições a partir de memórias. Os estudantes precisam relacionar as fontes produzidas durante o processo sequencial e relacioná-las com fontes históricas disponíveis sobre a cidade de São João Batista para que possam confeccionar em casa o trabalho final. Além de abordar a história local a partir das memórias das pessoas entrevistadas, é preciso orientar quanto o cuidado com o uso das fontes, especialmente as orais. O ponto de vista do interlocutor deve ser sempre levado em consideração para uma eventual análise.

Ainda nesse módulo, explanar como será o trabalho final utilizado como ATIVIDADE AVALIATIVA.

7 AVALIAÇÕES

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PESO
--------------------------	------------------------	------

<p>Serão feitas duas avaliações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entrevista gravada e transcrição de trecho da entrevista associado ao conceito de tradição, relacionando-o com fontes históricas disponíveis sobre a cidade de São João Batista, ou com os grupos étnicos que fazem parte da história do município e que ficaram evidenciados durante as aulas. • Escrita de um texto sob a forma de memórias literárias, sobre alguma das tradições reveladas durante as entrevistas com colaboradores do projeto (estudantes serão orientados previamente sobre a forma de escrita pelo professor de Língua Portuguesa). 	<ul style="list-style-type: none"> • Comprometimento, pontualidade na entrega, precisão e organização na produção documental. • Empenho, pontualidade na entrega, precisão e organização na produção documental. 	<ul style="list-style-type: none"> • 10 • 10
--	--	--

APÊNDICE B: SEQUÊNCIA DIDÁTICA SECUNDÁRIA

ESCOLA	Escola de Educação Básica Lídia Leal Gomes	TURMAS: 1º, 2º e 3º séries	Ensino Médio
PROFESSOR	Malcon Gustavo Tonini		
TÍTULO DO PLANO DE AULA	Intencionalidade fotográfica		

1 HORÁRIO DAS AULAS – QUANTIDADE DE AULAS

TURMA/ DIA DA SEMANA	HORÁRIO	NÚMERO DE HORAS-AULA
1º Série/Quarta-feira	19:10 às 20:30 (2 aulas de 40 minutos)	12
2º Série/Quarta-feira	20:40 às 22:00 (2 aulas de 40 minutos)	12
3º Série/Quinta-feira	20:40 às 22:00 (2 aulas de 40 minutos)	12

2 BREVE PERFIL DA ESCOLA E DO GRUPO DE ESTUDANTES

Escola Estadual, a única com Ensino Médio no interior do município de São João Batista. A escola está localizada no distrito de Tigipió, às margens da rodovia SC-408 que liga a cidade ao município de Major Gercino. Os estudantes compõem as três únicas turmas do Ensino Médio, em torno de 45 alunos e alunas com idades entre 15 e 18 anos, moradores de bairros da localidade. A região faz parte do antigo núcleo colonial denominado Colônia Nova Itália, fundado em agosto do ano de 1835 pelo Governo Imperial do Brasil durante os anos da Regência, um período importante para o desenvolvimento da atividade de colonização no Brasil.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Produzir fotografias que remetam ao passado bucólico de uma comunidade rural, relacionando-as com fontes históricas disponíveis sobre a cidade de São João Batista.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Proporcionar mecanismos que mobilizem investigações e descobertas para que estudantes identifiquem e valorizem o passado da comunidade da qual fazem parte.
- Abordar a história local a partir de memórias de pessoas pertencentes ao círculo social dos estudantes.
- Demonstrar o quanto ações no presente podem contribuir para a construção de um passado mitológico por meio da intencionalidade.
- Contruir conhecimento por meio da problematização, interrogação e questionamento.

4 CONTEÚDOS E CONCEITOS QUE SERÃO DESENVOLVIDOS (TÓPICOS)

- Conteúdos: História Local e Colonização no Período Imperial do Brasil.
- Conceitos: Colônia, origem étnica, tradição, temporalidade, narrativa, ilustração, fotografia.

5 FONTES QUE SERÃO EXPLORADAS

- Narrativas de colaboradores convidados pelo professor para contarem suas versões sobre tradições da localidade para o grande grupo.
- Livros que contem a história da localidade e que estejam disponíveis na biblioteca da Escola.

6 METODOLOGIA

MÓDULO I (1 aula): Elucidar o objetivo da sequência didática, introduzindo os conteúdos e conceitos que serão abordados ao longo das aulas. Propor aos estudantes a produção de imagens fotográficas com smartphones para estimular o reconhecimento da região a sua volta. Relacionar o uso de imagens com a compreensão das relações entre a criação e percepção de sua mensagem.

MÓDULO II (1 aula): Apresentar fotografias e outras imagens visuais selecionadas pelo professor,

relacionando-as com representações históricas. Mostrar como frequentemente o uso fotográfico é usado para confirmar a persistência em determinadas referências visuais, dialogando com diversas épocas. Focalizar em uma discussão sobre os diálogos da fotografia com narrativas textuais, considerando os diversos modos de vê-la e interpretá-la no ensino de História. Nessa aula, propor uma ATIVIDADE AVALIATIVA relacionada à produção fotográfica.

MÓDULO III (1 aula): Apresentar as fotografias produzidas por estudantes no módulo anterior, dialogando com conceitos como tradição, temporalidade e narrativa; com a história local e a memória coletiva da comunidade.

7 AVALIAÇÕES

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PESO
<ul style="list-style-type: none"> Produção fotográfica associada ao conceito de tradição, relacionando-o com fontes históricas disponíveis sobre a cidade de São João Batista, ou com os grupos étnicos que fazem parte da história do município e que ficaram evidenciados durante as aulas. 	<ul style="list-style-type: none"> Comprometimento, pontualidade na entrega, precisão e organização na produção documental. 	<ul style="list-style-type: none"> 10

APÊNDICE C: INVENTÁRIO DE TRADIÇÕES ORAIS DO DISTRITO DE TIGIPIÓ

Episódio I: *Memórias de Betina*, de *Memórias da Colônia* 2019, autoria da aluna Raiane Lima Honório:

MEMÓRIAS DE BETINA: Era início de outono quando Fabrício e Betina marcaram a data do casamento. Semanas depois, casaram-se, com uma bela cerimônia que reuniu todos os parentes e amigos. Foi uma festa deslumbrante. Os noivos estavam muito felizes, pois iriam começar uma nova vida juntos. Iriam agora construir uma família. Infelizmente, nem sempre as histórias têm finais felizes e o casal não esperava que essa felicidade estivesse prestes a chegar ao fim. Certa manhã, daquele ano de 1953, Fabrício saiu para o trabalho. Como de costume, despediu-se de sua esposa, mas sem imaginar que seria a última vez que iriam se ver. Naquela manhã, houvera um incêndio no armazém de farinha, onde era depositada toda a produção de farinha de mandioca e que dali saíria para os clientes. Fabrício e seu colega trabalhavam lá dentro durante o ocorrido. Fabrício conseguiu escapar, mas seu colega ficou preso embaixo de alguns destroços do teto que estava desmoronando. Fabrício voltou para ajudá-lo e, depois de algumas tentativas, conseguiu libertar seu colega, mas a essas alturas o fogo já havia tomado conta de tudo. Avistaram uma saída e correram em direção a ela, mas o teto não parava de desabar e este veio a cair sobre Fabrício o impedindo de sair dali. Era tarde demais para que seu amigo voltasse para ajudá-lo, pois o fogo havia tomado conta. Voltar lá seria suicídio. Sendo assim, Fabrício morreu consumido pelas chamas. Dali em diante o coração de Betina cobriu-se de um luto eterno. Tudo aquilo fora muito doloroso para a jovem, agora viúva, que viu o futuro de sua família sendo interrompido por aquela tragédia. Betina voltou a morar com os pais e começou a dedicar-se a costura, algo que a alegrava. Envelheceu. Nunca teve filhos ou casou-se novamente. Hoje ela se senta em sua cadeira de balanço e conta suas memórias para seus sobrinhos. Conta a eles as histórias de sua juventude e de como Fabrício, naquele dia, morrera como um herói. Sempre ensina que devemos aproveitar as pessoas enquanto elas estão entre nós, pois em um piscar de olhos, podem não estar mais (Raiane, 15 anos, aluna da 1º série do Ensino Médio, 30/08/2019).

Figura 20 – Ilustração de uma paisagem a partir da frente da “fictícia” casa de Betina nas proximidades do rio Tijucas



Fonte: Guilherme Duarte Hames (7º ano do ensino fundamental). Arquivo pessoal (2019)

Episódio II: *Casamento às escondidas*, de *Memórias da Colônia* 2019, autoria da aluna Vanuza Albanás Luiz:

CASAMENTO ÀS ESCONDIDAS: O dia já começara com alvoroço. De boca em boca a notícia corria: Isabel, a filha do seu Gentil, fora raptada. Dona Nina, sua mãe, chorava de desespero – queria-a de volta. Os cochichos e fofocas se espalhavam pela colônia e tudo apontava para um suspeito: Tiago, moço por quem Isabel estava apaixonada e com quem mantinha um caso amoroso escondido. Sim, escondido, pois aquele casamento não era do agrado dos pais da moça. O fato é que o seu Gentil descobriu o caso entre os dois e proibiu-os de se verem. Diante dessa situação, ambos, provavelmente, haviam resolvido fugir. E, de fato, era exatamente o que havia acontecido. Tiago a levou para a casa de uma tia sua, que morava distante de todos. Após alguns dias, voltou escondido até a cidade à procura do padre Pedro. Tiago queria que o padre fosse até o local onde estavam escondidos e os casassem – após estarem casados, nada mais o pai de Isabel poderia fazer para impedi-los de ficar juntos. Não é preciso dizer que o padre não gostou nada daquela ideia, pois seu Gentil ficaria ainda mais furioso com aquilo, mas, como era amigo de Tiago, consentiu em fazer o que o amigo pedia, após uma longa e melodramática insistência. Amanheceu o dia, o padre estava para chegar. Isabel trajava um vestido simples, mas branco. Tiago estava nervoso, mas cheio de alegria. Após celebrar o ato, o padre almoçou com os noivos e partiu. Isabel e Tiago partiram da colônia. Nunca mais tornaram a ver sua família. Em terras distantes criaram seu próprio armazém e tiveram oito lindos filhos (Vanusa, 16 anos, aluna da 2º série do Ensino Médio, 06/09/2019).

Figura 21 - Ilustração do casal Tiago e Isabel nas proximidades do rio Tijucas

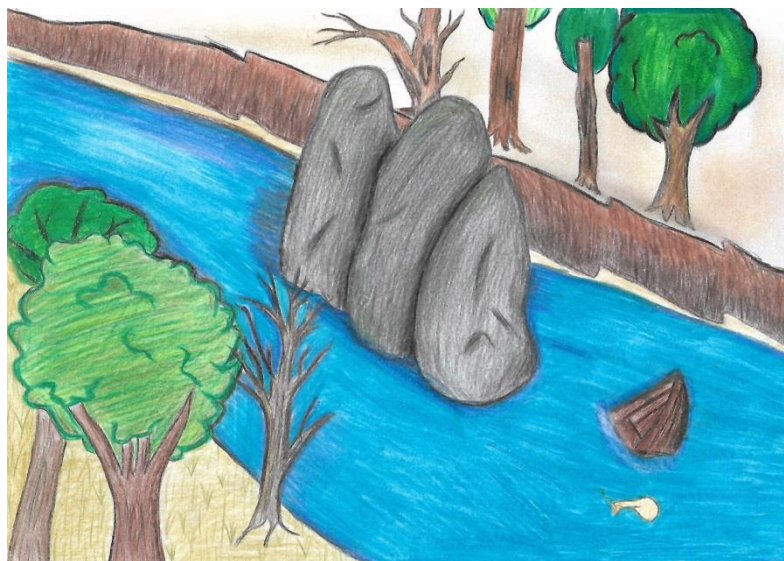


Fonte: Rayssa Coelho Deonísio (8º ano do ensino fundamental). Arquivo pessoal (2019)

Episódio III: *As pedras dos três irmãos*, de *Memórias da Colônia* 2019, autoria do aluno Mateus do Nascimento:

AS PEDRAS DOS TRÊS IRMÃOS: Durante a construção da Colônia Nova Itália, três irmãos órfãos viviam juntos e trabalhavam duro para prover seu sustento. Paulino era o mais velho da casa, Marcolino era o do meio e Lourenço era o mais novo. Levantavam todos os dias às 5 da manhã para trabalhar. Nenhum era casado, portanto, Lourenço, o mais novo, vez ou outra, arcava com a tarefa de deixar a casa limpa, se ausentando, esporadicamente, do trabalho na lavoura. Trabalhavam para o Sr. Pedro, velho de 62 anos, rico, dono de muitos negócios e terras – era conhecido como capitalista. Quando terminavam o trabalho exaustivo, voltavam para casa, jantavam e a cama era seu prêmio diário. Certo dia, tudo foi diferente do habitual. Sr. Pedro veio até os três jovens e lhes deu uma tarefa diferente: Transportariam suprimentos pelo rio. Aceitaram o trabalho, pois, embora fosse um serviço perigoso, não possuíam outra opção. Além do mais, seu Pedro ofereceu um bom valor pelo serviço. Estavam no meio do rio, o barco deslizava vagarosamente quando perceberam uma rachadura na popa do barco, onde estava depositada a carga. Por estar muito pesada, a rachadura começou a aumentar. Começaram a tirar as caixas de cima, tentando conter o aumento da rachadura, porém era muito peso e eles tinham pouco tempo e não havia muito espaço no barco. A solução foi jogarem a carga no rio. Mas a fenda já estava muito grande e o barco começou a afundar. Paulino e Lorenzo não sabiam nadar, Marcolino tentou carregá-los, mas em vão. No fim, todos os três morreram afogados. Onde morreram os jovens, três pedras surgiram no local e são conhecidas até hoje como as pedras dos três irmãos (Mateus, 16 anos, aluno da 2º série do Ensino Médio, 13/09/2019).

Figura 22 - Ilustração das pedras dos três irmãos, aparentes no rio Tijucas, no bairro Colônia Nova Itália



Fonte: Breno Puel (3º série). Arquivo pessoal (2019)

Figura 23 – Encenação de: *As pedras dos três irmãos*



Memórias da Colônia 2019 - EPISÓDIO: **A PEDRA DOS TRÊS IRMÃOS (Mateus ...**

7 visualizações · 3 meses atrás



0



0



Compartil...



Download



Salvar

Fonte: Anderson Quaiatto. Arquivo pessoal (2020). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=1OpjKvFWnZo>

Episódio IV: *A bruxa do cafezal*, de *Memórias da Colônia 2019*, autoria do aluno Leonardo Wisenteiner:

A BRUXA DO CAFEZAL: Em um passado nem tão remoto, acreditava-se em tudo o que se ouvia. Tudo era muito simples, não havia meios tecnológicos de comunicação e as informações eram transmitidas de boca

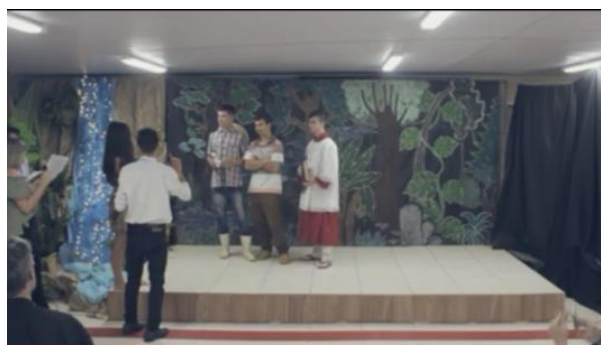
em boca. Conta-se que, durante uma época, de madrugada, da casa dos Zunino, era comum ouvir-se os gritos de sua filha mais velha, a Agostina. O boato era de que, vez em quando, a moça saía por volta da meia noite e, sonâmbula, vagava pelo cafezal. Quando caía em si, se dava conta de que uma bruxa a estava perseguindo e era comum chegar em casa com a roupa toda rasgada. Certa noite, um grupo de garotos da vizinhança, intrigados com aquele fato que vinha ocorrendo quase toda noite, decidiram desvendar o mistério da bruxa. Ficaram à espreita até que Agostina saiu e então, seguiram-na até o cafezal. Quando chegaram lá, para a surpresa de todos aqueles garotos, descobriram que Agostina saía à noite para se encontrar com o filho de outro colono. Com tudo em um silêncio profundo, ouviu-se a risada de uma velha. A luz do lampião se apagou e todos saíram correndo, mas como a lua estava clara, perceberam os garotos, que a velha era dona Joaquina que morava por perto e, sabendo da arteirice do casal, resolvera os assustar sempre que ali apareciam. A moça corria tão desesperadamente que sua roupa enroscava nos pés-de-silva que havia pelo caminho, chegando em casa em farrapos (Leonardo, 17 anos, aluno da 3º série do Ensino Médio, 20/09/2019).

Figura 24 - Ilustração de pessoas fugindo da “bruxa” às margens do rio Tijucas



Fonte: Guilherme Garai Gonçalves (3º série). Arquivo pessoal (2019)

Figura 25 – Encenação de: *A bruxa do cafezal*



#ProfHistoria #ColoniaNovaltalia

Memórias da Colônia 2019 - EPISÓDIO: **A BRUXA DO CAFEZAL (Leonardo Wise...**

Nenhuma visualização · 17 horas atrás



0



0



Compartil...



Download



Salvar

Fonte: Anderson Quaiatto. Arquivo pessoal (2020). Disponível em:

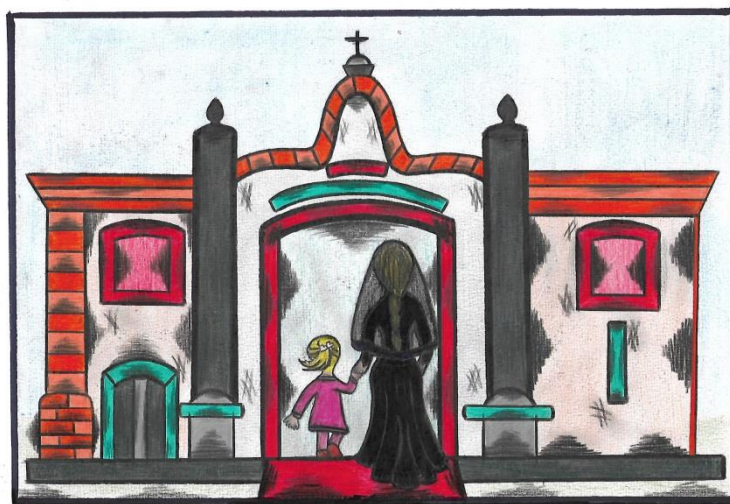
<https://www.youtube.com/watch?v=UmlOfBGMU2w>

Episódio V: *A Tradição dos casamentos*, de *Memórias da Colônia 2019*, autoria da aluna Jamily Vargas:

A TRADIÇÃO DOS CASAMENTOS: Durante uma tarde de verão, estavam as duas moças, vizinhas, sentadas na varanda, enquanto uma delas contava que dali uma semana iria se casar com seu amor, pois haviam acabado de marcar a data. Todos os preparativos estavam sendo feitos, incluindo o véu e o vestido. O véu da noiva fora todo bordado com barba-de-velho e o vestido era todo rendado, tudo seguindo uma tradição antiga. Ao chegar o dia do casório, todos acordaram cedo e foram para a igreja onde aconteceria a cerimônia. O padre, porém, desde o início deixara claro que não estava contente com aquele casamento, pois sentia que algo de ruim iria acontecer. Logo que a cerimônia se concluiu, já era visível os olhares e comentários maldosos das pessoas dizendo que o casamento não iria durar. Com o passar do tempo, as coisas entre eles foram ficando difíceis. O marido passava o dia fora trabalhando na lavoura, enquanto a mulher cuidava do serviço da casa e dos filhos. Remédios caseiros, como uma mistura de cachaça, café e farelo de fubá, eram as opções que existiam para curar o estresse e também a depressão. Passado alguns anos, seu marido veio a falecer, o que abalou muito a jovem, que agora ficaria de luto pelo resto da sua vida, pois fazia parte dos costumes locais. Jovem, viúva, sozinha no mundo, agora teria que arcar com todas as responsabilidades domésticas que já possuía, somadas ao fato de agora ter de prover o sustento para a família. Não se casaria novamente, pois ia contra os costumes da época. Estava condenada a levar uma vida de luto e sofrimento. Tempos mais tarde, seus dois filhos foram crescendo e puderam ajudar em casa e com o passar dos anos, tudo foi se ajeitando, mas a vida era difícil. Assim era a realidade de muitas mulheres que perdiam seus maridos e, por causa dos costumes e preconceitos da sociedade, levavam

uma vida de sofrimento e luto eterno pelo resto de seus dias (Jamily, 17 anos, aluna da 3º série do Ensino Médio, 27/09/2019).

Figura 26 - Ilustração de uma viúva entrando em uma igreja com sua filha

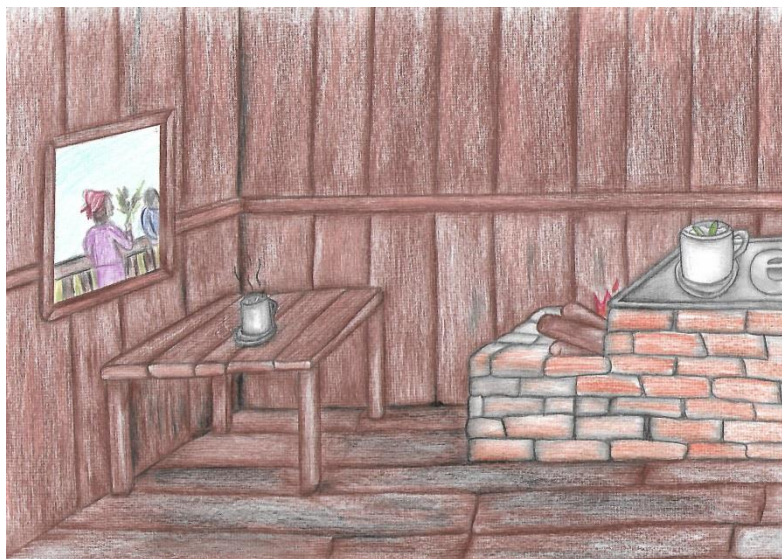


Fonte: Jamily Vargas (3º série). Arquivo pessoal (2019)

Episódio VI: *As benzeduras*, de *Memórias da Colônia* 2019, autoria da aluna Emilly do Nascimento:

AS BENZEDURAS: A vida na Colônia Nova Itália era muito diferente em tempos passados. Hoje possuímos costumes muito distintos dos daquela época. Alguns desses costumes permanecem até hoje, mas alguns se perderam com o tempo. Um costume antigo que muito chama a atenção são as benzeduras, pois, pelo fato de não haver médicos naquela região, era comum que existissem curandeiros e benzedeiros que, da forma que podiam, supriam algumas necessidades médicas mais básicas dos moradores locais. Havia uma moça cuja avó era benzedeira. Demonstrou interesse pela arte das benzeduras desde muito cedo. Sua avó era uma benzedeira muito conhecida e procurada na região. Todos os dias, muitas pessoas batiam à sua porta para se benzerem e aquilo deixava aquela moça intrigada – Como ela fazia aquilo? Queria aprender aquelas rezas e a confeccionar aqueles remédios naturais que curavam muitas pessoas. Começou cedo a praticar, a princípio de brincadeira, logo depois, passou a auxiliar sua avó naquela tarefa. Começou colhendo ervas medicinais e produzindo alguns remédios e chás. Sua avó sempre estava ao seu lado lhe ensinando sobre as plantas e as propriedades medicinais que cada uma possuía. Certo dia, sua avó, percebendo o real interesse da menina pela arte da benzedura, resolveu preparar a moça para substituí-la futuramente. A moça aceitou o convite, pois havia demonstrado paixão por aquilo. Então sua avó foi lhe ensinando aos poucos tudo o que sabia e, como tradição, a moça seguiu os trabalhos de sua avó, quando esta, veio a falecer. A moça se tornou uma benzedeira tão conhecida como sua avó, e, todos os dias muitas pessoas da Colônia a procuravam para resolver seus problemas. Desempenhava esse papel com muito amor e carinho, que sempre teve por essa arte (Emilly, 17 anos, aluna da 3º série do Ensino Médio, 04/10/2019).

Figura 27 - Ilustração do interior de uma casa colonial



Fonte: Guilherme Hames (7º ano do ensino fundamental). Arquivo pessoal (2019)

Figura 28 – Encenação de: *As banzeduras*



#benzedeadras #ProfHistoria #ColoniaNovaltaia

Memórias da Colônia 2019 - EPISÓDIO:
AS BENZEDEIRAS (Emilly do Nascimen...

Nenhuma visualização · 16 horas atrás



0



0



Compartil...



Download



Salvar

Fonte: Anderson Quaiatto. Arquivo pessoal (2020). Disponível em:

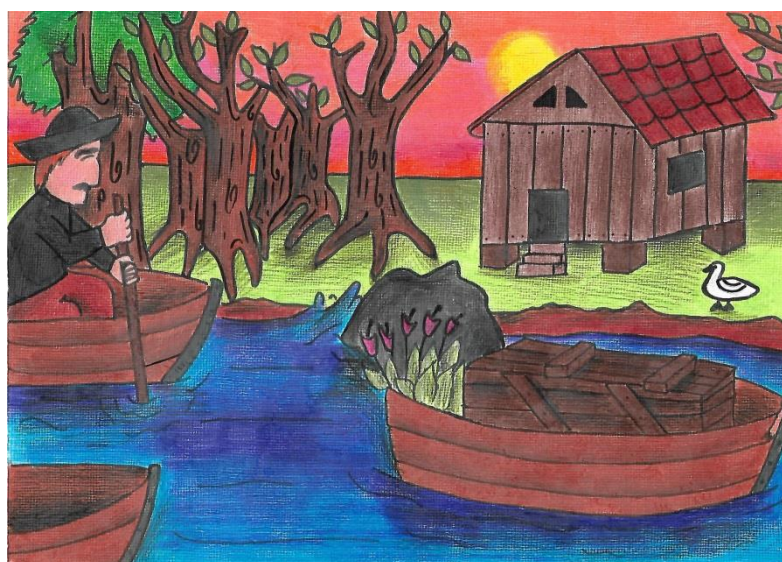
<https://www.youtube.com/watch?v=5iUCQIYnsg4&t=182s>

Episódio VII: *Os velórios e enterros*, de *Memórias da Colônia 2019*, autoria da aluna Samara de Sousa:

OS VELÓRIOS E ENTERROS: Assim como a maioria das coisas, os funerais de antigamente eram muito diferentes dos de hoje em dia. O caixão, geralmente era construído pelos amigos e parentes do morto. Os

defuntos eram levados até a igreja dentro de um barco. Conforme o barco navegava pelo rio, em direção ao velório, os entes mais próximos iam atrás, acompanhando a embarcação, chorando e cantando uma canção de praxe, cuja letra fazia um apelo para que Deus tivesse piedade da alma e a livrasse do fogo do inferno. As pessoas, todas, trajavam preto, para representar o luto, pois vestir qualquer outra cor representaria uma grande falta de consideração para com a pessoa que havia morrido. Trajar preto era forma de respeito para com os familiares e de reverência para com os costumes da igreja. As viúvas, se não trajassem preto, eram vistas como mulheres levianas e significaria para todos, que já estava à procura de um novo casamento, atitude condenável pela sociedade da época. Na época não havia meios de comunicação desenvolvidos como nos dias de hoje. A notícia da morte se espalhava de boca em boca e algumas pessoas só ficavam sabendo da morte de conhecidos muitos anos depois. Eram, sem dúvidas, tempos difíceis, mas que deixaram histórias e tradições. Muitas delas se perderam no tempo, com o crescimento populacional e a evolução das tecnologias, mas ainda existem muitas que permanecem até os dias atuais (Samara, 16 anos, aluna da 2º série do Ensino Médio, 11/10/2019).

Figura 29 - Ilustração de um cortejo funerário pelo rio Tijucas



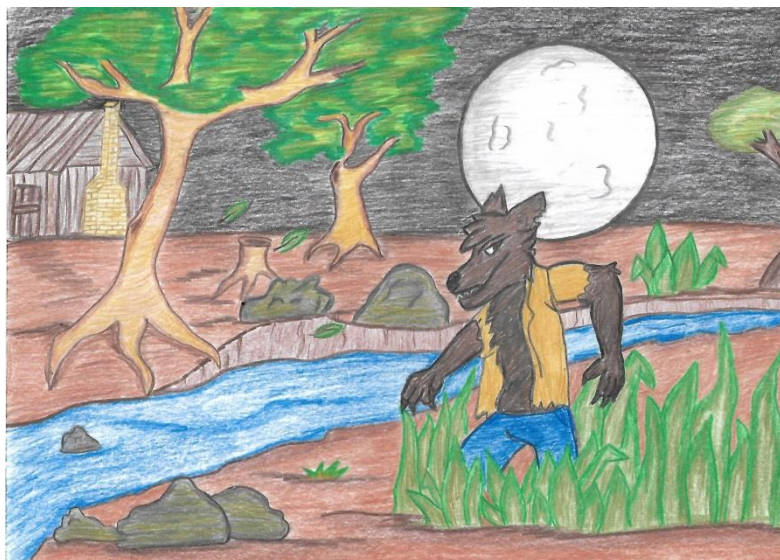
Fonte: Kauã Jocy de Souza (3º série). Arquivo pessoal (2019)

Episódio VIII: *A lenda do lobisomem*, de *Memórias da Colônia* 2019, autoria do aluno Matheus Correia:

A LENDA DO LOBISOMEM: Desde pequenos, sempre ouvimos contar muitas lendas. Uma delas conta que em noites de lua cheia, um morador local se transformava em lobisomem e saía em busca de alimento. Segundo as pessoas mais velhas, sempre que ouvíssemos algum barulho de animal grunhindo não devíamos sair de casa, pois poderíamos acabar devorados pelo lobisomem. Porém, certo dia, Marcos, moço que sempre foi muito descrente dessas lendas e mitos, resolveu, em uma noite de lua cheia, sair à rua para desvendar de uma vez por todas aquele mito. Lá estava ele esperando o lobisomem quando, de repente, escutou um grunhido ecoando ao longe. Partiu em direção ao som. Não havia energia elétrica naquela região, mas a noite estava clara, por causa da grande lua cheia que brilhava

no céu. Correndo em direção ao barulho que não parava de ecoar, foi avistando o que parecia um galpão de madeira. Chagando mais perto, foi reconhecendo o local. Eram as terras do seu João. O galpão era o chiqueiro e era dali que vinha o som. O tal lobisomem não passava de uma porca no cio. Depois disso, a história se espalhou, porém muitos ainda continuaram acreditando que o lobisomem de fato existe (Matheus, 16 anos, aluno da 2ª série do Ensino Médio, 18/10/2019).

Figura 30 - Ilustração de um “lobisomem”



Fonte: Luiz Henrique Zeitz Wisenteiner (1ª série). Arquivo pessoal (2019)

Episódio IX: *Samanta, a bruxa*, de *Memórias da Colônia* 2019, autoria da aluna Raiane Angeli:

SAMANTA, A BRUXA: Havia poucos anos que o povo italiano pusera seus pés em terras tupiniquins. Todos ainda tinham medo de sair à noite: Era perigoso e mal continha iluminação, já que a eletricidade ainda não havia chegado naquela região... Se alguém, principalmente uma moça, fosse vista andando pela rua à noite, ficaria mal falada para sempre. Pietro, no início de sua juventude, era conhecido como o melhor galanteador dentre a vizinhança. Sempre desafiava todos os rapazes, seus amigos, a irem até as margens do rio, próximo à colônia, onde, segundo as crenças dos moradores, se encontrava a bruxa Samanta. Todos, em sã consciência, negavam o desafio e corriam para as suas casas – existindo bruxa ou não, o medo falava mais alto que a pouca coragem que possuíam. Em uma bela noite, após uma bela bebedeira, onde consciência era coisa que aqueles homens já não mais possuíam, decidiram encarar o desafio e sair à procura da bruxa, de quem tanto falavam e a quem tanto temiam. Em meio a tropeçadas e risadas escandalosas, chegaram às margens do rio. Quando lembraram o real motivo pelo qual estavam ali, engoliram em seco. Pietro, que era o menos sóbrio de todos, chamou aos gritos pela bruxa: - Samanta... Samanta!!! Após profundo silêncio, Pietro e os demais se entreolharam e caíram na gargalhada: Nada acontecera e estava comprovado que toda aquela história ridícula não passava de um mito. Foi o que eles pensaram, até que ouviram uma risada feminina... Nunca correram tanto na vida como naquela noite! Apavorados, todos se trancaram em suas casas e só saíram após o sol voltar a brilhar no céu. No dia seguinte, com

as pernas ainda tremendo e os rostos ainda pálidos, o grupo de Pietro contou a todos o ocorrido da noite anterior. A bruxa? Não passava da filha do seu Marco, antigo comerciante das redondezas. Como era bonita, jamais iriam associar a sua imagem à de uma bruxa, sempre descrita como uma criatura horivelmente assustadora. O fato é que Samanta adorava sair à noite para caminhar à beira do rio e observar as estrelas e, por ter um invulgar senso de humor, assustar os moradores locais passou a ser seu passatempo favorito. É claro que os comentários logo se espalharam pela comunidade, onde aqueles rapazes ficaram conhecidos por fugirem de uma moça. Com o passar do tempo, Pietro e Samanta se apaixonaram e vieram a se casar, formando uma bela família (Raiane, 15 anos, aluna da 1º série do Ensino Médio, 25/10/2019).

Figura 31 - Ilustração de um homem sendo “assombrado” por uma “bruxa”



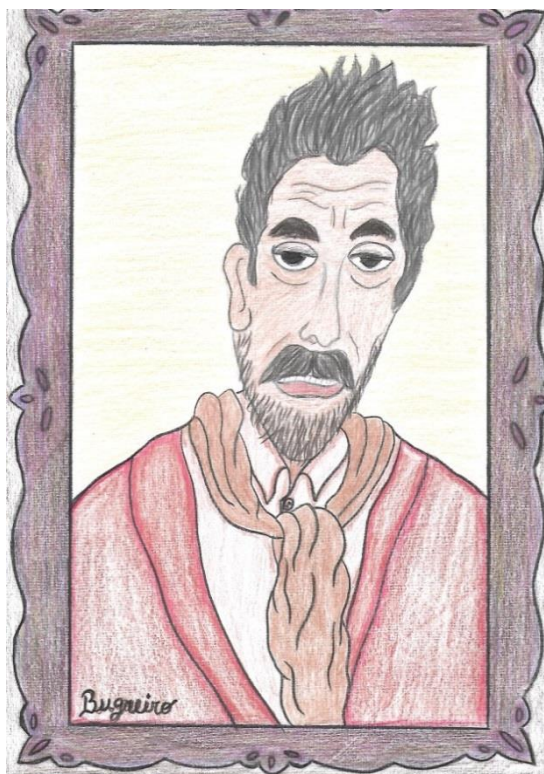
Fonte: Tainá Lima (7º ano do ensino fundamental). Arquivo pessoal (2019)

Episódio X: *A vida cobra*, de *Memórias da Colônia* 2019, autoria do aluno Breno Puel:

A VIDA COBRA: Mais uma rotineira manhã de terça-feira, na Colônia. A nona já esperava a todos com o café pronto. Logo em seguida, vem à tona o assunto do dia: Havião matado todos os residentes da casa da família Zunino. Havião sido mortos bruscamente na noite anterior. Por aqueles dias, rondava pela região o Bugreiro e seus capatazes. Eram uma espécie de cangaceiros da região. Por onde passavam, pairava uma onda de medo e terror. A notícia da morte dos Zunino havia se espalhado e todos estavam atribuindo o fato ao Bugreiro. A família Vargas, que sempre fora rival da família Zunino, por querer suas terras, logo após o ocorrido, apossou-se das mesmas. Diante do ocorrido, Bugreiro, ao ouvir os boatos que atribuíam a ele a morte dos Zunino, resolveu ir atrás do verdadeiro assassino e desvendar de uma vez por todas aquele crime, pois jamais aceitaria que seu nome fosse incriminado em vão. Certa tarde, foram até a antiga casa dos Zunino, que os Vargas haviam tomado posse, para esclarecer o que havia, de fato, acontecido. Bugreiro, com voz firme, falou: - Cadê o dono dessa joça? Logo seu Vargas apareceu, tremendo de medo do Bugreiro, que logo perguntou sobre a morte dos Zunino. Após algumas ameaças, seu Vargas confessou o crime: havia matado a família Zunino para ficar com

suas terras. Bugreiro, diante dessa confissão, propôs-lhe duas opções: Partir com sua família daquele lugar ou morrerem todos ali mesmo. Diante daquelas condições, os Vargas partiram dali para sempre (Breno, 18 anos, aluno da 3ª série do Ensino Médio, 01/11/2019).

Figura 32 – Ilustração de um Bugreiro



Fonte: Guilherme Garai Gonçalves (3ª série). Arquivo pessoal (2019)

Figura 33 – Encenação de: *A vida cobra*



Memórias da Colônia 2019 - EPISÓDIO: **A VIDA COBRA (Breno Puel)**

2 visualizações · 2 meses atrás



0



0



Compartil...



Download



Salvar

Fonte: Anderson Quaiatto. Arquivo pessoal (2020). Disponível em: <https://youtu.be/EtbjxXTiLrs>

Episódio XI: *O véu rasgado*, de *Memórias da Colônia* 2019, autoria do aluno Luiz Henrique Zeitz Wizenreiner:

O VÉU RASGADO: Era dia de casamento. O nervosismo tomava conta dos noivos. Naquela época, um simples incidente com o véu era necessário para arruinar um casamento. Ana, a noiva, em uma canoa, descia rio abaixo, como era de costume naquele tempo. Porém, naquele dia, houve um pequeno acidente que mudaria a história do casal... A canoa estava no meio do trajeto quando o véu prendeu em um galho seco. Na tentativa de desprender o véu, a canoa balançava de tal forma que acabou virando. Como se não bastasse a canoa ter virado, para piorar a situação, o véu teve um pequeno rasgão, que foi o suficiente para despertar maus olhares e maus pensamentos nos convidados, que já começavam a murmurar, dizendo que o casamento não daria certo. Ana chegou à igreja ensopada e aos prantos. Apesar das fofocas, o casamento aconteceu e os noivos foram para casa. Depois de humilhados, com a fofoca correndo pela vizinhança, resolveram partir da Colônia e, distante dali, tentarem uma vida tranquila e longe dos comentários ruins a seu respeito. Partiram para a cidade de Tijucas em busca de paz e tranquilidade para formar uma família. Lá viveram e tiveram filhos, provando que tudo não passava de superstição (Luiz, 15 anos, aluno da 1º série do Ensino Médio, 08/11/2019).

Figura 34 – Ilustração de uma noiva indo para o casamento utilizando o transporte fluvial



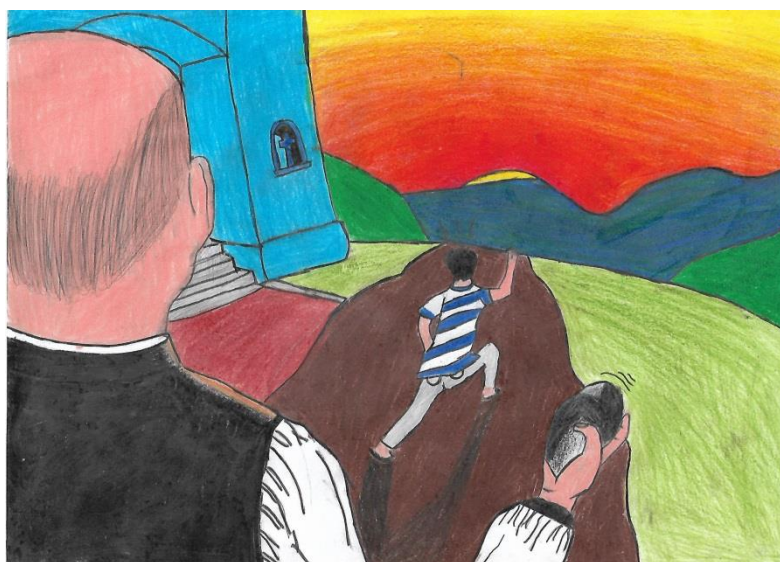
Fonte: Leonardo Wisenteiner (3º série). Arquivo pessoal (2019)

Episódio XII: *Cuidado com as pedras!*, de *Memórias da Colônia* 2019, autoria do aluno Marco Aurélio Zunino Silveira:

CUIDADO COM AS PEDRAS! Amanheceu, logo no café da manhã a fofoca rolava a solta. Cidade pequena é assim, de boca em boca as notícias se espalham. A nova dessa vez era que a vaca do compadre Jorge fora roubada. O mistério percorria pelas ruas da Colônia, onde a curiosidade de saber quem tivera a coragem de cometer tal atrocidade era grande. A única

certeza era a de que o padre Zé sabia, pois, em confissão, o culpado se entregaria, mas, pelas regras da igreja, o padre não poderia simplesmente denunciar o culpado. Portanto, teve uma ideia... No domingo de manhã, na missa, a Colônia inteira participava. Ao final da missa o padre pegou uma pedra na mão e começou a andar no meio do povo, falando sobre o ocorrido. Todos olhavam atentamente para o padre, até que ele levantou a pedra e gritou: - Em nome de Jesus Cristo, jogarei esta pedra que cairá na cabeça do culpado! O padre deu o primeiro impulso. De repente, de longe, dona Joana gritou: - Corre João, que lá vem pedrada! O silêncio tomou conta do recinto, o padre baixou a pedra, todos haviam descoberto o ladrão. No dia seguinte, a casa de dona Joana e de seu João estava vazia, haviam partido dali. Seu Jorge ficou sem a vaca, mas logo tudo voltou ao normal. A história, entretanto, nunca foi esquecida (Marco, 16 anos, aluno da 2ª série do Ensino Médio, 15/11/2019).

Figura 35 – Ilustração do padre com uma pedra na mão enquanto João está em fuga



Fonte: Rafael Felipe Mazzotti (2ª série). Arquivo pessoal (2019)

Episódio XIII: O pé de alface, de Memórias da Colônia 2019, autoria da aluna Amanda Ribeiro da Silva:

O PÉ DE ALFACE: Era uma manhã de março normal, como todas as outras, exceto por um fato que aconteceu com dona Dora. Levantou-se cedo e foi à horta colher tempero. Ficou estupefata com a cena que contemplava: Seu pé de alface sumira, alguém o havia roubado. Pode parecer coisa pouca, mas naquela época, já era o suficiente para ser considerado uma terrível atrocidade. Além do mais, era o maior e mais bonito de seus pés e havia semanas que dona Dora o havia plantado, regando e cuidando com muito amor e carinho e, agora que ele estava pronto para ser colhido, alguém o roubara. Dona Dora ficou triste e furiosa ao mesmo tempo. Furiosa por alguém se atrever a invadir sua horta e lhe roubar, mas triste pela atitude tão baixa e mesquinha do infrator. Foi até a igreja e denunciou o ocorrido ao padre Bento que prometeu descobrir quem fora o autor do crime. Como era comum naquela época, todos confessavam seus erros perante o padre, então não demorou para que este descobrisse quem era o culpado. Ainda assim, ele não podia simplesmente denunciar o culpado, pois iria contra os princípios morais e éticos da igreja. Sendo

assim, no dia da missa, durante o sermão, o padre disse que alguém havia roubado um pé de alface naquela semana e ninguém sairia da igreja naquele dia, até que se descobrisse o culpado. Com um pé de alface na mão, o padre apregoou o sermão que naquele dia e foi sobre o pecado do roubo. Ao final da missa, o ladrão confessou o crime e se desculpou com dona Dora. Era um moço jovem, que morava na vizinhança, o havia roubado por pura travessura, porém ele se mostrou arrependido e dona Dora o desculpou por seu ato. Assim era como acontecia na Colônia quando alguém fazia algo de errado, por temer a religião, muitos se confessavam e, na maioria dos casos, tudo se resolvia da melhor forma (Amanda, 16 anos, aluna do 1º série do Ensino Médio, 22/11/2019).

Figura 36 – Ilustração de uma horta caseira



Fonte: Raiane Lima (1º série). Arquivo pessoal (2019)

Figura 37 – Encenação de: *O pé de alface*

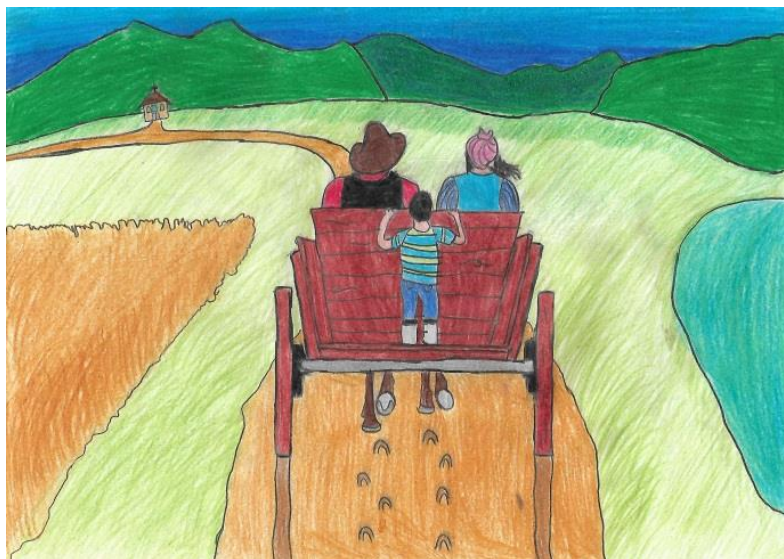


Fonte: Anderson Quaiatto. Arquivo pessoal (2020). Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=487O8zLzruY>

Episódio XIV: *Religiosidade italiana*, de *Memórias da Colônia 2019*, autoria da aluna Luiza Eugenia Formento:

RELIGIOSIDADE ITALIANA: Quando sento ao lado de minha avó, noto seus sentimentos de saudade, principalmente quando começa a falar das tradições religiosas da época de sua juventude. Ela conta que ia à igreja todos os finais de semana com sua família em uma carroça, pois tudo era muito distante e esse era o meio de transporte mais rápido de que dispunham. Chegando lá, tiravam um pouco da poeira que ficava sobre o corpo e entravam na igreja, à época, ainda de madeira. As mulheres trajavam os vestidos e saias abaixo do joelho, caso contrário, seriam vistas como mulheres de pouco respeito. Já os homens, tinham de usar sempre calças e blusas de manga, sempre cobrindo a maior parte possível do corpo. Nos velórios, todos tinham que trajar roupas pretas. Costumes que o povo tinha de respeitar e cumprir, alguns, um tanto exagerados, mas era a cultura da época e da região. Minha avó compara os tempos, o ontem, o hoje... Assim, relembra e suspira, há saudade em cada detalhe (Luiza, 16 anos, aluna da 2ª série do Ensino Médio, 29/11/2019).

Figura 38 – Ilustração de uma família se deslocando de carroça até uma igreja



Fonte: Rafael Mazzoti (2º série). Arquivo pessoal (2019)

Episódio XV: *Chegados à Colônia*, de *Memórias da Colônia* 2019, autoria do aluno Leonardo Sestrem:

CHEGADOS À COLÔNIA: No passado tudo era mais difícil, ainda assim as pessoas eram felizes. Para que Jorge conseguisse se casar com Maria, fora um grande obstáculo a ser superado, pois Jorge era um moço de família muito pobre, que plantava para sobreviver, enquanto Maria era de uma família mais rica. Durante dois anos, se encontraram às escondidas, quase sempre à beira de um rio que havia por perto da casa de Maria. Amavam muito sua terra natal, a Itália, e nunca antes haviam imaginado deixá-la, até que naquele dia, no ano de 1839, isso estava prestes a mudar. O pai de Maria, homem resolutivo e inflexível, descobrira o caso amoroso de sua filha com o fazendeiro e não aceitou em hipótese alguma aquela atrocidade. Em pouco tempo chegou aos ouvidos de Jorge que o Senhor João, pai de Maria, estava atrás dele, pronto para matá-lo. Durante essa época, estava acontecendo uma grande emigração de italianos para as Américas. Muitos estavam fugindo da grande crise econômica pela qual a Itália passava e, muitos deixavam sua terra em busca de uma vida melhor no Novo Mundo. Ao saber que um navio partiria para o Brasil naquela madrugada, Jorge resolveu partir para sempre, junto com sua amada. Deixaram apenas uma carta dizendo que estavam partindo e se foram, sem nem saber o que os esperava do outro lado do oceano. E assim chegaram ao Brasil, de mãos vazias e com uma terra para desbravar. Logo conseguiram se estabelecer na Colônia Nova Itália, que mais tarde se torna parte de São João Batista. Apesar de todas as dificuldades, construíram uma casa, tiveram filhos, que os ajudavam na lavoura e em casa. E foi assim que a família Peixer se estabeleceu na Colônia Nova Itália e construiu sua história com muito trabalho, honra e honestidade, acima de tudo (Leonardo, 17 anos, aluno da 3º série do Ensino Médio, 6/12/2019).

Figura 39 – Ilustração de um barco transportando imigrantes para o litoral brasileiro



Fonte: Rafael Mazzoti (2º série). Arquivo pessoal (2019)

Figura 40 – Encenação de: *Chegados à Colônia*



Memórias da Colônia 2019 - EPISÓDIO: **CHEGADOS À COLÔNIA (Leonardo Ses...**

25 visualizações · 3 meses atrás



1



0



Compartil...



Download



Salvar

Fonte: Anderson Quaiatto. Arquivo pessoal (2020). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=qJs6FoySjY&t=66s>

Episódio XVI: *O remédio era a fé*, de *Memórias da Colônia 2019*, autoria da aluna Morgana Peixer:

O REMÉDIO ERA A FÉ: Como em qualquer outra cultura, os italianos que migraram para o sul do Brasil também tinham seus próprios costumes, crenças e métodos de cura. Um deles era contra picada de cobras e animais peçonhentos e consistia em isolar o paciente em um quarto escuro. Ali, ficavam em quarentena, sendo alimentados somente por uma pessoa.

Esposa, marido, filhos; ninguém podia se aproximar durante esse período. Quando o método falhava e a pessoa morria, o corpo do falecido era velado em sua própria residência e o caixão ficava no cantinho da sala, com água benta e velas acesas ao redor do caixão, que era construído pelos amigos do defunto e enfeitado com flores e rendas amarelas. Passavam a noite ali, rezando pela alma que se foi. Os métodos de cura nem sempre funcionavam, as pessoas não dispunham de conhecimentos científicos. O que tinham era muita fé. Não obstante, fosse naquela época, seja nos tempos atuais, de uma coisa não restam dúvidas: Sempre haverá crenças e devemos respeitar a fé de cada um (Morgana, 16 anos, aluna da 2º série do Ensino Médio, 13/12/2019).

Figura 41 – Ilustração que remete ao bucólico e as tradições de curandeirismo



Fonte: Leonardo Wisenteiner (3º série). Arquivo pessoal (2019)

Episódio XVII: *O amor vence barreiras*, de *Memórias da Colônia* 2019, autoria da aluna Liriane Garcia:

O AMOR VENCE BARREIRAS: Na época em que imigrantes italianos se deslocaram até o interior da cidade de São João Batista, o cenário cultural era muito diferente no tocante à vida da mulher imigrante. Havia poucas famílias na Colônia naquela época e, para que pudessem viver de forma harmoniosa, foram delimitadas as terras. Durante essas delimitações de terras, as famílias Rossi e Vitale entraram em um conflito, que acabou por se tornar uma grande rixa que, inclusive, persiste até hoje. Entretanto, para a surpresa de todos, algo parecia ter mudado. Anos após o início daquela grande contenda, Antonela, filha de Erculino Rossi, conheceu um garoto que lhe chamou muita atenção. Certo dia, por culpa de sua animação, a garota não se deu conta de que a brincadeira com a qual se divertia junto das suas irmãs, havia se estendido por toda à tarde, fazendo-as se apressar na volta para casa. Naquela época, mulheres não poderiam ser vistas de maneira alguma fora de casa ao entardecer, pois seriam consideradas impuras e de má índole. Antonela foi entrando em casa, porém parou de repente quando ouviu risadas, e uma voz masculina que vinha da casa dos vizinhos. Esgueirou-se pelos fundos do pátio entre ramos de árvores secas e outras verdes, a fim de ouvir quem eram e o que conversavam. Observando os rapazes e ouvindo a conversa às escondidas, pode reparar

em Pedro, que se destacava com sua voz grave. Sem se dar conta, a garota se perdeu em pensamentos e quando olhou à frente, percebeu que os garotos já haviam ido embora. De repente, ao escutar um ruído de um graveto quebrando, assustou-se e percebeu que era Pedro que resolvera lhe dar um susto como lição por ter ouvido a conversa. A garota, assustando-se, caiu para trás e os braços fortes do rapaz a seguraram. Pedro caiu na risada e, em seguida, pediu-lhe desculpas – apesar de travesso, sabia respeitar uma dama. Passou-se um tempo e todos os domingos, lá estava ele. Vinha às escondidas para vê-la e no meio de uma de suas conversas uma pergunta fez com que o silêncio pairasse por um tempo: - Por que nossas famílias não se falam? – Perguntou Antonela. Após alguns segundos, Pedro respondeu: - Bem, foi por uma disputa de terras, tempos atrás. Pouco tempo depois ele foi embora, deixando Antonela pensativa sobre essa questão. Estavam apaixonados, mas sabiam que em hipótese alguma poderiam ficar juntos pelos meios tradicionais e com o apoio da família. Eles precisavam tomar uma decisão: Resolveram fugir e construir uma vida longe dali. Naquela época, quando havia esse tipo de rixa entre famílias, os jovens já eram ensinados desde cedo a se odiar. Mas com Pedro e Antonela, a decisão de traçar sua própria história, provou que o amor pode ser mais forte que o ódio, que a paz pode ser mais forte do que a guerra (Liriane, 15 anos, aluna da 1º série do Ensino Médio, 20/12/2019).

Figura 42 – Ilustração de um casal às margens do rio Tijucas ao entardecer



Fonte: Luiz Henrique Zeitz Wisenteiner (1º série). Arquivo pessoal (2019)

Episódio XVIII: *O casamento diferente*, de *Memórias da Colônia* 2019, autoria da aluna Luana Paulina Peixer:

O CASAMENTO DIFERENTE: Era o ano de 1955. Joana tinha 14 anos, faltando uma semana para seu aniversário. Estava em seu quarto treinando costura quando sua mãe entrou trazendo a notícia de que sua prima havia fugido de casa com um jovem da colônia. Naquele tempo, todos sabiam o que acontecia com quem cometia tal barbárie: se alguma moça fugisse de casa ou se casasse impura, ficaria mal falada por todos pelo resto da vida. Quando Nina, prima de Joana voltara para casa com o moço com quem

havia fugido, estava grávida e o seu pai obrigou-os a se casar. No dia do casamento, a pequena capela estava vazia, apenas alguns familiares estavam presentes e o padre mandou que uma criança tocasse o sino fúnebre. Durante todo o casamento ouviu-se o sino tocando como se fosse um velório. Fatos como esse, que ocorreu com Nina, ficavam como exemplo para as moças, donzelas da colônia (Luana, 15 anos, aluna da 1º série do Ensino Médio, 30/08/2019).

Figura 43 – Encenação de: O casamento diferente



Fonte: Anderson Quaiatto. Arquivo pessoal (2020). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=7ccjtZTHn3Q&t=235s>

Episódio I: *Antigamente era difícil*, de *Memórias da Colônia 2020*, autoria do aluno Luiz Henrique da Silva:

ANTIGAMENTE ERA DIFÍCIL: Antigamente era difícil de viver, não tinha carro e era comum o uso de canoas como meio de transporte para ir até Tijucas, onde faziam compras. A viagem levava em torno de oito dias entre a ida e a volta. Não existia energia elétrica, luz só com querosene e bambu. Alguns possuíam carroças com cavalos, as pessoas que precisassem de hospital eram com elas transportadas. Muitas crianças passando mal eram levadas de carroça, havia muita pobreza. Quando houve a guerra, faltou tudo, chegaram a comer broto de bananeiras. As crianças que iam para a escola, iam descalças, não tinham lanche, alguns levavam batata assada. As mulheres remendavam as roupas e torravam café. Para lavarem a roupas elas tinham que ir até o rio, as roupas tinham que colocar de molho com folha de mamoeiro. Banho, só de gamela feita de madeira. Comiam ossinhos de porco colocados em uma caixa com sal para não estragar. Os antigos usavam de sua fé e orações para poderem suportar, as crianças eram contentes com aquilo que podiam ter, possuíam brinquedos simples como bonecas de pano e boizinhos feitos com sabugo de milho. A comunidade ficou feliz quando surgiu um senhor fazendo um poço, de onde tiravam água com um balde e uma corda. Quem podia, comprava peças de pano para fazerem roupas, era tudo feito manualmente, mas isso só ocorria

a cada cinco anos. As mulheres tinham seus filhos e no outro dia os levavam para a roça e iam trabalhar. Ninguém se aposentava. Comer era uma vez ao dia, tudo era muito difícil, mas "eram felizes". Amém! (Luiz, 15 anos, aluno da 1ª série do Ensino Médio, 01/05/2020).

Figura 44 – Ilustração que remete ao início da colonização no interior de São João Batista



Fonte: Igor Eduardo Machado. Arquivo pessoal (2020)

Episódio II: *Cheirinho de café*, de *Memórias da Colônia* 2020, autoria do aluno Marco Aurélio Silveira:

CHEIRINHO DE CAFÉ: Relembrando as memórias do meu tempo de infância que não são poucas, lembro-me da produção de café, que era uma delícia, só de imaginar, o cheirinho já vêm na mente! Assim que o calor chegava, os grãos começavam a amadurecer lá no terreiro de casa, nosso plantio era pequeno, apenas para o consumo da família. Logo que meu pai começava a colher, eu já ia para perto, era o meu momento favorito! Depois meu pai, minha mãe e meu tio Pedro colocavam os grãos para secar no terreiro a luz do sol e ali ficavam por um ou dois meses até tudo estar bem sequinho. Uma quantidade de nossos grãos já era produzida para se tornarem pó em seguida, mas o resto mamãe guardava tudo em sacos para irmos fazendo durante os próximos meses. E lá ia nosso café para o pilão, era a hora de tirar as casquinhas! Sempre pegava o socador na tentativa de ajudar, mas na maioria das vezes deixava cair em meu pé e era uma choradeira que só. Que saudades, desses momentos que hoje se tornaram lembranças especiais. Com as casquinhas tiradas, tudo ia para o caldeirão, mamãe colocava os grãos limpos com açúcar e ali ficava por horas torrando no fogão a lenha, o cheiro tomava conta da casa. Por último, tudo ia para o pilão novamente para virar pó. Nosso café era uma delícia e muito saudável (Marco, 17 anos, aluno da 3ª série do Ensino Médio, 08/05/2020).

Figura 45 – Ilustração de uma mulher fazendo café no interior de sua casa



Fonte: Igor Eduardo Machado. Arquivo pessoal (2020)

Episódio III: *O anel de cunhada Dida*, de *Memórias da Colônia* 2020, autoria da aluna Luiza Eugenia Formento:

O ANEL DE CUNHADA DIDA: Hoje em dia, contando essa história rindo, nem parece que na época foi um falatório entre toda família. Era mês de maio, o frio já começava a chegar, recebemos a notícia que a cunhada Dida havia falecido, notícia essa muito triste, já que éramos todos muitos próximos. Fui mais cedo para ajudar na arrumação, tiramos a porta da entrada da sala e colocamos sobre duas cadeiras e assim ficamos esperando o corpo da falecida chegar. O caixão foi feito num instante só, pelo próprio viúvo. Sua irmã Luzia estava arrumando a falecida, na casa que ficava ao lado. Logo que o corpo chegou, todos perceberam uma movimentação entre as filhas da cunhada Dida e logo ouvi de longe os sussurros: - Querida, sempre fostes a preferida da sua mãe, ela com certeza gostaria que você ficasse com seu anel de ouro, vai lá e tira de seu dedo, sem que ninguém perceba! Quando me virei vi que era Luzia falando para sua sobrinha Joana. Fui ao banheiro rapidamente, quando retornei vi as brigas, entre Joana e Clara, filhas da falecida: - Porque você pegou o anel de mamãe Joana? Você é filha como eu, se tem direito também tenho, quero o anel! - Clara, sempre fui a preferida de mamãe, vou ficar com o anel. - Coloca esse anel no dedo dela de novo! Em meio aos choros anteriores, ouviam-se agora risadas e comentários. Pobre cunhada Dida que nem em seu velório pode descansar em paz. No fim das contas, Joana colocou o anel no dedo da falecida novamente e ao final da tarde as duas choravam juntas no enterro da mãe (Luiza, 17 anos, aluna da 3º série do Ensino Médio, 15/05/2020).

Figura 46 – Ilustração de velório no interior da residência da pessoa falecida



Fonte: Igor Eduardo Machado. Arquivo pessoal (2020)

Episódio IV: *O dia em que as águas subiram*, de *Memórias da Colônia 2020*, autoria do aluno Caique Peixer:

O DIA EM QUE AS ÁGUAS SUBIRAM: Em uma noite, dia 1 de Novembro de 1961, as águas do rio Tijucas começaram a subir muito rápido pegando todos desprevenidos. As águas começaram a baixar um dia depois, no dia de finados, dois de novembro, um dia em que é comum todos irem aos cemitérios, porém devido ao ocorrido ninguém compareceu. Graças ao bom Deus, com todo esse estrafo, foram perdidos apenas bens materiais, ninguém veio a falecer e nem se machucar. Lembro-me de eu, Wilmar, sair junto com meu pai, Neném do Cuco, apressados para socorrer o João do Chico que estava ilhado. Era por volta da meia noite, sem energia elétrica, saímos com uma lamparina pelo rio de canoa, meu pai naquela escuridão sem ver quase nada, falou para o Neném do Cuco: - Estamos mortos, vamos bater no costão do cemitério. Neném, não se assusta, não estamos mortos não, é por causa da neblina que não conseguimos enxergar, já estou em cima da casa do João do Chico. Para conseguir salvá-lo, meu pai bateu com o remo no telhado quebrando-o e retirando João de dentro de casa. A força da enchente arrancou todas as pontes, inclusive onde passavam os caminhões carregados. Meu pai, Neném do Cuco, tinha uma pequena estufa, onde secavam tijolos, estava bem abastecida, mas com a enchente tudo foi destruído; muitas criações morreram afogadas: porcos, galinhas, apenas os nossos cavalos se salvaram, correram para os morros nos arredores. Quando tudo passou, fomos atrás e encontramos, a água levou todas as plantações. Recuperamo-nos e a vida seguiu novamente, eu Wilmar, peço a Deus todos os dias para que isso não torne a ocorrer (Caique, 15 anos, aluno da 1º série do Ensino Médio, 22/05/2020).

Figura 47 – Ilustração de moradores de uma vila sofrendo com uma enchente



Fonte: Igor Eduardo Machado. Arquivo pessoal (2020)

Episódio V: *O menino do Itaquaruçú*, de *Memórias da Colônia* 2020, autoria da aluna Sara Petry:

O MENINO DO ITAQUARUÇÚ: O seu Joaquim Xavier, mais conhecido como Quincas Lorentino, era habitante do Itaquaruçú, onde hoje é a localidade de Águas Frias. Ao ficar viúvo, o mesmo casou-se com outra mulher e juntos tiveram um filho homem. Certo dia, quase à noite, sua esposa precisou ir à vizinha pedir uma meada de linha, para costurar sua roupa, deixando o bebê de dois anos sozinho. Ao voltar não encontrou o menino no berço, desesperada ela foi aos vizinhos e todos se reuniram a procurar. Anoiteceu e nem sinal dele. O pai do menino era tropeiro, por isso não se encontrava em casa. Assim, enviaram-lhe um telegrama comunicando o acontecido. Rapidamente Joaquim voltou para casa. Chegando pegou seus dois cachorros de caça, botou sua arma em punho e foi para mata em busca do filho. Dentro de poucas horas, ouviu o latido de seus cachorros, isso indicava que algo teria sido encontrado. O homem correu até o trabalho dos cachorros, com sua arma em punho achando que eles tinham encontrado um leão. Quando se aproximou do local, viu que eram apenas os restos da criança (cabelo, roupas e ossos). Pois o leão havia comido o menino.

Triste, o pai fez um buraco onde enterrou os restos do corpo de seu filho. A família e vizinhos fizeram um cercadinho de pedra plantando ali uma flor que se chamava cravo roxo, formando-se ao longo do tempo um lindo buque, onde dentro deste foi colocado uma santinha (Que até os anos 90 ainda encontrava-se lá). Ari Celso, morador da região, conta que sempre quando ia caçar neste local, avistava o “cercadinho de pedra”. Em 1992, a estrada onde se encontrava o pequeno túmulo foi modificada. Recentemente, Ari Celso esteve à procura do local, mas não encontrou mais nenhum vestígio (Sara, 15 anos, aluna da 1º série do Ensino Médio, 29/05/2020).

Figura 48 – Ilustração de um local onde houve um sepultamento em meio à floresta

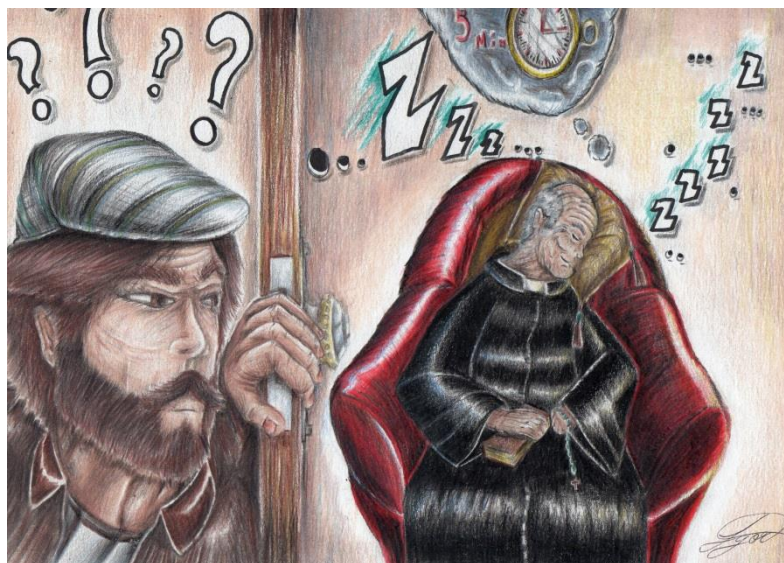


Fonte: Igor Eduardo Machado. Arquivo pessoal (2020)

Episódio XVI: *Dormindo em Serviço*, de *Memórias da Colônia* 2020, autoria da aluna Raiane Angeli:

DORMINDO EM SERVIÇO: Havia muito tempo que os italianos migraram e fundaram a Colônia, famigerada Nova Itália, todos estavam contentes com suas novas moradias e o sossego que este lugar trazia. A missa aos domingos de manhã ainda era algo muito cogitado por todos os devotos deste bairro, por isso uma vez por mês o Padre fazia questão de vir realizar. Este domingo não era diferente e todos estavam animados, a presença do padre era visto como algo muito importante. O padre José adorava este lugar e como era bem recebido, principalmente por dona Madalena, que sempre permitia que o mesmo ficasse em sua casa. Ela fornecia o melhor café da manhã e almoço, sempre fazendo questão de preparar os bolos que o padre José tanto gostava. Em um destes tantos domingos, depois de voltar das visitas nas casas dos fiéis, o senhor de idade comeu tantas fatias de bolo que precisou descansar, nem que fossem por pelo menos cinco minutinhos, por isso tratou logo de ir até o seu quartinho reservado na própria igreja. Mal sabia ele que os cinco minutos viraram cinco horas e que todos os moradores procuravam pelo padre, que não dera as caras a tarde toda e agora estava começando a escurecer. Todos muito aflitos com o desaparecimento do padre José, só foram se acalmar quando o viram adormecido no pequeno quarto na igreja. O padre ficou vermelho por causa da vergonha e pediu mil desculpas, decidido que depois daquilo jamais dormiria em serviço (Raiane, 16 anos, aluna da 2ª série do Ensino Médio, 05/06/2020).

Figura 49 – Ilustração de um homem espiando o padre dormindo

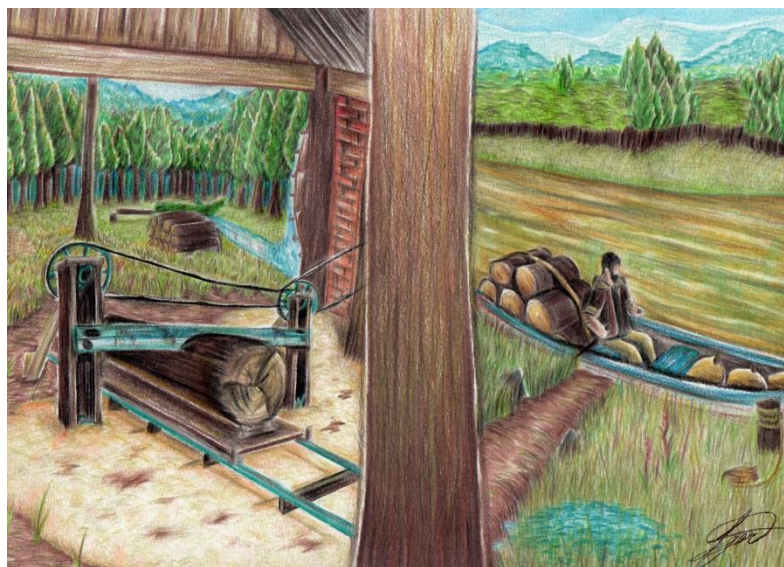


Fonte: Igor Eduardo Machado. Arquivo pessoal (2020)

Episódio VII: *Madeiras no rio Tijucas*, de *Memórias da Colônia 2020*, autoria do aluno Matheus Correia Gonçalves:

MADEIRAS NO RIO TIJUCAS: Nos tempos antigos, os cortes e serragem de madeira eram feitos no meio do mato. Derrubavam as árvores e fazia-se a tora e faziam um estaleiro. Dois homens, um em cima e outro em baixo com um serrote que era puxado a mão e fazia-se as tábuas. Depois chegaram os engenhos de serra, que eram chamados de pica-pau e eram movidos a água. Puxavam-se as toras do mato, que eram derrubadas a machado e eram trazidas de arrasto por juntas de bois. Os pica-paus tinham a capacidades de serrar duas a três dúzias de madeira por dia, depois de serrada, a madeira era conduzida por carretas puxadas a cavalos ou bois até a beira do Rio-Tijucas, ali elas eram embalsadas por homens capacitados nesse ofício. Cada balsa continha cem ou mais dúzias de madeiras que eram conduzidas pelo rio até Tijucas, cada balsa levava de 8 a 10 dias para chegar ao destino. Em Tijucas as famílias Gallotti e Cherem compravam a madeira e distribuía nos grandes comércios, inclusive sendo exportadas para outros países (Matheus, 17 anos, aluno da 3ª série do Ensino Médio, 12/06/2020).

Figura 50 – Ilustração de uma serraria às margens do rio Tijucas



Fonte: Igor Eduardo Machado. Arquivo pessoal (2020)

Episódio VIII: *A bela moça*, de *Memórias da Colônia* 2020, autoria da aluna Julia Nascimento:

A BELA MOÇA: Há muito tempo atrás, na localidade de Arataca, um lugar com poucos habitantes e que fizera parte dos limites da antiga Colônia. Os que ali moravam eram famílias simples, todos vivendo de um único sustento, a agricultura ou a extração de madeira que predominavam naquela época. Uma das famílias que moravam ali eram os Peixer, todos bem conhecidos. Moravam bem no final do Arataca, todos os dias acordavam cedo para trabalhar na roça com plantação de aipim, mas sempre uma das mulheres da casa, ficava para fazer os serviços domésticos. Sempre foi uma família grande, assim a mulher passava a manhã lavando roupa, limpando, costurando e fazendo comida para quando estivesse perto do meio-dia, pudesse levar comida para aqueles que foram trabalhar. E assim passavam os dias. Havia alguns boatos naquela época. Um que falava de uma bela moça que morava ali perto e que estava sendo acusada de bruxaria. Dona Nina, a senhora mais velha da casa ficou surpresa, dizia que segundo as crenças antigas, que se fosse colocada uma vassoura atravessada na porta nenhuma bruxa entraria. Pois foi o que Dona Nina fez, convidou a moça para almoçar em sua casa no final de semana. Ao chegar o dia, Dona Nina preparou a comida e deixou tudo pronto, colocando a vassoura atravessada na porta. A bela moça chegou e todos a receberam bem. Quando Dona Nina a convidou na porta para entrar, ela não quis, recusou dizendo que precisava ir embora. Ao passaram os dias a moça foi embora da comunidade para nunca mais voltar (Julia, 17 anos, aluna da 3º série do Ensino Médio, 19/06/2020).

Figura 51 – Ilustração de uma moça sendo observada



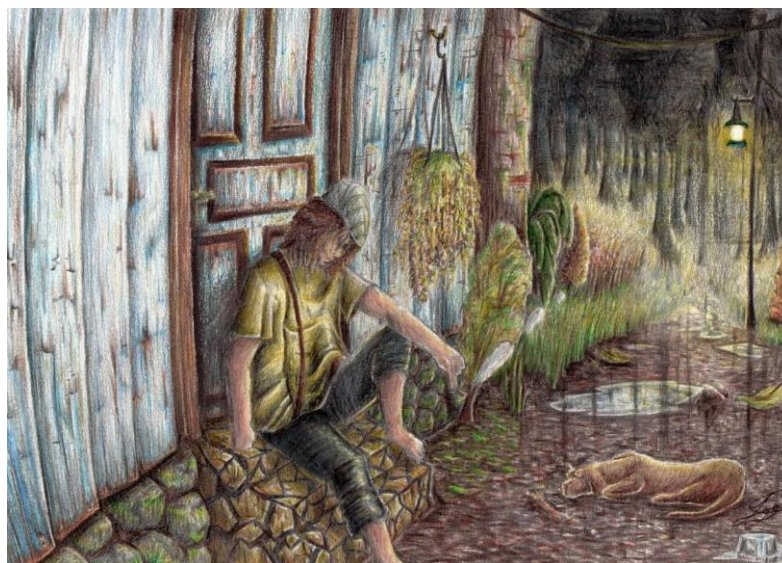
Fonte: Igor Eduardo Machado. Arquivo pessoal (2020)

Episódio IX: *Benedura para quebranto*, de *Memórias da Colônia* 2020, autoria da aluna Thawany Lima:

BENZEDURA PARA QUEBRANTO: É uma benzedura usada quando uma pessoa, animal e planta recebe algum tipo de mau-olhado ou feitiço. Segundo a crença nem sempre o quebranto vem de alguém invejoso. Pelo contrário, o quebranto mais difícil de cortar vem de não invejosos. São vários sintomas de quem está sendo vítima de quebranto: olhos lacrimejantes, moleza por todo o corpo, tristeza, bocejar constante, espirros repetidos, inapetência. No caso dos animais, ficam tristes, parados e encorujados. As plantas vítimas de mau-olhado murcham sem motivo e rapidamente, às vezes da noite para o dia ou vice-versa, dependendo de quando foram atingidas pelas energias negativas. De acordo com a crença alguns objetos ajudam a espantar o mau-olhado e feitiço como as figas, pés de coelho, olhos gregos, pimentas vermelhas e ferraduras. Para curar o quebranto ou o mau-olhado utilizam-se rezas, benzeduras e simpatias. No caso de animais, quando não é possível capturá-los, deve-se benzer seu rastro. Jesus (fazer o sinal da Cruz)! O nome de Jesus me ajude (repetir o sinal da Cruz)! Onde eu puser a mão, ponha Deus a sua santa virtude! - Cristo vive, Cristo reina, Cristo te ilumine, Cristo te defenda de todo o mau ar. Se esta criatura tiver coisas ruins, às areias do rio irão parar, porque eu tiro-lhe pela cabeça. Santa Tereza, eu tiro-lhe pelo lado. Senhora Santa Ana, eu tiro-lhe pela frente. São Vicente, tiro-lhe por trás. São Brás, tiro-lhe pelo fundo. E Nosso Senhor, por todo o mundo. Rezar um Pai-Nosso e uma Ave-Maria. Rezar três vezes: Com dois puseram com três eu tiro. Com o nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, sai quebranto!

-Com um raminho de qualquer mato e fazendo o sinal da cruz no peito da criança falar: Jesus quando andou no mundo pra tudo ele rezou. Rezou para olhares de quebranto, que desta criança vão saindo, varridas com galho de oliveira. Amém! Rezar em seguida um Credo, um Pai-Nosso, uma Ave-Maria, uma Salve-Rainha e acender um incenso para anular o mau-olhado (Thawany, 16 anos, aluna da 2º série do Ensino Médio, 26/06/2020).

Figura 52 – Ilustração de um homem sofrendo de quebranto



Fonte: Igor Eduardo Machado. Arquivo pessoal (2020)

Episódio X: *Tragédia de um dia de outono*, de *Memórias da Colônia* 2020, autoria da aluna Morgana Peixer:

TRAGÉDIA DE UM DIA DE OUTONO: O dia começou cedinho na Colônia, era uma quinta feira fresca, com um ar de outono. Marcelo e José chegaram à casa de Antônio às 4 da manhã, era dia de transportar as madeiras pelo rio até Tijucas. Antônio calçou suas botas e foram a serviço, Marcelo e José começaram a colocar a madeira na balsa. Antônio começou a sentir mal, mas não sabia o motivo: - Eu não estou com um bom pressentimento sobre essa viagem, espero que seja só loucura. Respondeu José com firmeza, que no fundo, também estava um pouco incomodado: - Não à de ser nada homi, deixe de arreio e vem ajudar vem. Depois de tudo no seu lugar os três seguiram viagem, o rio estava perigoso, havia lugares muito fundos, e outros em que a balsa encalhava. Indagou José: - Acho que colocamos carga demais, será que não vai pegar no fundo? Respondeu Marcelo: - Espero que não, o rio está cheio depois dessa semana de chuva. E estava mesmo, choveram três semanas seguidas, o rio estava transbordando e a água escura que chegava a dar medo. Foi então, que o temido aconteceu, pegaram uma correnteza muito forte, perdendo o controle da balsa, que começou a balançar muito. Antonio e José conseguiram se segurar, mas Marcelo acabou caindo no rio. Marcelo sabia nadar, mas aquela correnteza não deixou que ele se salvasse. Não conseguiram parar, a balsa continuou rio a baixo, e o um dos companheiros, Marcelo, nunca mais foi encontrado. Deste dia em diante, Antônio não trabalhou mais na balsa. Ficou com trauma, um de seus melhores amigos perdeu a vida nela, foi algo que lhe chocou muito. José continuou lá, mas somente cortando lenha, não queria mais saber de viagem. O rio lhes deu muitas oportunidades, mas também, algumas tristezas ficaram marcadas pra sempre (Morgana, 17 anos, aluna da 3º série do Ensino Médio, 03/06/2020).

Figura 53 – Ilustração de três homens em uma balsa em meio a um rio transbordando



Fonte: Igor Eduardo Machado. Arquivo pessoal (2020)

Episódio XI: *Engenho de farinha*, de *Memórias da Colônia* 2020, autoria do aluno Luiz Henrique Zeitz Wisenteiner:

ENGENHO DE FARINHA: Na década de 1940 um homem esperançoso, José, junto a sua família se muda para uma comunidade do interior, chamada Veada. Lá ele comprou um pequeno engenho de farinha, porém, nessa época era muito difícil achar quem cultivasse a matéria prima, o aipim, então ele junto de seus filhos cultivavam e faziam a farinha, enquanto a mulher cuidava dos afazeres da casa. O dia se tornava curto comparado ao serviço que era extenso, a família estava aos apuros, pois era inverno e tornava-se cada vez mais difícil trabalhar e seus recursos estavam escassos. Com tanto estresse e pressão, José acabou por adoecer, o engenho teve que parar. José infelizmente não resistiu e veio a óbito. Em meio a toda essa desgraça, Carmo, seu filho mais velho, assumiu o engenho e contou com a ajuda de seus irmãos para seguir com o trabalho. O negócio familiar esteve perto da falência, mas o engenho conseguiu se reerguer e cada vez mais se tornou próspero. Os anos se passaram, Carmo se casou e passou a tocar o engenho com sua família, o engenho sempre foi simples, movido por uma roda d'água, sem energia elétrica, já que essa tecnologia chegou anos depois na comunidade. Tiravam seu sustento da agricultura e dos animais criados para alimentação. O engenho continuou próspero por muitos anos, garantindo o sustento da família e a criação dos filhos. As crianças cresceram, porém, não conseguiram dar continuidade ao engenho que foi acabando aos poucos e hoje não passa de ruínas. (Luiz, 16 anos, aluno da 2º série do Ensino Médio, 10/07/2020).

Figura 54 – Ilustração contrastando o tempo com relação ao engenho



Fonte: Igor Eduardo Machado. Arquivo pessoal (2020)

Episódio XII: *Uma bruxa na Colônia*, de Memórias da Colônia 2020, autoria da aluna Vitória Peixer:

UMA BRUXA NA COLÔNIA: Em noites de lua cheia, os moradores da Colônia supostamente escutavam barulhos estranhos: urros, risadas, relinchos, agito. Quando isso acontecia, sabiam que a bruxa estava solta, colocavam a vassoura atrás da porta, a tesoura debaixo do travesseiro, tudo isso para a bruxa não aparecer nas suas casas. Segundo as crenças locais, as temidas bruxas não gostavam dos bebês, incomodavam a noite inteira, não os deixando dormir. No dia seguinte a “visita” delas, as mães encontravam seus filhos cheios de marcas roxas. A procura por benzeduras contra bruxarias na região era frequente. Quando coisas estranhas aconteciam durante a noite, a curiosidade e o medo tomavam conta da Colônia. Entre as conversas acusavam uma mulher moradora da localidade de bruxaria, e isso porque ela se vestia sempre toda de preto, um hábito pouco comum entre os moradores. Em uma determinada manhã, Demétrio encontrou suas cercas destruídas, os cavalos haviam fugido para o pasto do vizinho. Demétrio estava assustado, seus cavalos estavam com tranças na cola e na crina. Seus relatos colocavam pavor nas pessoas, e por isso, alguns moradores resolveram em toda lua cheia ficarem a espreita, para ver se avistavam algo sobrenatural. Em uma determinada noite dessas, Demétrio, Chicão e Pedro resolveram adentrar a mata em torno da vila, e depois de alguns minutos de caminhada encontraram uma pobre senhorinha que vivia sozinha, desde que seu marido havia falecido, era a tal mulher acusada pelo povo de ser bruxa. Os homens ali então constataram o motivo de suas vestes negras e após conversarem com ela, souberam que toda semana de lua cheia a viúva saía para fazer suas orações solitárias, aproveitando o céu iluminado (Vitória, 17 anos, aluna da 3ª série do Ensino Médio, 17/07/2020).

Figura 55 – Ilustração de homens à noite procurando por uma bruxa na mata

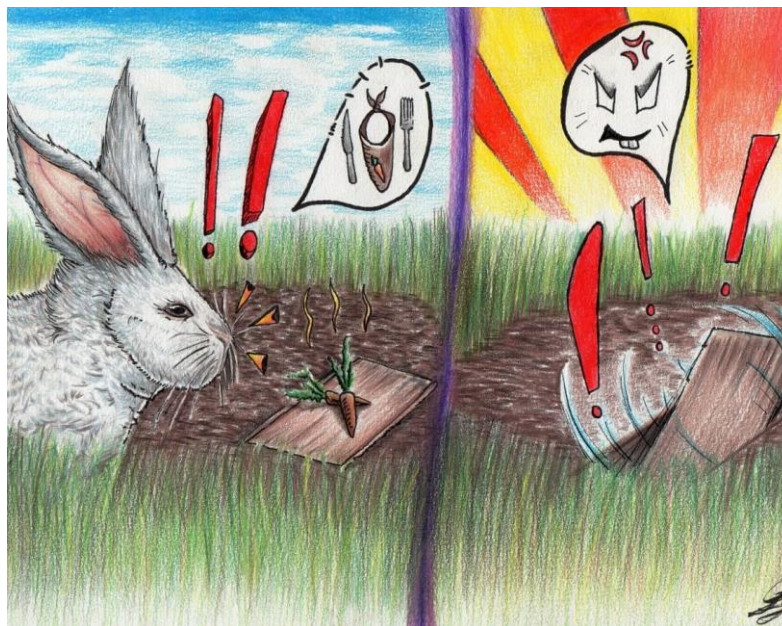


Fonte: Igor Eduardo Machado. Arquivo pessoal (2020)

Episódio XIII: *A arataka do colono*, de *Memórias da Colônia 2020*, autoria da aluna Samara de Sousa:

A ARATACA DO COLONO: A vida estava difícil no litoral, Antônio José Melo e sua esposa Luiza Melo, moradores de Picadas do Sul, região que hoje parte da grande Florianópolis, tentavam fugir da situação precária em que viviam. Por meio de uma requisição de um coronel, a família tentou vida melhor nas proximidades do Rio Tijucas-Grande, terra que estava famosa pelas prósperas plantações. Chegaram e se instalaram onde hoje se encontra a igreja evangélica de Arataka, mas já havia gente morando por ali, então decidiram atravessar o ribeirão e fizeram um rancho de pau a pique em terras mais acima. Hoje em dia para marcar sua terra, se contrata um agrimensor, mas no passado era diferente, o colono pegava uma foice e fazia um trilho até onde queria. Todos respeitavam, e foi isso que Antônio fez para demarcar as terras que passou a ocupar. A alimentação, a família retirava da terra, onde se plantava feijão, milho, abóbora entre outros produtos. Sal e a querosene só encontrava em comércios em Tijucas e por isso havia deslocamentos ocasionais até lá. Pescavam em especial um peixe chamado lambira, e caçavam. Nesta época existiam muitos animais na região, Antônio costumava fazer armadilhas para caça, usava uma caixa de pau com uma tampa onde colocava comida para atrair animais. De dois em dois dias, se certificava da captura de tatus, pequenos veados, pacas ou porcos do mato. Este tipo de armadilha dava nome de arataka, o que remete ao fato da região onde inicialmente os Melos se instalaram ter esse nome devido às armadilhas construídas por Antônio. Os Melos fizeram uma vida na região, e até os dias atuais, em Arataka, existem várias pessoas que descendem desse casal. Antônio José Melo e Luiza Melo, tiveram quatro filhos, o Manoel, o José, o Antônio e a Cândida Melo (Samara, 17 anos, aluna da 3ª série do Ensino Médio, 24/07/2020).

Figura 56 – Ilustração de uma arataca



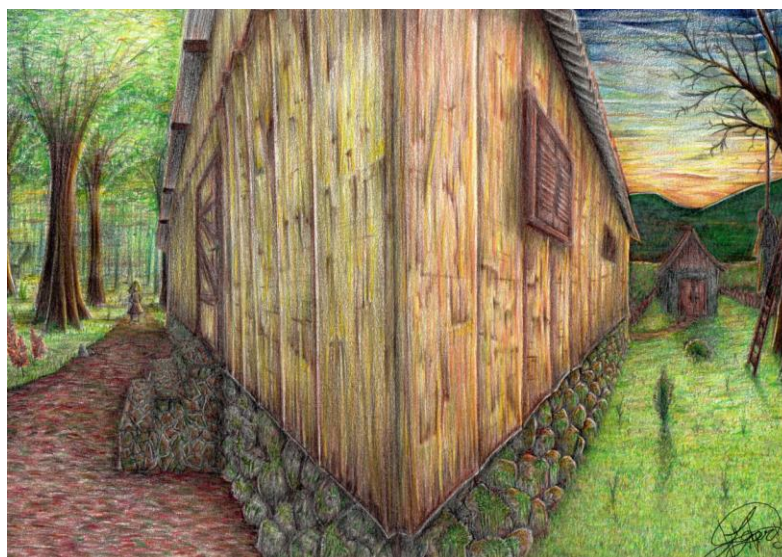
Fonte: Igor Eduardo Machado. Arquivo pessoal (2020)

Episódio XIV: *O trágico fim*, de *Memórias da Colônia 2020*, autoria da aluna Liriane Garcia:

O TRÁGICO FIM: Eram cinco horas da manhã no inverno, onde um nevoeiro pairava sobre a Colônia, um silêncio absoluto, nem mesmo os pássaros faziam barulho. As águas do rio produziam um ruído suave. De repente, ouve-se um barulho de galhos quebrando atrás da casa da senhora Antonela. A senhora morava sozinha há dois anos, após o marido ter levado suas filhas embora fugindo com outra mulher. Todos tinha um leve medo dela, pois o que contavam não era nada bom, mas havia uma menina filha de seu José que sempre lhe visitava às seis horas da manhã para saber como estava e se precisava de algo. A menina sabia que tudo que lhe contaram sobre Antonela podia ser apenas boatos de falastrões. Milena acordou cedo, foi pentear os cabelos e se arrumar para ir fazer a visita rotineira à casa da senhora Antonela. Naquele dia, a menina que era cheia de coragem se encontrava estranhamente nervosa e com medo, até mesmo o som que os pés faziam ao caminhar lhe incomodava. Tudo naquela manhã parecia estranho, o nevoeiro que aparecera, o silêncio, um cheiro levemente incomum que rodeava a casa da sua amiga. A porta estava aberta e a menina entrou, como sempre, na casa. Uma cesta de frutas com uma carta embaixo esperavam pela garota, sentou-se e começou a ler. “Doce Milena, gostaria de hoje poder estar te esperando, mas não tenho mais forças. Alguns anos atrás lutei para aprender escrever esse pouco que sei hoje, lutei para me casar com o homem que amava, mas anos depois me abandonou e me tirou minhas filhas, e o resto já ouviu por fofocas, que Deus e você me perdoem, mas tenho que partir. Que você seja muito feliz Milena”. Naquele instante Milena já sabia e estava chorando, guardou a carta no bolso do vestido e foi até o cafezeiro da casa onde viu a senhora do qual gostava tanto enforcada, pendurada em uma árvore por uma corda. Depois de alguns instantes se recuperou e sabia o que tinha que fazer, uma morte como esta não era digna de um enterro. A menina subiu na árvore soltou o corpo, desamarrou a corda, puxou a

senhora até dentro da casa e tentou fazer com que parecesse um acidente, que ela tivesse caído sozinha na casa, tratando de esconder a corda. Eram oito horas da manhã, seu Pietro fazia o caixão de Antonela com madeira de cedro, junto com seu irmão Enrico. As mulheres ajudavam Milena a preparar o corpo, todas sentiam uma angústia ao olhar a senhora. Um fim trágico era morrer abandonada. No velório, o caixão ficava sobre uma espécie de mesa, pois jamais poderia encostar o chão. Usando bambu fizeram os apoios onde o pai de Milena, seu Pietro, seu Enrico e Mauro levavam o caixão até a igreja. Lá o padre rezou a missa do enterro e não disse nenhum sermão, até mesmo ele sentia pena de tudo que aconteceu com a senhora. Quando colocaram o caixão na cova, viraram para que os pés ficassem na mesma direção que os demais enterrados, para que seguissem o caminho da igreja católica para a vida eterna e que seus pecados fossem perdoados. Assim, Milena passou a visitar o cemitério para dar flores à amiga e prometendo guardar seu segredo até o dia da sua morte. Agradeceu pela força de não sentir medo da morte naquele dia (Liriane, 16 anos, aluna da 2ª série do Ensino Médio, 31/07/2020).

Figura 57 – Ilustração de uma cena que se passa ao redor de uma casa, onde uma menina está indo ao encontro de uma pessoa pendurada por uma forca



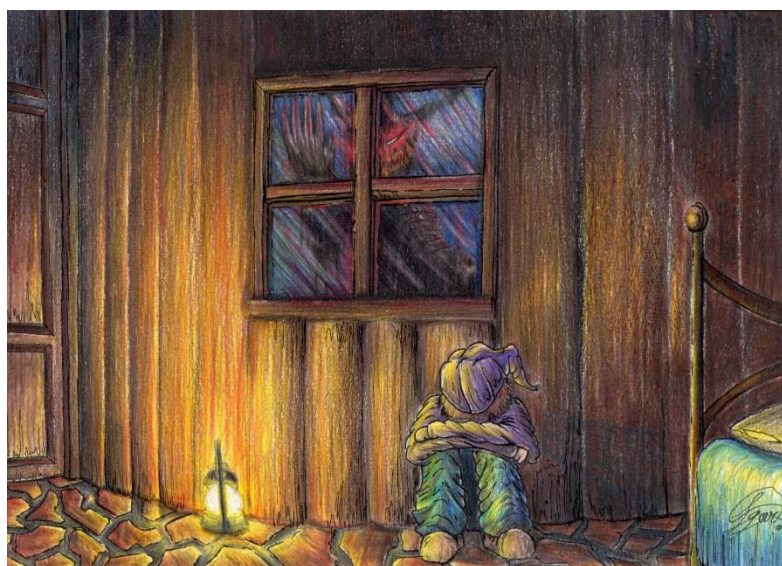
Fonte: Igor Eduardo Machado. Arquivo pessoal (2020)

Episódio XV: *Noite de travessura*, de *Memórias da Colônia* 2020, autoria do aluno Luiz Alberto Maçaneiro:

NOITE DE TRAVESSURA: Quando José era criança, morava em uma Colônia no interior de Santa Catarina. Segundo sua história, ele morava perto de um sítio de um senhor chamado Cavanha, todo dia as pessoas que viviam ali, iam dormir bem cedo, pois trabalhavam na roça. Certa noite, ele estava dormindo quando foi acordado por um grito agudo, achando que era coisa da sua cabeça voltou a dormir, mas depois de alguns minutos ouviu novamente o grito e o relinchar de um cavalo. Foi até a janela pra ver o que era. Entre a cortina avistou no pasto lá longe uma figura “sombria” montada em um cavalo. Percebeu que o animal gemia de dor. Correu para acordar seu pai, tentou chamá-lo várias vezes, porém, Manoel mandou o garoto voltar a dormir. Algum tempo depois, José foi até a janela pra ver se a

criatura ainda estava lá. Para a sua infelicidade, estava perto de sua casa. Permaneceu olhando, quando de repente a criatura olha pra ele e rapidamente voa até em frente à janela. Foi então que José caiu sentado paralisado, a criatura deu uma gargalhada alta e sumiu na escuridão. Manoel acordou e encontrou José sentado no chão, ele olhou pela janela, mas não viu nada, colocou seu filho pra dormir e também foi se deitar. Pela manhã, José acordou e logo depois de tomar café foi ver o cavalo. Observando atentamente, notou que o cavalo estava com a crina cheia de tranças e estava repleto de cortes em todo o corpo. José contou para todos na época, mas sendo criança acharam que foi invenção dele. Depois daquela fatídica noite nunca mais se teve notícia da criatura (Luiz, 15 anos, aluno da 1º série do Ensino Médio, 07/08/2020).

Figura 58 – Ilustração de uma criança no interior de seu quarto com medo de ser assombrada



Fonte: Igor Eduardo Machado. Arquivo pessoal (2020)

Episódio XVIII: *A volta do Senhor*, de *Memórias da Colônia* 2020, autoria da aluna Ana Júlia Nicolau:

A VOLTA DO SENHOR: Era um sábado à tarde, e os 17 catequizandos de D.Luzia estavam presentes na igreja da Colônia para mais um encontro. Como de costume, a senhorinha havia preparado a aula com muito carinho e atenção e iria falar sobre a volta de Jesus, segundo o livro de Tessalonicenses. Leu D.Luzia: - "O próprio Senhor descenderá dos céus, e os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro. Depois nós, os que estivermos vivos, seremos arrebatados com eles nas nuvens, para o encontro com o Senhor nos ares". Tessalonicenses 4:16-18. As crianças ficaram incrédulas com aquela passagem e não conseguiam acreditar, saíram da catequese impressionadas e imaginando como isso seria. O grupo ia ficando menor conforme suas casas iam chegando, restavam apenas Pedro, Vevê, Antônio e José, até que algo no céu, entre as nuvens ia se aproximando em sua direção. Era algo nunca visto pelas crianças. Disse Antônio: - Meu Deus, Jesus está voltando hoje! Exclamou José: - E eu que duvidei da D.Luzia, cometi heresia e estou pagando minha língua... Disse Vevê: - Socorro! Não quero ser arrebatada viva para o céu... meu Deus, ainda não! Não estou

preparada para deixar este mundo! Em meios aos gritos, apavoros e correrias, o grupo foi se encaminhando para a mercearia de D.Glória para buscar abrigo. A proprietária estava conversando com um senhor muito bem vestido e chiquetoso, falavam tranquilamente do que se passava pelos ares, o que aguçou a curiosidade das crianças, que naquele momento estavam muito inquietas. Ficaram ouvindo atrás da prateleira, e então souberam que aquele barulho vindo do céu era um avião, algo novo de se avistar e pouco conhecido pelas pessoas da região. Na época, nenhum dos moradores já havia visto um equipamento como aquele. As crianças se tranquilizaram e começaram a gargalhar pensando em como foram tolos em achar que aquilo pudesse ser a profecia bíblica de D.Luzia se concretizando (Ana, 17 anos, aluna da 3º série do Ensino Médio, 14/08/2020).

Figura 59 – Ilustração de crianças questionando e indagando sobre luzes avistadas no céu



Fonte: Igor Eduardo Machado. Arquivo pessoal (2020)

Episódio XVII: *O paiol de fumo*, de *Memórias da Colônia* 2020, autoria do aluno Jandersom Crispim:

O PAIOL DE FUMO: O tabaco, que ornamentou junto ao café o brasão da bandeira imperial brasileira sempre foi muito útil às finanças dos agricultores da Colônia, é uma planta que cresce espontaneamente e que no século XIX podia-se cultivar sem licenças governamentais, preparada e colhida à luz do sol, sem temer contrabandistas. O colono usava largamente o produto de seu trabalho, e quem optava por essa cultura não se perturbava com pensamentos com dívidas. Naquele Brasil, todos fumavam. As pessoas preparavam seu cigarro, envolvendo o tabaco bem triturado nas folhas finas das espigas de milho. O fumo em corda era vendido por um alto preço! Em finais de safra, muitos paióis da Colônia ficavam cheios. As famílias trabalhavam na estocagem o dia inteiro, à noite iam para casa dormir. A tradição atravessou os tempos, e chegou ao século XX com muita força, o que atraiu contrabandistas de tabaco para a região. Um paiol com grande estocagem de fumo, geralmente era trancado com um cadeado, mas às vezes não. Em uma noite, um dos filhos de um colono proprietário de uma grande roça de tabaco, resolveu voltar ao paiol e se certificar que estava

trancado. O garoto foi acender a luz, mas ela não acendia, então, voltou para casa e disse aos seus pais que a lâmpada estava queimada. No dia seguinte, o pai foi logo cedo até o paiol devido ao aviso do filho, para ver se a luz realmente estava queimada. Chegando lá, olhou para cima e a lâmpada não estava lá, encontrava-se em cima de um monte de fumo. Reparou que pessoas à noite roubavam seu fumo, provavelmente contrabandistas, tirando a lâmpada para que caso alguém chegasse durante o delito e fosse acender a luz, acharia o mesmo que o garoto, que a lâmpada estava queimada. Assim não perceberiam que havia ladrões no paiol. Aquele colono, infelizmente não pode acusar ninguém, mas começou a trancar o paiol todas as noites, e nunca mais sentiu falta de fumo no seu paiol (Jandersom, 15 anos, aluno da 1º série do Ensino Médio, 21/08/2020).

Figura 60 – Ilustração de ladrões em meio ao furto de tabaco em um paiol



Fonte: Igor Eduardo Machado. Arquivo pessoal (2020)

Episódio XVIII: *Algo estranho na aldeia*, de *Memórias da Colônia 2020*, autoria da aluna Etna Majory Vieira:

ALGO ESTRANHO NA ALDEIA: Há muito tempo atrás, um colonizador construiu sua casa em um lote bem isolado, em meio à mata e fora dos limites da Colônia Nova Itália. Esse homem viveu ali por muitos anos junto de sua família, mas acabou ficando sozinho e vivendo em isolamento. Envelhecido, escolheu um gato branco como companhia em seus últimos anos nesse mundo. O homem viveu e morreu algum tempo sem ter por perto outras pessoas. Sua casa, construída quando de sua chegada, resistia ao tempo, e quando de sua morte ficou abandonada por muitos anos e mesmo assim, permanecendo em bom estado. Passados alguns anos, uma aldeia indígena se instalou nessas terras, agora devolutas. Os indígenas guaranis, chamados de carijós pelos colonos, sempre estiveram na região, sendo um povo originário da localidade, de tempos anteriores à chegada dos europeus. O aldeamento Guarani, chamado Teko'a Vya, aproveitou muito bem essas terras, inclusive resolvendo não demolir a casa antiga do solitário homem. Nos anos que seguiram ao assentamento indígena, toda vez que anoitecia algo estranho acontecia, o que chamava a atenção dos que viviam ali. Diziam que ao se passar próximo a construção colonial, que se ouviam passos, como se alguém estivesse caminhando por

ali, mas ninguém via nada. Certa vez, um indígena muito curioso resolveu passar a noite ali para tentar descobrir o que era, então, resolveu ficar esperando o anoitecer e foi para perto da construção. Acampou por lá e ficou, mas como estava cansado acabou dormindo. Assustado, no meio da noite acordou e logo viu algo estranho nos arredores de seu acampamento. Um velho homem passava carregando uma mala, ele perguntava sobre seu gato branco. O indígena surpreendido por aquele vulto que lhe parecia tão real, sem pestanejar respondeu que não havia nenhum gato por ali. Então, o senhor que perambulava se foi e nunca mais foi visto ou ouvido pelos indígenas. Hoje os indígenas ainda aldeados na região, utilizam esta casa, que um dia fora do colono, como uma pequena escola para educação dos pequeninos curumins (Etna, 17 anos, aluna da 3º série do Ensino Médio, 28/08/2020).

Figura 61 – Ilustração de um idoso questionando um indígena com relação ao paradeiro de um gato



Fonte: Igor Eduardo Machado. Arquivo pessoal (2020)

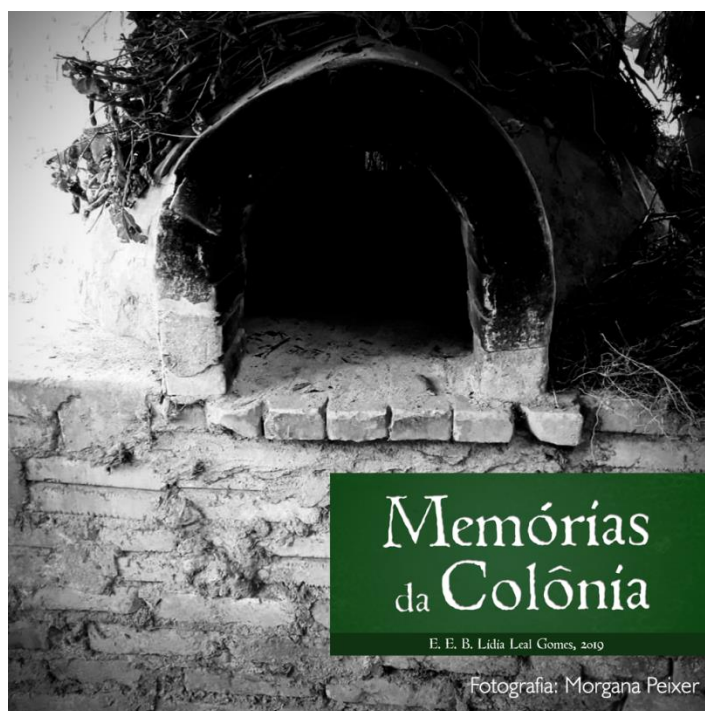
APÊNDICE D: FOTOGRAFIAS PRODUZIDAS POR ESTUDANTES

Figura 62 – Fotografia de uma plantação de milho



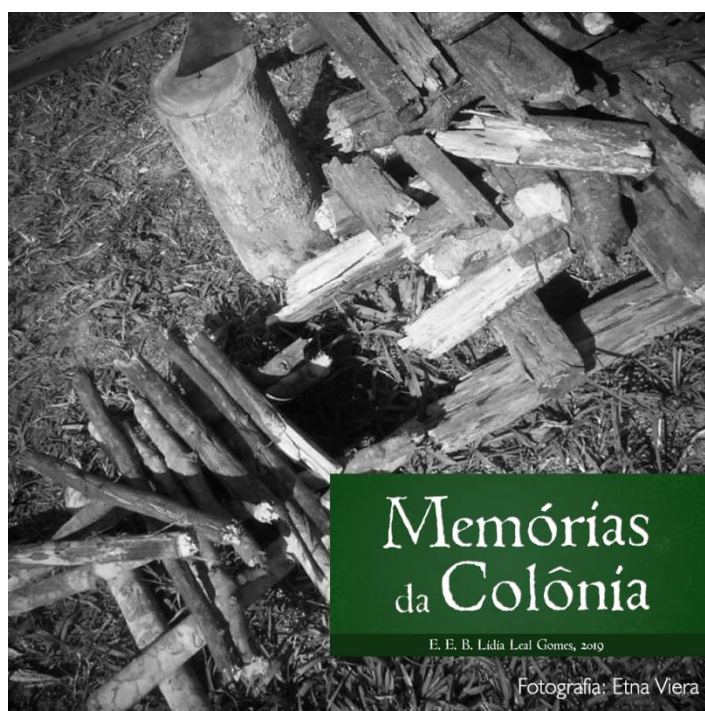
Fonte: Vitória Peixer (2º série). Arquivo Pessoal (2019)

Figura 63 – Fotografia de um forno caseiro artesanal



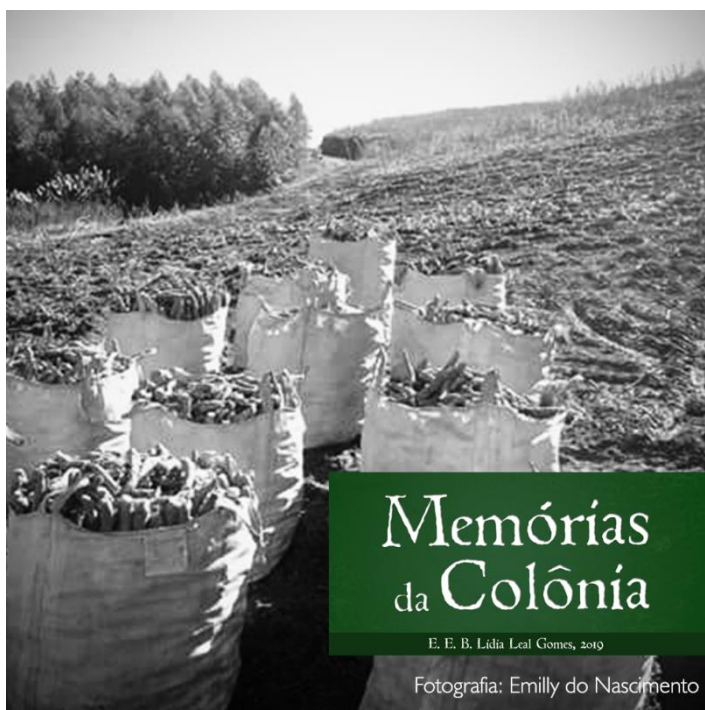
Fonte: Morgana Peixer (2º série). Arquivo Pessoal (2019)

Figura 64 – Fotografia de uma pilha de lenha picada



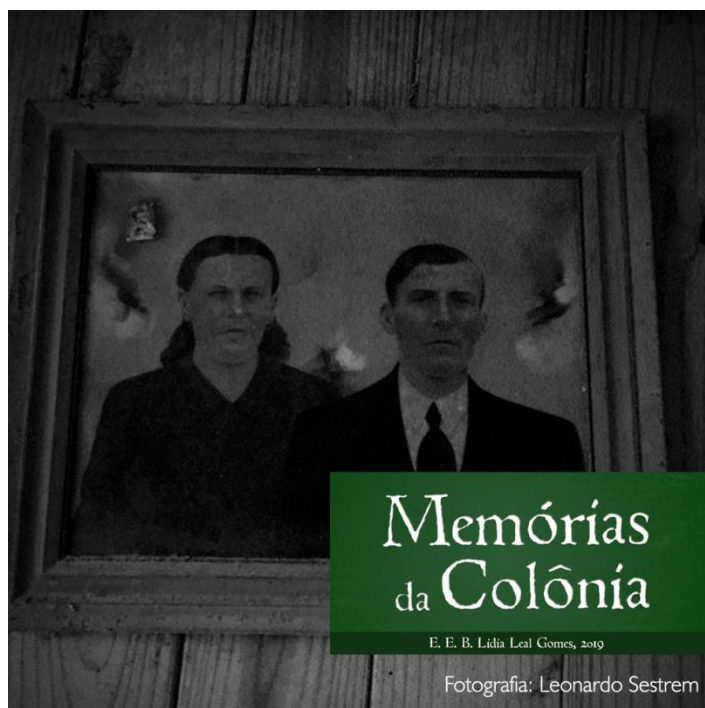
Fonte : Etna Majory Vieira (2º série). Arquivo Pessoal (2019)

Figura 65 –Fotografia de uma colheita da mandioca



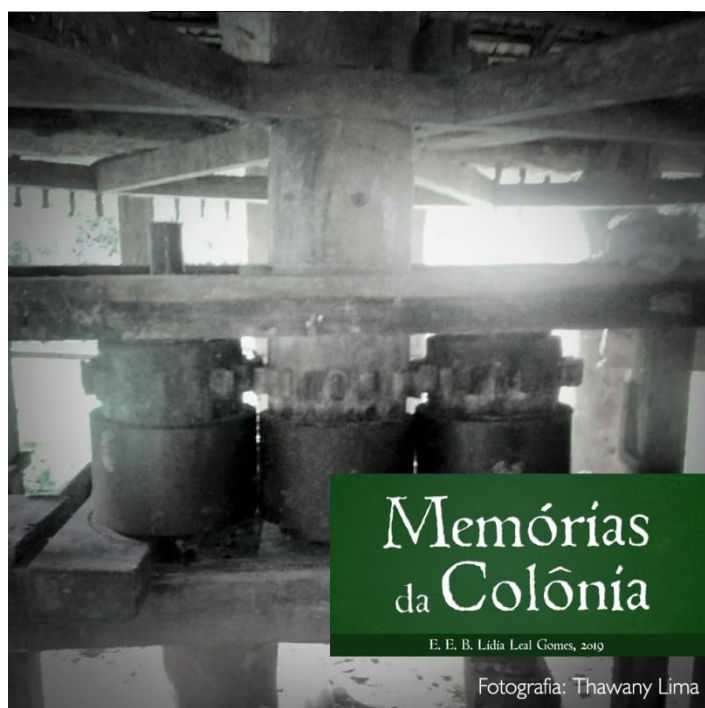
Fonte : Emily do Nascimento (3º série). Arquivo Pessoal (2019)

Figura 66 – Fotografia de quadro com pintura de familiares



Fonte : Leonardo Sestrem (3º série). Arquivo Pessoal (2019)

Figura 67 – Fotografia de engrenagens de um engenho de farinha



Fonte : Thawany Lima (1º série). Arquivo Pessoal (2019)

ANEXO 1 – MODELO DE INÍCIO DE TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Entrevistado: Mário Lima (ML)

Entrevistadora: Caroline Fernandes (CF)

Data da entrevista: 14 de fevereiro de 2009

Local: Residência do entrevistado, Pompeia, São Paulo

Duração: 50 minutos

Carolina Fernandes: Bom dia, senhor Mário. Antes de a gente começar, eu vou registrar que hoje é dia 14 de fevereiro de 2009, agora é... bom, são 10:15 da manhã, eu estou entrevistando o senhor Mário Lima, na casa dele mesmo, aqui no bairro da Pompeia, e quero te agradecer por ter aceitado dar essa entrevista.

Mário Lima: Não, não tem que agradecer, pra mim que é um prazer dar essa...

CF: Que bom, eu fico feliz mas agradeço muito mesmo. A gente já tava conversando antes, mas eu queria te pedir pra gente voltar um pouquinho, e você me falar um pouco da sua família, quer dizer, onde você nasceu, quem são seus pais, essa coisa toda.

ML: Vamo, vamo lá. Bom, meu nome é Mário, isso você já sabe. [risos]

(SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2015, p.121-122)

ANEXO 2 - MODELO: CARTA DE CESSÃO

São João Batista, de de 2019.

CARTA DE CESSÃO

Eu,, autorizo que minha entrevista gravada seja arquivada na Escola de Educação Básica Lídia Leal Gomes e que uma cópia dela fique sob os cuidados do professor Malcon Gustavo Tonini, em formato gravado e escrito.

Autorizo também que minha entrevista seja utilizada para fins pedagógicos, de publicação e de difusão, pelos estudantes e pelo professor.

Essa autorização exime meus descendentes dos direitos sobre a entrevista.

.....

Entrevistado

ANEXO 3 - MODELO: CARTA CONVITE

São João Batista, de de 2019.

Prezado Sr.,

A nossa escola está desenvolvendo um projeto de história oral e memória sobre nossa história local. Nossa intenção é coletar entrevistas com pessoas da nossa comunidade, a respeito de tradições, a fim de que nossos alunos, alunas e comunidade possam ampliar seus conhecimentos acerca da região.

Gostaríamos de convidá-lo a fazer parte desse projeto, concedendo uma entrevista aos nossos alunos e alunas. Temos certeza de que seu conhecimento sobre a história da comunidade irá contribuir para a realização de nossos objetivos.

A Escola de Educação Básica Professora Lídia Leal Gomes fica à disposição para quaisquer esclarecimentos e, agradeço desde já sua colaboração.

Cordialmente,

Professor Malcon Gustavo Tonini.

ANEXO 4 - MODELO: CARTA DE AGRADECIMENTO

São João Batista, de de 2019.

Prezado Sr (a),

Muito obrigado por sua disposição em participar do projeto de história oral e memória do Nosso Colégio. Nossos alunos e alunas aprenderam muito com o seu testemunho, que terá muito valor para nosso estudo sobre a história da nossa comunidade e será incluído no arquivo de história oral do projeto.

Cordialmente,

Professor Malcon Gustavo Tonini.

Escola de Educação Básica Professora Lídia Leal Gomes.